RAQUEL GABRIELA WILLMS

# MEMORIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS: PROPOSTA DE PLANO DE GESTÃO ESTRATÉGICO BASEADO EM ESTUDO COMPARATIVO DE EXPERIÊNCIAS CONGÊNERES

CANOAS, 2014

RAQUEL GABRIELA WILLMS

# MEMORIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS: PROPOSTA DE PLANO DE GESTÃO ESTRATÉGICO BASEADO EM ESTUDO COMPARATIVO DE EXPERIÊNCIAS CONGÊNERES

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, como exigência para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Orientação: Prof. Dr. Gunter Axt

Coorientação: Profª. Drª. Cleusa Maria Graebin

CANOAS, 2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

W738m Willms, Raquel Gabriela Figueiró.

Memorial da Câmara Municipal de Canoas [manuscrito] : proposta de plano de gestão estratégico baseado em estudo comparativo de experiências congêneres / Raquel Gabriela Figueiró Willms. – 2014.

242f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Gunter Axt".

1. Memória social. 2. Poder legislativo. 3. Gestão cultural. 4. Identidade. I. Axt, Gunter. II. Título.

CDU: 316.7

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

RAQUEL GABRIELA WILLMS

# MEMORIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS: PROPOSTA DE PLANO DE GESTÃO ESTRATÉGICO BASEADO EM ESTUDO COMPARATIVO DE EXPERIÊNCIAS CONGÊNERES

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, como exigência para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovado pela banca examinadora em 28 de outubro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Gunter Axt
Orientador - UNILASALLE

_____

Profª. Drª. Cleusa Maria Graebin
Coorientadora - UNILASALLE

_____

Profª. Drª. Carla Renata Antunes de Souza Gomes
UNILASALLE

_____

Prof. Dr. Lucas Graeff
UNILASALLE

_____

Profª. Drª. Luiza Horn Iotti
UCS

# AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram com esta pesquisa, sobretudo àqueles que se disponibilizaram a conceder as entrevistas que compõem esta dissertação e, em especial, aos amigos Ana Tarouco, Luciano Höltz e Rosane Lucas, pela ajuda indispensável, e as amigas e irmã Cristina Medina, Fernanda Menegotto e Ana Paula Willms, pelo incentivo.

Aos professores do curso de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, com destaque ao Prof. Dr. Gunter Axt e à Profª. Drª. Cleusa Maria Graebin, meus orientadores, deixo meu agradecimento por partilharem comigo os seus conhecimentos.

À minha filha Nathalia, além do imprescindível apoio, agradeço por ela ser minha filha.

*A impossibilidade é uma condição momentânea: quem sabe disto não desiste.*

*Nilton Bonder*

## RESUMO

Esta dissertação aborda a questão da memória institucional no âmbito do Poder Legislativo e tem como produto uma proposta de Plano de Gestão Estratégico, objetivando a criação do Memorial da Câmara Municipal de Canoas/RS. Para tanto, realizou-se um estudo comparativo entre programas de memória de Casas Legislativas selecionadas, que são a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e as Câmaras Municipais de Porto Alegre e Caxias do Sul, a fim de conhecer os trabalhos desenvolvidos por essas instituições, nas áreas de memória e cultura, com o objetivo de subsidiar a construção desta nossa proposta. Assim, o Plano de Gestão Estratégico elaborado foi baseado na fundamentação teórica pertinente ao tema, relacionada aos resultados obtidos dos estudos de casos que foram realizados e ao diagnóstico referente à situação da Câmara Municipal de Canoas. A proposta prevê a criação do Memorial com o objetivo de reunir, preservar, gerenciar e divulgar conjuntos documentais relevantes para a História da Instituição, desenvolver o registro e atualização da memória institucional e empreender ações junto à comunidade, de forma que essas ações evidenciem a importância do Parlamento Canoense no contexto da história do Município.



Palavras-chave: Gestão cultural. Memória institucional. Memorial. Poder Legislativo.

**ABSTRACT**

This dissertation addresses the issue of institutional memory within the Legislature and its product a proposed Plan Strategic Management, aiming at the creation of the Memorial Hall of Canoas/RS. To this end, we performed a comparative study between programs memory Legislative Houses selected, which are the Legislative Assembly of the State of Rio Grande do Sul and the Municipalities of Porto Alegre and Caxias do Sul, in order to know the work done by these institutions in the areas of memory and culture, in order to subsidize the construction of our proposal. Thus, the Strategic Management Plan was prepared based on relevant theoretical background to the subject, related to the results of studies that were performed and the diagnosis on the status of the City of Canoas. The proposal provides for the creation of the Memorial in order to gather, preserve, manage, and disseminate documentary sets relevant to the history of the institution, develop and update the record of institutional memory and taking action in the community, so that these actions evidence Canoense the importance of Parliament in the context of the history of the City.

Keywords: Cultural management. Institutional memory. Memorial. Legislature.

## LISTA DE FIGURAS


Figura 1 – Solar dos Câmara..... 50
Figura 2 – Sedes da Assembleia do RS..... 53
Figura 3 – Plenário do Casarão em diversas épocas..... 54
Figura 4 – Reforma do Casarão para adequação ao Memorial (2008)..... 56
Figura 5 – Memorial da ALRS, interior do Casarão após a reforma..... 57
Figura 6 – Organograma da ALRS..... 63
Figura 7 – Detalhe do *layout*..... 70
Figura 8 – Detalhes da sede do Memorial da ALRS..... 71
Figura 9 – Processo de Restauração..... 81
Figura 10 – Memorial da Câmara de Porto Alegre..... 84
Figura 11 – Avenida Cultural Clébio Sória..... 85
Figura 12 – Arquivos deslizantes..... 86
Figura 13 – Organograma da CMPA..... 93
Figura 14 – Convite para solenidade de ato simbólico de restituição de mandatos cassados durante o regime militar..... 96
Figura 15 – Detalhe da estrutura da página do Memorial..... 98
Figura 16 – Vista do Centro Administrativo durante o incêndio em 1992..... 103
Figura 17 – Sede da Câmara Municipal de Caxias do Sul..... 104
Figura 18 – Higienização dos documentos antes do processo de digitalização..... 108
Figura 19 – Laboratório de digitalização..... 109
Figura 20 – Espaço Cultural Mário Crosa..... 114
Figura 21 – Sala Administrativa do Centro de Memória..... 115
Figura 22 – Sala de Exposições Temporárias..... 115
Figura 23 – Arquivos Deslizantes do Centro de Memória..... 116
Figura 24 – Organograma da CMCS..... 118
Figura 25 – Livro Imagem e Poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul.... 121
Figura 26 – Espaço da Sala de Exposições Temporárias, que comportará a Sala de Memória Parlamentar..... 123
Figura 27 – Detalhe de pesquisa referente às Leis Orgânicas Municipais..... 124
Figura 28 – Quadro da 1ª Legislatura..... 164
Figura 29 – Descarte de documentos..... 167

Figura 30 – Sede da CMC..... 172
Figura 31 – Organograma da CMC..... 174
Figura 32 – Exposição alusiva aos 60 anos da CMC..... 177
Figura 33 – Plenário da CMC..... 178
Figura 34 – Rampa de acesso no Plenário e banheiros adaptados..... 178
Figura 35 – Mezanino do Plenário..... 179
Figura 36 – Detalhe do mezanino..... 179
Figura 37 – Quiosques de acesso à *internet*..... 180
Figura 38 – Terreno cedido pelo Executivo para a construção da nova sede da CMC..... 181
Figura 39 – Arquivo de atas..... 187
Figura 40 – Sala de arquivo própria..... 188
Figura 41 – Sala de arquivo alugada..... 188
Figura 42 – Livro de atas mais antigo da CMC, datando de 1951..... 190
Figura 43 – *Layout* da página da CMC..... 191
Figura 44 – *Layout* do Sistema de Informações a ser disponibilizado no *site* da CMC.... 192

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Área de gestão administrativa dos equipamentos..... 136
Quadro 2 – Área de gestão cultural..... 144
Quadro 3 – Área de memória..... 152
Quadro 4 – Dados referentes aos elementos gerais de um *website* de instituição arquivística..... 154
Quadro 5 – Dados referentes ao conteúdo de um *website* de instituição arquivística..... 155
Quadro 6 – Dados referentes ao conteúdo arquivístico..... 156
Quadro 7 – PPA 2006-2009..... 184
Quadro 8 – PPA 2010-2013..... 185
Quadro 9 – PPA 2014-2017..... 186
Quadro 10 – Dados referentes a informações históricas..... 234

## LISTA DE SIGLAS

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

ALRS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAD – Comissão de Avaliação Documental

CMC – Câmara Municipal de Canoas

CMCS – Câmara Municipal de Caxias do Sul

CMPA – Câmara Municipal de Porto Alegre

CODEARQ – Código de Entidade Custeadora de Acervos Arquivísticos

CPDHPRS – Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DAC – Diretoria de Atividades Culturais

FEE – Fundação de Economia e Estatística

ILB – Instituto Legislativo Brasileiro

ILEA – Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MI – Memória Institucional

MO – Memória Organizacional

OSPA – Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PREMIAL – Programa de Preservação e Resgate da Memória Institucional da Assembleia Legislativa

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| **1** | **INTRODUÇÃO** | 14 |
| **1.1** | **Metodologia** | 16 |
| **2** | **CULTURA E MEMÓRIA: ABORGADENS TEÓRICAS** | 21 |
| **2.1** | **Cultura e Identidade** | 21 |
| **2.2** | **Memória Social e História** | 27 |
| **2.3** | **Memoriais: a conexão entre gestão cultural e memória institucional** | 32 |
| **3** | **MEMÓRIA INSTITUCIONAL LEGISLATIVA** | 41 |
| **3.1** | **Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul** | 44 |
| *3.1.1* | *Programa de Memória* | 47 |
| *3.1.2* | *Memorial do Legislativo* | 57 |
| **3.2** | **Câmara Municipal de Porto Alegre** | 75 |
| *3.2.1* | *Programa de Memória* | 78 |
| *3.2.2* | *Memorial* | 82 |
| **3.3** | **Câmara Municipal de Caxias do Sul** | 102 |
| *3.3.1* | *Programa de Memória* | 105 |
| *3.3.2* | *Centro de Memória* | 112 |
| **3.4** | **Análise Comparativa entre Experiências Concretas** | 127 |
| *3.4.1* | *Gestão Administrativa* | 132 |
| *3.4.2* | *Gestão Cultural* | 137 |
| *3.4.3* | *Gestão da Memória* | 144 |
| *3.4.4* | *Acesso à Informação* | 152 |
| *3.4.5* | *Síntese da Análise Comparativa* | 159 |
| **4** | **CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS** | 162 |
| **4.1** | **Histórico da Gestão da Informação na CMC** | 166 |
| **4.2** | **Diagnóstico** | 172 |
| *4.2.1* | *Recursos Humanos* | 181 |
| *4.2.2* | *Recursos Financeiros* | 183 |
| *4.2.3* | *Acervo* | 187 |
| *4.2.4* | *Website* | 190 |

*4.2.5* *Conclusões*..... 192
**5** **A CONSTITUIÇÃO DE UM MEMORIAL**..... 196
**6** **MEMORIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS**..... 204
**6.1** **A Construção do Plano de Gestão Estratégico e suas Premissas**..... 204
**6.2** **Proposta de Plano de Gestão Estratégico**..... 207
*6.2.1* *Justificativa*..... 208
*6.2.2* *Missão*..... 208
*6.2.3* *Objetivos*..... 209
*6.2.4* *Normatização*..... 209
*6.2.5* *Recursos*..... 210
**6.3** **Desdobramentos das Atividades do Memorial**..... 210
*6.3.1* *Programa de Gestão Documental*..... 211
*6.3.2* *Programa de Pesquisa e Publicações*..... 213
*6.3.3* *Programa de Eventos*..... 218
**6.4** **Fluxo de Implementação**..... 221
**7** **CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 223
**REFERÊNCIAS**..... 226
**APÊNDICE A - Tabela de Dados de *Sites* de Câmaras Municipais**..... 234
**APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Parcialmente Estruturada**..... 235
**APÊNDICE C - Termo de Referência**..... 236
**APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**..... 240
**APÊNDICE E - Proposta de Projeto de Resolução**..... 241

# 1 INTRODUÇÃO

Canoas desponta como uma das cidades mais importantes da Região Metropolitana da Capital do Estado do Rio Grande do Sul. Com uma economia forte e crescente, possuindo grande parque industrial e ampla rede comercial, a cidade vem se destacando também na área educacional e cultural, sendo sede de três grandes universidades e palco de realização de diversos e importantes eventos, inclusive internacionais.

Esses resultados provêm de políticas implementadas ao longo do tempo, estabelecidas pelo Poder Executivo, por meio da autorização do Poder Legislativo Municipal, pois é imperativo em um Estado Democrático de Direito que os projetos de política pública passem pelo crivo dos parlamentares, escolhidos pela população para serem seus representantes.

Sobre esse contexto, que demonstra a importância da Câmara Municipal de Canoas - CMC, ente do Poder Legislativo no Município, como instrumento referencial para o seu desenvolvimento, entende-se relevante a busca de elementos que permitam sistematizar e compreender a trajetória histórica da Instituição ao longo do tempo. Isso se associa a um momento, no cenário mundial, em que se evidencia a criação de programas que tratam da memória, seja ela institucional, de personalidades ou grupos, entre outras possibilidades.

Assim sendo, a justificativa para a realização desta pesquisa esteve, a princípio, apoiada em uma necessidade administrativa da CMC, pois não havia uma ação efetiva neste sentido. Esse fato foi identificado a partir de um diagnóstico, realizado em 2006, sobre a situação dos arquivos da Instituição. Do quadro verificado, foram caracterizadas duas demandas principais, a primeira era a efetivação de um Programa de Gestão Documental, o que foi inicializado e está em curso, e a seguinte se relacionava ao tratamento da memória institucional da CMC.

Sobre a segunda questão, registra-se que construir narrativas sobre essa memória reforça a relação da Instituição com a comunidade, pois a existência da Câmara é indissociável dela, posto que uma exista em decorrência da outra.

Assim, cientes do problema, tentou-se elaborar de um plano de gestão da memória institucional por meio do estudo de publicações sobre o tema. Porém, a partir de uma pesquisa preliminar, constatou-se que referências sobre resultados de programas na área de memória legislativa eram escassos. Constatou-se, portanto, que essa proposta teria de ser elaborada tendo como referência o estudo de projetos similares, desenvolvidos por outras casas legislativas.

A fim de se atingir esse propósito, verificou-se que era necessária a qualificação

profissional na área de memória, pois essa aborda aspectos relacionados à gestão de organizações, na área cultural, investigando como as instituições e organizações gerenciam seu conhecimento e processos de aprendizagem, constituindo memoriais, centros de memória e projetos de memória institucional e organizacional, motivo pelo qual foi escolhido este curso de Mestrado, já que a pesquisadora responsável pela elaboração da proposta possui formação em Arquivologia, que tangencia a área da memória, mas não provem o arcabouço de conhecimento necessário para tanto.

Por fim, a construção esteve amparada, também, em uma política de gestão pública que visa sistematizar a narrativa da memória da Câmara Municipal de Canoas e, por consequência, da relação da comunidade canoense com o legislativo municipal, pois a história da Casa se entrelaça e se confunde com a própria história do Município e dos munícipes que nele habitam, culminando na preservação do patrimônio cultural de ambos.

Dessa forma, apresentado o tema e as justificativas pertinentes, e com o intuito de esclarecer a dificuldade específica com a qual se defrontou a pesquisadora e o que se pretendeu resolver com a pesquisa, estabeleceram-se os problemas de pesquisa: como organizar um Memorial para a CMC? De que forma as experiências de outras instituições legislativas se concretizaram e quais os resultados auferidos? Qual é a estrutura mais adequada, elaborada a partir da relação entre os resultados obtidos das experiências pesquisadas e as características da Câmara Municipal de Canoas, para um memorial a ser criado nessa instituição?

Para alcançar o objetivo almejado, que era, efetivamente, o de propor um Plano Estratégico para a criação de um memorial baseado no conhecimento auferido das experiências concretas de outras instituições legislativas, definiram-se os objetivos específicos a serem alcançados, que são:

a) Elaborar um estudo comparativo entre experiências relacionadas a projetos de gestão cultural de memória institucional desenvolvidas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pelas Câmaras Municipais de Porto Alegre e Caxias do Sul, essas duas, similares administrativa e orçamentariamente, guardadas as devidas proporções, com a realidade da Câmara Municipal de Canoas.
b) Analisar as políticas e estratégias de gestão administrativa e de recursos humanos adotados por essas Instituições.
c) Verificar como os programas de gestão de memória foram desenvolvidos, quais os critérios para a escolha das atividades criadas e como foram financiados.

d) Verificar quais foram os projetos elaborados pelas Instituições que, ao longo do tempo, tiveram resultados positivos e quais os que não obtiveram; averiguar o contexto em que ocorreram tais resultados e registrá-los.
e) Refletir sobre o impacto social dos programas.

No que diz respeito à Câmara Municipal de Canoas, os objetivos da pesquisa se relacionaram com as formas de identificação da conjuntura político-administrativa da Casa, a fim de verificar a viabilidade da implantação de um memorial. Essas versaram sobre as características estruturais, financeiras e orçamentárias, sua gestão administrativa e de seus recursos humanos. Perpassaram também pela avaliação da questão da vontade política da administração e os aspectos culturais da CMC.

## 1.1 Metodologia

Apresentados os objetivos, passamos à questão metodológica e, se metodologia é "o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade" (MINAYO, 1994, p. 16), de imediato devem ser expostas, para melhor compreensão dos resultados, algumas escolhas referentes ao desenvolvimento da pesquisa, registrando que são poucas as investigações sobre as ações e os resultados alcançados pelos projetos de memória institucional, sobretudo, no que se refere à comparação entre resultados, especificamente na área legislativa.

Em princípio deve ser postulado que a ideia que permeou este projeto está contida na junção de partes distintas, perpassando por questões políticas, técnicas e metodológicas na criação, manutenção e divulgação de projetos de gestão de memória por parte de instituições do Poder Legislativo. Assim sendo, em relação aos objetivos propostos, tratou-se de uma pesquisa descritiva, pois pretendeu delinear as características das instituições pesquisadas, considerando seus vários aspectos. Como visava desenvolver estudos que foram elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no ambiente social da pesquisadora, essa Dissertação é resultado de uma pesquisa aplicada. Já no que diz respeito à natureza dos dados coletados, tratou-se de uma pesquisa qualitativa (GIL, 2010).

Ao definir a metodologia de pesquisa a ser empregada, a fim de alcançar os objetivos, e levando em consideração o ambiente de pesquisa, a abordagem teórica e as técnicas de coleta e análise de dados a serem adotadas, decidiu-se empregar, inicialmente, para parte da pesquisa, o método de Estudo de Caso Múltiplos, pois poderiam ser levantados dados

provenientes de diversas instituições e em relação a cada uma delas, de diversas fontes de evidências.

A escolha dessa metodologia se deu devido ao fato de que em pesquisas com eventos contemporâneos o Estudo de Caso tem preferência, pois "conta com muitas das mesmas técnicas que a pesquisa histórica, mas adiciona duas fontes de evidências geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos sendo estudados e entrevistas das pessoas envolvidas nos eventos", sendo que "a força exclusiva dos estudos de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências" (YIN, 2010, p. 32).

Assim, a sequência de etapas seguida para a realização dos estudos de casos múltiplos, seguindo as orientações de Gil (2010), foi: 1) formulação das questões de pesquisa, 2) seleção dos casos, 3) elaboração dos protocolos, 4) coleta de dados, 5) análise e interpretação dos dados e 5) redação dos relatórios.

Concomitantemente à elaboração dos estudos de casos múltiplos, foi realizado o diagnóstico da Câmara de Vereadores de Canoas, a fim de se relacionar as características da Instituição.

Já a fundamentação teórica foi baseada em autores clássicos, sendo verificado também o estado da arte em que se encontrou a investigação, em áreas que se afinaram com o tema da pesquisa ou que o tangenciaram.

Sobre as Instituições selecionadas, foram pesquisados entes do Poder Legislativo, sendo que nosso primeiro olhar recaiu sobre a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – ALRS. Mesmo que em termos de proporção, principalmente orçamentária, essa se distancie da CMC, isto não caracterizou empecilho para que o trabalho desenvolvido por essa Instituição servisse ao propósito da pesquisa, pois já tínhamos o conhecimento prévio de que não faltam recursos financeiros à Câmara de Canoas, sobretudo, para a construção de um trabalho de memória. Assim, a escolha deste equipamento cultural se fez notória pela importância da Assembleia Legislativa e se justifica pelo fato de que seu Memorial tem por missão institucional tornar-se centro de referência da história do Poder Legislativo Sul-rio-grandense e desenvolve, na prática, ações nesse sentido. Desta forma, o Programa de Memória da Assembleia, em sua longa trajetória, assim como as ações desenvolvidas pelo Memorial servem, portanto, de modelo para entes do Poder Legislativo do Estado que desejem iniciar ou qualificar seus próprios programas.

Em relação às Câmaras Municipais, a escolha se baseou, a princípio, em critérios orçamentários. Isso se deu pelo fato de que um projeto de memória institucional envolve custos para sua criação. Assim, buscou-se conhecer quais os municípios que dispunham de

maior capacidade orçamentária, pois as Câmaras Municipais têm suas receitas atreladas ao valor da arrecadação municipal, da qual recebem uma percentagem estabelecida conforme o número de habitantes.

Pesquisaram-se, então, quais eram os vinte municípios com maior Produto Interno Bruto – PIB, do Estado do Rio Grande do Sul e foi encontrada essa informação no *site* da Fundação de Economia e Estatística – FEE, que disponibilizou uma tabela listando as vinte cidades com maior PIB, de forma decrescente, atinente ao ano de 2010 (FEE, 2010).

Após, seguiu-se uma avaliação técnica, tendo sido elaborada uma Tabela (APÊNDICE A) com as informações a serem pesquisadas nas páginas da *internet* das vinte câmaras, referentes aos municípios elencados pela FEE. A pesquisa buscava verificar a disponibilização no *site* dos seguintes dados: histórico da instituição, a existência de um memorial virtual, acesso ao texto de documentos históricos, acesso a um banco de imagens, existência de ferramentas de pesquisa que permitissem buscas por assunto, disponibilização de publicações elaboradas pela, ou para, a entidade, e a informação sobre a existência de um espaço físico de memória (museu, arquivo histórico, centro de memória ou memorial) na câmara correspondente. Essa segunda etapa foi realizada a fim de identificar quais Câmaras possuíam algum tipo de estrutura referente à gestão cultural de memória.

Destacaram-se, nessa análise, os *sites* das Câmaras de Porto Alegre e Caxias do Sul, respectivamente os 1º e 3º lugares na Tabela da FEE. A partir desse levantamento foram selecionadas as câmaras de vereadores desses municípios para comporem esta pesquisa.

Em relação aos métodos e instrumentos de pesquisa, por se tratar de estudo de caso múltiplo, "a escolha dos métodos de coleta de dados se baseia na realização de entrevistas, observações e análises de documentos" (GIL, 2010, p. 120).

Como as instituições pesquisadas se tratavam de órgãos públicos, não houve óbice em se ter acesso aos documentos e aos equipamentos culturais. Já no que diz respeito às entrevistas, a estratégia adotada para o desenvolvimento da pesquisa de campo foi a de entrar em contato com as Instituições e solicitar agenda com os responsáveis pelos equipamentos culturais. A partir desse primeiro contato, e dos demais estudos referentes aos casos, foi identificada a necessidade da realização de convites para novas entrevistas, principalmente no que se referiu ao histórico dos projetos de memória.

Quanto à metodologia, as entrevistas foram parcialmente estruturadas, guiadas por pontos de interesse explorados através de um roteiro (APÊNDICE B), sendo que esses pontos versaram sobre questões políticas, culturais, administrativas e financeiras, estabelecendo correlação com os objetivos da pesquisa. A vantagem desta metodologia foi a de que ela "[...]

favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]" (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Conforme Manzini (2004) isso se dá porque as respostas dos informantes são complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, resultando o aprofundamento do assunto de forma livre, pois as respostas não são condicionadas a um padrão pré-definido.

Em relação às observações referentes aos equipamentos culturais, elas foram orientadas por um Termo de Referência (APÊNDICE C), complementadas com informações obtidas através das entrevistas. Observou-se o trabalho de gestão, buscando conhecer a trajetória histórica dos projetos e os resultados atingidos; as características dos equipamentos culturais, através da observação de sua estrutura física e das atividades por eles desenvolvidas; e os *websites*, buscando conhecer a metodologia de divulgação de informações de caráter institucional e histórico na rede mundial de computadores – *internet*.

Registra-se que o Termo de Referência utilizado foi elaborado a partir de uma visita de reconhecimento, realizada previamente à Assembleia Legislativa, e esse foi utilizado para o levantamento de dados das instituições pesquisadas.

Em todos os casos, a fim de que fosse possível realizar a publicação dos resultados obtidos, provenientes das entrevistas e das observações, foi disponibilizado, a cada convidado, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D), com o teor da pesquisa e as prerrogativas a serem garantidas aos entrevistados, que autorizaram a publicação das informações e imagens obtidas.

Levantados os dados, para sua análise, partiu-se do pressuposto de que "a análise e interpretação é um processo que nos estudos de caso se dá simultaneamente à sua coleta" (GIL, 2010, p. 122). Assim, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (2006), possui três fases. A primeira é o momento em que se organiza o material a ser analisado, sistematizando as ideias iniciais através de leituras, escolha dos documentos, formulação de hipóteses e criação de indicadores; a segunda fase, que é a exploração do material, quando são estabelecidas as classificações e categorizações, ou seja, quando o *corpus* da pesquisa é estudado de forma aprofundada, fazendo relação com o referencial teórico da pesquisa; e a terceira, que é o tratamento dos resultados em si, onde se faz inferências e a interpretação dos dados coletados.

A partir dos dados coletados, e de sua análise, foi elaborado um Relatório de Estudo de Caso para cada uma das instituições pesquisadas. Concluída essa etapa, buscou-se a construção de um referencial conceitual de gestão da memória na esfera legislativa, elaborando um relatório de casos cruzados, a partir da triangulação dos dados obtidos,

oriundos de cada um dos relatórios dos estudos de caso realizados. Foi escolhida essa metodologia, pois informações interconectadas podem propiciar maiores e mais ricas possibilidades (YIN, 2010). Já a proposta de um Plano de Gestão Estratégico para a criação do Memorial da Câmara Municipal de Canoas foi construída a partir da fundamentação teórica pertinente ao tema, atrelada aos resultados obtidos dos estudos de casos que foram realizados, referentes às experiências concretas já existentes e ao diagnóstico da CMC elaborado.

Assim, a Dissertação comporta um capítulo introdutório, que abrange também a metodologia utilizada na pesquisa. No segundo capítulo foram abordadas as questões teóricas referentes à gestão cultural e à memória institucional, além de áreas que tangenciaram a pesquisa, trazendo também o estado da arte em relação ao tema, a fim de servirem de arcabouço teórico. O terceiro capítulo coloca em evidência a gestão cultural e a de memória, especificamente em Casas Legislativas. Nele são apresentados os Estudos de Caso das Instituições pesquisadas e, na sequência, o resultado da comparação entre as experiências concretas.

O quarto capítulo traz o histórico e o diagnóstico da Câmara Municipal de Canoas e no quinto são estabelecidas as premissas para a criação de um memorial na área legislativa, a partir dos dados levantados.

Por fim, no sexto, é postulada a proposta de Plano de Gestão Estratégico para a efetivação de um Memorial para a Câmara Municipal de Canoas, seguida das considerações finais.

# 2 CULTURA E MEMÓRIA: ABORGADENS TEÓRICAS

Para atingir os objetivos da pesquisa era necessário um aporte teórico que permitisse analisar os dados elencados a partir do estudo das experiências concretas realizadas. Partiu-se, então, para a análise dessa questão e inferiu-se que o referencial teórico da pesquisa se movia por dois principais eixos conceituais. Um deles dizia respeito à cultura – visto que se relaciona com projetos de gestão cultural; o outro, à memória – por se referir à memória institucional de entidades legislativas.

Sobre o tema cultura, primeiro a ser abordado, foi elaborado um breve relato sobre a evolução do conceito nas ciências sociais, destacando a questão da identidade.

Já em relação ao segundo eixo, o assunto foi abordado a partir da premissa de que memória é um termo polissêmico e não sendo de uma área específica do saber, sua conceituação está sujeita, também, entre outros aspectos, ao campo de estudo.

Cientes do desafio, iniciou-se esta caminhada e, na trajetória, foram abordados alguns aspectos referentes à memória social. Pretendeu-se também, trazer à luz, ainda que brevemente, alguns pontos sobre a relação entre memória e história, para, assim, chegar ao conceito de memória institucional.

Por fim, foi estabelecida a conexão entre gestão cultural e memória institucional, sob a ótica da criação de memoriais. Reforça-se que, ao discorrer sobre os conceitos, atentou-se ao tema proposto, ou seja, à construção de um embasamento teórico que viesse a servir de suporte para análise da questão da gestão cultural da memória em instituições legislativas.

## 2.1 Cultura e Identidade

A origem do termo cultura vem do ato de cultivar, no sentido de trabalhar a terra para a plantação e posterior colheita de alimentos. Esse conceito evoluiu com o passar dos tempos, principalmente a partir da relação com os termos *kultur*, proveniente da Alemanha, e *civilisation,* de origem francesa. Essas duas noções se relacionam com as expressões *cultura erudita* e *cultura nacional* e é necessária a análise dessa relação para uma melhor compreensão dessa evolução conceitual.

Assim, segundo Kuper (2002, p. 25), cultura erudita pode ser definida como “a grande arte que é apreciada por poucos afortunados”, sendo, dessa forma, a cultura incorporada pelas elites e que “pode representar instrumento de dominação”. Essa definição se relaciona mais com o termo *civilisation,* já que, para ser considerado *civilizado,* o indivíduo precisa ter um

nível de conhecimento adequado ao que a classe dominante estabelece como necessário.

Já a cultura nacional pode ser considerada como a *identidade* de uma nação, no sentido de um conjunto de características. Torna-se pertinente acrescentar, neste momento, o conceito de nação que, segundo Benedict Anderson (1993, p. 23), é "uma comunidade politicamente imaginada como inerentemente limitada e soberana". O Autor esclarece que a noção de comunidade é imaginada, pois há um companheirismo profundo entre seus membros, mesmo que esses não se conheçam e saibam que não virão a se conhecer. Também é limitada, pois estabelece diferenciação do restante da humanidade, e soberana, pois independe da vontade divina para se governar, diferentemente dos reinados do período Iluminista, época de sucessão hereditária dos governantes, momento em que o termo nação se impôs na Europa.

Nesse prisma, cultura nacional relaciona-se com o sentido alemão da palavra *kultur*, que "aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade" (CUCHE, 2002, p. 28).

Para compreender o contexto dessas definições é necessário destacar que há um embate entre franceses e alemães no que diz respeito às definições de cultura e civilização. Para os franceses, após o século XVIII, "cultura evoca principalmente os progressos individuais e civilização os progressos coletivos" (CUCHE, 2002, p. 21). Assim, civilização é definida, segundo o autor, como um processo de melhoria das instituições, que engloba o aprimoramento das leis e da educação. Já na Alemanha, em contraponto com a definição francesa,

> tudo o que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização. A cultura se opõe então à civilização como a profundidade se opõe à superficialidade (CUCHE, 2002, p. 25).

Destaca-se também que, para além da oposição conceitual germânica e francesa, da qual o termo cultura triunfou por conta de seu acolhimento por parte da comunidade científica norte-americana, a cultura, por se tratar de um produto humano, pode ainda ser estudada como sistema simbólico, uma nova perspectiva anunciada por um francês, Claude Lévi-Strauss (CUCHE, 2002).

Já do ponto de vista antropológico moderno, segundo Marchiori (2008, p. 64) o tema começou a ser teorizado por meio do britânico Edward Burnett Tylor, que deu ênfase ao

aspecto intelectual da cultura, colocando que ela "é apreendida e possui padrão de conhecimento compartilhado". Ele foi sucedido por "Franz Boas, com a visão da cultura em contextos específicos da história; Lewis Henry Morgan, com a evolução social; e Émile Durkheim, com a criação de uma ciência para o estudo da sociedade".

Contemporaneamente, Marchiori destaca o conceito de cultura do antropólogo Americano Clifford Geertz, que nos diz que cultura "é um sistema de concepções expressas herdadas em formas simbólicas por meio das quais o homem comunica, perpetua e desenvolve seu conhecimento sobre atitudes para a vida" concluindo que para o autor a função da cultura "é impor significado para o mundo, tornando possível seu entendimento" (GEERTZ, *apud* MARCHIORI, 2008, p. 70).

Essa breve revisão sobre algumas diferentes evocações do termo cultura é necessária para contextualização do tema, porém, para fins desta pesquisa, que é voltada à gestão cultural da memória institucional, será utilizado o conceito estabelecido pela UNESCO, que além de ser uma entidade com representação mundial, se utiliza de uma definição abrangente, atrelada às conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada em Mondiacult, México, em 1982, dos estudos da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento e das conclusões da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizado em Estocolmo, em 1998. Segue o conceito:

> A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2002, p. 2).

Destacamos, porém, que não há um conceito unânime sobre o que é cultura, e toda definição depende do enfoque e do contexto em que se está inserida. Assim sendo, entendemos, para fins desta pesquisa, e associado ao já exposto, que cultura é um produto social, que não apenas se acumula, reproduz e se mantém, mas que é também moldável, se atualizando e readaptando através do tempo.

Adiante, associado ao tema da cultura, resta-nos ainda acrescentar alguns aspectos referentes à questão da identidade, pois, segundo Axt (2004), assim como os indivíduos necessitam de dados que os identifiquem, as instituições também precisam, já que são essas identidades que facilitarão a consciência do que é intrinsecamente comum a todos. O autor explica ainda a importância desses conhecimentos indenitários para a sociedade, relatando que esses "facilitam a coesão social, contribuindo, destarte, na afirmação dos espaços públicos

e da cidadania, no fortalecimento da democracia e na preservação da soberania, de uma nação ou de uma instituição" (AXT, 2004, p. 2).

Inicialmente, discorremos sobre identidade sob um enfoque pessoal, tema que ganhou notoriedade na modernidade por meio de John Locke, a partir da publicação de seu livro *Ensaio sobre o Entendimento Humano*[1].

Segundo Sacramento, o grande questionamento que Locke fez foi acerca de como é possível uma pessoa continuar a ser ela mesma apesar das mudanças físicas e psicológicas que se processam nela através do tempo. Assim, ao refletir sobre o que é a essência do que se chama de identidade, Locke diferencia ser humano, que é a condição física, (alterável com o passar do tempo), e a pessoa, um ser inteligente (pensante), que existe por conta da consciência. A identidade pessoal, nesse contexto, seria a junção do ser humano com a pessoa.

Para Sacramento (s/d, p. 5):

> Locke coloca a definição de identidade pessoal na unidade dos estados de consciência (conjunto de percepções e sensações experenciadas na primeira pessoa), ou seja, trata-se de alguém se reconhecer em todas as suas recordações passadas e senti-las como se fossem suas e não de outrem. Temos que sentir que já passamos pela experiência passada de que nos recordamos no momento presente. Podemos simplesmente dizer que identidade pessoal reside na *consciência de si próprio*.

Destaca-se que esta consciência de si mesmo pressupõe o registro de memórias, assim sendo, diversos autores trataram da relação entre identidade e memória. Alguns teorizaram, entre outros aspetos, sobre a identidade dos que perdem a memória, daqueles que, por conta de eventos traumáticos, as reprimem, entre outras possibilidades. Candau (2012, p. 64) cita, entre outros, Freud, e sua teoria sobre a questão da memória reprimida (por defesa do ego) que, por continuar registrada no inconsciente, pode ainda agir sobre a identidade, se manifestando através de sintomas neuróticos, por exemplo. Assim, sobre a questão da rememoração e da repressão de memórias, o autor destaca o caráter ambivalente da memória no jogo identitário, favorecendo ou prejudicando o indivíduo.

Já outro aspecto importante desta relação, apresentado pelo autor, é o do tempo, cujo tema considera central para a identidade:

> De fato é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória. Origem do sentimento de continuidade temporal, condição necessária da representação da unidade do Eu – "é ai que me encontro comigo mesmo" escreve

[1]LOCKE, John. **Ensaio sobre o Entendimento Humano**. Tradução Eduardo Abranches Sobral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

> Santo Agostinho –, ela é, desse ponto de vista, bem mais eficiente que as próprias sensações: é da duração ou da repetição destas que nasce a consciência de si, o que supõe a capacidade propriamente mnemônica de perceber essa duração ou descobrir essa repetição. Essa faculdade multidimensional implica componentes conscientes (consciência perceptiva, epistêmica, mnemônica) e inconscientes, representacionais e motivacionais. É um "sistema tensional essencialmente dinâmico que implica as intenções, os valores [...] logo as motivações, uma afetividade. Por isso mesmo compromete toda a pessoa em sua percepção de mundo. Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a este respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido (CANDAU, 2012, p. 61).

Registra-se que, apesar das inúmeras possibilidades de análises sobre a questão identitária, tanto o enfoque da memória quanto do tempo estão relacionados com o fato de o ser humano ser consciente, simbólico e ter, entre outras, a capacidade de se comunicar, o que lhe torna um ser sociável.

Ademais, para além das questões individuais, a identidade, de forma coletiva, é um termo recorrente em estudos sobre memória social, sendo, segundo Canclini (2001, p. 163):

> [...] uma construção que se narra. Estabelecem-se acontecimentos fundadores, quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida através do enfrentamento de estrangeiros. Vão se somando as façanhas em que os habitantes defendem esse território, ordenam seus conflitos e estabelecem os modos legítimos de convivência, a fim de se diferenciarem uns dos outros. Os livros escolares e os museus, assim como os rituais cívicos e os discursos políticos, foram durante muito tempo os dispositivos com que se formulou a Identidade de cada nação (assim, com maiúscula) e se consagrou sua retórica narrativa.

Canclini (2001) destaca, porém, que a partir dos anos oitenta, devido à transnacionalização econômica e também às tecnologias da informação, essa percepção de identidade, atrelada à cultura nacional, passou a ser reavaliada, registrando que a reflexão atual sobre o tema não deve ser atrelada apenas ao folclore e à política.

Nesse mesmo sentido, Castells, no livro *O Poder da Identidade*, discorre sobre essa questão a partir da premissa de que "nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade" (1999, p. 17). O autor explica que, a partir da conjuntura econômica e social atual, que está difundida em todo o mundo e que acarreta o abalo das instituições e a transformação das culturas, surgiu a *sociedade em rede*, cujas características são, resumidamente: a globalização das atividades econômicas decisivas, a forma de organização em rede, as novas relações de trabalho - que primam pela individualização da mão de obra e pela flexibilidade e instabilidade do emprego; e também a "cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado" que, de certa forma, estabelece uma tendência de

homogeneização cultural (CASTELLS, 1999, p. 17).

Entretanto, ainda segundo Castells, existe um contraponto que é o "avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo" sendo que essas expressões são "altamente diversificadas e seguem os contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação de cada identidade" (CASTELLS, 1999, p. 18). O autor cita como exemplo, nesse contexto, os movimentos referentes ao feminismo, ao ambientalismo, à religiosidade, ao nacionalismo e ao regionalismo, aos étnicos, entre outros.

Já Zygmunt Bauman (2005), que estuda as características dessa nossa sociedade globalizada e interconectada, que ele definiu como da *modernidade líquida*, nos fala da volatilidade das relações, cada vez mais fugazes, explicando que, em um mundo de tantas opções, onde a mudança é algo buscado incansavelmente (obsessivamente e compulsivamente), a necessidade humana de pertencimento a grupos, de vínculos e relacionamentos, gerou a criação das múltiplas identidades. Bauman diz que a preocupação hoje é, ao escolher uma identidade entre tantas possíveis, quanto tempo se deveria permanecer com ela? E concluiu que ao se trocar uma identidade fixa por uma *rede de conexões* "a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infindável" (BAUMAN, 2005, p. 91).

É possível inferir do exposto que a identidade é uma construção e esse processo, em nossa época, é altamente interconectado, mutável e veloz.

Esse fato deve ser observado quando da análise das características das instituições, que devem flexibilizar a forma como apresentam sua identidade, para fins de reconhecimento social, a fim de se manterem atualizadas e acompanharem as evoluções da sociedade em que estão inseridas, porém, mantendo o contraponto, que é manutenção das características da sua origem, de sua essência.

Ainda sobre o tema, é possível acrescentar que a identidade se relaciona também com a diferença (PRADO, 2006), pois é possível dizer que a identificação com determinado grupo gera a diferenciação em relação a outro grupo que seja antagônico. Nesse contexto de relações identitárias entre grupos, apresenta-se o conceito de identidade coletiva, baseado nos estudos de Melluci e Mouffe, Prado (2006) que a entendem como

> um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia societal; além de, nesse processo dinâmico, serem estruturadas relações que criam e dão forma ao sentimento de pertenças grupais entre elementos que compartilham crenças e valores societais responsáveis pela criação de unidade grupal que se sustenta sobre a

> dinâmica da negociação, da comparação entre grupos e categorias sociais, através das relações de reciprocidades e de reconhecimento. Nesse sentido, as identidades coletivas não são formas, mas, sim, processos que se dão nas relações intra e entre grupos, redefinindo lógicas de pertença e de diferenciação e indiferenciação grupal (PRADO, 2006, p. 200).

De forma cíclica, e ainda tratando da coletividade, seguiremos adiante na questão da memória, acrescentando que há uma ligação, segundo Pollack (1992, p. 204), entre identidade e memória, pois "a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si".

## 2.2 Memória Social e História

Poetas, filósofos e cientistas de diversas áreas do conhecimento já trataram sobre a questão do que vem a ser memória, porém, é a partir do século XX que essa matéria passou a ser objeto de reflexão nas ciências humanas, se estabelecendo o conceito de memória social.

Cabe destacar que existem autores que diferenciam memória coletiva de memória social, estabelecendo essa divergência, sobretudo, em relação ao surgimento da escrita. Não se adentrará no mérito dessa questão, pelo fato de que a proposta não se trata de um estudo conceitual sobre memória, assim utilizar-se-á neste projeto de pesquisa o conceito de memória social.

Ainda assim, em relação a esse campo existem diversas possibilidades de respostas para a pergunta: o que é memória social? Dentre os pesquisadores que abordaram o tema, iniciamos por Jô Gondar (2005), que ao escrever o artigo *Quatro proposições sobre memória social* discorre sobre seus aspectos, enumerando os seguintes: 1) a transdiciplinaridade do campo da memória social – que não visa sínteses, mas a construção de novas ideias; 2) a questão ética e política; 3) a aceitação da memória como processo; e 4) a não redução da memória à representação, enfocando sua articulação com o afeto.

Partiremos das proposições referentes à questão ética e política, assim como a da memória como processo, para teorizar sobre memória. Será iniciado dessa forma, citando Ecléa Bosi, pesquisadora que é referência nessa área, que explica que, ao se confrontar com a necessidade de encontrar uma orientação teórica para suas pesquisas, optou por uma "que ancorasse o fluxo infinito da memória em certos quadros de referências sociais e historicamente determinados que seja também *campos de significação não estáticos*" (BOSI,

2004, p. 53, grifo do autor). Ela recorre então, além da psicologia social clássica, à linha durkheimiana francesa, escolhendo a teoria da *Memória Coletiva*, preconizada por Maurice Halbwachs.

Nós a seguiremos também, afinal, discorrer sobre o tema implica remetermos nossos olhares, ainda que inicialmente, à Halbwachs, pois "suas reflexões sobre memória vão atar umbilicalmente memória e sociedade – devemos a ele a noção fundamental de *memória social*" (SEIXAS, 2001, p. 94).

Em sua teoria, Halbwachs (1994, p. 69) estabelece uma relação entre memória individual e memória coletiva explicando que,

> contudo, se a memória coletiva tira suas forças e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social.

Apesar de registrar que, de fato, é o indivíduo que lembra, o autor enfatiza a preponderância da memória coletiva à memória individual e por conta disso, recebeu críticas à sua teoria. Candau (2012, p. 48), por exemplo, registra que Halbwachs se equivocou "em ver nas memórias individuais fragmentos da memória coletiva", mas teve razão sobre a importância dos quadros sociais para a memória.

> A evocação, observa Maurice Bloch, implica em uma comunicação com o outro e, no curso desse processo, a lembrança individual, sem cessar, submetida às transformações e reformulações "perde seu caráter isolado, independente, individual". Nesse sentido, observa Danièle Hervieu-Léger, a memória coletiva "funciona como uma instância de regulação da lembrança individual". Os quadros sociais facilitam tanto a memorização como a evocação (ou o esquecimento) – "podemos nos apoiar sobre a memória dos outros" – os orientam, conferindo-lhes uma "luz de sentido" comandada pela visão de mundo atual da sociedade considerada. Nisso toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva [...] (CANDAU, 2012, p. 49, grifos do autor).

Deve-se expor, todavia, que o autor desenvolveu sua teoria sobre memória coletiva, estando inserido no contexto histórico da ascensão da classe operária e das duas grandes guerras mundiais, sendo sua obra, também, um produto da sua época.

Entretanto, apesar das críticas para Peralta (2007):

> As contribuições de Halbwachs denotam, porém, em muitos aspectos, uma grande

> atualidade. A premissa de que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado coletivo e que essa memória é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais é ainda o ponto de partida de todos os estudos sobre esta matéria (PERALTA, 2007, p. 7).

Destaca-se, também, a importância que a memória coletiva possui, segundo o historiador Jacques Le Goff (2004, p. 469):

> [...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção [...]. A memória é um elemento essencial no que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder.

Assim, se nos atentarmos para as implicações da memória individual e coletiva, com as relações dos indivíduos em seu meio social, relacionando com a questão da reconstrução do passado a partir de quadros sociais do presente, de acordo com os estudos de Halbwachs, percebe-se que a segunda questão levantada pelo artigo que nos norteia, sobre ética e política, se torna um debate pertinente em projetos de memória institucional.

Gondar (2005, p. 16) afirma que, na proposta ética da teoria halbwachiana, "a memória serve à manutenção dos valores do grupo" e, a partir dessa análise, deve-se admitir que, na construção de projetos de memória institucional, essa é uma proposta ética pertinente, tanto quanto o fato de que politicamente "há sempre uma concepção de memória social na escolha do que conservar e do que interrogar" (GONDAR, 2005, p. 17).

Percebe-se então que, em relação às pesquisas sobre memória institucional, é possível enquadrar projetos à questão ética e política da teoria Halbwachiana. Destaca-se, porém, nesse ínterim, que não só a memória serve à manutenção dos valores do grupo, mas o esquecimento também, "recordar, assim como esquecer, é, portanto, operar uma classificação de acordo com as modalidades históricas, culturais, sociais [...]" (CANDAU, 2012, p. 84).

Continuando a abordagem desta pesquisa, a terceira concepção de Jô Gondar sobre o conceito de memória diz respeito à questão processual da memória. Já se verificou anteriormente, que Halbwachs tem como tese central o fato de que a memória reconstrói o passado *a partir de* quadros sociais do presente. É nesse *reconstruir a partir* que está a concepção de construção social da memória e é a partir da ideia de construção que se estabelece a de *processo de construção*.

Neste ensejo, destaca-se o enfoque da memória como um processo, pois ela não existe

sem criação e recriação, fazendo parte também de uma atividade coletiva. Ressaltando que a imaginação também está presente no processo de rememoração humana (imaginário), por isso que memória é lembrança, mas também criação.

A autora explica que os quadros sociais de memória, propostos por Halbwachs a partir da teoria de Durkhein, e entendidos como "sistema de valores que unificam determinados grupos", nos levam a considerar o campo da memória como o campo das representações coletivas. Entretanto, segundo a autora, ele não respondeu *a partir do que* esses valores eram formados (GONDAR, 2005, p. 24).

Conforme relatado anteriormente, Halbwachs estabeleceu sua teoria dentro de um momento histórico específico, vindo a falecer durante a Segunda Guerra Mundial. Não se sabe como teria se desenvolvido seu trabalho, mas outros pesquisadores, após sua época, têm questionado o que poderia ser chamado de *redução da memória à representação*.

Sobre representações, Bosi (1994, p. 46) nos explica, a partir da teoria de Bergson, a função decisiva da memória no processo psicológico total, pois essa "permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações", e acrescenta:

> Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca", estas últimas, ocupando o espaço de toda a consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. [...] A memória seria "o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas" (BOSI, 1994, p. 47, grifo do autor).

A partir desse quadro, surge a questão do afeto:

> Se memória é um processo, o que o deflagra são relações e afetos – em outros termos, são jogos de força. A representação poderia, ainda que não necessariamente, integrar esse processo, mas nesse caso viria depois, como uma tentativa de dar sentido e direção ao que nos surpreendeu. [...] Lida nessa clave, uma representação coletiva, ou social é algo mais que uma ideia genérica e instituída que se impõe a nós: todas as representações são inventadas e somos nós que as inventamos (GONDAR, 2005, p. 25).

Pesavento (2007, p. 10) nos explica que a realidade é apreendida pelos sentidos e que "as sensibilidades são uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas". Essas considerações são pertinentes ao campo de estudo da memória e da história, pois, segundo a autora, faz com que o pesquisador possa articular informações a fim

de recuperar o sistema de interpretações que compõe um imaginário social. Como resultado objetivo dessa proposição, seria possível ter acesso não somente ao conhecimento sobre um fato acontecido, mas também sobre o contexto no qual ele ocorreu.

Assim, apresentada essa breve revisão conceitual sobre memória social e levando em consideração a declaração de Ecléia Bosi (2004, p. 49) de que "logo no início o pesquisador deve enfrentar o fato de que uma história de vida, ou mil histórias de vida jamais substituirão um conceito ou uma teoria da História", deve-se dizer, sumariamente, nossa compreensão sobre o significado de história e do seu sentido para esse trabalho. Dessa forma, citamos Le Goff (2004, p. 16), que declarou que "a história é a ciência da evolução das sociedades humanas", podendo ser entendida também como "ciência ou disciplina do acontecido, isto é, história-conhecimento; história como notícia dos fatos e história como fatos acontecidos, ou seja, história-processo" (FÉLIX, 2004, p. 24).

Porém, o que nos é importante destacar, ainda, é a relação entre memória e história. Para tanto, recorre-se a Pierre Nora (1993) que, ao estabelecer diferenças entre essas áreas de estudo, concluiu que essas são matérias opostas. Sobre esse enfoque, Nora (1993, p. 9) enfatiza que memória "é a vida, um fenômeno sempre atual, afetiva e mágica, emerge do grupo que ela une, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto na imagem, no objeto" enquanto que a história "é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, porque operação intelectual e laicizante demandam análise e discurso crítico, só se liga às continuidades temporais", e conclui: "a memória é um absoluto e a história só conhece o relativo".

Já Peter Burke enfoca mais o relacionamento entre as duas áreas, criticando a visão tradicional que diz que a memória reflete o que de fato aconteceu e a história (escrita) reflete a memória, acrescentando que "lembrar o passado e escrever sobre ele já não podem ser consideradas atividades inocentes" (BURKE, 1992, s/p). O autor declara ainda que os historiadores deveriam interessar-se pela memória sob dois aspectos, sendo o primeiro o uso da memória como fonte histórica, através da história oral, e o segundo considerando a memória como um fenômeno histórico, ligado ao coletivo, o que ele chamou de história social da recordação.

Lowenthal (1998, p. 66) também aborda a questão e declara que a memória é "inevitável e indubitável" e a história é "contingente e empiricamente verificável" registrando que

> a função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las.

> Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta [...] (LOWENTHAL, 1998, p. 66).

Já a história, segundo o autor, "expande e elabora a memória ao interpretar fragmentos e sintetizar relatos de testemunhas oculares do passado [...]" e "difere da memória não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido e corroborado, mas também como é transmitido, preservado e alterado" (LOWENTHAL, 1998, p. 104-107).

Finalizando, abordaremos ainda um último aspecto, mais atual, referente a esta relação história e memória, mas sob o enfoque da coletividade e que nos é trazido por Thomson, Frisch e Hamilton (2005) e se refere à memória como história e à história como memória.

No primeiro caso "ao situarem a memória simultaneamente como fonte de alternativas e resistências vernaculares ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica homogênea por parte das estruturas do poder cultural e político" os historiadores, segundo os autores, além de incorporar a memória ao desenvolvimento de seu trabalho, passaram cada vez mais a converter a própria memória coletiva em objeto de estudo, "como uma dimensão da história com história própria, que pode ser estudada e explorada". Com a utilização da memória no processo de dar sentido ao passado, novas possibilidades se abrem, minimizando, assim, a polarização entre memória e história (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2005, p. 77).

Já a história como memória, onde, segundo os autores, a história oral tem especial importância,

> não se trata apenas de entender as dimensões da memória coletiva no contexto da história, mas sobretudo de entender como a historicização formal e autoconsciente vem se transformando numa dimensão cada vez mais importante de como lembramos o passado e entendemos sua relação com a vida e a cultura contemporâneas (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2005, p. 78).

## 2.3 Memoriais: a conexão entre gestão cultural e memória institucional

"A memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos", a partir dessa declaração de Pierre Nora (1993, p. 25), autor da célebre expressão *lugares de memória*, estabelecida a partir de sua conclusão de que esses existem, pois não há mais memória espontânea, sendo então necessária a criação de operações não naturais, tais como a guarda de arquivos, registro de atas, criação de museus etc., para que a memória perdure, iniciaremos a incursão pelo tema da construção de memórias institucionais. Não será discutido o mérito do

debate acerca da existência ou não de memória, nos termos propostos por Pierre Nora, a pretensão é trazer à discussão a crescente preocupação com a questão da memória. Assim, será utilizada nesse projeto a expressão *espaços de memória*, e não *lugares de memória*, para designar equipamentos culturais, tais como museus, centros de memórias, arquivos e memoriais.

Porém, o que se constatou, assim como Nora, é que, de fato, atualmente, programas de memória institucional espalham-se pelas esferas do poder público, abrangendo todas as regiões brasileiras, além das ações executadas por instituições privadas, que são inúmeras.

Através de uma rápida pesquisa, em *sites* de busca na *internet*, é possível verificar a quantidade de programas estabelecidos, e ainda que dessa forma não se possa fazer juízo de qualidade dos trabalhos desenvolvidos, é possível perceber a movimentação em torno do tema.

Para enfatizar essa informação e focando na esfera legislativa, verifica-se nos *sites* das Assembleias Legislativas dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal que, dentre elas, 11 possuem espaços de memórias; das demais, é possível perceber que essas contam com um ou mais setores, que são, em alguns casos, denominados de *Escola do Legislativo*, onde são tratadas as questões educacionais, culturais e, por vezes, de memória da instituição, ainda que não possuam um memorial efetivamente. Algumas poucas não disponibilizam informação sobre se há na estrutura administrativa um setor responsável pela memória institucional.

Em relação aos Poderes Executivo e Judiciário não é diferente, e essa tendência também se percebe em órgãos públicos, tais como os Tribunais de Contas e o Ministério Público. Nesse último órgão, o Estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro, iniciando, em 2000, um programa de memória que visava sua afirmação identitária (AXT, 2013).

Empresas públicas também têm se preocupado em construir a sua memória e, nessa área, é possível destacar o caso da Petrobras, que institucionalizou, em 2004, o Programa *Memória Petrobras.* O Programa é baseado em história oral e foi criado a partir de um trabalho inicial, que abarcava apenas a memória dos trabalhadores, realizado para as comemorações dos seus 50 anos. O projeto se desenvolveu e hoje conta com as linhas: Memória do Conhecimento, Memória do Patrocínio, Memória das Comunidades, Memória das Famílias e também da Memória dos Trabalhadores, que foi mantido e ampliado, passando a agregar a história da instituição (FIGUEIREDO, 2007).

Porém, se o número de espaços memórias em órgãos públicos tem crescido, o mesmo não se dá na produção acadêmica sobre esse tema. Buscas na *internet*, no Portal de Periódicos da Capes e na da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, por pesquisas

realizadas sobre programas de memória em órgãos públicos, nos últimos cinco anos, não trouxeram resultados.

Entretanto, é possível encontrar artigos que relatam a trajetória de alguns desses programas desenvolvidos em órgão públicos. Dentre eles é possível citar aqueles de autoria de Jorge Barcellos: *O memorial como instituição no sistema de museus: conceitos e práticas na busca de um conteúdo*, de 2006; os de autoria do historiador Gunter Axt: *A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público*, de 2013; *Memória, cidadania e os novos campos de trabalho do historiador*, de 2004 e, *Justiça e Memória: a Experiência do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul*, de 2002. Na área legislativa, em nível federal, cita-se a monografia de Juçara Quinteiros de Farias: *Preservação da memória legislativa na Câmara dos Deputados*, de 2012.

Destaca-se, porém, a produção de artigos e pesquisas referentes à discussão conceitual sobre memória e termos afins, associada às organizações e instituições, na área das ciências sociais e ciências sociais aplicadas, sobretudo, nas áreas da comunicação e da administração. Citam-se os artigos: *A Memória Institucional como Possibilidade de Comunicação Organizacional: o caso do Exército Brasileiro*, de Andréia Arruda Barbosa (2010), e *Relações Públicas e História: a construção da Memória Institucional*, de Alina Oliveira de Souza e Cláudia Peixoto de Moura (2010), como exemplos dessa tendência.

Por conta dessa realidade, são trazidas algumas considerações sobre estudos conceituais, associados à memória institucional, levando em consideração que esse engloba e se inter-relaciona com outros conceitos, tais como informação, gestão do conhecimento, instituição, memória, identidade, história, memória e história organizacional, entre outros, tratando-se, portanto, segundo Costa (1997, p. 141) de um "conceito híbrido". Inicia-se com a compreensão do que é uma instituição, ainda de acordo com essa pesquisadora, que estudou detalhadamente o conceito de memória institucional.

Assim, ela fala da facilidade em se confundir instituição com organização, explicando que existem duas visões: uma economicista, que vê organização e instituição como sinônimos, já que toda instituição tem suas formas de organização; e outra juriscista, para a qual ela é um produto, um instrumento de reprodução das relações institucionais.

Porém, após uma incursão sobre as várias facetas que se relacionam com o termo, principalmente no que diz respeito às relações de poder que se inserem nas instituições, Costa (1997, p. 80) estabelece um conceito baseado nos estudos de Hume e Deleuze:

> Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São

> agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que atendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção da manutenção desta ordem (COSTA,1997, p. 80).

Entende-se, portanto, que instituições são mecanismos sociais que, de certa maneira, *controlam* o funcionamento da sociedade e a relação entre indivíduos. Elas podem ser políticas, educacionais, religiosas, entre outras linhas, sendo, porém, a sua principal característica, o fato de estarem, de alguma forma, regulamentadas. Já organizações são "um conjunto de instrumentos (órgãos) escolhidos, predispostos e oportunamente coordenados por um indivíduo ou grupo, com vistas à consecução de determinados fins" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 852).

Nesse contexto cabe uma reflexão sobre os conceitos de informação e conhecimento, pois se é possível dizer que as instituições se estabelecem e se mantêm através de mecanismos de controle social, essas formas de controle são exercidas, se não pela força, pela comunicação. Vale acrescentar nesse momento que, a partir dos estudos de Berger, "a linguagem é a primeira instituição com que se defronta o indivíduo" (AZEVEDO, 2002, p. 19), dessa forma é possível concluir que a primeira instituição está no âmago das demais, já que para se comunicar é necessário um código, e esse é a linguagem.

Assim, informações são, sob o enfoque da ciência da informação, "estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e seu meio" (SMIT; BARRETO, 2002, p. 21).

Já sob um enfoque administrativo, a informação tem como características ser indivisível e reproduzível. Sua transação é irreversível, já que não se pode devolvê-la, uma vez que se possui. Além disso, sua qualidade é incerta, o que torna seu valor subjetivo, dependente, entre outros aspectos, da amplitude de sua divulgação. Já o conhecimento, distante de ser um acúmulo de informações, pode ser definido como o resultado do processo de interação entre informações, portanto, um resultado de experiências, e sendo sua aplicação sempre dependente do contexto, se torna subjetivo por natureza (NONAKA; TOYAMA; HIRATA, 2011).

Seguindo adiante, nesse contexto, trazemos a questão da gestão do conhecimento, a partir dos estudos realizados por Borges (2011), que analisou conceitos de autores clássicos

da área, tais como Nonaka & Takeuchi; Sveiby; Krogh; Snowden e Choo. A partir de seus estudos, a autora nos revela que "gestão do conhecimento envolve a importância das pessoas poderem movimentar o conhecimento através de conversas espontâneas em diferentes locais e maneiras, sendo guiadas pela facilitação de relacionamentos em uma construção social de ações coletivas" (BORGES, 2011, p. 75). Nesse sentido, percebe-se que o enfoque principal da gestão do conhecimento está no seu compartilhamento, que concorre para a construção de novas perspectivas, novos modos de pensar e agir, estimulando a criatividade e aumentando o capital cultural, tanto das pessoas quanto das instituições.

Já em relação à memória organizacional e à história organizacional, apesar de pertencerem a campos de saber similares, têm suas especificidades, assim como os conceitos de memória e história, como já visto anteriormente.

No que diz respeito à história organizacional, esta

> concentra-se em conceitos e concepções provenientes da teoria organizacional e das ciências sociais e humanidades. Seu foco de pesquisa é mais abrangente, englobando não somente estudos sobre o passado/futuro das organizações, mas estudos acerca do sentido do passado/futuro para as organizações; estudos dos processos organizacionais por trás das histórias corporativas oficiais (TAYLOR e FREER, 2002, BOJE e ROSILE, 2003) e as razões para que essas histórias sejam escolhidas e não outras (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010, p. 295).

Já memória organizacional, segundo estudos realizados por Molina e Valentim (2011, p. 272), é como *bancos de conhecimento*, trazendo como "objetivos a preservação, o gerenciamento e a disseminação do conhecimento produzido internamente à organização. Eles possibilitam a inserção de conteúdos informacionais, para que sejam preservados enquanto conhecimento e disseminados aos diversos usuários da instituição".

Resta-nos ainda, para ampliar o conhecimento sobre o tema, refletirmos sobre a relação entre memória institucional – MI, e memória organizacional - MO, estudada por Icléia Thiesen Costa, que defende "que a MI está em constante desenvolvimento e estruturação, engloba a instituição como um todo, sendo formada com o passar do tempo. Além disso, também defende que a MO faz parte da MI, ou seja, a MI é maior do que a MO" (MOLINA; VALENTIM, 2011, p. 274).

Assim, enquanto a história organizacional diz respeito à compreensão da cultura da organização, o que permite criar narrativas para o aprendizado organizacional, os conhecimentos provenientes da memória organizacional têm como objetivo a possibilidade de utilizar as informações de forma a auxiliar na tomada de decisões, agregando eficácia aos processos administrativos.

A partir disso é possível inferir que programas de memória institucional devem ser amplos, contemplando aspectos administrativos, culturais e históricos da instituição. Não se pode, contudo, ignorar a questão da seleção do que é memorável (memória pressupõe recordação, mas também esquecimento, já que é impossível recordar tudo), pois "na escolha dos acontecimentos destacados, esse ordenamento das referências memoriais, é preciso observar o trabalho de construção da identidade que vai se fundar sobre os *memoranda"*, quer dizer, as coisas "dignas de entrar na memória" (CANDAU, 2012, p. 94, grifos do autor).

Assim, partindo para um segundo enfoque sobre conceitos associados à memória institucional entra-se na esfera dos resultados obtidos através do tratamento dessa memória. Sabe-se que, a partir do desenvolvimento de trabalhos nesse campo é possível viabilizar a construção do patrimônio cultural imaterial de uma instituição através de programas de memória oral, por exemplo; e de seu patrimônio material, com a criação de museus, centros de memória ou memoriais.

Além disso, dentro dos espaços de memória é possível, e altamente recomendável, a criação de produtos culturais, tais como revistas, livros, exposições, entre outros, o que implica a necessidade do estabelecimento de uma política cultural.

Nessa esteira, é necessário abrir um espaço para esclarecer o que vem a ser patrimônio, que pode ser sumariamente definido como "o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações" (UNESCO, 2013, s/p). Porém, o conceito de patrimônio ainda é subdividido, abrindo-se conceituações específicas, tais como: patrimônio histórico, patrimônio arquitetônico, patrimônio natural, patrimônio cultural, patrimônio intangível, entre outros.

Dentre esses, o que é pertinente é o patrimônio cultural, pois se relaciona com a identidade e a memória de quem o produz, criando "marcas de distinção", sendo "como um campo de lutas onde diversos atores comparecem, construindo um discurso que seleciona, apropria – e expropria – práticas e objetos" (VELOSO, 2007, p. 229).

Em relação à sua importância registramos que

> o patrimônio cultural cumpre um papel dos mais significativos, pois, como símbolo, em termos materiais, concretiza o passado no presente; os monumentos e objetos, criados pelos antepassados em função de determinadas necessidades sociais e culturais, convivem com a arquitetura atual. Em termos intangíveis, esse patrimônio integra a realidade social, ao contribuir para um processo de socialização que apresenta continuidade com as gerações passadas. Ao influenciar e sofrer influências, transforma-se para contemplar as necessidades das atuais e futuras gerações – como ocorre com as tradições [...] (DIAS, 2006, p. 184).

Ele é decomposto em material, referindo-se exclusivamente ao que é físico; e imaterial, entendendo-se por patrimônio cultural imaterial as técnicas, "representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural" (UNESCO, 2003, p. 4).

Já em relação aos espaços de memória, ou equipamentos culturais, devemos registrar que, como essa pesquisa se refere à memória institucional, e objetivamos a criação de um memorial, não nos atentaremos a estabelecer as características dos diversos tipos de espaços de memória, objetivando assim a construção do conhecimento do que vem a ser um memorial.

Para tanto, recorremos a Barcellos (2006), que relata que esse conceito está à procura de seu conteúdo, registrando que assim como existem memoriais que se prestam a palco de homenagem a personagens ilustres, há outros que possuem características de centros culturais. O autor relata que, diferentemente dos museus, os memoriais são compostos por acervos selecionados por ideologia, sendo a atenção voltada apenas às coleções de caráter institucional, com o possível objetivo de *sacralizar* uma memória. Assim, o autor conclui: "não cabe ao Memorial um acervo diverso dos fins institucionais para os quais foi criado, ainda que isto pudesse ser de interesse geral e da comunidade, pois não se trata disso que está em questão" (BARCELLOS, 2006, s/p).

Já Axt (2013) esclarece que um memorial é, na acepção de Pierre Nora, um lugar de memória, ou seja, um espaço em que se bloqueia a ação do esquecimento e se corporifica o imaterial, mas que, em alguns casos, se resume "a paredes forradas por retratos monotonamente enfileirados, ao cantinho de uma sala com expositores nos quais figuram meia dúzia de objetos, [...] ocupados por servidores ociosos e pequenas exposições permanentes, eternas" (AXT, 2013, p. 76). O autor registra que esse tipo de espaço beira ao desperdício de tempo e recursos, já que não possui atrativos para o público e os que os visitam não têm motivos para retornar, pois não há novidades. Assim, enfatiza que um memorial, para além do espaço de bloqueio do esquecimento, deve prestar serviços à instituição que o abriga "desenvolvendo em seu seio um fórum de reflexão sobre a instituição trabalhada, ancorado no ferramental teórico e metodológico da pesquisa histórica" (AXT, 2013, p. 65) e, se possível, prestar serviços também ao seu entorno comunitário.

Dessa forma, passando às considerações finais, destacamos que para a efetiva obtenção dos objetivos de um programa de memória institucional, tal como a criação de um memorial não estático e voltado à prestação de serviços, é necessária a gestão dessa memória,

através de uma política cultural. Essa gestão "deverá estabelecer uma relação entre as questões artísticas e culturais associadas aos conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos, bem como aos conhecimentos mais técnicos da comunicação, economia, administração e direitos aplicados à esfera cultural" (CUNHA, 2007, s/p.).

Porém, nesse contexto, primeiramente é necessário diferenciar política de gestão. A primeira "trata (ou deveria tratar) dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação, e a segunda de organizar e gerir os meios disponíveis para a execução desses meios e fins. A gestão, portanto, está inserida na política cultural, faz parte do seu processo" (BARBALHO, 2005, p. 36).

Entretanto, se a política cultural é a base do processo, torna-se necessário observar que essa deverá ser abrangente, aberta às diversidades e capaz de estabelecer diálogos com seu entorno, a fim de não se tornar autorreferenciada e limitada em sua ação, pois

> uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as formas presentes de dominação, herdadas de um passado ignorado. Fadadas à repetição e impedida de inovação, tal política cultural é cúmplice do *status quo* (CHAUÍ, 1992, p. 43).

Seguindo adiante, apresentam-se algumas considerações sobre a gestão de projetos culturais, considerações adaptadas do artigo *Gestão Cultural*, de Rosa Villas-Boas (2005), que esclarece que é possível realizar um trabalho integrando diversos processos da atividade de cultura, a exemplo da pesquisa, do planejamento, da comunicação, da captação e da produção. Nesse prisma, a fase da pesquisa é a da contextualização, onde se deve fazer um diagnóstico definindo as ações necessárias, a partir da demanda do público e da avaliação dos temas a serem reforçados. Em seguida é realizada a elaboração do planejamento, atentando às premissas da proposta, às expectativas de situação a serem alcançadas, à forma como vai ser realizada e ao estabelecimento dos indicadores de resultados.

Depois disso deve-se "elaborar um plano de comunicação que permita informar ao público-alvo as inovações culturais que se pretende introduzir, implementar estratégias, criar, planejar e executar campanhas de comunicação" (VILLAS-BOAS, 2005, p. 104-105).

Para a execução das fases de captação e produção, a autora enfatiza a necessidade de se definir a equipe que irá desenvolver o projeto, quem será o gestor cultural e quais serão os planos de desenvolvimento cultural, sugerindo que se registrem as experiências através de publicações.

Por fim, deve ser levado em consideração que o projeto cultural deve atender à missão da instituição, tendo como prioridade o atendimento de sua responsabilidade social, à ampliação do universo cultural do local onde está inserida e à visibilidade da instituição, possível através da mídia espontânea e do acesso a formadores de opinião.

# 3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL LEGISLATIVA

Apresentados os conceitos estruturantes da pesquisa, parte-se para a definição e apresentação das características essenciais do Poder Legislativo, tendendo mais às questões municipais, sendo esse preâmbulo necessário para uma melhor compreensão do tema abordado, assim como para a consolidação das respostas dos questionamentos provenientes da presente pesquisa.

As informações aqui dispostas são baseadas nos materiais disponibilizados no *site* do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, e do Programa Interlegis, do Senado Federal (BRASIL, s/d.).

Assim, no Brasil, existem três poderes políticos, independentes e harmônicos entre si: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Eles se estabelecem em três níveis de poder, que são o federal, o estadual e o municipal.

No caso de Poder Legislativo, em nível federal, há o Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Nos Estados estão as Assembleias Legislativas, no Distrito Federal, a Câmara Distrital e, nos municípios, as Câmaras Municipais.

Destaca-se que essa estrutura está disposta na Constituição Federal, que estabelece que o Brasil é uma República Federativa, organizada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, e que tem como princípios fundamentais, entre outros, a soberania popular, a tripartição dos poderes e a eleição como forma de escolha dos representantes do povo.

Nesse contexto tripartite, para que seja possível compreender o que vem a ser o Poder Legislativo, deve-se considerar o Título I da Constituição Federal, em seu art. 1º, parágrafo único, que estabelece: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" e o *caput* do art. 14: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos". A partir dessas duas premissas destaca-se o caráter representativo do Poder Legislativo. Em outras palavras, o Legislativo é o palco político onde aqueles que a população elegeu para representá-la exercem seus mandatos.

Essa representação se dá, sumariamente, na forma do processo legislativo, que prevê a elaboração de proposições legislativas, respeitadas as prerrogativas de iniciativa; a avaliação de proposições, momento em que é possível apresentar propostas de alterações, através de emendas, dentro do rito legislativo, culminando em sua aprovação ou rejeição, além da fiscalização das ações do Poder Executivo.

Registramos que o chefe do Executivo, que no caso dos municípios é o Prefeito, também é um representante eleito pelo povo, entretanto, sua função é administrativa, não legislativa. O Poder Executivo tem a prerrogativa de iniciativa de proposição legislativa, ou seja, elabora propostas de leis que encaminha à Câmara para deliberação. Entretanto, quase nenhuma ação pode ser executada sem a aprovação do Poder Legislativo, que analisa as propostas e delibera, com exceção de apenas algumas matérias, que podem ser regradas através de decreto, pelo Prefeito. Porém, as limitações de iniciativa, assim como as matérias que devem passar pelo crivo do Poder Legislativo, estão estabelecidas em Lei Orgânica Municipal, que é para o município o que a Constituição é para o país. Nesse contexto destaca-se que essas são normas parametrizadas, ou seja, o texto da Lei Orgânica deve seguir os preceitos constitucionais, a fim de que os atos oriundos de sua aplicação não incorram em inconstitucionalidade.

Assim, após esta breve explanação sobre as características do Poder Legislativo, passamos então a apresentar as instituições legislativas estudadas a fim de conhecer o trabalho de gestão de memória desenvolvido por seus equipamentos culturais.

O primeiro Estudo de Caso diz respeito ao Memorial do Legislativo, equipamento cultural da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul - ALRS, que foi criado oficialmente em 2008, por meio da Resolução de Plenário nº 3.030, de 23 de dezembro de 2008, e que teve suas portas abertas à comunidade em 30 de junho de 2010.

A escolha deste Equipamento Cultural se fez notória pela importância da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e se justifica pelo fato de que o Memorial tem por missão institucional tornar-se centro de referência da história do Poder Legislativo Sul-rio-grandense. O Programa de Memória da Assembleia, em sua longa trajetória, assim como as ações desenvolvidas pelo Memorial servem, portanto, de modelo para entes do Poder Legislativo do Estado que desejam iniciar seus próprios programas.

Em relação à metodologia, este estudo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados oriundos de documentos, da observação sistemática do Memorial, de registros de imagens e de entrevistas. O planejamento e a execução do Estudo de Caso compreenderam o período de dezembro de 2012 até março de 2014, havendo nesse intervalo a execução de diversas etapas, tendo como iniciais o contato com o Memorial e a realização da Visita de Reconhecimento.

A partir desta primeira visita foi formulado um Termo de Referência (APÊNDICE B), desenvolvido para servir de instrumento norteador da pesquisa. Neste instrumento foram elencados itens de identificação, campos referentes à gestão administrativa e de pessoal,

projetos, convênios e dados complementares para a análise do Equipamento Cultural.

De posse do Termo de Referência foram realizadas duas Visitas Técnicas à sede do Memorial. Além das observações e pesquisas documentais, para obter as informações necessárias ao preenchimento do Termo e à construção da trajetória histórica do Programa de Memória, foram entrevistados o Diretor do Memorial, Senhor Márcio Farias, e as servidoras do quadro efetivo, Senhoras Débora Dornsbach Soares, Coordenadora do Memorial, e Juliana Erpen. Também foram entrevistados a Senhora Nicéa Brasil, ex-diretora da Diretoria de Atividades Culturais e o historiador Gunter Axt, ex-consultor contratado pela Assembleia para o desenvolvimento do Projeto Memória do Parlamento (atual Programa Memória Parlamentar). Afora as visitas foram utilizadas ainda as informações disponibilizadas no *website* do Memorial. Destaca-se que o Relatório apresenta, para fins de contextualização, os históricos da ALRS e de seu programa de memória, adaptados de textos disponibilizados no Portal da Assembleia. Registra-se sobre essa questão que não foi feita uma discussão historiográfica deste conteúdo veiculado, nem da narrativa proposta.

Assim, as etapas seguintes do desenvolvimento do estudo se referem ao procedimento de organização e análise dos dados coletados e à elaboração do relatório, que traz dados sobre a estrutura organizacional do Memorial, suas estratégias de desenvolvimento e seus recursos técnicos, tecnológicos, humanos e físicos.

O segundo Estudo de Caso é sobre o Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, equipamento cultural que iniciou suas atividades em 1994, mas que foi criado, oficialmente, em 2001, por meio da Resolução nº 158, de 09 de outubro de 2001.

A escolha deste Equipamento se fez a partir de uma breve análise dos programas de memória das câmaras dos vinte maiores municípios do Estado, cujas informações estavam disponibilizadas através de seus portais (APÊNDICE A). O Portal da Câmara Municipal de Porto Alegre – CMPA, se destacou pelo fato de registrar a existência de um Memorial que desenvolvia diversas atividades culturais e educacionais, e que possuía um laboratório de restauração, vindo a ser selecionado para esta pesquisa.

Em relação à metodologia, esta pesquisa seguiu a mesma do Estudo realizado na Assembleia Legislativa. Assim, além das observações e pesquisas documentais, para obter as informações necessárias ao preenchimento do Termo de Referência e à construção da trajetória histórica do Programa de Memória, foram entrevistados o chefe da Seção de Memorial, Jorge Barcellos, e a servidora do quadro efetivo Andréia Godoy de Ávila. Afora as visitas, foram também utilizadas as informações disponibilizadas no *website* da Câmara Municipal.

Já o terceiro Estudo de Caso é referente ao Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, equipamento cultural que foi criado, oficialmente, em 2008, por meio da Resolução nº 212A, de 22 de abril de 2008.

A escolha desse Equipamento se deu da mesma forma que o da Câmara Municipal de Porto Alegre, sendo que o Portal da Câmara Municipal de Caxias do Sul - CMCS, se destacou pelo fato de registrar a existência de um Centro de Memória que, além de desenvolver atividades culturais, possuía um amplo sistema de disponibilização de informações via *internet*, vindo a ser selecionado para esta pesquisa.

Em relação à metodologia, este Estudo foi elaborado conforme os demais, tendo sido realizadas entrevistas com o chefe do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, o historiador Eduardo Reis e com a historiadora Elenira Inês Prux, Diretora do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami - AHMJSA, instituição parceira do Centro de Memória.

Assim sendo, passamos a apresentação das Instituições selecionadas, seus Programas de Memória e seus Equipamentos Culturais.

### 3.1 Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

A Assembleia Legislativa apresenta, em seu Portal, um histórico sobre sua trajetória, iniciando no Período Imperial e culminando nos dias de hoje. Esse registro, que adaptamos para apresentação deste Relatório, é necessário para que seja possível perceber a importância da Instituição, que, ao longo de 178 anos, foi palco político do desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

Inicia-se o relato desta trajetória destacando que a primeira Constituição Brasileira, datada do Período Imperial (1822/1889) e outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 25 de março de 1824, não prevê a delegação de poderes legislativos às Províncias do Império, embora estabeleça órgãos deliberativos sobre assuntos de seu interesse peculiar (os "Conselhos Gerais"). Essa situação perdura até a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, em cumprimento ao Ato Adicional de 1834.

Em 20 de abril de 1835, em plena sessão de instalação da Assembleia Legislativa, o Deputado Bento Gonçalves da Silva é acusado, pelo Presidente da Província, por articular a separação do Rio Grande do Sul do restante do Império. Essa data é considerada o marco político da Revolução Farroupilha. De 20 de setembro de 1835, quando os farrapos tomam Porto Alegre, até 15 de junho de 1836, quando a perdem para os legalistas, somente

comparecem à Assembleia Legislativa os Deputados favoráveis à rebelião. Em 1837, inverte-se a situação: somente os membros da Assembleia, favoráveis ao Império, participam dos trabalhos legislativos. A Guerra dos Farrapos impede a realização de eleições para a renovação dos mandatos findos em 31 de dezembro de 1837, os quais permanecem vagos até a instalação da 2ª Legislatura, em 1º de março de 1846.

O segundo período, o da República Velha (1889/1930), inicia com a Proclamação da República. Nesse momento é elaborada uma nova Constituição, promulgada em 14 de julho de 1891, que outorga ao Presidente do Estado a prerrogativa de editar as leis; a Assembleia, então denominada: *Assembleia dos Representantes*, reúne-se apenas dois meses por ano, exclusivamente para votar o orçamento do Estado e dispor sobre tributos. A asfixia política leva à eclosão da Revolução de 1893, na qual chimangos (castilhistas) e maragatos (monarquistas e republicanos não-positivistas, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins) banham em sangue os campos do Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos sufoca a revolta e consolida seu governo, durante o qual nenhum maragato ocupa um cargo público e nenhum Deputado oposicionista é eleito à Assembleia dos Representantes ou ao Congresso Nacional. Em 1923, Borges de Medeiros vence J. F. de Assis Brasil (que fora o primeiro Deputado do PRR à Assembleia Provincial) e conquista seu quinto mandato. Os maragatos alegam fraude e levantam-se em armas contra o governo. O Pacto de Pedras Altas sela a paz, mediante o compromisso de revisão da Constituição castilhista e de que o Presidente do Estado não concorreria a um sexto mandato. Getúlio Vargas sucede a Borges e pacifica o Estado sob a bandeira da Frente Única Gaúcha, reunindo chimangos e maragatos, começa então o período da República Nova e do Estado Novo (1930/1945).

Após haver unido o Rio Grande do Sul, Getúlio agrega o apoio de Minas Gerais e Paraíba e lança-se candidato à Presidência da República pela Aliança Liberal, nas eleições de 1929. Derrotado, deflagra em 3 de outubro de 1930 um movimento revolucionário que, um mês depois, o empossa como chefe do Governo Provisório da República. Em 1932, Borges de Medeiros e Raul Pilla apoiam no Estado a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Embora vencida militarmente, a revolta leva Getúlio a convocar eleições para a reconstitucionalização do país. A Constituição Federal de 1934 manda convocar eleições para as Assembleias Constituintes dos Estados, as quais devem transformar-se em Assembleias Legislativas assim que elaboradas as respectivas Constituições.

Instalada com poderes constituintes em 12 de abril de 1935, a Assembleia Gaúcha é fechada no dia 10 de novembro de 1937, com a decretação do "Estado Novo". O Plenário do Casarão Rosado permanece em silêncio até o fim da ditadura de Vargas.

O período de Redemocratização inicia em 1945 e se estende até 1964. Em 25 de agosto de 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o Governador Leonel Brizola levanta o Estado em defesa da posse do Vice-Presidente, João Goulart, vetada pelos ministros militares. A crise é superada com a posse de João Goulart como Presidente da República sob o regime parlamentarista de governo. Em 1963, um plebiscito nacional restabelece o presidencialismo, mas João Goulart não consegue apoio para suas "reformas de base" e é derrubado pelo golpe militar de 31 de março de 1964.

Assim, através do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964, com o qual se cassa os direitos políticos de alguns parlamentares, inicia-se o Regime Militar, que se mantém até 1985. Já o Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, extingue os partidos políticos. Surgem a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), congregando os apoiadores do novo regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única oposição tolerada. Em 19 de setembro de 1967, realiza-se a última sessão no prédio histórico da Rua Duque de Caxias. No dia seguinte, a Assembleia Legislativa instala-se no Palácio Farroupilha.

As cassações de Deputados emedebistas subsequentes à edição do Ato Institucional n.º 5, em 13 de dezembro de 1968, fazem da ARENA a bancada majoritária na Assembleia e aprofundam o fosso entre governo e oposição. Mas as diferenças políticas não são empecilho à união da Assembleia Legislativa em prol do interesse comum do Estado. Em 27 de agosto de 1975, o Governo Federal premia esse esforço e aprova a implantação do III Polo Petroquímico no Rio Grande do Sul. Em 1977, o Presidente Ernesto Geisel inicia um processo de política de abertura lenta e gradual, revoga o AI-5 e passa o poder ao General João Batista Figueiredo, incumbido de encerrar o período dos governos militares. Figueiredo sanciona a Lei de Anistia (Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979) e a Lei da Reforma Partidária (Lei n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que extingue a ARENA e o MDB). Na Assembleia Gaúcha, os Deputados arenistas ingressam, em bloco, no Partido Democrático Social (PDS), enquanto os emedebistas dividem-se entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Em 1984, a Assembleia Legislativa é envolvida pela campanha em apoio às eleições diretas para Presidente da República ("Diretas Já"). Com a rejeição da proposta, em 25 de abril de 1984, a oposição ao regime militar apresenta ao colégio eleitoral a candidatura do Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB). Em 15 de janeiro de 1985, com o apoio decisivo da Frente Liberal do PDS, Tancredo vence o Deputado Federal Paulo Maluf (PDS/SP) e é eleito Presidente da República. É o início da Nova República, que vai de 1985 até os dias atuais, porém, Tancredo é internado na véspera de sua posse e morre em 21 de abril de 1985. Sarney torna-se

Presidente da República. Em 27 de novembro de 1985, o Congresso Nacional promulga a Emenda Constitucional n.º 26, que convoca uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição Federal; três semanas depois, em 26 de outubro de 1988, instala-se a Assembleia Constituinte Estadual. Em 3 de outubro de 1989, a Assembleia entrega ao Rio Grande do Sul a sua nova Constituição. A nova Carta do Estado incorpora a participação popular no processo legislativo, facultado aos cidadãos a apresentação de propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e emendas aos projetos de lei sobre matéria orçamentária. Em 1999, a Assembleia institui o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, canal permanente de participação do cidadão na formulação de políticas estaduais de interesse local e regional. De acordo com o seu Portal, a Instituição ingressa no Terceiro Milênio aberta ao povo gaúcho e pronta para cumprir o papel que lhe cabe no Estado democrático de direito, através do exercício do controle externo da administração estadual e da legislação responsável sobre todas as matérias de competência do Estado.

### *3.1.1 Programa de Memória*

A Assembleia conta com um Memorial que é produto de uma política de proteção ao patrimônio histórico e documental, que iniciou em 1967, com a Resolução n.º 1.587, de 20 de dezembro de 1967, que organizava os serviços administrativos da Casa. Esta e as demais formações aqui dispostas são provenientes do histórico do Programa de Memória da Assembleia, (RIO GRANDE DO SUL, s/d) disponível em seu Portal na *Internet*, a partir das quais se apresenta esta adaptação, que foi acrescida de dados coletados através de pesquisas documentais e entrevistas.

Assim, a previsão de um Museu Legislativo, nessa Resolução, já demonstrava a preocupação da Assembleia Legislativa com sua memória institucional. Porém, as ações previstas nesta Resolução não viriam a se tornar efetivas antes de 1974.

Segundo a servidora aposentada e ex-diretora da Diretoria de Atividades Culturais - DAC, Nicéa Brasil, que esteve à frente desta diretoria por 17 anos, em 1974 começou uma mudança política na ALRS e a oposição, que na época era o MDB, conseguiu a maioria na Casa. Até então, a administração estava sendo conduzida sucessivamente por presidentes ligados ao partido ARENA. Já em 1975, o MDB, na figura do seu líder, Deputado João Carlos Gastal, conseguiu chegar à presidência, passando a administrar a Assembleia.

Neste momento, a servidora foi convidada a assumir as atividades culturais na Assembleia, essas atividades, porém, se resumiam a eventos, tais como, o envio de flores para as esposas dos deputados em seus aniversários, elaboração de chás mensais e jantares esporádicos de confraternização. Porém, conforme nos relata Nicéa Brasil, em conversa com o Líder da Bancada do MDB, Deputado Pedro Simon, este lhe disse que, por estarem vivendo um momento político único, era necessário, além da atuação política, desenvolver uma ação cultural efetiva na ALRS, e que este trabalho ficaria ao seu encargo. Desta forma começou-se a gestão cultural de memória na Assembleia.

Assim, o efetivo funcionamento desse serviço deu-se em 19 de setembro de 1978, sob a designação de *Serviço de Pesquisa, Documentação Histórica e Museu da Assembleia Legislativa*, atrelado ao Departamento de Atividades Culturais. O Museu situava-se no *Hall* de entrada do Plenário, podendo ser considerado como o embrião do "Memorial do Legislativo", e foi originariamente constituído para abrigar seu acervo mais antigo, composto de quadros, objetos e documentos do século XIX e XX. Destaca-se que o momento coincide com a mudança da sede da Instituição para o Palácio Piratini, e que parte do mobiliário antigo, proveniente do prédio anterior, passou a compor o acervo do Museu.

Já em relação às ações culturais, a programação se baseava em eventos que ocorriam no auditório, na realização do serviço de relações públicas, que era o responsável pelas visitas guiadas à Assembleia, além da organização da biblioteca, que passou a centralizar a documentação histórica, como os anais, que estava dispersa pela Casa.

Quanto à programação do auditório, Nicéa Brasil explica que houve uma grande influência do momento histórico, que fez com que os ambientes culturais fossem fechados por conta da censura. O Theatro São Pedro, um dos únicos que ainda estavam abertos, parou sua programação para ser reformado e se manteve assim por cerca de sete anos. Desta forma, o único lugar disponível para a realização de apresentações, sem custos e, sobretudo, sem censura, era a Assembleia.

Em 1979, a programação do auditório estava no auge e os espaços ociosos que existiam na Casa passaram a ser utilizados para realização de exposições, sendo que havia dois salões disponíveis, um grande, para exposição de artistas renomados, e um menor, destinado a novos talentos.

Neste mesmo ano, sob a presidência do Deputado Carlos Giacomazzi, a formanda de Arquitetura, Eliana Vieira Pinto, apresentou uma proposta de reaproveitamento do prédio do Solar dos Câmara, com a reforma, restauração e posterior ocupação para atividade de

interesse da Assembleia. O Presidente concordou com a proposta e a compra viria a se efetivar em 1980.

Nicéa Brasil relata que, como a casa estava deteriorada e a instalação elétrica era precária, nenhum setor da Casa quis se instalar no local, então, ela solicitou o prédio para a criação de um espaço cultural de memória legislativa e obteve êxito. Desta forma, em 1982, o Serviço de Pesquisa, Documentação Histórica e Museu foi instalado no Solar dos Câmara, prédio histórico, tombado no ano de 1963 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O setor contava, na época, com apenas três servidores. Esses iniciaram a organização e catalogação do material histórico da Assembleia e realizaram algumas exposições, entre outras atividades culturais, apesar das dificuldades provenientes das condições do prédio, que foi posteriormente reformado[2].

Assim, o Solar, desde sua aquisição, sempre foi utilizado para atividades culturais, apesar das disputas por espaços, que são comuns em instituições públicas[3]. Nicéa Brasil, que se aposentou em 1994, argumenta que isto se deu devido ao fato de possuírem uma programação cultural diversificada e efetiva, elaborada com o objetivo de atrair o público. Uma dessas ações, a título de exemplo, é o *Sarau no Solar*[4], evento musical que foi criado em 1993 e se mantém até hoje e que é uma atividade consagrada na agenda cultural da capital.

[2] Após a conclusão da reforma e restauração, conforme nos relata a ex-Diretora Nicéa Brasil, para a reabertura, foi feita uma encenação, que se tratava de uma adaptação para o teatro, feita pelo Diretor Breno Ruschel, a partir do livro *Solar dos Câmara, RS: caminhos, luzes e sombras*, de Tabajara Ruas. A encenação consistia em uma visita guiada pela casa, que dialogava com a trajetória de seus ex-moradores. Os artistas trajavam roupas de época e representavam os três principais moradores da casa, a saber: Visconde de São Leopoldo, que recebeu os imigrantes alemães quando estes chegaram ao Brasil; General Câmara, 1º Governador do Estado; e o Professor Armando Câmara, que foi Reitor da UFRGS. Devido ao sucesso do evento, a peça foi encenada todos os sábados e domingos durante seis meses.

[3] Atualmente o Solar, que conta com um auditório, sala para exposições fotográficas, sala de reuniões, biblioteca e um espaço cultural, é destinado preferencialmente para atividades institucionais da Assembleia Legislativa, mas alguns de seus espaços podem ser cedidos para atividades artístico-culturais à pessoa, grupo ou entidade, mediante solicitação.

[4] O Sarau no Solar consiste na promoção de espetáculos musicais, com entrada franca, com o objetivo de estimular a pluralidade da produção gaúcha e propiciar acesso universal às mais variadas expressões da cultura musical local, regional, nacional e internacional. O Sarau, em seus vinte anos, já soma mais de 650 espetáculos e um público de aproximadamente 80.000 pessoas. Fonte: Divisão de Promoções Culturais. Portal da ALRS.

Figura 1 – Solar dos Câmara

Fonte: Agência de Notícias ALRS. Foto de Marcos Eifler.

Em 1996 iniciou-se uma nova fase e o Serviço de Pesquisa do DAC assumiu a denominação de *Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul* - CPDHPRS. No mesmo ano, foi implantado o Projeto Memória do Parlamento, que estreou com o lançamento do *Catálogo de Parlamentares Gaúchos*. Também iniciou a publicação de perfis de parlamentares gaúchos[5] com destacada trajetória política, reeditou publicações da Assembleia que se encontravam esgotadas, além de uma série de atividades culturais, tais como exposições, palestras e seminários.

Este período de efervescência de atividades culturais, associada à memória legislativa, foi possível devido à contratação, por notório saber, de dois historiadores, Carmen Aita e Gunter Axt, idealizadores do Centro de Pesquisa. Por meio de contratos de prestação de serviços anuais, renovados durante cinco anos, foi possível consolidar o Projeto Memória do

[5] A manutenção da Série, criada neste período pela consultoria externa contratada, tornou-se uma atribuição do Memorial, regulamentada pela Resolução nº 959, de 17 de dezembro de 2009. As publicações mantêm, desde a sua criação, a continuidade de seu formato e capa. A estrutura está dividida em dois momentos, no primeiro é apresentada uma contextualização do período, atrelada à biografia e trajetória política do pesquisado. No segundo, é disponibilizada a transcrição de alguns de seus pronunciamentos proferidos, que constam dos anais da Assembleia, além de depoimentos.

Parlamento, com foco na pesquisa histórica e na elaboração de produtos culturais, desenvolvidos a partir dos resultados das pesquisas realizadas.

Sobre essa fase, o historiador Axt destaca dois fatores importantes e que viabilizaram o trabalho desenvolvido: a continuidade administrativa na ALRS e a repercussão das atividades culturais realizadas. Segundo o historiador, durante esse período havia políticas administrativas de longo prazo e um programa institucional definido. Isso se deu devido, principalmente, à manutenção dos titulares dos cargos de Diretor Geral e do Diretor da Diretoria de Atividades Culturais. Quanto ao trabalho desenvolvido, apesar dos bons resultados, Gunter Axt registra algumas dificuldades, dentre elas a obrigatoriedade para a impressão dos livros, da utilização dos serviços da Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - Corag. O historiador relata que, ainda que os servidores tivessem competência e boa vontade, a Companhia estava com o seu parque gráfico ultrapassado. Já em relação ao programa de história oral, esse não pode ser efetivado, devido, sobretudo, à falta de recursos humanos. Nessa ocasião, apenas entrevistas direcionadas a temas específicos[6] foram realizadas.

Tal período se encerrou em 2001, com a posse do Presidente Sérgio Zambiasi, que reestruturou administrativamente a Casa, substituindo os titulares das diretorias, gerando descontinuidade administrativa. Também foram finalizados os contratos de prestação de serviços dos historiadores conveniados.

Já em relação à repercussão das atividades, Axt destaca que os eventos culturais, principalmente os lançamentos de publicações, eram concorridos e frequentados por parcela significativa de personalidades políticas e acadêmicas. Isso teria gerado mídia espontânea na imprensa, que passou a disponibilizar mais espaço para a Assembleia em seus veículos de comunicação. Assim, o sucesso das publicações e dos eventos, e a sua repercussão, sobretudo na imprensa, eram considerados fatores positivos pelos Presidentes e Diretores, justificando a continuidade do Programa e a renovação dos contratos dos consultores. A ex-Diretora, Nicéa Brasil, que apesar de aposentada acompanhou tal período, declarou que este foi o momento em que o projeto de memória da Casa esteve "na vitrine", destacando e consolidando todo um trabalho desenvolvido. Já Gunter Axt destaca que as obras repercutiam porque havia reconhecimento da excelência do conteúdo: "*se operávamos no diapasão da memória, o*

[6] A metodologia de história oral, baseada em entrevistas, foi utilizada para a elaboração do livro sobre a Constituição de 1989, que se tornou um dos produtos culturais do Projeto Memória do Parlamento. (AXT, Gunter. **Constituinte de 1989:** História da Constituição dos Gaúchos. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do RS, 1999).

*fazíamos utilizando o ferramental metodológico e conceitual da história, produzindo obras de referência*".

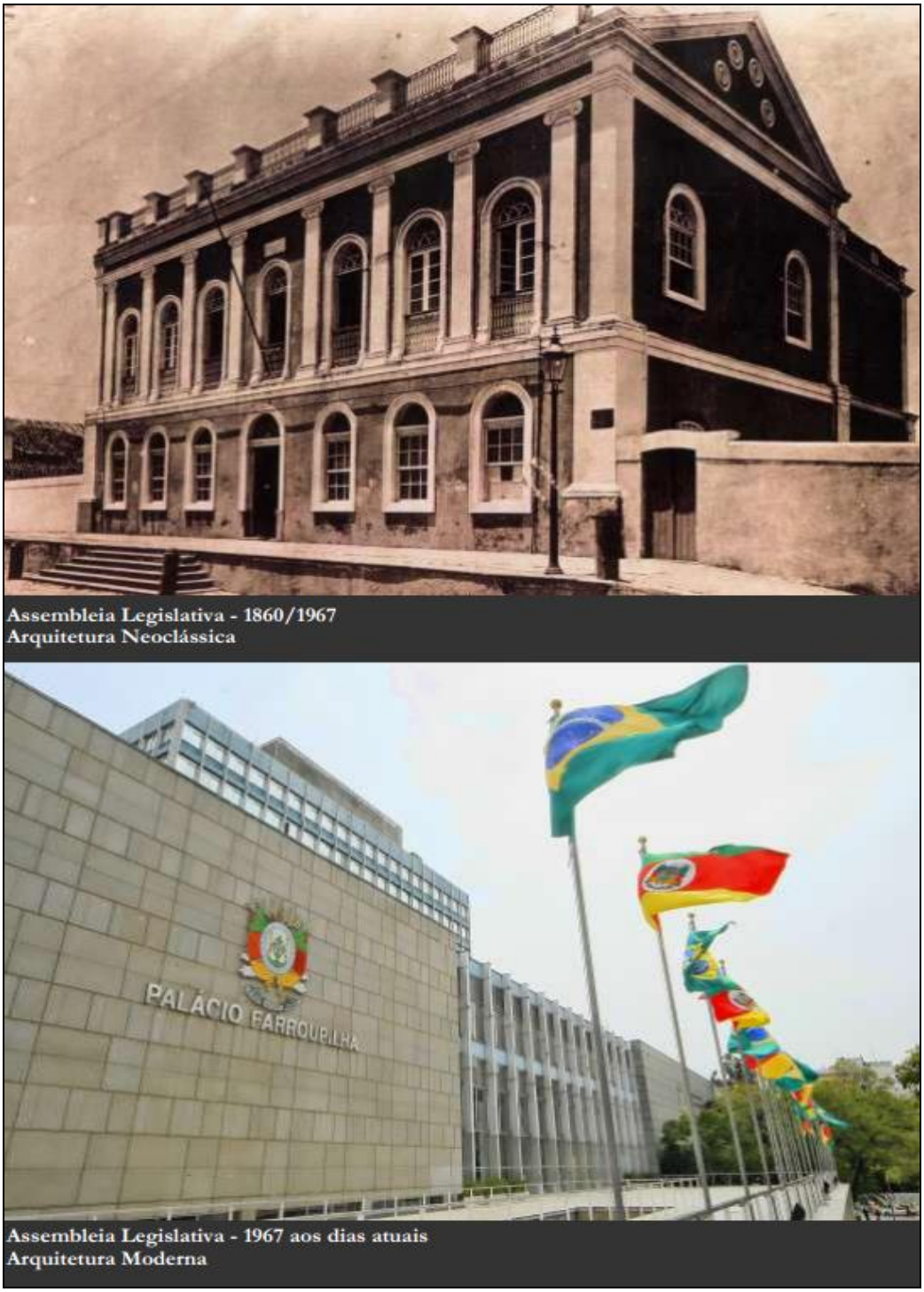
Assim, a partir deste quadro, a alavancada do Projeto Memória do Parlamento, e todas as ações desencadeadas através dele, reavivaram o velho sonho existente desde a década de 80, de retomada do Casarão da Rua Duque de Caxias[7], antiga sede da Assembleia Legislativa, para que ali fosse instalado um local destinado à preservação da memória política dos gaúchos.

O Casarão, ou Casa Rosada, é um dos testemunhos mais antigos da história urbana de Porto Alegre, mas sua importância histórica não reside apenas na sua antiguidade. O prédio, cuja construção data de 1790, foi construído para sediar a Provedoria da Real Fazenda e passou a abrigar o Conselho-Geral da Província, em 1828, que mais tarde foi substituído pelas Assembleias Provinciais, com ampliação das competências. Foi sucessivamente Casa da Junta; Câmara; Cadeia; sede da Assembleia Provincial e da Assembleia Legislativa do Estado. Foi um dos cenários mais significativos da história administrativa e política do Estado do Rio Grande do Sul, por mais de 200 anos, dos quais em 132 foi a sede do Poder Legislativo. Foi nesse prédio que aconteceu a sessão de abertura da primeira Legislatura, em 20 de abril de 1835. Sua arquitetura original apresentava apenas um pavimento, com planta regular, segundo o estilo colonial que predominava na época. Em 1860, o prédio ganhou um 2º piso e seu estilo foi alterado, recebendo influências neoclássicas, mantendo elementos originais da época da construção.

Em 19 de setembro de 1967, sob a presidência do Deputado Carlos Santos, foi realizada a última sessão plenária. O Legislativo Rio-grandense, no dia seguinte, transferiu-se para o outro lado da rua, quando foi inaugurada sua nova sede, o Palácio Farroupilha. Após a desocupação do imóvel, o plenário foi destruído e o prédio passou a abrigar repartições do Poder Executivo.

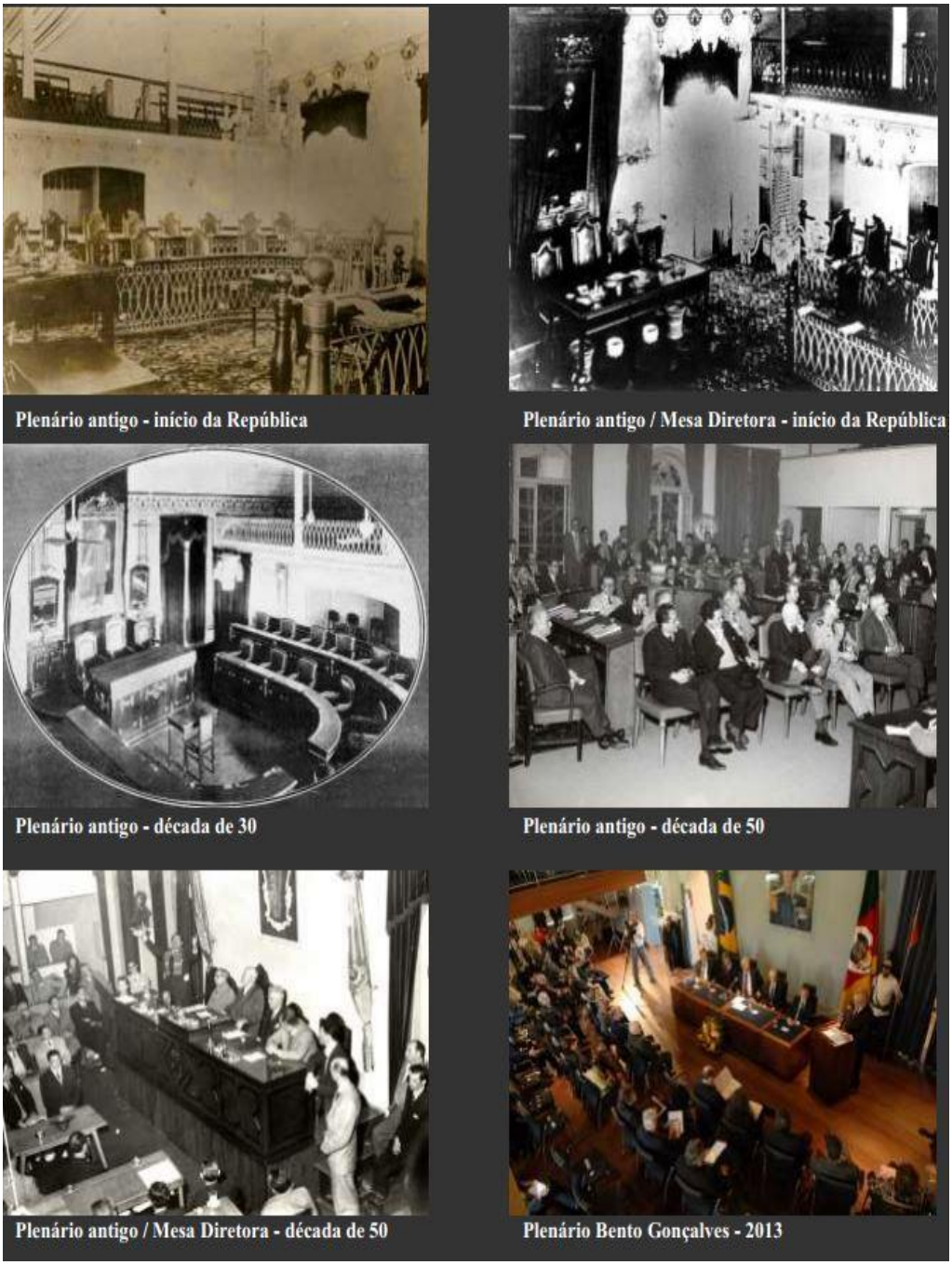
[7] Segundo os entrevistados, o idealizador, e grande entusiasta do projeto de retomada do prédio foi o jornalista e repórter político José Bacchieri Duarte, falecido em 2005, e que foi, em 1949, o primeiro chefe da Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa do RS.

Figura 2 – Sedes da Assembleia do RS




Fonte: (SOARES; ERPEN, 2013, p. 08).

Figura 3 – Plenário do Casarão em diversas épocas




Fonte: (SOARES; ERPEN, 2013, p. 09).

Assim, a valorização da história do Parlamento e a necessidade de um local apropriado para a guarda de documentos históricos acabaram por viabilizar, em 1997, a criação de uma Comissão Paritária, com o objetivo de apresentar um projeto para execução das reformas e, concomitantemente, uma série de atividades para recuperar a memória política sul-rio-grandense. No mesmo ano foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado, Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça, firmando o retorno do antigo prédio ao

Poder Legislativo, que se concretizou em 2004, com a devolução simbólica de sua chave. Em janeiro de 2005, fazendo parte das comemorações dos 170 anos do Parlamento Gaúcho, foi apresentado o projeto de restauração do prédio do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

Em 2005 entrou em vigor a Resolução nº 2.947, de 17 de agosto de 2005, que instituiu o Programa de Preservação e Resgate da Memória Institucional da Assembleia Legislativa – PREMIAL, com os objetivos de abrigar, reunir, preservar, gerenciar e divulgar o acervo histórico e contemporâneo - documental, bibliográfico, iconográfico e multimeios – do Poder Legislativo, e trabalhar a memória institucional da Casa, empreendendo ações junto à comunidade que evidenciassem a importância do Parlamento Gaúcho no contexto da história do Estado.

Dentre as ações a serem executadas pelo Programa PREMIAL destacava-se o *Projeto Memorial*, que consistia na legalização da criação do memorial, a ser instalado no Casarão, visando à preservação do prédio, além de buscar adequá-lo a novos usos, com espaços museográficos compatíveis e adequados à exposição e guarda do acervo existente e a propiciar um local para solenidades e eventos da Assembleia Legislativa. Buscava, também, oferecer espaços e atividades abertos ao público, como salas de eventos, de palestras, de pesquisas e de exposições permanentes.

Os demais projetos do PREMIAL são os seguintes:

> II - Projeto Gestão de Documentos, que terá como objetivo estabelecer políticas e diretrizes de gestão, preservação e conservação dos seus acervos arquivísticos;
> III - Projeto Memória Audiovisual, que visa à organização, processamento técnico, digitalização e conservação preventiva do acervo de fotografias, filmes, fitas de vídeo, microfilmes, e projetos gráficos, servindo como fonte de consulta e pesquisa sobre a memória institucional;
> IV - Projeto Memória Parlamentar, que visa à organização, sistematização e armazenamento eletrônico de informações e de arquivos documentais relativos aos deputados estaduais, através de banco de dados;
> V - Projeto Memória Administrativa, que visa à organização, sistematização e armazenamento eletrônico de informações sobre as atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da Assembleia Legislativa, através de banco de dados;
> VI - Projeto Memória das Comissões, que visa à construção de um sistema integrado de documentação e informação relativas às atividades desenvolvidas no âmbito das comissões permanentes, temporárias e mistas;
> VII - Projeto Memória de Atividades no Interior, que visa à organização, resgate e preservação da memória das sessões plenárias e de atividades de iniciativa da Assembleia Legislativa, a exemplo das reuniões do Fórum Democrático, desenvolvidas no interior do Estado; e
> VIII - Projeto Identidade Visual, que objetiva a sedimentação e a preservação da identidade visual da instituição Assembleia Legislativa, sugerindo a adoção de normas nesse sentido.

A Resolução manteve a possibilidade de realização de convênios com universidades, parcerias com instituições e contratações de consultorias especializadas, com o intuito de propiciar melhor desenvolvimento das ações e projetos integrantes do Programa, o que já acontecia efetivamente nos programas anteriores. Também previu a implantação de um Centro de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que passaria a ser o gestor de todas as atividades de "resgate", preservação e divulgação da memória institucional da Assembleia Legislativa.

Assim, ainda em 2008, a partir do Programa PREMIAL, o Memorial do Legislativo foi criado, oficialmente, por meio da Resolução de Plenário nº 3.030, de 23 de dezembro de 2008, que foi posteriormente regulamentado pela Resolução de Mesa n.º 959, de 17 de dezembro de 2009.

Figura 4 – Reforma e restauração do Casarão para adequação ao Memorial (2008)

Fonte: Acervo Memorial do Legislativo/ALRS.

Em 30 de junho de 2010, o Memorial do Legislativo abriu suas portas à comunidade em sessão Solene. Sua abertura e funcionamento representam para a Instituição a consolidação de um projeto de construção da memória institucional e o estabelecimento da ligação entre o Parlamento gaúcho e a comunidade gaúcha.

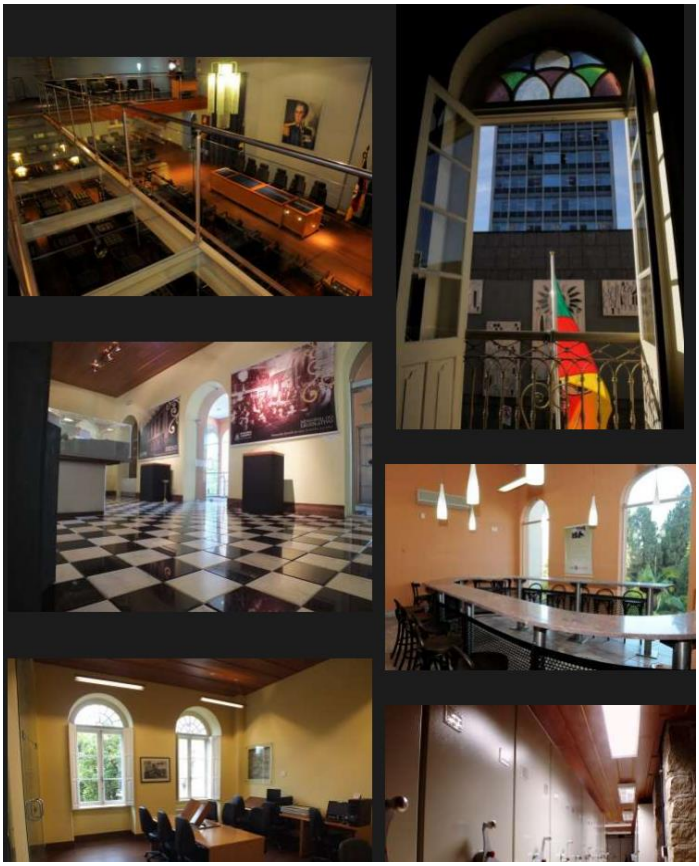
Quanto aos demais projetos do PREMIAL, apenas o Projeto Memória Parlamentar

está em andamento, registra-se, porém, que os projetos Memória Audiovisual e a Memória das Comissões estão sendo parcialmente desenvolvidos, atrelados ao Projeto Memória Parlamentar. Os demais não foram desenvolvidos, assim como ainda não foi criado o Centro de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa.

### *3.1.2 Memorial do Legislativo*

O Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul[8] está situado na rua Duque de Caxias, número 1029, na cidade de Porto Alegre e, juntamente com o Solar dos Câmara e o Palácio Farroupilha, é parte constituinte do conjunto de prédios do Legislativo. A natureza do Equipamento é pública e estadual, possuindo vínculo institucional com a Assembleia Legislativa do RS.

Figura 5 - Memorial da ALRS, interior do Casarão após a reforma e restauração



Fonte: (SOARES; ERPEN, 2013, p. 246).

[8]Os telefones de contato são (51) 3210-1675 e (51) 3210-1676. O endereço eletrônico do Memorial do Legislativo é *memorial@al.rs.gov.br*, sua página na internet *http://www2.al.rs.gov.br/memorial* e está também registrado na rede social *Facebook.*

Conforme o Art. 16º da Resolução nº 3.030, de 23 de dezembro de 2008, o Memorial é um projeto integrante do PREMIAL e suas metas são organizar, conservar e desenvolver o acervo de livros, documentos e outros símbolos do Poder Legislativo de valor histórico, relacionados com atividades parlamentares do Estado; oportunizar a informação histórica do Poder Legislativo gaúcho aos estudantes, pesquisadores e público em geral; e organizar exposições públicas e eventos de seus fundos documentais com a finalidade de proporcionar aos parlamentares e à comunidade, elementos para um melhor conhecimento da história política sul-rio-grandense.

O Memorial tem por missão, além de tornar-se centro de referência da história do Poder Legislativo Sul-rio-grandense, garantir a preservação, conservação e acesso da memória política do Rio Grande do Sul, e de seus homens públicos, à sociedade. Seu campo de atuação é de natureza cultural, educativa e de pesquisa. Entre as suas especialidades destacam-se as áreas da história, da política, da sociologia e da antropologia. A linha de pesquisa e trabalho foca-se em registros históricos e biográficos de personalidades do cenário político do Estado, possuindo publicações impressas e eletrônicas nessa linha. As atividades exercidas concentram-se nas áreas de pesquisa e educação, mas os espaços são também utilizados para atividades institucionais de cunho cultural e político, além de eventos solenes da Assembleia Legislativa.

Institucionalmente são atribuições do Memorial, conforme a Resolução de Mesa nº 959, de 17 de dezembro de 2009, que o regulamenta, consolidando as atividades já desenvolvidas no Programa Memória do Parlamento e criando novas ações:

> I - desenvolver o Programa de Projetos Especiais;
> II - implantar e gerenciar o projeto de multimeios do Memorial;
> III - organizar e gerenciar atividades e eventos, tais como seminários, palestras, conferências, exposições e documentários de caráter histórico e institucional;
> IV - disponibilizar à sociedade, através do espaço multimeios, o acesso a informações e dados sobre o Poder Legislativo;
> V - desenvolver o Programa de Recuperação, Tratamento e Acessibilidade do Acervo sob a guarda do Memorial do Legislativo;
> VI - organizar, guardar, preservar e restaurar o acervo histórico e institucional da Assembleia Legislativa, tais como o fotográfico, o filmográfico, o das Comissões Parlamentares, o gerado pelas audiências públicas e fóruns de discussões mantidos pelo Fórum Democrático e o das Atas das Reuniões da Mesa do Poder Legislativo, em parceria com a área originária do acervo;
> VII - disponibilizar ao público em geral, estudantes e pesquisadores, as informações organizadas nos diversos conjuntos documentais do Memorial do Legislativo em espaços específicos de leitura e de pesquisa, com a devida orientação aos consulentes;
> VIII - desenvolver o Programa de Pesquisa e Publicações do Memorial, compreendendo, fundamentalmente, os seguintes projetos: Banco de Dados Parlamentar, Programa de História Oral, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, Catálogo dos Parlamentares Gaúchos e Dicionário Biográfico Parlamentar;

> IX - desenvolver e gerenciar atividades de pesquisa, preservação e divulgação da história, das ideias, do debate e da vida político-parlamentar do Rio Grande do Sul;
> X- implementar projetos de investigação e de publicação de obras de caráter histórico institucional;
> XI - desenvolver e gerenciar projetos de pesquisa que visem à recuperação de informações e dados relativos às atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo.

O horário de atendimento ao público é de segunda à sexta, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 18h30min e o Equipamento oferece, dentro deste período, visitas guiadas de 45 minutos de duração, aproximadamente. As visitas agendadas são guiadas pelos servidores do Memorial, e as não agendadas, eventualmente, caso não haja servidores disponíveis, são guiadas por estagiários.

O público espontâneo de visitantes, cuja visita não é previamente agendada, foi, em 2013, de 700 pessoas, formado, na sua maioria, por idosos provenientes de outras cidades, estados e países. A situação socioeconômica predominante dos visitantes adultos é, na maioria, das classes A e B. O número de visitantes que vêm ao Memorial em busca de subsídios para suas pesquisas foi, neste ano, de 300 pesquisadores.

Em relação às visitas guiadas a estudantes, cujas visitas são previamente agendadas, foram atendidas 80 escolas em 2013, totalizando a presença de 3000 alunos, de acordo com dados os apresentados no Relatório Anual do Memorial (RIO GRANDE DO SUL, 2013a).

Segundo informações da servidora Débora Dornsbach Soares, Coordenadora do Memorial, o número de alunos visitantes cresceu consideravelmente a partir de 2013, pois esse programa foi associado ao da Assembleia, fazendo com que os estudantes, em uma mesma visita, passassem a conhecer as dependências da Assembleia, do Solar dos Câmara e do Memorial. Outra inovação nesse programa é a distribuição aos alunos, ao final da visitação, de um livro de história em quadrinhos, denominado *Memórias de Pedrinho*, que foi elaborado pelos estagiários do Memorial. O objetivo a ser alcançado com a distribuição é a de passar uma mensagem sobre a importância da preservação da memória, conforme explicações do Diretor do Equipamento Cultural, Senhor Márcio Farias.

Quanto à sede, trata-se de um prédio que foi tombado como patrimônio histórico em 17 de setembro de 1971, o que acarreta restrições de uso, pois qualquer intervenção que altere suas características, mesmo as de comunicação visual, deve ser submetida ao IPHAN. Por conta disso, a fachada externa do prédio não possui placa de identificação que sinalize que se trata do *Memorial do Legislativo*.

Conforme nos relatou a servidora Juliana Erpem, foi sugerido ao Memorial, pelo IPHAN, que fosse encaminhado um pedido para que o Instituto contribuísse na confecção da

identificação. O pedido foi realizado, porém, demorou a ser respondido, e a resposta, quando chegou, foi negativa, apresentado o argumento de que o Instituto não tinha pessoal disponível para fazer o estudo. Assim, a Assembleia ficou encarregada de confeccionar a identificação visual e submetê-la ao IPHAN para aprovação. Outro problema, destacado pela servidora, se dá pelo fato de que não há técnicos qualificados, nesta área, no quadro da Assembleia, gerando a necessidade de contratação de uma assessoria externa, o que gera entraves e acarreta atrasos devido à burocracia necessária às contratações públicas. Acrescenta-se a esse fato a dificuldade de encontrar profissionais qualificados, mesmo fora do quadro da ALRS. O pedido de contratação, entretanto, já foi efetivado.

Já em relação à estrutura física do Equipamento, esse possui 5 níveis, a saber: nível 1 (subsolo), nível 2 (da rua), nível 3 (plenário), nível 4 (mezaninos do plenário) e nível 5 (sótão). Há rampa de acesso ao prédio e elevadores para todos os níveis. As áreas disponibilizadas ao público para visitação e pesquisa são as seguintes: uma sala de estudos, saguão, parte do subsolo, o plenário, os mezaninos do plenário e uma sala de representação institucional, com mobiliário dos anos 50 e 60. Possui ainda dois sanitários femininos, dois masculinos e um sanitário adaptado para portadores de necessidades especiais.

As áreas restritas à parte administrativa são: duas salas administrativas, com nichos de trabalho, sala da direção, uma sala técnica reservada para reuniões e pesquisa, cedida para as instituições parceiras (universidades) que prestam assessoria técnica e uma sala de apoio para armazenar produtos e objetos de limpeza etc. As áreas de guarda do acervo estão localizadas no subsolo e no primeiro nível. Também há duas salas de apoio, sala da reserva técnica de acervo e de objetos de exposição, uma sala de informática e a recepção. Possui ainda uma cafeteria, porém, esse espaço é utilizado somente pelos servidores e, eventualmente, nas solenidades da Assembleia realizadas no Memorial.

Quanto à segurança patrimonial, nem o prédio nem o acervo estão assegurados para situações de incêndios, enchentes ou outros sinistros. Não há vigias ou guardas dentro do Memorial; e a segurança do prédio, externamente, é feita por seguranças da Assembleia.

O acesso público ao Memorial dá-se através de transportes coletivos como ônibus e vans. Não há estacionamento próprio.

Quanto ao acervo documental, uma parceria da Assembleia Legislativa com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – resultou em sua reorganização a partir dos trabalhos já elaborados. O Departamento de Arquivologia da UFRGS realizou o levantamento dos documentos existentes e o Departamento de História organizou a utilização do acervo no espaço. Assim, a instalação possui acervo museológico e documental, sendo

uma parcela dele visível nas salas em que é permitida a visitação pública, em forma de exposições permanentes e temporárias.

Organizam ainda, esporadicamente, exposições itinerantes pelo interior do Estado, caso a cidade do interior, a receber a exposição, tenha relação com o seu tema.

Um exemplo disso foi a exposição sobre os 50 anos da Legalidade, realizada em 2011, que foi levada a São Borja. Isso se deu por conta de ser essa a cidade natal de João Belchior Marques Goulart, conhecido como Jango, que assumiu a presidência do Brasil em 1961, após a Campanha da Legalidade, que foi liderada pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, conforme nos relatou a servidora Débora Dornsbach Soares.

Dessa forma, não há uma regulamentação sobre a frequência das exposições itinerantes, ficando a decisão da realização, ou não, desses eventos, dependente do Presidente da Casa e do Diretor do Memorial, que é nomeado por ele. Esses definem, nos primeiros meses de cada ano, as prioridades e o enfoque das atividades culturais do Memorial para o ano vigente. Como a presidência altera todo o ano, não há como fazer planejamentos de longo curso.

Em relação à composição do acervo do Memorial, a maior parte é constituída dos anais da Assembleia e está armazenada no subsolo, local que foi adaptado para tal finalidade. Outros documentos históricos selecionados para o Memorial estão armazenados em arquivos deslizantes, que estão localizados no andar térreo. O acervo administrativo da Assembleia está sob guarda de seu Arquivo Geral e não é de responsabilidade do Memorial. Entretanto, está sendo realizado um estudo para a reorganização dos acervos, a fim de viabilizar sua unificação. Quanto à documentação externa, é possível fazer doações de documentos para compor o acervo da Instituição, porém, a aceitação dessas é condicionada a uma prévia avaliação arquivística[9]. Quanto à manutenção do acervo, não há uma estratégia de higienização periódica, pois não há pessoal suficiente para tal tarefa. A ação é realizada pelos próprios servidores e estagiários, quando surge uma demanda.

[9] A avaliação é necessária para definir o valor de um documento, que pode ser primário ou secundário. O Valor primário, conforme o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) é atribuído ao documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais. O valor secundário, também denominado valor permanente ou histórico, é o valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido. O valor secundário está relacionado com a capacidade de o documento servir de prova ou fonte de informação para a pesquisa em várias áreas do conhecimento. Pode ser comprobatório ou informativo. Na avaliação é observada também a originalidade, unicidade e fidedignidade dos documentos.

Também, dentro do âmbito da manutenção do acervo, não há um Plano de Conservação Restaurativa. Com efeito, a execução de restauros segue a mesma regra referente à higienização – ou seja, à demanda. A restauração do acervo é muito dispendiosa, extremamente lenta e encontra os mais variados tipos de obstáculos para a sua realização em um órgão de natureza pública. Ainda assim, a maior dificuldade, neste momento, é a falta de servidores para realização do serviço. Entretanto, o Quadro dos Constituintes, de 1947, que necessitava de reparos, foi concluído em 2013 e já se encontra na entrada do Memorial.

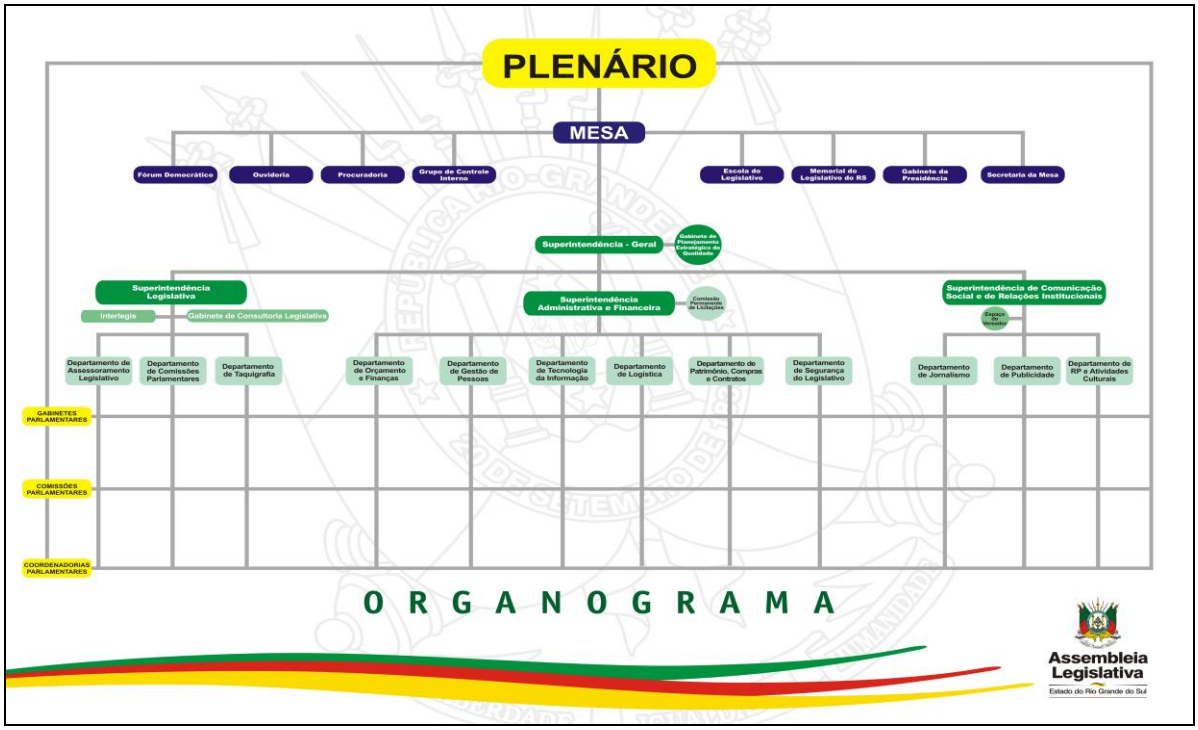
Sobre as regras de consulta ao material do acervo, é proibido o acesso portando alimentos, bebidas, canetas e outros materiais escreventes, exceto lápis, mochilas, bolsas e sacolas. A pessoa deve, ao consultar, manusear o material com luvas que são fornecidas pelo Memorial e, em alguns casos, vestir máscara. O material não pode ser retirado nem fotocopiado, para registro é necessário que se faça a transcrição da informação, entretanto, pode ser fotografado, porém, o uso de *flashes* é vedado. O atendimento é personalizado e não precisa de agendamento, mas é obrigatório fazer um cadastro. As imagens obtidas poderão ser utilizadas para fins acadêmicos, de pesquisa ou culturais, desde que citada a fonte. Já em relação às pesquisas, os servidores não controlam qual a sua utilização, mas solicitam que os pesquisadores encaminhem doação de cópias de suas pesquisas para o Memorial.

O local de armazenamento no subsolo, para onde parte do acervo foi destinada, apresenta alguns problemas de ordem técnica. Por tratar-se do lugar mais úmido do prédio, suas condições climáticas requerem um tratamento especial para evitar-se a deterioração lenta e gradativa do acervo. O Memorial possui um sistema de refrigeração com ares condicionados de eficiência parcial e relativa. Esses aparelhos possibilitavam um controle, embora impreciso, da temperatura do recinto. O sistema era incapaz, porém, de reparar as variações da umidade. Portanto, em 2013 foram adquiridos quatro desumidificadores para controle da umidade relativa do ar, em função da preservação documental. Além desse investimento foram adquiridos: uma mesa de higienização de documentos, utilizada para limpeza mecânica dos documentos acumulados no acervo do Memorial; um *scanner* para negativos de fotos de vários tipos e arquivos deslizantes, que foram eficientemente instalados para a guarda do acervo.

No que diz respeito à sua gestão administrativa, primeiramente devemos contextualizar a estrutura da Assembleia, que é gerenciada pela Mesa Diretora, eleita pelo Plenário, que é o órgão máximo da Instituição. A Mesa é comandada pelo Presidente, que é o responsável direto pela administração da Casa Legislativa.

A partir de uma linha hierárquica, encontramos o Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, que está diretamente atrelado à Mesa. Sua composição administrativa comporta um diretor, um coordenador e mais sete servidores.

Figura 6 – Organograma da ALRS




Fonte: Portal da ALRS.

Já em relação ao organograma do Memorial do Legislativo, segundo a servidora Juliana Erpen, não há, no momento, uma estrutura oficialmente estabelecida, fazendo com que os servidores se revezem, ou dividam tarefas, nas diferentes áreas de atuação do Memorial. Ela informa, porém, que a elaboração de um organograma está em fase de estudos para posterior oficialização por parte da Mesa Diretora. A proposta inicial é de transformação do Memorial em um Departamento, subordinado à Mesa, mantendo seu nível hierárquico dentro do organograma geral da Assembleia. Esse Departamento teria um Diretor, que seria responsável por três Divisões: a de Projetos Especiais, de Pesquisa e de Acervo.

Quanto aos servidores lotados no Memorial, esses pertencem ao quadro da Assembleia e a formação deles, em sua maioria, não é específica para a área de memória. Entretanto, alguns possuem formação compatível, como no caso da servidora Juliana Erpen, que é Arquiteta Urbanista, com Especialização em Museografia e Patrimônio Cultural.

O Memorial conta, ainda, com dois estagiários do curso de História, um do curso de Arquivologia, um do curso de Turismo e um estagiário de ensino médio. Os estagiários estão ligados a um Protocolo de Intenções, firmado com a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, em 2013, com o objetivo de cooperação técnica. Esse Protocolo visa suprir a ausência, no quadro de pessoal do Memorial, de profissionais com qualificação técnica específica nas áreas em que são disponibilizadas as vagas de estágio. Esse Protocolo veio a substituir o convênio com a UFRGS que havia sido encerrado. Sobre os convênios e protocolos de cooperação técnica, esses não têm uma estrutura fixa e dependem dos termos do contrato ajustados e estabelecidos entre as partes.

Não há empregados terceirizados no Memorial, mas alguns serviços técnicos, como a digitalização de documentos, são realizados por empresas terceirizadas, sendo que a contratação se dá através de processo de licitação. A última terceirização contratada realizou serviço de digitalização, microfilmagem, indexação e construção de banco de dados referente a 250 mil documentos selecionados.

Quanto à qualificação do quadro, a Assembleia conta com a *Escola do Legislativo* que possui um Programa de Capacitação Profissional, voltado para servidores, estagiários ou qualquer profissional que preste serviço à Assembleia Legislativa. Nesse programa são disponibilizados cursos de qualificação de rotina, sobretudo, nas áreas administrativa, financeira e legislativa. Já para os cursos específicos de capacitação, como na área da memória e afins, é necessário que sejam feitas solicitações, que são encaminhadas para aprovação. Os servidores entrevistados declararam que há oferta de cursos de qualificação e que são autorizadas as solicitações de cursos específicos; registraram, porém, que o maior empecilho para qualificação é a falta de tempo, devido à quantidade da demanda de trabalho no Memorial.

Em relação à gestão, o Memorial não possui um Plano de Gestão Estratégico para o desenvolvimento de suas ações, já que essas são atreladas a suas atribuições, que foram definidas por Resolução, elaborada pela Mesa Diretora da Assembleia, a quem está diretamente subordinada.

Como não há dotação orçamentária específica para o Memorial, todos os valores a serem investidos para o desenvolvimento de suas atribuições devem ser justificados através da elaboração de projetos técnicos. Assim, a estratégia de trabalho é balizada em projetos e a aprovação desses, além de questões administrativas e financeiras, depende de vontade política. Os projetos são definidos anualmente, assim como os temas a serem pesquisados e os eventos culturais a serem realizados, após a posse do Presidente e da nomeação do Diretor do

Memorial. Por conta disso não é possível fazer previsões de novos projetos para anos posteriores, mas é dada continuidade, na maioria das vezes, aos projetos em execução.

Em relação aos projetos em andamento, esses dizem respeito, em sua grande maioria, à acessibilidade à informação. São eles:

- Projeto Gerenciamento Eletrônico dos Anais da Assembleia, que se baseia em dois pilares: preservação dos originais e acessibilidade à informação. Consiste, basicamente, na digitalização realizada por *scanner* planetário, indexação e microfilmagem das Sessões Plenárias de 1847 até 1994, para proporcionar acesso a quaisquer pesquisadores no Portal do Memorial. Permitirá cruzamento de dados e busca direta no conteúdo dos documentos. A digitalização dos anais está concluída, faltando a disponibilização no Portal.
- Projeto Digitalização dos Processos de Emancipações, em sua Fase 1, consiste na digitalização, e preparação para disponibilização no Portal do Memorial, da série documental de emancipações de municípios gaúchos, registrados em processos provenientes do arquivo da Assembleia. A segunda fase se dará com a digitalização das plantas existentes na série documental. Foram finalizados 139 municípios até novembro de 2013.
- Projeto ICA-AtoM[10], que consiste na descrição dos fundos documentais do acervo do Memorial, em sistema informatizado, com a finalidade de disponibilizar o catálogo aos pesquisadores/usuários, via *internet*. Proporciona a verificação da existência de um determinado documento sem necessidade de deslocamento presencial ao Memorial.
- Projeto de Migração dos Manuscritos Microfilmados, que consiste na migração do acervo de manuscritos microfilmados para arquivos eletrônicos, a fim de disponibilizar aos usuários no Portal do Memorial. O Projeto é uma parceria com o Memorial do TRT 4ª Região, mas ainda não foi finalizado e está suspenso. O motivo se dá pelos altos custos, atrelados ao fato de que o acervo deve ser remetido ao Rio de Janeiro, para que o processo seja efetivado.

[10] O ICA-AtoM é um *software* para descrição arquivística que é a baseado nos padrões do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), já AtoM é um acrônimo de *Acess to Memory*. Trata-se de um *software* desenvolvido por um grupo de colaboradores e patrocinadores (UNESCO, a Escola de Arquivos de Amsterdam, o Banco Mundial, a Direção dos Arquivos de França, o projeto Alouette Canadá e o Centro de Documentação dos Emirados Árabes), sob a supervisão do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, voltado para a descrição arquivística, segundo os padrões internacionais de descrição. O Projeto ICA-AtoM tem como objetivo oferecer à comunidade um *software* livre, de código de fonte aberto, que permita que as instituições arquivísticas disponibilizem os conteúdos informacionais de seus acervos *online* (https://www.ica-atom.org/).

- Projeto Banco de Dados dos Ex-parlamentares, uma parceria com a Procergs[11], em fase final de estruturação, que consiste em um banco de dados de todos os parlamentares estaduais até a legislatura vigente, objetivando a coleta de dados analíticos, e o resgate histórico, através de cruzamento de dados biográficos e da atuação parlamentar registrada no Sistema PRO[12] da Assembleia.
- Projeto Resgate da História das Comissões Permanentes, que consiste na pesquisa histórica sobre as Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, elencando a sua criação, fusão, desmembramento, competências, número de membros e nominatas.
- Projeto Resgate da História Oral de Ex-parlamentares, que consiste na coleta de depoimentos de ex-parlamentares, e pessoas importantes para a política, para a constituição de um banco de dados audiovisual/histórico. Os depoimentos consistem em histórias de vida, com enfoque na trajetória política dos entrevistados, parlamentares, que ficam à vontade para declarar em seu depoimento o que consideram pertinente. As entrevistas vêm sendo realizadas desde 1991 e, segundo Nicéia Brasil, o banco conta com registros notórios, como o de Luís Carlos Prestes. Cerca de 150 entrevistas já foram realizadas, porém, em sua primeira fase foram entrevistados apenas servidores. Parte das entrevistas está devidamente transcrita, revisada, retificada e aprovada pelos entrevistados. Algumas, entretanto, estão registradas apenas através de apanhados taquigráficos e aguardam que o setor correspondente faça a devida transcrição. Outra série de entrevistas, elaboradas através da parceria com a UFRGS nos anos de 2009 até 2012, está concluída, mas aguarda desenlaces administrativos para serem disponibilizadas, já que o contrato com o Memorial foi encerrado. O banco de dados é utilizado para pesquisa interna, como subsídio às publicações do Memorial e é dado acesso ao seu conteúdo ao público externo interessado. Segundo a servidora Juliana Erpen, há a intenção de disponibilizar o conteúdo do banco no Portal do Memorial após a conclusão dos procedimentos técnicos de tratamento das entrevistas. Atualmente, o Programa de História Oral é realizado através de parcerias firmadas por Protocolos de Cooperação Técnica entre a Assembleia Legislativa e Universidades. Os professores entrevistadores fazem as entrevistas através de roteiros estruturados, ou

[11] Procergs - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul.
[12] PRO é o sistema de automação legislativa, desenvolvido pela Procergs, que é parte do Sistema Legis da ALRS. Neste sistema é possível acompanhar, em tempo real, as proposições apresentadas pelos deputados, visualizando a situação em que se encontram (sancionado, arquivado, vetado, etc.) e sua tramitação.

semiestruturados, após reuniões interinstitucionais realizadas para definição dos limites de pesquisa.

- Projeto Painel dos Ex-presidentes, que consiste na concepção de um painel com a imagem e o registro dos mandatos dos ex-presidentes da Assembleia Antiga, absorvendo o período de 1835 até 1967. Proporcionará o resgate imagético dos presidentes do Legislativo gaúcho.
- Projeto Acondicionamento Arquivístico, que consiste no levantamento, diagnóstico e análise do acervo multimídia para previsão de aquisição de suprimentos adequados com fins de preservação e acondicionamento. Os projetos futuros focam-se, principalmente, nas melhorias de equipamentos, tecnologias e serviços. A descrição dos projetos é apresentada a seguir:
- Projeto Totem Multimídia, é uma parceria com a Procergs para a criação de um totem multimídia, com recursos de acesso *touch screen*, apresentando o histórico da Assembleia e também uma imagem, com uma pequena biografia, dos ex-presidentes, além de dados institucionais.
- Projeto Política de Gestão Documental da Assembleia Legislativa, que visa à criação de uma política interna de gestão documental incrementando qualidade na acumulação e transferências de acervos futuros para o Memorial. Esse projeto está em fase de elaboração de estudos.
- Projeto Digitalização do Acervo de Manuscritos, que consiste na digitalização de todo o acervo de manuscritos e disponibilização das imagens via *internet*. Atualmente, as digitalizações estão sendo realizadas, aos poucos, pelos próprios servidores do Memorial.
- Projeto Restauro, visando à restauração do Jornal *A Federação*, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e também de vários anais e manuscritos. Aguarda retorno do Instituto para início das atividades.
- Projeto Concepção da Museografia Permanente para o Memorial. Trata-se de uma descrição de todos os espaços do Memorial e da cronologia dos acontecimentos da história da Assembleia. Essas informações serão disponibilizadas em *banners* ou totens digitais, para que o próprio visitante possa entender os acontecimentos sem a intervenção dos guias. Segundo as servidoras entrevistadas, o projeto deve ser realizado em sua totalidade, pois deve ser homogêneo em seu visual, seguindo um padrão. A pesquisa histórica da cronologia está concluída, devendo ser adaptada a

ponto de ser compreendida pelo visitante leigo e traduzida em outros idiomas. A elaboração da concepção visual do projeto ainda aguarda o início da execução.

- Projeto Produtos de *Marketing*, que consiste no desenvolvimento de novos produtos de *marketing*, visando, nesta etapa, atingir o público adolescente, pois esses produtos serão distribuídos durante as visitações escolares. Já possuem cartões postais, *folder* institucional e mapa do centro histórico. Todos os produtos são elaborados pela equipe do Memorial.
- Projeto Vídeo Institucional, com o objetivo de fazer parte da museografia e como boas-vindas ao público visitante. As tratativas para a realização junto à Agência de Publicidade da ALRS estão avançadas e pretendem concluir o vídeo em 2014.
- Projeto Resgate da *Revista Legislatura*, que consiste na retomada da confecção da revista, que teve apenas um número publicado, e se destina a ser um registro da legislatura. A confecção da revista foi suspensa por conta de alterações no quadro de servidores e por haver sido priorizada outras demandas pelas administrações anteriores.
- Projeto Migração das fitas rolo 16mm e 35mm, consiste na avaliação, diagnóstico e migração do acervo de microfilmes para meio eletrônico.
- Projeto Migração do acervo multimídia e impresso para arquivos eletrônicos, visando à preservação e acessibilidade da informação.

Em relação às estratégias de divulgação, não há um Plano de *Marketing* do Equipamento Cultural. O âmbito de divulgação, até bem pouco tempo, era basicamente interno, ficando quase restrito aos domínios e adjacências da Assembleia Legislativa. Isso se explica, principalmente, por conta de que os eventos realizados no Memorial, em sua maioria, são da Assembleia, tais como reuniões de comissões, audiências públicas, sessões solenes, entrega de medalhas, mesas-redondas e outras atividades agendadas pela Mesa ou por deputados.

Entretanto, atualmente, o Memorial divulga seu trabalho para a comunidade através de seu portal e, desde 2013, também através da rede social *facebook*. Além disso, tem um *mailing* e envia, anualmente, convites para as escolas, viabilizando a visita de seus alunos à sua sede. Outra estratégia adotada foi designar um servidor para ser responsável pelo contato com os jornais, a fim de informar sobre a agenda cultural e viabilizar a sua divulgação na imprensa local.

Além disso, uma forma de divulgação adotada, a partir de 2013, foi a participação, em parceria com outras instituições, em eventos culturais. Os programas culturais vigentes são *Os caminhos da Matriz* e *Camerata Acadêmica.*

O Programa turístico-cultural *Os Caminhos da Matriz*, segundo a Agência de Notícias da ALRS, tem como objetivo aproximar a população do patrimônio histórico da Capital e do Estado. O projeto é gratuito e consiste em visitas guiadas aos prédios históricos das instituições localizadas no entorno da Praça Marechal Deodoro, mais conhecida como Praça da Matriz, sítio histórico e arquitetônico que concentra grande parte da história gaúcha, no Centro de Porto Alegre. Os roteiros agrupam as visitas ao Memorial do Ministério Público, do Judiciário e do Legislativo e ao Palácio Piratini, visitas ao Arquivo Público do Estado, ao Solar dos Câmara da Assembleia Legislativa e ao Museu Júlio de Castilhos. Nos locais, os visitantes são conduzidos por guias, que fazem um relato sobre a trajetória das instituições e comentam os objetos e documentos do acervo, bem como os aspectos arquitetônicos das construções. Inaugurado em maio de 2009, o projeto *Os Caminhos da Matriz* envolve uma parceria entre os Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e o Ministério Público Estadual. Já o Programa *Camerata Acadêmica* é um projeto que consiste na cedência de espaço do Memorial para a realização de ensaios de alunos do músico e professor Cosmas Grieneisen, da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA. Em contrapartida, os músicos fazem apresentações à comunidade em eventos agendados pelo Memorial.

Esses programas divulgam o Memorial externamente, assim como outros eventos da Assembleia, pois geram mídia espontânea na imprensa local.

Já em relação ao *site* do Memorial, esse tem uma estrutura que está dividida em seis eixos, que são: *Página Inicial, Conheça o Memorial do Legislativo, Informações Parlamentares, Pesquisas Históricas, Publicações e Documentos Históricos, Constituições Sul-Rio-Grandenses* e *Links Interessantes*.

Os eixos *Página Inicial* e *Conheça o Memorial do Legislativo,* se referem ao Memorial e ao seu funcionamento. Na primeira são dispostas as atualizações, notícias, lançamentos de publicações e a agenda de atividades; na segunda, estão disponíveis as informações institucionais do Memorial e seu histórico.

Nas demais páginas do *site* é possível encontrar informações institucionais e históricas da Assembleia, tais como os deputados eméritos, Presidentes, Mesas diretoras e Legislaturas. Também são publicadas pesquisas realizadas através do Programa de Memória, tais como a criação do Parlamento, denominações do Parlamento, 1ª Legislatura, A República e a Constituição Estadual de 1891, entre outras. Há uma página dedicada ao Cinquentenário do

Movimento da Legalidade e um *link* para pesquisa direta na coleção do Jornal *A Federação* (Biblioteca Nacional). Estão disponibilizadas as Mensagens dos Presidentes da Província e Governadores à Assembleia Legislativa, além de documentos oficiais brasileiros; Termos de posse dos Vice-Governadores; Termos de posse dos Governadores e a Série Processos Históricos. É possível também, ter acesso à relação dos índices dos anais.

Figura 7 – Detalhe do *layout*

Fonte: *Site* do Memorial da ALRS.

Há um espaço para as constituições do Estado, cujos textos estão publicados na íntegra, e também de textos relacionados, como o projeto da Constituição Farroupilha, de 1843, além de um banco de dados sobre os 20 anos da Constituinte Estadual.

No *link Informações Parlamentares*, é dado acesso às informações referentes aos ex-deputados através da interligação do *site* do Memorial com o sistema de informações legislativas da Assembleia. A equipe do Memorial é responsável por editar uma ficha básica com informações dos parlamentares, os demais dados, que se referem às notícias em que o deputado é citado na Agência de Notícia da ALRS, proposições apresentadas, pronunciamentos, registro de votos e presença em Plenário, são provenientes do sistema automatizado e remetem ao ano de 2005. Para informações sobre ex-deputados que ainda não estejam catalogados no banco de dados, é necessário entrar em contato com o Memorial e

fazer uma solicitação. Já para informações sobre os atuais deputados, basta acessar o sistema legislativo do Portal da Assembleia.

Quanto às publicações, elas remetem ao acervo da Biblioteca Borges de Medeiros, que está sob-responsabilidade do Departamento de Relações Públicas e Atividades Culturais da Assembleia. Destaca-se, em relação aos livros publicados, a série *Perfis Parlamentares Gaúchos,* que conta com treze edições, cada uma se refere à trajetória de uma personalidade política de destaque. Entre os perfis já publicados estão os de Bento Gonçalves, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. Há também livros sobre a história do Rio Grande do Sul e do Parlamento Gaúcho, além de obras de autoria de deputados. Todas essas publicações estão disponíveis para *donwload*.

Assim, passando as considerações finais sobre o estudo referente ao Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, e observando seu histórico, podemos concluir que, ainda que a ideia de um programa de memória, com a criação de um memorial, seja remota, a efetivação do ato só se deu em 2010, tendo o Memorial, portanto, apenas quatro anos de existência, o que, em termos de gestão pública, pode ser considerado um curto prazo.

Figura 8 – Detalhes da sede do Memorial da ALRS

Fonte: Fotografia de Luciano Lunkes, 2013.

Partindo dessa premissa, consideramos como seu principal ponto positivo a sua sede. O prédio histórico foi reformado e adaptado, dentro das possibilidades, às necessidades de um memorial. Foi observada a questão da acessibilidade e foram resguardados itens históricos característicos do prédio que, em partes, foi restaurado e não apenas reformado. O espaço

prima pela beleza estética e apresenta um acervo singular no seu espaço de exposições, que se restringe à história da Assembleia.

Quanto à estrutura organizacional do Equipamento Cultural, suas estratégias de desenvolvimento e seus recursos técnicos, tecnológicos e humanos, ainda que levemos em consideração o breve período de existência do Memorial, estão nesses segmentos seus principais desafios.

Torna-se evidente a carência de pessoal, sobretudo com formação específica na área de memória, para preencher as funções mais técnicas do Memorial. O Equipamento carece de arquivistas, museólogos, historiadores, restauradores, conservadores, antropólogos e de higienizadores. Porém, a contratação de profissionais qualificados por um órgão público dessa natureza é uma questão que vai além do enfoque econômico. Ela passa, também, pelas instâncias políticas e institucionais, dificultando ainda mais a sua operacionalidade. É mais uma questão política do que técnica, e foge da alçada de sua Diretoria, que deve se adaptar às regras administrativas ditadas pelas presidências da Assembleia. A questão se torna mais complexa, pois a presidência da Assembleia é alterada anualmente, então, quando se consegue estabelecer um diálogo em prol da gestão do Memorial, por vezes, não há tempo hábil, dentro do período de um ano, para sua execução. Assim, novamente deve-se estabelecer contato com a presidência e reiniciar o processo de diálogo, o que demanda tempo. A solução paliativa para o impasse, encontrada pelo Memorial, foi a efetivação de convênios e protocolos de cooperação técnica com universidades que desenvolvem as atividades mais específicas do Programa de Memória, sob supervisão dos responsáveis.

Outro problema que não só foi observado, como também registrado pelos servidores, foi a falta de um programa de gestão documental amplo, com a criação do já previsto Centro de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa, idealizado no PREMIAL.

A falta desse Centro impede a integração dos acervos. O Memorial recebe parte da documentação permanente da área legislativa, já outros documentos permanentes, e também de valor histórico, provenientes da área administrativa, por exemplo, ficam no arquivo geral, assim como os dossiês funcionais dos deputados. O mesmo ocorre com os documentos das Comissões, do Programa de Interiorização da Assembleia e demais programas administrativos e legislativos da Casa. Segundo a servidora Débora Dornsbach Soares "*o acervo do Memorial é composto daquilo que conseguem arrecadar*" e que, dessa forma, "*a memória da Assembleia está dispersa*".

Isso dificulta, por exemplo, a pesquisa sobre a memória administrativa da Assembleia, um dos eixos do PREMIAL, que ainda não foi trabalhado, não existindo, atualmente,

pesquisas sobre a administração da Casa e nem registros de depoimentos, no programa de história oral, de servidores ativos e inativos.

A equipe do Memorial está elaborando os termos de um programa de gestão documental, mas a efetivação implica muitos ajustes, visto que o programa engloba todos os setores da Assembleia e uma reorganização administrativa ampla.

Em relação à gestão cultural, há um vasto caminho a percorrer, visto que se trata de uma área em constante movimento e, embora os projetos de gestão administrativa e de manutenção do acervo sejam de grande importância, é a ação cultural que dá visibilidade ao trabalho desenvolvido.

Percebeu-se que não havia, afora o público de estudantes e dos participantes de atividades institucionais da Assembleia, muitas ações de atração de outros visitantes para o Equipamento. Consideramos que essa falta de política de atração prejudica sua visibilidade e reforça a falta de interesse na priorização das políticas públicas para o desenvolvimento do Memorial, restringindo a viabilização de recursos humanos e financeiros. Entendemos, porém, que ele estava se consolidando em termos administrativos e havia uma grande demanda de projetos de organização do acervo.

Assim, para além do já tradicional trabalho do Programa de Memória, que já conta com dezoito anos de existência e que é focado na publicação de pesquisas, a partir das quais são gerados os demais eventos culturais do Memorial, como o lançamento das publicações, exposições, seminários, mesas-redondas, entre outros, o Memorial passou a se abrir a novas possibilidades.

As novas propostas, como os programas *Os Caminhos da Matriz*, assim como o *Camerata Acadêmica*, por conta das parcerias estabelecidas, são iniciativas que trazem ao Memorial outros públicos visitantes, além dos pesquisadores, escolares e convidados de eventos políticos que são realizados no Memorial. Segundo o Diretor do Equipamento Cultural, Senhor Márcio Farias, outras parcerias podem ser estabelecidas nesse sentido, com o objetivo de divulgar o Memorial e ampliar a agenda cultural local.

Outra ação importante se deu com a própria Assembleia, que, após ajustes, incluiu o Memorial em seu programa de visitação. Essa ideia, que parece simples a princípio, gerou um aumento considerável no número de visitantes da rede escolar e acarretou na elaboração de produtos culturais voltados ao público infantil. Criou, também, a necessidade de elaboração de produtos destinados ao público juvenil.

Já um produto cultural que poderia ser melhor aproveitado é o banco de dados de depoimentos de ex-parlamentares. As entrevistas estão sendo realizadas, mas ficam restritas

às pesquisas internas e ao acesso de pesquisadores eventuais. As entrevistas poderiam, talvez, serem melhor divulgadas, através da publicação de um livro de entrevistas anualmente, disponibilizado no Portal, assim como é feito com as demais publicações do Memorial.

Nesse ensejo, remetemos nosso olhar ao *website* do Equipamento, que é bem estruturado e permite acesso fácil e rápido às informações. O *layout* é padronizado e temático, possuindo identificação visual independente da Assembleia, o que reforça sua identidade.

O principal enfoque do *website*, relacionado à característica de gestão cultural do Memorial, são as publicações, tanto de obras quanto de pesquisas temáticas. Os textos são disponibilizados na íntegra e é possível fazer *download* dos mesmos, democratizando o acesso à informação. Os arquivos estão no formato aberto PDF[13] e o último livro da série *Perfil Parlamentar Gaúcho* já pode ser visualizado através da tecnologia *flipbook*[14].

A defasagem, porém, está no fato de que ainda não é possível fazer pesquisas *on line* nos textos dos documentos históricos, tais como os anais, que foram digitalizados e aguardam a publicação. Isso faz com que o pesquisador tenha que se encaminhar ao Memorial para pesquisar as fontes originais. Dessa forma, quanto mais rápido se der a conclusão dos trabalhos de digitalização, da organização do banco de dados e da disponibilização na *internet* dos documentos do acervo, mais cedo será possível efetivar o resguardo dos originais dos desgastes decorrentes do uso. O acesso também irá aperfeiçoar a realização de pesquisas, pois a partir da digitalização é possível tornar viável a realização dessas por assunto ou palavras-chave dentro do texto, o que ainda não é possível.

Outra área que pode ser destacada por sua importância, e está sendo desenvolvida juntamente com o sistema legislativo informatizado da Assembleia, é a composição do banco de dados de ex-parlamentares. Ele interliga informações de diversos setores da Casa, como o registro de votações, os apanhados taquigráficos e as reportagens da Agência de Notícias, em um único banco de dados, facilitando a pesquisa e otimizando o tempo do pesquisador.

Assim, o *site* cumpre, dentro de suas possibilidades, a função de permitir acesso a informações e pode-se dizer, ao analisar os projetos em andamento e os futuros do Memorial, que há um enfoque administrativo no sentido de tornar cada vez mais amplo esse acesso, gerando transparência.

Por fim, registramos que toda a atividade pública tem por fim a ação social. Ao

---

[13] PDF (Portable Document Format, em inglês - Formato Portátil de Documento), um formato de arquivo criado pela empresa Adobe Systems que permite que qualquer documento seja visualizado, independente de qual tenha sido o programa que o originou.

[14] Tecnologia que permite a leitura de livros digitais através de uma *interface* que se assemelha com a de um livro físico.

refletirmos sobre o impacto social deste Programa, verificamos que ele está voltado, para além do efetivo registro da memória da Assembleia, à geração de ações educacionais e culturais.

Dessa forma, o Memorial, ao realizar suas atividades, fomenta a gestão cultural local e também colabora com a comunidade científica ao atender os pesquisadores que o frequentam e ao manter um programa contínuo de publicações de pesquisas. Sobre esse último aspecto, a servidora Débora Dornsbach Soares registra o poder que possui o acervo, "*pois ele conta a história, não só da Assembleia, mas do Rio Grande do Sul, principalmente nos debates dos deputados, onde os embates entre posição e oposição aparecem, registrando fatos que os livros não contam*", e enfatiza: "*não é aquela história contada nos livros*".

Já em relação aos visitantes, sobretudo em relação aos alunos da rede de ensino, conforme declaração da servidora, o impacto social está na disponibilização de informação, pois: "*quem entra aqui sem a mínima noção do que se trata, sai com conhecimentos que lhe permitem, no mínimo, a diferenciação entre os poderes e as suas atribuições, além de ter a possibilidade de saber aonde procurar mais informações*".

### 3.2 Câmara Municipal de Porto Alegre

Em Porto Alegre, a história do Legislativo Municipal iniciou no ano de 1773, com a mudança da Capital da Província do Arraial de Viamão para a Freguesia da Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, nome dado à cidade naquela época, conforme histórico disponível no Portal da Instituição (PORTO ALEGRE, s/d), de onde se obteve as informações que compõem esse resumo adaptado.

O Governador José Marcelino de Figueiredo oficiou a Câmara comunicando que havia mudado o governo para a nova capital e determinou que os vereadores também o fizessem. Sua ordem foi acatada e os vereadores reuniram-se na nova capital em 06 de setembro de 1773. Nessa época, a época do Brasil Colônia, as atribuições da Câmara de Vereadores eram judiciárias (furtos e injúrias); fiscais (taxações dos ofícios manuais, gêneros alimentícios, espetáculos); recolhimento da décima, uma espécie de imposto predial; e guarda do cofre dos órfãos, assunto tratado na primeira reunião em Porto Alegre, quando os vereadores decidiram sobre a criação dos menores abandonados às portas da capela.

Era atribuição da organização do Código de Posturas Policiais, que definia os pontos de coleta de água, lavagem de roupa e despejo de imundícies no rio, além de estabelecer regras para a circulação e conduta dos trabalhadores escravos no espaço urbano; proibição de

reunião, uso de armas, dentre outros. Já na época do Império, em 1822, paralelamente ao processo de independência brasileira, Porto Alegre foi elevada à condição de cidade.

Em 1828 o novo Regimento dos Municípios mudava o ordenamento das cidades. Porto Alegre contava com cerca de dez mil habitantes, dentre os quais quatrocentos eram eleitores, participando da escolha dos nove vereadores que compunham a Câmara. A pequena representatividade, embora maior do que a da eleição anterior, onde votaram apenas quatorze homens, se explica pelo fato de que metade da população encontrava-se em condição servil, sem direitos políticos; as mulheres não tinham direito ao voto e para ser um eleitor havia a exigência de uma renda mínima anual.

A burocracia lenta e morosa atrelava as Câmaras a um processo de centralização de poder. Contra essa situação levantaram-se os farroupilhas, entre 1835 e 1845. Um dos grandes problemas enfrentados era o preço do charque. E os chefes farroupilhas reivindicaram mais autonomia local e a permanência dos impostos nos seus lugares de origem, ao invés de serem transferidos para a Corte. Não havia um cargo semelhante ao de prefeito e essas funções eram desempenhadas pelo Presidente da Câmara, que cumpria as tarefas executivas da administração. As atribuições da Câmara tinham ampla abrangência: abertura e alargamento de ruas, denominações, serviços de limpeza e policiamento, impostos municipais, manutenção dos órfãos e defesa do Município através da Guarda, composta por todos os cidadãos maiores de idade. A Câmara tinha atribuições administrativas, porém sem autonomia. Em 1864 teve início a construção da primeira Casa da Câmara. Quando da Proclamação da República, período que passou posteriormente a ser chamado de República Velha, os vereadores que defendiam a monarquia abandonaram seus cargos. Foram alteradas a forma e a dinâmica do exercício dos poderes locais.

Sob a égide da Constituição Nacional de 1891, de cunho federalista, aumentava a autonomia das Províncias e da Constituição Estadual, com uma acentuada influência positivista, em detrimento da autonomia dos poderes locais. A Câmara de Vereadores, pelo novo sistema, foi transformada em Conselho Municipal. O primeiro Conselho Municipal, eleito pelo povo e com mandato gratuito. O primeiro Intendente eleito, denominação dada ao cargo do chefe do poder executivo da cidade, foi Alfredo Augusto de Azevedo, que comandava o Conselho e detinha o poder de legislar. O Conselho Municipal tinha apenas funções orçamentárias e financeiras, tais como aprovar o orçamento, a prestação de contas do executivo, conceder isenções ou propor aumento de tributos municipais. Reunia-se apenas por um curto período de tempo, anualmente, e não lhe cabia o poder de autoconvocação. Essa era uma prerrogativa exclusiva do Intendente. Até 1916, esse Conselho foi unipartidário, sendo

eleitos os representantes do partido com maior número de votos (eleição majoritária). Na época, o vereador era uma espécie de funcionário do Partido Republicano Rio-grandense e a oposição era excluída.

Com a revolução de 1930, os Conselhos Municipais foram dissolvidos. Foi retomada a organização dos poderes, o que definiria uma nova equação política municipal. A Constituição Nacional de 1934 e a Constituição Estadual de 1935 restabeleceriam as Câmaras Municipais com o sistema de representação proporcional. Na época, a Câmara Municipal de em Porto Alegre era composta por 11 Vereadores, reunia-se durante dois meses por ano, podendo prorrogar o período por mais quinze dias. Era prevista a convocação extraordinária pelo prefeito municipal ou por um terço dos vereadores. A Câmara examinava as contas do prefeito, votava as leis do orçamento e dedicava-se aos assuntos relativos aos impostos municipais. Os vereadores não recebiam remuneração, ocupando um cargo que pressupunha poderes limitados. Entretanto, o cargo significava prestígio social com um forte cunho elitista. Em 1937 as Câmaras Municipais foram dissolvidas, dando lugar ao Conselho Técnico de Administração.

Já a Constituição Nacional de 1946 e a Constituição Estadual de 1947 redefinem o papel das câmaras municipais, constituída em Porto Alegre por vinte e um vereadores, eleitos pelo voto direto. Passou a ser um órgão representativo, com pluripartidarismo, com funções legislativas e remuneração dos vereadores, permitindo a participação das camadas médias da população no processo político, já que a vereança exigia maior dedicação em função do período de funcionamento da Câmara ter sido ampliado. A 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Porto Alegre instalou-se no dia 4 de dezembro de 1947.

No período de 1947 até 1949, a Câmara Municipal reunia-se no Paço dos Açorianos, sede do gabinete do prefeito municipal. Em 1949, transferiu-se para o Ed. Intendente José Montaury, onde funcionavam, além da Câmara Municipal, diversas secretarias municipais. Momentos de grande importância na política nacional envolvem esse período organizativo da Câmara Municipal: o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, o Movimento da Legalidade, em 1961, mobilizando forças políticas para manter João Goulart, Vice-Presidente, eleito pelo voto popular, no poder. O fim desse período foi marcado pelo golpe militar de 1964 e, especialmente, pela extinção do pluripartidarismo. Os prefeitos das Capitais passaram a ser nomeados mediante aprovação da Assembleia Legislativa e o Poder Executivo assumiu amplos poderes sobre o Legislativo Municipal. O bicentenário da Câmara Municipal foi comemorado em 1973, já sob o bipartidarismo.

O processo de reabertura política, iniciado em 1979 e, sobretudo, as eleições

municipais de 1984, restabeleceram a representação pluripartidária e abriu-se um novo período para a Câmara Municipal de Porto Alegre. Com a Constituição Federal de 1988, que elevou os municípios à condição de Entes Federados, conferiu às Câmaras Municipais a condição de Poder Legislativo, ampliando seus poderes, inclusive o de apresentar Emenda ao Projeto de Lei do Orçamento, por exemplo.

Com a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, se implantou no Brasil não só uma Democracia Representativa, mas também Participativa. Os municípios passaram a contar com rendas próprias e os tributos por si geridos na totalidade, além de transferências federais e estaduais. As Câmaras Municipais reconquistaram princípios da Carta de 1946, como a utilização de seus recursos orçamentários, transferidos por duodécimo pelo Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Porto Alegre possui hoje uma sede própria. Inaugurado em 1986, o Palácio Aloísio Filho, na Av. Loureiro da Silva, nº 255, abriga a sede do legislativo municipal de Porto Alegre. Com diversos espaços, proporciona condições para que a comunidade exerça a cidadania no Legislativo Municipal, usufruindo de dois Plenários e salas de reuniões para que a comunidade possa discutir os mais diversos assuntos de interesse da cidade.

### *3.2.1 Programa de Memória*

Os primeiros documentos da Câmara Municipal de Porto Alegre, segundo o Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho[15] (GEHLEN, 2009), a partir do qual apresentamos este resumo, permaneceram sob a guarda do Setor de Documentação, da Secretaria Municipal de Administração, até 1968, quando foram encaminhados como documentação histórica para a Secretaria de Educação e Cultura, pelo Processo Interno nº 38976, iniciado em 20 de junho de 1968. No início da década de 1970, grande parte da documentação sofreu processo de restauro, sendo que em 1972 foi iniciada a organização dos fundos do Arquivo Histórico. Posteriormente, os documentos foram encaminhados e/ou

[15] O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho reúne, preserva e divulga cerca de um milhão de documentos que constituem uma fonte de pesquisa sobre a cidade. Sob sua guarda estão documentos datados de 1764, que registram a formação de Porto Alegre, jornais e revistas que relatam seu cotidiano, além de relatórios, projetos, mapas, plantas e correspondências que mostram a política das administrações municipais. O acervo documental e a biblioteca especializada na história de Porto Alegre são abertos a pesquisadores, estudantes e comunidade em geral. No Arquivo, também se desenvolvem atividades educativas com o objetivo de construir o conhecimento sobre a cidade e despertar a consciência para a necessidade de preservação do patrimônio documental. Fonte: Portal da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.

doados pelo Arquivo Público Municipal e pela Câmara Municipal ao Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

A documentação que compõe o acervo abrange a época em que a Capital do Estado estava sediada em Viamão, de 1764 a agosto de 1773; de setembro de 1773 em diante, já instalada em Porto Alegre, até o período em que o Município é governado transitoriamente pela Junta Municipal, de 1890 até 1892; e segue até a sua dissolução, que acontece por força da Nova Constituição de 1937. Os documentos produzidos a partir de 1937 encontram-se armazenados na Câmara Municipal.

Ainda conforme o Guia, no subnível Atas de Vereança, são encontrados os registros das atas das sessões da Junta Municipal, na ordem de suas ocorrências. A série *Anais da Câmara*, notação '1.22', abrange, além dos anais específicos da Câmara, os relativos às sessões dos Conselhos instituídos nos períodos transitórios na sua ordem cronológica de constituição e encerramento e foi recolhida ao Arquivo até 1985, sendo mantida no seu todo. Alguns documentos, em função da caligrafia da época e dos danos sofridos em seu suporte, ocasionados por mudanças frequentes, além da ação do ambiente e do tempo sobre a tinta de escrita, são de difícil leitura. Quanto à guarda, a documentação original manuscrita existente foi armazenada em ambiente controlado, mas inexistem restrições ao acesso, porém, a única forma de reprodução permitida é a fotográfica, sem o uso do *flash*.

Já no âmbito da Câmara, em sua história mais recente, foi criado, por meio da Resolução n.º 850, de 27 de setembro de 1985, o Setor de Arquivo Histórico da CMPA. O Setor era subordinado à Diretoria Administrativa e tinha como atividades, entre outras, selecionar documentos para o Arquivo, a partir da análise de sua validade e importância históricas; prestar informações e responder a consultas sobre assuntos históricos, objetos do acervo do Setor; orientar os procedimentos de pesquisa documental bibliográfica e a elaboração de demonstrativos do acervo histórico, a reprodução e conservação de fontes históricas do acervo do setor; e orientar e providenciar a restauração de documentos históricos.

Suas atribuições específicas eram:

> a) selecionar material que perdeu validade administrativa e que tenha características de valor histórico;
> b) receber, arranjar e descrever material de valor histórico;
> c) promover a avaliação de todo material e documentos recebidos ou produzidos, segundo seu valor histórico;
> d) prestar informações ao Presidente, à Mesa, às Comissões, aos Vereadores, ao Diretor-Geral e aos interessados em consultas históricas de modo geral;
> e) descrever o material histórico que integra o acervo do setor;

> f) efetuar pesquisa a fim de produzir, selecionar e sistematizar material de valor histórico;
> g) restaurar documentos e material em geral, que tenham valor histórico;
> h) promover, segundo diretrizes e orientação superior, cursos, palestras e seminários sobre a história do Legislativo Municipal de Porto Alegre;
> i) promover, segundo diretrizes e orientação superior, através da administração da casa e em coordenação com a área da Assessoria de Comunicação Social e com outras que se fizerem necessárias, a divulgação da Câmara Municipal e de suas finalidades, a partir de sua história institucional;

Entretanto, ainda que fosse pertinente a esse setor o tratamento da memória institucional da Câmara, desde 1985, só em 1994 essa matéria começou a ser tratada de forma a dar visibilidade ao acervo. A iniciativa se deu pelo Presidente Casa na época, Senhor Luiz Braz, que solicitou à servidora Nara Maria Jurkfitz a criação de um Memorial. A inauguração ocorreu em 29 de agosto de 1994 e o Memorial se tratava, a princípio, de uma galeria instalada no Salão Adel Carvalho, na sede da Câmara, com a exposição permanente dos retratos dos ex-presidentes da Casa.

Dessa forma, surgia o embrião do Memorial, que apesar de desenvolver uma atuação cultural crescente foi fechado em 1997 por falta de estrutura funcional e de recursos materiais. O Memorial não contava com uma sala administrativa e não tinha funcionários. A responsável, na época, servidora Nara Maria Jurkfitz, desempenhava as atribuições do setor onde trabalhava concomitantemente com as funções do Memorial e a inviabilidade de se manter nas duas áreas fez com que ela desistisse da empreitada. O projeto ficou suspenso por cerca de seis meses, quando, a pedido da Presidência, foi reaberto. A Direção do Memorial passou a ser exercida pela servidora Elisabeth Brochier.

Em 02 de janeiro de 1998, por meio da Resolução n.º 1367, foram reorganizados os serviços administrativos da Câmara Municipal de Porto Alegre, a Resolução, entretanto, não trouxe alterações na estrutura de gestão de memória, mantendo o Setor de Arquivo Histórico da CMPA com as mesmas atribuições, apesar de já existir o Memorial.

Na noite de 10 de janeiro de 2001 ocorreu um incêndio no Arquivo Histórico da Casa. O fogo afetou sete das sessenta e cinco prateleiras de documentos do setor, inutilizando o conteúdo de duas delas. Entre os papéis afetados parcialmente, estavam os registros das discussões de plenário da Câmara Constituinte de 1989, que elaborou a Lei Orgânica do Município de 1990, cadernos da Procempa[16], com publicações de proposições da Casa, processos dos períodos de 1947 até 1955 e de 1963 até 1965, além de notas taquigráficas de sessões plenárias e de reunião de comissões. A lista inclui ainda cópias de documentos dos

[16] A Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre é uma empresa pública de tecnologia de informação e comunicação da cidade de Porto Alegre/RS.

setores de Relações Públicas, Financeiro e de relatórios da prefeitura de 1909 até 1958. Os documentos danificados parcialmente foram recuperados por uma comissão criada no ano 2002, que veio a concluir o trabalho de restauração em novembro de 2006.

Porém, a realização deste trabalho de recuperação foi possível, também, por conta da criação do Laboratório de Restauração, em 2005, atrelado ao Memorial da Câmara. De acordo com a Agência de Notícias da Câmara, somente para tratar os papéis da Lei Orgânica Municipal foram necessários três anos de um trabalho que envolveu limpeza mecânica, desacidificação, consertos (com enxertos), planificação (em prensa) e encadernação.

Figura 9 – Processo de Restauração

Fonte: Portal da CMPA.

Após o incêndio, em 2001, foi reestruturada a gestão de memória da CMPA com a consolidação do Memorial na estrutura administrativa da Casa, através da Resolução nº 158, de 09 de outubro de 2001, que alterou a Resolução n.º 1367, de 02 de janeiro de 1998.

A Resolução criou duas seções, subordinadas à Direção Geral, uma Seção de Arquivo Histórico e uma Seção de Memorial, esta última ficando imbuída de elaborar e produzir documentos a partir da pesquisa de documentação histórica, com vistas à divulgação da memória do Legislativo Municipal e promover, segundo diretrizes e orientação superior, eventos de cunho histórico, objetivando divulgar a história da Câmara Municipal, entre outras atividades.

A Resolução, entretanto, apesar de ter retirado da estrutura administrativa da Casa o Setor de Arquivo Histórico, subordinado à Diretoria Administrativa, não foi efetivada, mantendo, na prática, a existência do Setor. Isso culminou na não implementação da Seção de Arquivo Histórico, que seria subordinada à Direção Geral.

Atualmente, há uma comissão instituída com o objetivo de elaborar um estudo pra a revisão da Resolução n.º 1367, de 02 de janeiro de 1998, a fim de estabelecer os ajustes necessários à estrutura administrativa da Câmara e de seus programas institucionais.

Segundo o chefe da Seção de Memorial, Jorge Barcellos, o estudo de reformulação já vem sendo trabalhado há mais de cinco anos e foram feitas várias sugestões de alteração na descrição das atribuições do Memorial, já que a norma está desatualizada e as funções que foram adquiridas ao longo de tempo não fazem parte da Resolução. O chefe destaca que não está descrita grande parte dos projetos educacionais do Memorial, porque vieram após a regulamentação e conclui: "*a atual legislação está defasada em relação ao que o Memorial faz na prática*". Ele explica que a alteração da estrutura administrativa é um processo muito lento, pois há um problema funcional e corporativista envolvido, já que envolve as atribuições dos setores e esses correspondem a uma série de gratificações, gerando uma repercussão financeiro-orçamentária, tornando o processo de difícil alteração.

### *3.2.2 Memorial*

O Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre[17] está situado na Avenida Loureiro da Silva, número 255, na cidade de Porto Alegre, no andar térreo da Câmara. A natureza do Equipamento é pública e municipal, possuindo vínculo institucional com Câmara Municipal de Porto Alegre.

O Memorial é responsável pela elaboração, desenvolvimento e realização de projetos na área de história política do Legislativo Municipal. A organização de eventos culturais,

[17] Os telefones de contato são (51) 3220-4187 e (51) 3220-4318. O endereço eletrônico do Memorial é *memorialcmp@camarapoa.rs.gov.br*, e sua página na *internet* é *http://www2.camarapoa.rs.gov.br.*

agendados pela Mesa Diretora e pelos Vereadores, também faz parte dos trabalhos desenvolvidos. Sua Missão é propagar a cultura e a história do Legislativo de Porto Alegre, recuperando, divulgando e disponibilizando o conhecimento amplo e irrestrito à comunidade porto-alegrense através de seu acervo e de suas atividades educacionais.

Seu campo de atuação é de natureza cultural, educativa e de pesquisa. Entre as suas especialidades destacam-se as áreas da história, da política, da sociologia e da antropologia. A linha de pesquisa foca-se em registros históricos e biográficos de personalidades do cenário político do Município, a fim de elaborar ações culturais e educacionais sobre os temas. Não há realização sistematizada de pesquisa científica para fins de publicações.

Institucionalmente são atribuições do Memorial, conforme a Resolução nº 1.367, de 02 de janeiro de 1998, que reorganiza os serviços administrativos da Câmara Municipal de Porto Alegre, alterada pela Resolução nº 1578, de 09 de outubro de 2001, que acrescentou o seguinte inciso, que trata do Memorial:

> II – Seção de Memória
> a) cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;
> b) informar e visar informações e documentos, opinando se for o caso;
> c) instruir processos;
> d) organizar, controlar, guardar e conservar as atas e anais da Câmara Municipal;
> e) elaborar e produzir documentos a partir da pesquisa de documentação histórica, com vistas à divulgação da memória do Legislativo Municipal;
> f) auxiliar na pesquisa da documentação histórica, viabilizando o acesso à mesma de acordo com diretrizes superiores;
> g) promover, segundo diretrizes e orientação superior, eventos de cunho histórico, objetivando divulgar a história da Câmara Municipal;
> h) providenciar a encadernação e restauração das atas e anais da Câmara Municipal, bem como a conservação dos demais documentos do acervo;
> i) implementar sistema de registro e controle que permita o levantamento de consultas e consulentes;
> j) coligir dados estatísticos para elaboração de relatórios mensais e anuais;
> k) programar, divulgar e acompanhar a realização de exposições no Salão Adel Carvalho;
> l) realizar montagem e desmontagem das exposições no Salão Adel Carvalho;
> m) zelar pela segurança e preservação dos bens e objetos em exposição nas dependências da Casa, na área de sua competência;
> n) elaborar a escala de férias dos funcionários;
> o) comunicar a efetividade dos funcionários;
> p) elaborar relatório anual das atividades;
> q) executar tarefas correlatas.

Figura 10 – Memorial da Câmara de Porto Alegre

Fonte: Foto reproduzida pela autora.

O horário de atendimento externo é de segunda à quinta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30mim; e nas sextas-feiras, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 16h. O local da exposição permanente está em reforma, portanto, não há visitação ao acervo do Memorial.

De acordo com o chefe da Seção, são poucos os visitantes que procuram o espaço para fazer pesquisas, registrando que existem 11 dissertações sobre a Câmara e, com trabalhos de conclusão de curso, o número de pesquisadores acadêmicos que fizeram seus trabalhos sobre a CMPA, e que foram atendidos pelo Memorial, ao longo do tempo, não chega a 20. Porém, são atendidos muitos pedidos de informações históricas, solicitados por alunos e por entidades e que são enviadas para o endereço eletrônico do Memorial. Ainda há solicitações de pessoas que participaram de atividades na Câmara e pedem que sejam enviadas cópias de arquivos de imagens ou vídeos, ou de documentos, para o devido registro do evento. Assim, a maioria das pesquisas é feita pelos próprios servidores do Memorial, para o desenvolvimento de suas atividades e para a realização de exposições.

Já em relação às exposições, o público geral que as frequenta é o mesmo que se desloca até a Câmara para assistir às sessões plenárias, pois o principal espaço de exposição se situa na entrada da CMPA e se chama Avenida Cultural Clébio Sória.

Figura 11 – Avenida Cultural Clébio Sória

Fonte: Foto reproduzida pela autora.

Além deste visitante esporádico, existe o público proveniente das visitas agendadas, que é o foco do trabalho do Equipamento. O Memorial oferece à comunidade, grupos organizados e escolas, sendo este último o público alvo do Memorial, visitas orientadas de uma hora, onde os visitantes conhecem a estrutura interna da Casa e as exposições. Essa atividade acontece nas terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 14h30min, mediante agendamento.

A visitação abrange locais tais como: as Galerias dos Presidentes e das Vereadoras, passando também pela sala da Presidência e, por vezes, em algum gabinete parlamentar. Os visitantes conhecem o Plenário da Casa, onde acompanham a sessão por um período, e o

Plenário Ana Terra (Plenarinho), local onde se realizam palestras, atividades culturais e educacionais. Conhecem também as obras de arte que estão distribuídas nos espaços públicos da Casa. Após o cumprimento do roteiro de visitação, os visitantes são encaminhados ao Teatro Glênio Peres, onde é feita uma apresentação sobre o funcionamento da Câmara, acompanhada, por vezes, do depoimento de algum parlamentar convidado.

Já em relação à estrutura física do Equipamento, esse não conta com sede própria e suas salas estão localizadas dentro do prédio da CMPA. Assim, o Memorial possui três espaços: o primeiro é a Sala da Administração do Memorial, no térreo da Câmara, onde se desenvolve o processo de organização da documentação e de pesquisa, que contém uma estrutura de guarda do acervo, com arquivos deslizantes.

Figura 12 – Arquivos deslizantes

Fonte: Foto reproduzida pela autora.

O segundo é o Laboratório de Preservação do Acervo Documental da CMPA, no térreo, onde documentos históricos da Câmara Municipal e da cidade de Porto Alegre são recuperados, visando à preservação da memória do Município. O Laboratório, entretanto, esteve fechado no ano de 2013, por falta de servidor, já que a titular se aposentou. Ele está sendo reorganizado, neste ano, para sua reabertura, pois foi recolocada uma servidora, Andréia Godoy de Ávila, que está se preparando para desenvolver o trabalho.

Um terceiro espaço é o Salão Adel Carvalho, que está sendo reformado. Após a conclusão das obras, esse local será dividido em vários ambientes: um saguão, onde ficará a

exposição permanente do Memorial, composta principalmente de mobiliários antigos e que servirá como sala de reuniões; outro onde serão realizadas as exposições temporárias; e também terá um mezanino, com auditório, que será utilizado pelo Memorial, mas que ficará sob-responsabilidade da *Escola do Legislativo*[18]. O Projeto dessa reforma foi feito com o objetivo de que todos os setores da Câmara envolvidos com memória, cultura e educação pudessem utilizar os espaços do Salão.

O acesso do público ao Memorial dá-se através de transportes coletivos como ônibus e vans. Há estacionamento próprio, disponível para visitantes, com reserva de vagas para idosos e portadores de necessidades especiais. Sobre a segurança patrimonial, essa é feita por seguranças da Câmara.

Quanto ao acervo documental, este é composto por documentos históricos selecionados e doados, e por fotografias e arquivos de imagem (VHS e DVDs). Os arquivos recebidos através de doação são, em geral, de ex-vereadores falecidos, disponibilizados por familiares, mas há também arquivos de personalidades e fatos relacionados à cidade de Porto Alegre. Também faz parte do acervo uma coleção de livros de referência e o material das exposições realizadas.

Já os documentos históricos da Casa, como os anais e projetos de lei, estão sob guarda do Arquivo Histórico da CMPA e não são transferidos à Seção, pois o Arquivo tem por objeto de trabalho a guarda e preservação do acervo, e o Memorial, a divulgação da memória legislativa. Por conta disso, poucos pesquisadores procuram o Memorial e o atendimento a esses não é o foco do seu trabalho.

O grande problema enfrentado pelo Memorial, em relação ao seu acervo e à disponibilidade de espaço para guarda, são as fitas VHS provenientes da TV Câmara. Essas, em sua maioria, foram convertidas em formato digital e salvas em DVDs, facilitando a pesquisa. Entretanto, isso gerou o dilema de guardar ou não as fitas originais, visto que a durabilidade dos DVDs, e sua resistência, ainda não é consenso entre especialistas em conservação. Como esses arquivos de imagens são utilizados para elaboração de produtos culturais, tais como documentários, e também porque o Memorial disponibiliza cópias dos vídeos aos interessados, sobretudo às pessoas ou entidades que participaram de sessões ou eventos realizados pela Câmara, a guarda se faz necessária. Assim, até que se decida a

[18] A Escola do Legislativo Julieta Battistioli foi criada em 13 de setembro de 2007 com o objetivo de formar e capacitar agentes políticos e servidores através de atividades docentes, como cursos de aperfeiçoamento e capacitação. Contudo, não apenas se restringe à formação e a educação continuada dos servidores, também produz e divulga conhecimento sobre o legislativo, disponibilizando-os a todos os cidadãos. Fonte: Portal da Escola do Legislativo.

questão, as duas mídias estão sendo conservadas, o que faz com que os espaços disponíveis para guarda sejam reduzidos.

Outra série de documentos arquivada em mídia eletrônica é a de clipagem, que é o registro compilado de todas as notícias sobre a Câmara que são veiculadas na imprensa. Esse serviço, executado anteriormente pela Biblioteca da Câmara, é feito, desde 2007, por uma empresa terceirizada, que periodicamente entrega DVDs com o material coletado a ser armazenado no Memorial.

Quanto ao tratamento dos acervos do Memorial da CMPA, alguns documentos já foram organizados, mas não digitalizados, outros foram digitalizados, mas não estão catalogados. Há arquivos que foram organizados, digitalizados e catalogados, mas os registros estão disponíveis apenas na rede interna (*intranet)* e alguns poucos já passaram por todos os tratamentos e estão disponíveis no Portal. Assim, o acervo possui diversos níveis de organização e disponibilização de conteúdo.

Uma série que está completamente digitalizada e catalogada é a de fotografias em formato de papel, que está sob a guarda do Memorial. Já as fotografias em formato digital, por sua vez, estão sob-responsabilidade da Seção de Fotografia da Câmara.

Sobre a gestão das fotografias digitais, Jorge Barcellos relata a dificuldade de realização de pesquisas, pois "*se ganha em quantidade, pois se consegue preservar tudo, mas perde em qualidade, pois não se consegue manusear, não se consegue enxergar"*. O chefe da Seção explica que foi solicitada para a Seção de Informática da Casa, a criação de um programa de gerenciamento eletrônico, mas que as tentativas resultaram em dificuldades de localização de dado, e relata: "*uma coisa é digitalizar todos os projetos de lei, outra é cadastrar uma fotografia dentro da linguagem do museólogo, isso é uma coisa estranha para a informática, eles não sabem como fazer isso*". A quantidade de trabalho da Seção de Informática, que precisaria de mais tempo para elaborar um programa que atendesse às necessidades de pesquisa histórica, é um entrave apontado por Barcellos, que enfatiza que, também devido a esse problema, não se conseguiu dar a todos os acervos digitalizados o mesmo patamar de disponibilização.

Ainda assim, o Memorial utiliza seu acervo e o do Arquivo Histórico da CPMA para a realização de pesquisas, a fim de elaborar suas exposições. As pesquisas não são de profundidade e são feitas para alcançar seu público alvo: os estudantes. A partir delas são elaborados *banners* que compõem as exposições.

Os temas das exposições são sugeridos pelo Memorial e definidos pela Presidência, com a anuência do Diretor Geral. Em geral são aproveitadas datas comemorativas, e

aniversários de acontecimento de eventos, como temas a serem trabalhados. Algumas áreas são constantemente abordadas, ainda que sob diferentes enfoques, e de maneira inédita, são eles: em março - Semana de Aniversário de Porto Alegre e Dia Internacional da Mulher; abril - Dia do Índio; maio - Dia do Trabalho; junho - Semana do Meio Ambiente; agosto e setembro - aniversário da Câmara; setembro - Revolução Farroupilha; outubro - Dia das Crianças; novembro – Dia da Consciência Negra; e dezembro - Direitos Humanos.

O material, após a realização do evento, é guardado juntamente com o acervo do Memorial, a fim de disponibilizá-lo a escolas, grupos organizados e instituições. A esse programa deu-se o nome de *Exposições Itinerantes*. As reservas são consideradas efetivadas mediante requerimento do solicitante, que deve vir retirar o material e devolvê-lo nas datas agendadas. Abaixo segue a descrição de algumas coleções disponíveis para empréstimo.

Sobre a história de Porto Alegre:

**a)** **Fontes d´Art em Porto Alegre**: as origens do abastecimento de água na capital.

**b)** **História da Câmara Municipal de Porto Alegre**

**c)** **Os Irmãos Porto Alegre**: a contribuição de Apelles, Aquylles e Apolinário Porto Alegre para a cultura gaúcha.

**d)** **Morro Santa Teresa** - História da ocupação do Morro Santa Teresa no século XIX e os primórdios da defesa de sua preservação no século XX.

**e)** **Parque Farroupilha** - História do Parque Farroupilha, também conhecido como Parque da Redenção.

**f)** **Planos Diretores de Porto Alegre** - História do processo de criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre.

Já as exposições que abordam temas da história do Rio Grande do Sul, foram estruturadas para estudantes a partir do 6º ano do ensino fundamental. São elas:

**a)** **Assis Brasil**: o Senhor do Castelo - Vida de Assis Brasil, advogado, político, orador, escritor, poeta, prosador, diplomata brasileiro.

**b)** **Campanha da Legalidade** - História do Movimento da Legalidade, empreendido a partir do Rio Grande do Sul, pelo Governador Leonel Brizola, em defesa da manutenção da Constituição brasileira e a posse do Vice-Presidente João Goulart, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961.

**c)** **História do Movimento Ambientalista no RS** - As origens dos movimentos ambientalistas e a condição da política ambiental no Rio Grande do Sul.

d) **História do Teatro Gaúcho**: das origens ao Porto Alegre em Cena - Evolução das artes cênicas no Rio Grande do Sul desde 1772, lembrando os esforços para a valorização e o profissionalismo do teatro.
e) **Tradições Gaúchas** - Elaborada em parceria com o folclorista Paixão Cortes, a exposição reúne aspectos centrais da cultura gaúcha (dança, culinária, folclore e moda).

Com temas que envolvem a história política brasileira, as exposições sobre a História do Brasil retratam desde o descobrimento do país até o período democrático. São destinadas a estudantes de 8º e 8º anos do ensino fundamental e ensino médio.

a) **História da Política Indigenista no Brasil** - Surgimento do serviço de proteção ao índio, em 1961, e iniciativas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana dedicadas aos mybiá-guaranis, caigangues e charruas.
b) **Jango** - A história política brasileira na década de 1960, através da história do Presidente João Goulart.
c) **JK 100 anos** - A modernização do país no contexto da redemocratização.
d) **Pedro Álvares Cabral** - O viajante português e o Brasil.

Há ainda uma coleção que aborda temas referentes ao mundo infantil, podendo ser utilizada em todo o ensino fundamental.

a) **Cidade das Crianças** - A política de proteção à infância em Porto Alegre.
b) **História dos Brinquedos** - História do lazer e da cultura infantil.
c) **Mário Quintana das Crianças** - A vida e a obra do poeta Mário Quintana.
d) **Monteiro Lobato** - Contribuição do autor para a literatura infantil.

Algumas personalidades locais também são retratadas em exposições biográficas:

a) **Adel Carvalho** - História do ex-guarda-livros, empresário, jornalista e vereador de Porto Alegre.
b) **Cattani: Moda como História** - História do estilista gaúcho e sua projeção no cenário mundial da moda.
c) **Julieta Batisttioli, centenário** - História da primeira mulher vereadora na Câmara Municipal de Porto Alegre.
d) **Lutzenberger** - História do ativista do movimento ecológico.

e) **Oliveira Silveira** - Trajetória do militante do Movimento Negro e a construção da data "20 de novembro".
f) **Radamés Gnatalli: O músico** - O músico e sua influência sobre uma geração de compositores.

Ainda há uma coleção que aborda tanto a inserção da mulher no mercado de trabalho, quanto a história de personalidades femininas na sociedade gaúcha e brasileira.

a) **Centenário do 08 de Março** - Exposição em homenagem ao centenário do Dia Internacional da Mulher.
b) **História do Trabalho da Mulher**
c) **Nísia Floresta** - Luta feminista e de emancipação das mulheres no Brasil.
d) **Poetisas do Brasil** - A trajetória de poetisas brasileiras e suas contribuições para a formação da identidade feminina no Brasil.

O Memorial da Câmara Municipal também disponibiliza servidores para a realização de palestras nas escolas. Os temas são escolhidos mediante acerto prévio com a Seção, a partir das necessidades da escola ou do grupo organizado, e agendamento. Outros temas de interesse da escola ou institução podem ser pesquisados, dependendo da existência de acervo disponível na Seção. Regra geral, temas da área de ciências humanas, história, sociologia e política têm preferência.

A seguir, encontram-se registradas as principais palestras já elaboradas pela Seção, para atendimento das escolas, com base no acervo do Memorial: **Anistia:** A história do movimento político que trouxe de volta grandes políticos brasileiros; **Direitos Humanos:** A história da declaração da ONU e os Direitos Humanos hoje; **A História da Criança no Brasil:** do período colonial à atualidade, as condições e representações sobre a infância brasileira; **Evolução Urbana de Porto Alegre:** Desenvolvimento urbano, ciclos econômicos, organização da propriedade, metropolização de Porto Alegre; **História da Câmara Municipal:** a trajetória política da cidade, a primeira Câmara, funções e prerrogativas dos Vereadores, o Legislativo Hoje; **Vereadores que fizeram história:** a trajetória de Julieta Batistioli**; A Militância Política**: o PCB. Ideias. Legado político; **Imagens de Mulher:** papéis da mulher, mulheres célebres, mulher na cultura, mulher na política; **1968: A Conquista da Democracia:** a década de 60 no Brasil e no mundo; **O que é política?** Fundamentos de política. O conceito de poder. Estrutura política brasileira. A estrutura política de Porto Alegre, eleições; e **História de Porto Alegre:** desde a criação da Freguesia,

à transferência da sede do Governo e a elevação à condição de Capital, até a elevação à Cidade. A trajetória da Capital da Província de São Pedro do Rio Grande.

Ainda são realizadas pelo Memorial as seguintes atividades:

**a) Aula na Câmara**

A Câmara Municipal, através do Memorial, oferece à comunidade, escolas e grupos organizados, aulas no Legislativo, mediante agendamento e interesse nas palestras disponíveis.

**b) Sessão Plenária do Estudante**

É oferecida aos estudantes, dos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a possibilidade de participarem de simulação de sessão Plenária da Câmara, onde esses estudantes atuam como Vereadores, elaborando Projetos de Lei e Pedidos de Providência, utilizando a tribuna do plenário para tanto. O Memorial utiliza esse serviço como projeto de formação educacional, passando noções de cidadania, direitos políticos, estado, poderes, entre outros.

**c) Auxílio à Pesquisa**

O Memorial oferece, mediante agendamento, o serviço de orientação à pesquisa para a comunidade e para estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Fornece, também, indicações bibliográficas na área de história e ciências humanas.

**d) Ciclos de Vídeo**

São organizados *Ciclos de Vídeo*[19] atendendo a solicitações dos vereadores e funcionários. Também é oferecida programação específica para escolas, com debates e palestras. Os ciclos de vídeos são realizados no Teatro Glênio Peres.

[19] Em 2013 a Câmara Municipal se tornou um espaço integrante do projeto *Democratizando*, que faz parte da 8ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, realizada em diversas capitais. Encerrando o ano formam apresentados dois vídeos: o primeiro, intitulado *1976 - Marcos Klassmann. Vote contra o governo: a trajetória de uma geração*, é um documentário sobre a trajetória política do jornalista, produtor cultural, militante político e ex-vereador Marcos Klassmann, que em 1976 teve seu mandato cassado pelo regime militar depois de ter feito o seu primeiro discurso na tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre, 15 dias após tomar posse, denunciando a ditadura militar e a cassação de seu companheiro Glênio Peres. O segundo filme, *Brasília Segundo Feldman*, dirigido por Vladimir Carvalho, é um documentário produzido em 1979, com imagens originais sobre a construção de Brasília. Fonte: Agência de Notícias da CMPA.

No que diz respeito à sua gestão administrativa, primeiramente devemos contextualizar a estrutura da Câmara, que é gerenciada pela Mesa Diretora, eleita pelo Plenário, o órgão máximo da Instituição. A Mesa é comandada pelo Presidente, que é o responsável direto pela administração da Casa. Subordinados à Presidência estão os órgão de apoio, tal como a Procuradoria e, um nível hierárquico abaixo, mas ainda atrelado diretamente à Presidência, está a Diretoria Geral.

Figura 13 – Organograma da CMPA

Fonte: Portal da CMPA.

A partir desta linha hierárquica encontramos o Memorial, que está diretamente subordinado à Diretoria Geral. Sua composição administrativa é composta por um chefe, que atualmente é responsável por mais dois servidores. O Organograma interno do Memorial não está estabelecido em legislação, sendo informal e alterável de acordo com o quadro de servidores que o compõe. Atualmente, a divisão do trabalho está estabelecida da seguinte forma: Jorge Barcellos, chefe da Seção de Memorial, também responsável pelas pesquisas e pela gestão cultural; Renata Beatriz Mariano, responsável pela gestão administrativa; e Andréia Godoy de Ávila, responsável pelo Programa de Restauração e pelo Projeto de Ação Educativa.

Os servidores não possuem formação profissional em áreas atreladas à memória, tais como História ou Museologia e ainda que haja arquivistas nos quadros da CMPA, nenhum deles está trabalhando no Memorial. O chefe, entretanto, é Doutor em Educação e tem experiência na área cultural, já tendo trabalhado em entidades culturais do Executivo Municipal, como o Museu Joaquim Felizardo[20] e no Espaço Cultural Usina do Gasômetro[21].

Em relação à qualificação dos servidores, há na Casa a *Escola do Legislativo*, que mantém um programa nesse sentido, mas também é possível participar de cursos externos à Câmara.

O Memorial conta ainda com cinco vagas de estágio, sendo que uma delas não está preenchida atualmente, as demais são nas áreas de História, Arquivologia, Museologia e Geografia. Não há funcionários terceirizados trabalhando no Memorial, entretanto, algumas atividades, tais como a digitalização de documentos, foram realizadas por empresas contratadas através de processo licitatório.

Quanto aos convênios e parcerias, muitos já foram realizados, tanto para colaboração técnica como para imersões de qualificação. Atualmente, há um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no qual é possível fazer adendos, de acordo com a necessidade. Já em relação às parcerias, a maioria é estabelecida para a realização de exposições.

Em relação à gestão, o Memorial não possui um planejamento estratégico para o desenvolvimento de suas ações, já que estas são atreladas a suas atribuições, que foram definidas por Resolução.

O planejamento de suas atividades, por conta da alteração anual da Presidência, Mesa Diretora e Direção Geral, não é de longo prazo, ficando restrito ao ano vigente. Segundo Barcellos o que não muda, caso esteja funcionando "*razoavelmente bem*" e "*não gere problemas*" à administração da Casa, é a titularidade das chefias do "*segundo escalão*", declarando que ele está a frente do Memorial há mais de 10 anos. Assim é possível manter certa regularidade no trabalho, apesar das sucessivas alterações de comando da Casa. Desta forma o que é definido pela Presidência, e não pode ser planejado com antecedência, é o tema das ações culturais, mas as ações, em geral, têm tido certa continuidade ao longo dos anos.

[20] Em 1979 foi criado o Museu de Porto Alegre que, em 1993, passou a ser denominado de Museu Joaquim José Felizardo. O Museu está localizado no prédio histórico Solar Lopo Gonçalves e seu acervo é específico sobre a cidade de Porto Alegre. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.

[21] O prédio da Usina, que funcionou de 1928 até 1974, é um dos mais antigos de Porto Alegre e foi construída para gerar energia elétrica a base de carvão mineral. Em 1991, após reformas, o prédio se transformou em um centro cultural, com espaços para exposições e eventos e que conta, ainda, com cinema, tv, teatro, livraria, bar, entre outros espaços. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.

Neste momento, para enfatizar o quanto é problemático para os servidores a alteração anual da presidência, trazemos o relato da servidora Andréia Godoy de Ávila, que nos conta que em determinado período, a pedido de um presidente, foi desenvolvida uma pesquisa que resultou em um livro. Porém, por entraves no processo editorial, houve um atraso e, quando a tiragem ficou pronta, já havia mudado de gestão. Entretanto, o prefácio do livro continuava com o nome do presidente anterior. Por consequência, a publicação não foi lançada. A partir do relato, a servidora aconselhou: *"nunca faça a apresentação com assinatura, senão você não consegue salvar os livros. É terrível. O presidente diz: ah não, eu não vou lançar com o nome de outro"*.

Sobre os conflitos de poder, Jorge Barcellos explicou que a produção cultural na Câmara tem variáveis externas ao Memorial e essas o afetam diretamente. Externou que há um "*jogo de forças*" estabelecido, que envolve outros setores, a Mesa Diretora e a Procuradoria, que determinam o que pode ou não ser feito. Disse que a janela de oportunidade que se usa para fazer a ação cultural depende de certa sincronia entre esses atores: "*se eu tenho uma Mesa favorável, eu consigo implementar mais ação, agora se tenho uma Presidência, uma Mesa e Diretor Geral mais recuados, eu já tenho problemas*", declara o servidor.

O Memorial não possui dotação orçamentária própria, portanto, os gastos são associados a projetos que dependem de aprovação da Mesa Diretora. Segundo o chefe do Memorial, quando um projeto não é aprovado, isso não se dá por falta de verbas, pois não há problema de falta de recursos na Câmara. Assim, a negativa se dá por conta do jogo de forças internas atuantes, que podem culminar na aprovação ou não de projetos, dependendo do contexto administrativo e da vontade política.

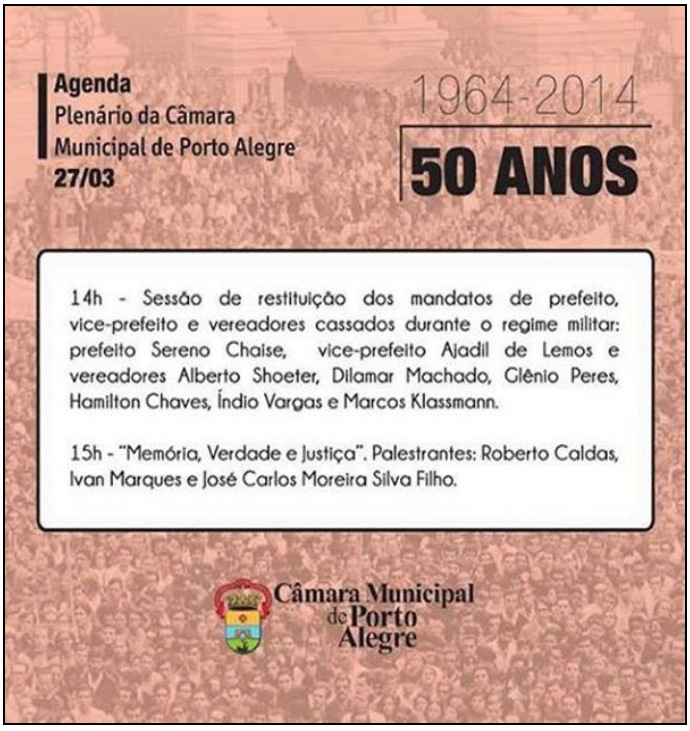
Já para a compra de materiais, é necessário que se faça um pedido com a previsão anual, que é somado às solicitações dos demais setores da Câmara e, após a totalização dos números, é feito um processo licitatório a fim de se efetuar uma compra única.

Em relação à realização de eventos culturais de maior porte, como seminários internacionais, por exemplo, outra forma de ingresso de recursos utilizada é o patrocínio externo. Já foram efetuadas parcerias nesse sentido com o Banrisul, Caixa Econômica Federal e com empresas particulares, cujos produtos podem ser associados ao tema do evento. Barcellos relatou que com bons argumentos sobre a viabilidade de execução do evento e do retorno de visibilidade à empresa patrocinadora, é fácil angariar patrocinadores. Declarou, entretanto, que a maior dificuldade em relação aos patrocínios é a burocracia para a prestação de contas.

Sobre os projetos em andamento na Seção, esses se relacionam à manutenção de suas ações educativas e à organização de exposições e seminários. Dois temas para os eventos a serem concretizados neste ano já foram definidos e aprovados pela Presidência e se referem à passagem dos 50 anos do Golpe Militar de 64 e ao centenário de Lupicínio Rodrigues, acompanhando, assim, a programação cultural da prefeitura de Porto Alegre.

A pesquisa realizada para a elaboração dos produtos culturais tem por foco buscar uma relação com a Câmara, seja a partir do envolvimento direto com a Instituição ou por meio dos discursos proferidos pelos parlamentares em relação ao tema proposto. A partir da pesquisa são elaboradas as exposições, seminários, publicações e eventos solenes.

Figura 14 – Convite para solenidade de ato simbólico de restituição de mandatos cassados durante o regime militar




Fonte: Portal CMPA.

A programação cultural também tem em vista a utilização de espaços nas Sessões Plenárias, como o da *Tribuna Popular*[22], para a qual são convidados, para fazer explanações, representantes de entidades ou pessoas ligadas ao tema em questão. A utilização desse espaço é considerada como muito importante pelo chefe da Seção, pois as sessões são gravadas pela

[22] Instrumento criado para ampliar a participação dos munícipes, a Tribuna Popular é um espaço utilizado por entidades, ocorrendo nas sessões plenárias da Câmara. O orador possui dez minutos, sem apartes, para a explanação do tema a que se propôs. Fonte: Portal da CMPA.

TV Câmara e as imagens podem ser utilizadas para a elaboração de outros produtos culturais e para o desenvolvimento das atividades educacionais.

Sobre os projetos futuros, Barcellos informou que vem mantendo contato com o presidente do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA-UFRGS), professor José Vicente Tavares, pois a entidade é copromotora dos eventos que estão sendo promovidos para marcar a passagem dos 50 anos do Golpe de 64. A partir desse contato, está sendo estudada a possibilidade de aproximar, institucionalmente, a universidade do poder público e, por conseguinte, o universo acadêmico do universo legislativo. Para tanto, estão desenvolvendo um projeto de mestrado e doutorado na UFRGS, onde o foco será a análise de políticas públicas, o que seria uma boa oferta de qualificação para funcionários e assessores parlamentares da Câmara Municipal. Em contrapartida, o acervo da CMPA poderia servir como fonte de pesquisa para a academia.

Ainda há o estudo para a alteração da Resolução n.º 1367, de 02 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara, atualizando as atribuições do Memorial e sugerindo reformas ao Plano de Carreira da Instituição, criando cargos de especialistas com formação específica, sobretudo, nas áreas de memória e cultura.

Os demais projetos futuros se relacionam com a página do Memorial no Portal da Câmara. Há a intenção de criar um espaço para a publicação de teses e dissertações sobre a CMPA, elaboradas por diversos pesquisadores.

Já sobre as pesquisas do próprio Equipamento, apesar de não terem condições de elaborar pesquisas em profundidade, por falta de servidores, foi possível concluir algumas, tais como o Catálogo de Presidentes e o Dicionário de Vereadores, que estão sendo finalizados, e que, futuramente, estarão disponíveis no Portal.

Pretendem também dar acesso ao serviço de clipagem eletrônica da Câmara, que atualmente está disponível apenas na rede interna, além de criarem uma revista eletrônica, onde poderão ser publicados artigos de história e memória legislativa.

Em relação às estratégias de divulgação, não há um Plano de *Marketing,* ou de Comunicação, do Equipamento. A divulgação das atividades do Memorial é feita pela Assessoria de Imprensa e TV Câmara. Já no âmbito de divulgação para o público alvo do Memorial, que são os alunos das escolas, a forma adotada é o *mailing*. A programação anual é enviada para a lista de contatos, convidando para as atividades anuais e para as exposições temporárias. Também por meio do *mailing* são publicizadas as listas das exposições disponíveis para empréstimo, que são reservadas conforme o interesse da Instituição

solicitante e conforme a agenda do Memorial. Conforme nos relata Jorge Barcellos, a procura é grande e, em março, já havia reservas de exposições para o mês de outubro.

Sobre a divulgação do Memorial na *internet*, esse não possui um portal próprio, estando atrelado ao Portal da Câmara Municipal, através de um *link.*

Assim, o *link* do Memorial tem uma estrutura subdividida em nove páginas, que são: *O que é, Serviços, História da Câmara, Laboratório de Preservação do Acervo Documental, Curso Educação para a cidadania, Campanha de doação, Textos, Catálogo de Atas* e *Logradouros públicos em Porto Alegre*.

Figura 15 – Detalhe da estrutura da página do Memorial

Fonte: Portal da CMPA.

Os eixos "*O que é"* e "*Serviços",* se referem ao Memorial e ao seu funcionamento. Já a *"História da Câmara"* traz um breve histórico da CMPA, porém não está disponibilizado um histórico do Memorial. A página *Laboratório de Preservação do Acervo Documental* traz imagens do laboratório e uma breve explicação sobre as atividades de restauro, já o *link Curso Educação para a cidadania* não traz informações.

Na página *Campanha de doação,* é feito o registro da campanha *O Parlamento Municipal à procura de sua Memória,* que pretende mobilizar e conscientizar a comunidade da importância da preservação da memória política municipal. O objetivo da campanha,

segundo a página, é localizar os fotógrafos da cidade que prestaram serviços à Câmara Municipal, antes de 1983. Conforme o texto, também interessa ao Memorial fotografias em poder de familiares de ex-vereadores, dos moradores de bairros, de amigos de vereadores, enfim, de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, acabaram registrando cenas da vida do dia a dia da Câmara e dos representantes da população no Legislativo.

Já em relação aos *Textos*, essa página conta apenas com o arquivo da Resolução nº 1319, de 18 de junho de 1996, que trata do Código de Ética Parlamentar.

No *Catálogo de Atas* estão dispostos dois volumes do catálogo, o primeiro alusivo aos anos de 1876 até 1885 e o segundo, de 1886 até 1900.

Na página *Logradouros públicos em Porto Alegre* consta uma publicação, referente à pesquisa realizada em 2006, intitulada: *Logradouros públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação*, que conta a história das mulheres que dão origem ao nome de logradouros públicos da Capital.

Percebe-se disso que o Portal não é foco de atenção do Memorial, principalmente quando se compara com a Escola do Legislativo, que possui portal próprio, disponibilizado dentro do Portal da CMPA.

Por fim, ao observar o histórico da Instituição, podemos concluir que a ideia de um programa de memória, com a criação de um memorial, é antiga, já possuindo 20 anos. Porém, a efetivação do ato, em 2001, por meio de Resolução, concorreu para que o Equipamento se estabelecesse e pudesse se consolidar na estrutura administrativa da Câmara, adquirindo *status* de seção e, com isso, pudesse pleitear maior espaço físico para o desenvolvimento de suas ações e maior notoriedade, influenciando na aprovação de seus projetos e na manutenção de suas atividades.

Assim, partindo do exposto consideramos como principal ponto do Memorial sua programação cultural, sobretudo, no que tange à área educacional. *"A eficácia da ação de um memorial está em combinar ensino e pesquisa, atenção a acervos e educação"*, afirmou Jorge Barcellos, chefe da Seção. O trabalho contínuo é voltado aos visitantes escolares, seu público alvo, mas a elaboração da agenda cultural atende também às necessidades dos vereadores e, sobretudo, da Presidência, criando uma diversidade na programação cultural da Câmara.

O reaproveitamento de uma ação cultural para a elaboração de outra é um fator marcante do trabalho desenvolvido pelo Memorial. As pesquisas realizadas se transformam em exposições e, por vezes, em pequenas publicações. Algumas pessoas envolvidas com o tema da pesquisa são convidadas a participar de debates, seminários, mesas-redondas e das sessões plenárias, sobretudo, no espaço da Tribuna Popular. Essas participações são

registradas pela TV Câmara e pelo setor de taquigrafia, que elabora os anais dos eventos. Assim, novas pesquisas e novos produtos culturais podem ser elaborados a partir das imagens registradas e dos textos dos eventos e esses são utilizados, principalmente, nas ações educacionais do Memorial.

Também as exposições, após finalizadas, ficam à disposição para que outras instituições culturais, órgãos públicos, entidades e escolas solicitem o empréstimo, criando movimento e atingindo maiores públicos. Para essa ação é dado o nome de *Exposições Itinerantes*. Assim, é criada uma programação cultural cíclica, que inicia na pesquisa e objetiva alcançar o maior número possível de beneficiários.

Ainda em relação aos produtos culturais, uma área de atuação que não é desenvolvida é a pesquisa em profundidade, a fim de se compor obras de referência. O Memorial não tem um programa de publicações e também não desenvolve um programa de história oral, com o registro de depoimentos de parlamentares. A alegação para a não execução dessas ações é a falta de servidores qualificados, além da falta de tempo.

Quanto à estrutura organizacional do Equipamento Cultural, suas estratégias de desenvolvimento e seus recursos técnicos, tecnológicos e humanos, estão nesses segmentos os seus principais desafios.

Torna-se evidente a carência de pessoal, já que o Equipamento conta com apenas três servidores, sobretudo, com formação específica na área de memória, para preencher as funções mais técnicas do Memorial. Porém, a contratação de profissionais qualificados por um órgão público dessa natureza é uma questão que vai além do enfoque econômico. Ela passa também pelas instâncias políticas e institucionais, dificultando ainda mais a sua operacionalidade. É mais uma questão política do que técnica e foge da alçada de sua Chefia. A questão se torna mais complexa, pois a presidência da Casa é alterada anualmente, então, quando se consegue estabelecer um diálogo em prol da gestão do Memorial, por vezes, não há tempo hábil, dentro do período de um ano, para sua execução. Dessa forma, novamente deve-se estabelecer contato com a nova presidência e reiniciar o processo de diálogo, o que demanda tempo. Por conta disso, há cinco anos está sendo estudada a reformulação administrativa da Casa, vislumbrando-se a criação de cargos de nível superior em áreas específicas e a alteração das atribuições do Memorial. Assim, a solução paliativa encontrada pelo Memorial, para o impasse da falta de servidores, foi a efetivação de convênio com a UFRGS, que encaminha alunos para estágios e esses auxiliam no desenvolvimento das atividades, sob supervisão dos responsáveis.

Já quanto às atribuições, aqui se encontra um fato que é discutido internamente: atividades educacionais e culturais podem ser desenvolvidas pela Câmara Municipal? Segundo o chefe do Memorial, essa dúvida é um dos principais entraves para a realização das ações da Seção e o problema está no âmago do que é a função legislativa. Ele nos relata que segundo alguns procuradores que já passaram pela Casa, a função legislativa se restringe apenas a legislar e fiscalizar o Poder Executivo. Ações secundárias, como as de produção cultural e as educacionais, não seriam legalmente funções da Câmara. Não sendo funções, ao se investir recursos públicos nessas ações, esses gastos poderiam vir a ser objetos de apontamentos pelo Tribunal de Contas do Estado. Assim, os pareceres jurídicos, que embasam as autorizações para a realização dessas ações, por vezes, são contrários, apoiando-se na ideia de que tais ações não são pertinentes à Instituição. Os pareceres são orientativos, assim, ainda cabe à presidência a decisão de segui-los, ou não, e tudo depende de cada gestão e de sua capacidade de tomar decisões. Barcellos registra: *"uma administração mais temerosa cede, uma administração que se banca assume"* e acrescenta que a Câmara criou um teatro, um memorial, galerias e seus projetos culturais *"a partir de uma visão ampliada de Poder Legislativo, enquanto que a Procuradoria da Casa segue, a rigor, o Tribunal de Contas, para quem a função legislativa é só fazer leis. Ai tu tens o moderno e o arcaico se debatendo"*.

Quanto à gestão documental, a Casa possui um programa que conta com uma Tabela de Temporalidade de Documentos[23], estabelecendo prazos de guarda para os arquivos correntes e intermediários e para a sua destinação final, com o descarte ou recolhimento para o Arquivo Histórico. Esse, por sua vez, não está ligado ao Memorial e sim à área administrativa. Isso, entretanto, não é empecilho para o desenvolvimento das pesquisas realizadas pelo Memorial, cuja função é a disponibilização de informações e não a guarda de documentos. Destaca-se, inclusive, que a documentação mais antiga da Câmara está no Arquivo Moysés Vellinho, que conta com uma estrutura ambiental de guarda de excelente qualidade.

Nesse ensejo, ao nos referirmos sobre a questão da disponibilização de informações, remetemos nosso olhar ao Portal da Câmara, para *link* do Memorial que, pode-se dizer, é a área com maior defasagem em todo o processo de trabalho desenvolvido.

Primeiramente, estranha-se o fato de o Memorial não possuir um Portal próprio, com uma identidade visual, histórico de seu trabalho e publicações sistematizadas de suas atividades desenvolvidas. Não há acesso ao acervo sob custódia do Memorial, nem imagens

[23] Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que estabelece prazos e condições de guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

das exposições disponíveis para empréstimo. Percebe-se, inclusive, que as informações institucionais estão desatualizadas.

Portanto, a página não cumpre sua função de permitir acesso a informações, entretanto, pode-se dizer, ao analisar os projetos futuros do Memorial, que há uma preocupação no sentido de tornar esse acesso mais amplo, ainda que não se tenha declarado que há um projeto de criação de um portal específico para a Seção.

Por fim, ao refletirmos sobre o impacto social das atividades do Memorial, verificamos que ele está voltado, sobretudo, à geração de ações educacionais. Essa ideia, inclusive, permeia o discurso de seu chefe, que declara que as ações do Memorial "*estão focadas em um projeto de educação política, de educação pra a cidadania, e o público alvo é o público escolar*" e acrescenta: *"os setores de memoriais em instituições públicas legislativas tem a luta de inserir a função cultural e educativa dentro da rotina do parlamento".*

Ainda assim, o Memorial, além da questão educacional, fomenta a gestão cultural local ao realizar seus eventos e colabora com a comunidade científica ao atender os pesquisadores que o frequentam, ainda que não sejam muitos, já que o acervo da Câmara não está sob a guarda do Memorial e sim de seu arquivo histórico.

### 3.3 Câmara Municipal de Caxias do Sul

A história da Câmara Municipal de Caxias do Sul inicia com a emancipação do então 5º Distrito de São Sebastião do Caí, em 20 de junho de 1890, conforme histórico disponível no Portal da Instituição (CAXIAS DO SUL, s/d), de onde se obteve as informações que compõem esse resumo adaptado.

Através de Portaria do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, de 28 de junho de 1890, foram nomeados os cidadãos Ernesto Marsiaj, Angelo Chitolina e Salvador Sartori, para administrar provisoriamente o município. Em 20 de outubro de 1891, a Junta Governativa encerrava suas atividades e acontecia a primeira eleição dos 07 Conselheiros Municipais que fariam parte da composição do primeiro Conselho Municipal de Caxias do Sul.

Em 03 de outubro de 1930, um importante evento modificou os rumos da história do país. A Revolução de 1930 conduziu o gaúcho Getúlio Vargas à Presidência do Brasil. No dia 11 de outubro de 1930, o Conselho Municipal de Caxias registrava sua última sessão. Foram dissolvidos o Senado, a Câmara dos Deputados, todas as Assembleias Estaduais e os Conselhos Municipais. Somente em 1931, por decreto do Governo Federal, seriam

organizados os Conselhos Consultivos Municipais, de caráter exclusivamente consultivo e não deliberativo. Em Caxias do Sul, a posse do Conselho Consultivo Municipal deu-se em 22 de dezembro de 1931 e esse se manteve em atividade até 1935.

Em 1935, conforme previa a Constituição de 1934, foram realizadas eleições para a reorganização dos poderes executivo e legislativo. Os 07 vereadores eleitos se mantiveram até o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo. A atuação do Poder Legislativo no país seria interrompida entre os anos de 1937 e 1945. Já em 29 de novembro de 1947, foram diplomados 11 vereadores eleitos para compor a primeira legislatura da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Em 30 de abril de 1964, um golpe militar pôs fim à política nacionalista e democrática instalada no Brasil a partir de 1947. Nesse período, os Atos Institucionais foram adotados pelos militares como mecanismos para a legalização de ações políticas não previstas e mesmo contrários à Constituição. Em 29 de agosto de 1979 foi aprovada a Lei da Anistia política, que reconduziu o país à democracia.

Já no âmbito municipal, no dia 17 de fevereiro de 1992, no início da noite, um grande incêndio destruiu completamente as instalações da sétima sede da Câmara de Vereadores, que, desde 1988, ocupava, juntamente com alguns setores da Prefeitura, o terceiro piso do Centro Administrativo Municipal. Segundo registros da época, o fogo teria sido ocasionado por problemas elétricos e se alastrado facilmente.

Figura 16 – Vista do Centro Administrativo durante o incêndio em 1992

Fonte: Foto de Joel Jordani/Arquivo Histórico da Câmara Municipal – AHCM.

> Em poucos minutos o fogo destruiu suas instalações e consumiu os cem anos da história do legislativo Caxiense. Equipamentos e documentos que estavam no prédio foram totalmente perdidos. Restaram apenas os Anais das sessões plenárias, arquivados na sala onde funcionava o Setor de Taquigrafia da Câmara Municipal (CAXIAS DO SUL, 2012, p. 103).

Sem instalações próprias, a Câmara foi sucessivamente trocando de endereço, chegando a ocupar a sede de um Centro de Tradições Gaúchas, o CTG Rincão da Lealdade, enquanto aguardava conclusão das obras de sua nova sede.

> O projeto da sede definitiva da Câmara Municipal iniciou-se com o lançamento do Edital de Concurso Público para a escolha de anteprojeto de arquitetura, publicado em 21 de novembro de 1983. Em 10 de maio de 1984 assinou-se o contrato para execução do projeto de arquitetura. Iniciada em 1986, a obra desenvolveu-se até 1988. Reiniciada em 1994, foi inaugurada no dia 22 de novembro de 1996. Suas instalações foram projetadas dentro do conceito de acessibilidade total, possuindo uma rampa que percorre todos os andares e permite aos portadores de necessidades especiais transitarem por todo o prédio. Como característica arquitetônica o edifício tem, na fachada, videiras que funcionam como quebra-sol natural (CAXIAS DO SUL, 2012, p. 103).

Assim, quatro anos após o incêndio, em 22 de novembro de 1996, foi inaugurada a atual sede da Câmara Municipal de Caxias do Sul, décima primeira de sua história, construída ao lado do Centro Administrativo Municipal.

Figura 17 – Sede da Câmara Municipal de Caxias do Sul

Fonte: Portal da CMCS.

Em relação à estrutura, a composição do Parlamento, ao longo do tempo, foi diversas vezes alterada. Iniciando com 11, em 1956 o número de vereadores já era 15, em 1973, 21, em 2005, 17 e hoje, na XVI Legislatura, o Legislativo é composto por 23 representantes. Por fim, o Legislativo de Caxias do Sul, em seu percurso, já alcançou os números de 68 conselheiros, 258 vereadores e 9 vereadoras.

### *3.3.1 Programa de Memória*

A Memória documental da Câmara Municipal de Caxias do Sul foi dizimada pelas chamas do incêndio ocorrido no Centro Administrativo Municipal, em 17 de fevereiro de 1992. Imediatamente após o incêndio foi organizada uma comissão para tratar da recuperação das informações administrativas e financeiras, pois não havia mais registros sobre os servidores e vereadores, já que os dossiês funcionais foram queimados, o que impedia de fazer a folha de pagamento. Também foi inviabilizada a efetivação de pagamentos a fornecedores e todas as demais atividades desenvolvidas por um órgão público, por conta do ocorrido. Esta e as demais informações aqui dispostas são provenientes do histórico do Programa de Memória da Câmara de Caxias do Sul (CAXIAS DO SUL, s/d), disponível em seu Portal na *Internet*, a partir das quais se apresenta esta adaptação, que foi acrescida de dados coletados através de pesquisas documentais e entrevista.

Após a primeira fase, em que se focou na reorganização do acervo administrativo, os olhares se voltaram para a tentativa de recuperação da memória da Instituição, o que passou a ser executado por servidores nomeados pelas presidências que se alternaram.

Apesar da referida boa vontade dos servidores, as tentativas que se sucederam não foram efetivas. Eduardo Reis, chefe do Centro de Memória da Câmara, nos explica que o grande problema era a alternância na gestão do projeto. A presidência alterava anualmente e, a cada nova posse, novos servidores eram designados para a realização deste trabalho. Assim, muitas propostas diferentes, algumas inclusive divergentes, idealizadas e realizadas por servidores sem qualificação específica na área de memória, culminaram em vários processos iniciados e não finalizados, muito retrabalho e tempo desperdiçado. O servidor enfatiza: *"tu adora história, mas tu não sabe catalogar, dai tu faz de qualquer jeito: risca o documento, grampeia... Então não tinha um método, mas tinha um esforço, a boa vontade das pessoas*".

Já a ideia da criação de um memorial na Câmara Municipal surgiu em 2002, com a proposta, por parte do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami[24] - AHMJSA, de uma parceria entre Legislativo e Executivo, visando à recuperação da memória do Legislativo.

A partir da aprovação da parceria, o AHMJSA passou a assessorar a Câmara em diversos projetos que foram realizados, já que o Arquivo contava com profissionais qualificados e experiência na área. Algumas atividades foram desenvolvidas dentro do próprio AHMJSA e se relacionavam com a classificação, inventário e reprodução do acervo do Conselho Municipal e de conjuntos documentais da Intendência Municipal, referentes ao Legislativo caxiense.

Também foram realizadas reproduções de matérias e notícias, publicadas em jornais, que se referiam à Câmara; e o registro de 30 depoimentos de ex-vereadores para a criação do Banco de Memória do Legislativo. Iniciou-se ainda a realização de campanhas de doações e/ou empréstimo, junto aos ex-vereadores e comunidade, de acervos referentes à história do Legislativo.

Em 2003 foi alterada a estrutura administrativa da Câmara, por meio da Resolução n° 153/A, de 16 de dezembro de 2003, que organizou os serviços internos da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Esta norma, porém, ainda não previu um memorial, o que só viria a acontecer em 2005, com a criação do Serviço de Memorial, por meio da Resolução nº 167/A, de 04 de maio de 2005.

Este Serviço foi incluído na estrutura administrativa como um órgão de nível de assessoramento e assistência, assim como eram o Gabinete da Presidência, a Assessoria Jurídica, a Assessoria de Comunicação Social, o Controle Interno e a Ouvidoria.

Competia ao Serviço de Memorial:

> Art. 10-A. Ao Memorial, órgão ligado diretamente à Presidência, compete recolher a documentação que já não tem mais valor administrativo, mas constitui-se patrimônio documental e cultural; guardar a documentação recolhida de maneira segura e ordenada para que seu acervo se constitua de grupos documentais organizados e que possam ser localizados e utilizados para pesquisa; e realizar a divulgação permanente de seu acervo.

[24]O Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – AHMJSA, é uma instituição pública, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Funciona em um prédio tombado pelo Estado e pelo Município, que foi restaurado e adaptado para sediar o AHMJSA. Seu acervo está distribuído nos quatro pavimentos da seguinte maneira: Arquivo Permanente da Administração Pública; Arquivos Particulares; Banco de Memória; Fototeca; Hemeroteca e Biblioteca. A Biblioteca é integrada por obras relativas à imigração italiana e à história de Caxias do Sul, servindo de apoio para os pesquisadores (MACHADO, 2013).

Por se tratar de um serviço ligado à Presidência, seu titular era definido pelo Presidente, o que, por fim, não resolveu o problema da alternância administrativa, continuando os problemas de gerenciamento da memória.

Em 2008, a partir da avaliação do diagnóstico realizado pelas funcionárias Geni Onzi, chefe do Serviço de Memorial e Anelise Cavagnolli, do AHMJSA, acerca das atividades realizadas pela parceria entre Câmara e AHMJSA, foram propostas algumas ações para a presidência do Legislativo. Elas diziam respeito à criação de um Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, que seria composto por dois órgãos, o Arquivo Histórico da Câmara Municipal e a Sala de Memória Parlamentar. Este Centro teria como objetivo de reunir, preservar, classificar e dar acesso ao acervo sobre a história do Poder Legislativo Municipal.

Assim, a criação do Centro se deu por meio da Resolução nº 212/A, de 22 de abril de 2008, que alterou a Resolução nº 153/A, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a organização dos serviços internos da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

A efetivação da instalação do Centro se deu por vontade do Presidente da época, Edio Elói Frizzo, professor pós-graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul, que trabalhava na Secretaria Municipal da Cultura, junto ao Arquivo Histórico e que estava licenciado para exercer o mandato de vereador. O servidor Eduardo Reis explicou que esses fatos foram decisivos, principalmente para a criação de um posto de trabalho, cujo provimento exigisse formação específica em área que permitisse desenvolver o programa de memória.

Por conta da formação acadêmica do Presidente e pelo fato de ser servidor público, ele compreendia a necessidade de criar um setor específico para tratar desta questão. Outro fator determinante para a efetivação do Centro foi o fato do Presidente, que exerceu o cargo em 2008, ter sido reeleito em 2009, permanecendo dois anos seguidos administrando a Casa, o que permitiu contar com um prazo maior para a conclusão dos processos iniciados.

Sobre a questão da efetivação do Centro na Câmara, Eduardo Reis discorreu sobre a necessidade de organizar a estrutura administrativa dos órgãos, criando setores: "*Se vocês querem estabelecer um serviço dentro da máquina pública vocês têm que criar um setor, com suas repetitivas atribuições. Tem que ter uma chefia, com uma função gratificada, é a política do serviço público, senão a máquina não anda".*

O servidor explica que, com a legalização do Centro dentro da estrutura, foi possível pleitear o espaço necessário à execução dos serviços e ao estabelecimento da atividade dentro da Instituição: *"serviço público é geopolítica, tu tens que ter literalmente muros, as paredes são muros, e tem que ter a bandeira fincada ali".*

A partir dessa reformulação, e com a conquista de espaços para a sua sede, o Centro de Memória desenvolveu atividades no sentido de reunir o acervo documental da Instituição. Sobre seu corpo técnico, até que se realizasse o concurso público para o provimento do cargo de documentalista, o Centro foi chefiado pela servidora da Câmara, Geni Onzi, que era taquigrafista da Câmara e que possuía formação em História.

Assim, parte desse acervo foi composto de documentos doados e outra parte foi formada por reproduções de documentos, cuja guarda dos originais estava sob-responsabilidade do AHMJSA e da Prefeitura Municipal, além de particulares.

A opção pela reprodução do acervo, por meio de digitalização, justificou-se como forma de preservar documentos originais e disponibilizá-los para a comunidade, mas também como uma forma de viabilizar o Arquivo Histórico da Câmara Municipal como um local de referência de pesquisa histórica. Para tanto, foi realizada uma primeira licitação, que contemplou a digitalização de 585 mil páginas.

Figura 18 – Higienização dos documentos antes do processo de digitalização

Fonte: Portal da CMCS.

Da documentação sob guarda do AHMJSA, foram digitalizadas as seguintes séries documentais: atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias do antigo Conselho Municipal (1890-1930), do Conselho Consultivo Municipal (1930-1935) e da Câmara Municipal (1950-1973); correspondência entre o poder Executivo e Legislativo, de 1892-1969; Leis Orgânicas

(1892-1990); Códigos Administrativos (1893, 1920 e 1927) e os Regimentos Internos da Câmara Municipal (1892, 1948, 1961).

Em relação à documentação existente na Prefeitura Municipal, foram digitalizados os documentos provenientes da Secretaria Geral, que contemplavam os Processos de Leis Municipais, de 1947 a 1991. Do acervo da Câmara Municipal, foram digitalizados os conjuntos documentais dos Anais das Sessões da Câmara Municipal, de 1974 até 1998, que registram todas as falas e debates das sessões dos vereadores; e os Processos de leis não aprovados de 1991 até 2002.

No AHMJSA foram digitalizados 56 títulos de jornais de Caxias do Sul, num total de 220 mil páginas de documentos que registram a história da cidade e as notícias referentes ao Legislativo caxiense. Entre os jornais digitalizados estão títulos como: *O Caxiense*, de 1897; *Il Colono Italiano*, de 1898; *O Brasil*, de 1909 a 1924; *A Encrenca*, de 1914 a 1915; *O Momento*, de 1933 a 1951; *A Época*, de 1938 a 1958; *Jornal de Caxias*, de 1973 a 1989; *Folha de Hoje*, de 1989 a 1994; *Jornal da Câmara*, de 1985 a 1990; *O Pioneiro*, a partir de 1948 e *O Pelegrino*, de 1987 a 1997.

Atualmente, mais de um milhão de páginas já foram digitalizadas e disponibilizadas para pesquisa.

Figura 19 – Laboratório de digitalização

Fonte: Portal CMCS.

Nos arquivos dos acervos digitalizados foi utilizado um programa[25] de gerenciamento eletrônico de documentos. Já sobre as imagens de páginas de atas e anais das sessões foi aplicado um programa de reconhecimento de caracteres - OCR[26], conversor de PDF e de imagem em texto, que permitiu a busca por palavras dentro do documento, ampliando a pesquisa.

A revisão dos textos convertidos foi executada por estagiários e supervisionada pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal. Após a revisão dos documentos, a imagem e o texto convertidos foram disponibilizados no Portal da Câmara Municipal.

Em setembro de 2010 foram concluídos os trabalhos de recuperação e digitalização de gravações, em áudio, que retratam a história política de Caxias do Sul. O Centro de Memória do Legislativo recebeu, no total, 100 horas de gravações sobre discursos e entrevistas, que datam desde a década de 1960.

Conforme nos relatou a historiadora Elenira Inês Prux, do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, nesse período também foram realizadas entrevistas para o Programa de História Oral, que é, atualmente, exclusivamente mantido pela Câmara, por falta de servidores disponíveis no AHMJSA.

O Programa elaborado pelo Arquivo e adotado pelo Centro de Memória, foi baseado na metodologia utilizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV[27] - e conta com entrevistas relacionadas a histórias de vida e também temáticas. Neste programa a

> História Oral tem um procedimento metodológico próprio que inicia com a elaboração de um projeto, continua com a gravação da entrevista, se estendendo, posteriormente, a fase de processamento que inclui: transcrição, conferência, arquivamento, acondicionamento, análise, e, se o projeto prevê, a publicação dos resultados (CAXIAS DO SUL, 2001, s/p.).

---

[25] O *software* para o gerenciamento eletrônico de documentos (GED) utilizado é o *Liquid*, da empresa Rede &Imagem. Na descrição do produto, disponível em *http://www.redeimagem.com.br/produto/gerenciamento-eletronico-de-documentos,* a empresa declara que as vantagens do programa são: agilidade, redução de uso do espaço físico para arquivamento de documentos; mobilidade dos dados; segurança de documentos sigilosos; redução de custos e controle de consultas de documentos; organização e gestão da informação, arquivamento de documentos históricos, agilidade na busca por documentos e portabilidade de informações.

[26] OCR - *Optical Character Recognition*, em português: Reconhecimento Óptico de Caracteres. Programa que permite reconhecer um arquivo e converter a imagem em palavras. Permite também extrair as palavras de um texto escaneado, ou seja, de imagens.

[27] A Fundação Getúlio Vargas - FGV, surgiu em 20 de dezembro de 1944 com o objetivo de preparar pessoal qualificado para a administração pública e privada do País. Iniciando com um foco de atuação restrito à administração, passou, com o tempo, a ampliar seu campo de abrangência para outras áreas das ciências sociais e econômicas, tanto no ensino como em pesquisa. Em 1973 foi criado o Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil - CPDOC, que desenvolve pesquisas nesta área e é responsável pelo Programa de História Oral da FVG. Fonte: http://portal.fgv.br/.

As entrevistas realizadas foram gravadas em vídeo e também se registrou a imagem dos entrevistados através de fotografias. Após a conclusão das gravações, foram feitas as transcrições manualmente, sem a utilização de programa de reconhecimento de áudio. Segundo Elenira Inês Prux, em testes realizados pelos servidores do Arquivo, constatou-se que era mais trabalhoso corrigir o texto criado através do programa do que fazer a transcrição dos áudios manualmente. Entretanto, o programa de reconhecimento é utilizado, atualmente, pelo Centro de Memória.

Os textos resultantes, transcritos fielmente e formatados segundo as normas de transcrição da FGV, foram repassados aos entrevistados para revisão e posterior autorização de uso, através de formulário próprio. A historiadora nos relatou que, por vezes, os entrevistados solicitaram que fossem suprimidas algumas falas e esses pedidos foram atendidos, retirando-se trechos dos textos cuja publicação não foi autorizada. Os vídeos e áudios, entretanto, não são alterados, ficando apenas os textos disponíveis para pesquisa.

Os registros das entrevistas formaram uma base de dados, na qual foram preenchidos diversos campos de identificação, com um sumário, dados do entrevistador, tema da entrevista, entre outros campos. Na base também foram relacionados pontos de acesso, ou seja, temas ou assuntos identificados nas entrevistas que se referem a pessoas, eventos ou fatos específicos. Como exemplo, supomos o registro da inauguração de uma praça durante a fala de um vereador entrevistado, neste caso, esta parte da entrevista se torna um ponto de acesso e pode ser utilizada por pessoas que estejam pesquisando a história da praça.

Por fim, ainda neste mesmo ano de 2010, foi empossado o servidor Eduardo Reis, com formação em História, aprovado no concurso público realizado para provimento da vaga de Documentalista da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Sobre a criação do cargo de provimento efetivo, Eduardo Reis declarou que isso foi importante *"para se poder ficar um pouco imune às vontades políticas e às 'desvontades' políticas"* já que, com isso, se evitou a alternância na metodologia de trabalho do Centro de Memória.

*3.3.2 Centro de Memória*

O Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul[28] está situado na Rua Alfredo Chaves, número1323, na cidade de Caxias do Sul, no segundo andar da Câmara. A natureza do Equipamento é pública e municipal, possuindo vínculo institucional com Câmara Municipal de Caxias do Sul.

O Centro de Memória é responsável por reunir, preservar, classificar e dar acesso ao acervo que registra a história do Poder Legislativo Municipal. A organização de eventos culturais também faz parte dos trabalhos desenvolvidos.

Seu campo de atuação é de natureza cultural e de pesquisa. Entre as suas especialidades destacam-se as áreas da história, da política, da sociologia e da antropologia. A linha de pesquisa e trabalho foca-se em registros históricos e biográficos de personalidades do cenário político do Município, a fim de elaborar ações culturais sobre os temas. Não há realização de pesquisa científica para fins de publicações.

As atribuições do Centro de Memória estão dispostas na Resolução nº153/A, de 16 de dezembro de 2003, que reorganiza os serviços administrativos da Câmara Municipal de Caxias do Sul e que foi alterado pela Resolução nº 212/A, de 22 de abril de 2008, que incluiu a seção V-A, "Do Centro de Memória":

> Art. 10-A. O Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul tem como objetivo reunir, preservar, classificar e dar acesso ao acervo que registra a história do Poder Legislativo Municipal.
> Parágrafo único. O Centro de Memória da Câmara Municipal é formado pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal e pela Sala de Memória Parlamentar.

A Resolução determina que cabe ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal:

> a) reunir, preservar e classificar documentos textuais, eletrônicos, iconográficos, áudio visuais e depoimentos orais que registrem a história do poder legislativo em Caxias do Sul;
> b) reunir, preservar, classificar e disponibilizar o acesso aos documentos produzidos pela Câmara Municipal de Caxias do Sul que já cumpriram seus prazos administrativos e legais, mas se constituem patrimônio documental, histórico e cultural da instituição;
> c) reunir, preservar, classificar e disponibilizar o acesso aos documentos recebidos na forma de doações e recolhidos pelo Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul que tratem da história do legislativo;

[28]O telefone de contato é (54) 3218-1631. O endereço eletrônico do Centro de Memória é *centrodememoria@camaracaxias.rs.gov.br*, e sua página na *internet* é *http://www.camaracaxias.rs.gov.bite/?idConteudo=12.* O Centro conta também com um vídeo institucional acessível através do *youtube*: *http://www.youtube.com/watch?v=3YCUFy6sO9A.*

> d) reunir, preservar, classificar e disponibilizar reproduções de acervos documentais por meio digital ou microfilme, de conjuntos documentais referentes à Câmara Municipal sob guarda de outras instituições e/ou indivíduos;
> e) elaborar, reunir, preservar e dar tratamento adequado aos depoimentos orais e transcrições de depoimentos que registrem a história da Câmara Municipal em Caxias do Sul; e
> f) elaborar e desenvolver projetos e linhas de pesquisa com o objetivo de aproximar a comunidade ao Legislativo.

Já a Sala de Memória Parlamentar tem por objetivos:

> a) recolher, guardar e tratar objetos diversos que tratem da História do Poder Legislativo e componham o acervo museológico do Centro de Memória da Câmara Municipal;
> b) realizar campanhas de doação de materiais que possam compor a História da Câmara Municipal;
> c) divulgar a História, funções e funcionamento da Câmara Municipal, através da organização de espaço permanente de exposições;
> d) organizar e manter espaço de exposições temporárias referentes à História do Poder Legislativo e à História de Caxias do Sul; e
> e) elaborar e desenvolver projetos com o objetivo de aproximar a comunidade ao Poder Legislativo.

O horário de atendimento externo é de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h. Não há material de exposição permanente, portanto, não há visitação ao acervo do Centro de Memória.

De acordo com o chefe do Centro, são poucos os visitantes que procuram o espaço para fazer pesquisas, já que o teor do acervo se encontra disponibilizado no Portal da CMCS. Porém, são atendidos pedidos de informações históricas, que são enviadas para o endereço eletrônico do Centro de Memória. Os pedidos de informação, realizados por meio de ligação telefônica, se referem a formas de localização de informações no sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, que está disponível no Portal.

Assim, a maioria das pesquisas é feita pelo próprio servidor do Centro de Memória, para o desenvolvimento de suas atividades e para a realização de exposições.

Já em relação às exposições, o público geral que as frequenta é o mesmo que se desloca até a Câmara para assistir às sessões plenárias, pois o principal espaço de exposição se situa na entrada da CMCS e se chama Espaço Cultural Mário Crosa.

Figura 20 – Espaço Cultural Mário Crosa

Fonte: Portal CMCS.

Além desse visitante esporádico, existe o público proveniente das visitas agendadas, porém, a organização e execução dessa atividade não é atribuição do Centro de Memória, mas da Assessoria de Comunicação Social da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Já em relação à estrutura física do Equipamento, esse não conta com sede própria e suas salas estão localizadas dentro do prédio da CMCS. Assim, o Centro de Memória conta com dois espaços: o primeiro é a Sala do Arquivo Histórico, no segundo andar da Câmara, onde se desenvolve o processo de organização da documentação e de pesquisa, que conta também com uma estrutura de guarda do acervo; o segundo é um espaço, no térreo, onde são realizadas algumas exposições temporárias e onde se pretende instalar a Sala de Memória Parlamentar.

Figura 21 – Sala Administrativa do Centro de Memória

Fonte: Foto reprodução da autora.

Figura 22 – Sala de Exposições Temporárias

Fonte: Foto reprodução da autora.

O acesso do público ao Centro de Memória dá-se através de transporte coletivo como ônibus e vans. Há estacionamento próprio, disponível para visitantes, com reserva de vagas para idosos e portadores de necessidades especiais. Sobre a segurança patrimonial, essa é feita por seguranças da Câmara.

Quanto ao acervo documental, esse é pequeno, composto por documentos originais, reunidos através das campanhas realizadas pela Câmara Municipal, pelos repassados pelo AHMJSA e também pelos produzidos após o incêndio. É composto, em sua maioria, por atas e anais de sessões ordinárias e extraordinárias, referentes ao período a partir de 1947, ano da reorganização das câmaras brasileiras, até os dias atuais.

Quanto ao tratamento dos acervos, todos os documentos já foram organizados, digitalizados e catalogados e os registros estão disponíveis na *internet*, no Portal da CMCS. Os documentos históricos estão armazenados em arquivos deslizantes, no Centro de Memória.

Figura 23 – Arquivos Deslizantes do Centro de Memória

Fonte: Portal da CMCS.

Apesar das lacunas documentais, o Centro de Memória utiliza seu acervo e o do AHMJSA para realizar pesquisas a fim de elaborar suas exposições. Outros acervos de entidades estabelecidas em Caxias do Sul são utilizados também para esse fim. As pesquisas não são de profundidade, ou seja, não têm caráter acadêmico e são feitas para alcançar seu público alvo, que são os visitantes da Câmara. A partir delas são elaborados *banners* que compõem as exposições.

Para exemplificar a escolha dos temas, o chefe do Centro de Memória nos relatou uma experiência de 2013, quando foi realizada uma exposição e elaborado um vídeo

historiográfico (documentário) sobre a população negra de Caxias do Sul, em comemoração ao Dia de Zumbi dos Palmares.

Primeiramente, destaca-se que a Câmara criou, em 2005, a Medalha Zumbi dos Palmares, portanto, já estava inserido no rol de solenidades da Instituição um evento que tratava da questão do negro. No ano de 2013, em especial, o presidente era negro, assim, a proposta da realização da exposição e da criação do vídeo foi prontamente aprovada.

Dessa forma, para apresentar propostas de eventos, o servidor explica que *"tem que ver as brechas"*, considerando as questões políticas e culturais das presidências.

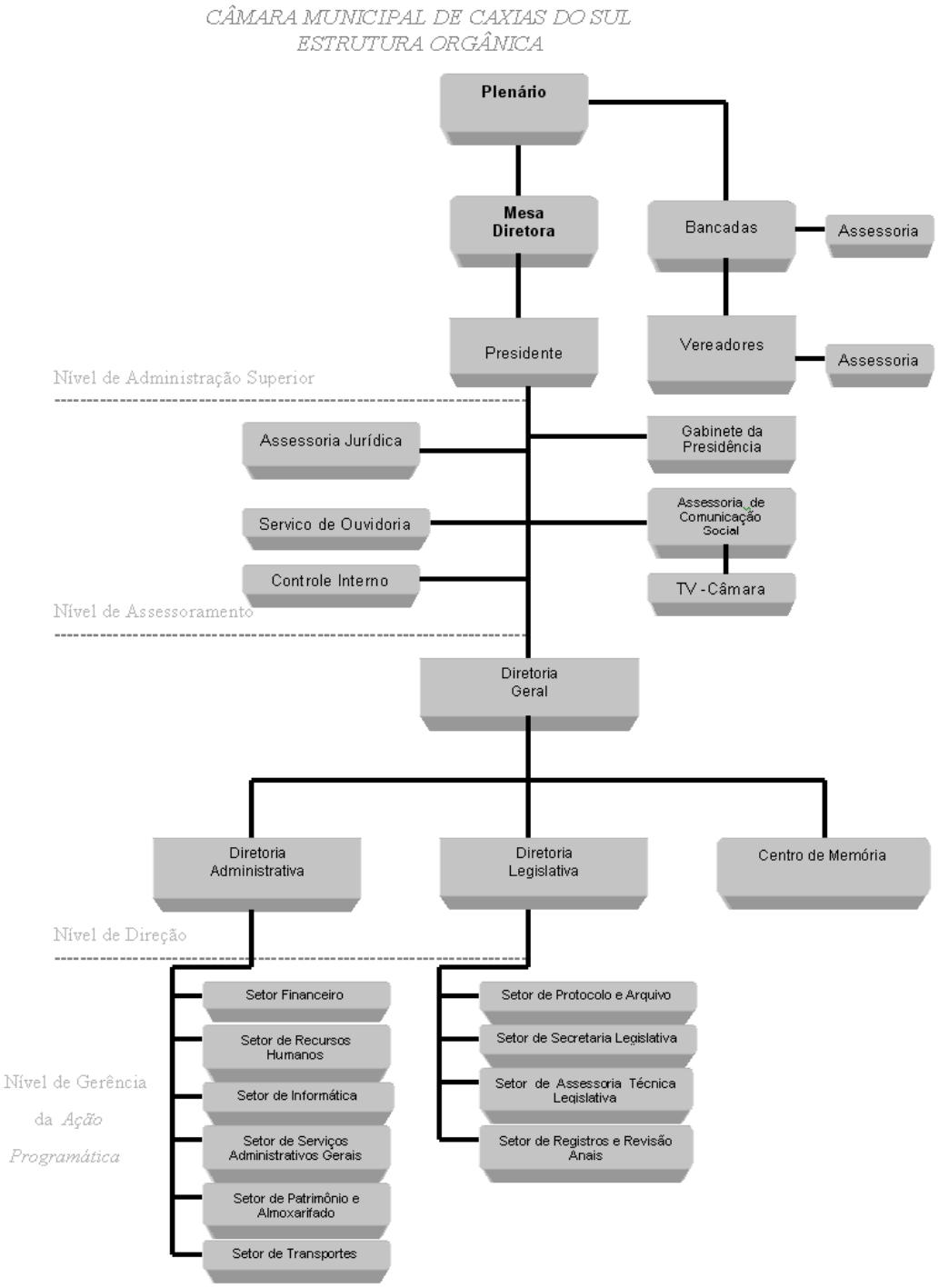
O resultado, além dos produtos culturais em si, foi a conquista de mídia espontânea, com a cobertura, com bastante destaque, na imprensa televisiva e o registro, por três dias seguidos, na mídia impressa local. Além disso, o material da exposição, assim como o vídeo, após o evento, passou a ser emprestado a escolas, ampliando o número do público que o prestigiou.

Assim, o servidor enfatiza: *"tem que ter um bom projeto técnico, e tem que ter um bom projeto político. Se aquilo não representar alguma coisa para o teu hierárquico político, o projeto não sai do papel".*

Outra atividade cultural, e que é realizada no Espaço Cultura Mário Crosa, é a exposição em alusão à Semana do Legislativo, onde são expostas cópias de documentos sobre a história da Casa, desde a emancipação do Município até os dias atuais. Além disso, nas sessões ordinárias da Semana são exibidos vídeos com passagens históricas da Casa. São realizadas também mesas-redondas, visitas guiadas para conhecer a Casa, painéis e debates com temas ligados ao Poder Legislativo.

Já no que diz respeito à gestão administrativa do Centro, primeiramente devemos contextualizar a estrutura da Câmara, que é gerenciada pela Mesa Diretora, eleita pelo Plenário, o órgão máximo da Instituição. A Mesa é comandada pelo Presidente, que é o responsável direto pela administração da Casa. Subordinados à Presidência estão os órgãos de apoio, tal como a Assessoria Jurídica e, um nível hierárquico abaixo, mas ainda associado diretamenta à Presidência, está a Diretoria Geral.

Figura 24 – Organograma da CMCS




Fonte: Portal da CMCS.

A partir desta linha hierárquica, seguindo o organograma, encontramos o Centro de Memória, que está diretamente subordinado à Diretoria Geral. Sua composição administrativa é composta por um chefe, que atualmente trabalha sozinho no Centro. O Organograma interno

do Centro de Memória comporta o Arquivo Histórico da Câmara Municipal e a Sala de Memória Parlamentar.

Já o cargo de Documentalista, criado para o Centro de Memória, foi preenchido através de concurso público, previsto no Edital n° 01/2010, realizado em 2010, e que listava como atribuições do cargo:

> 4.2. DOCUMENTALISTA
> Atribuições: reunir, preservar, classificar e disponibilizar documentos textuais, eletrônicos, iconográficos, audiovisuais e depoimentos orais que registrem a história do Poder Legislativo de Caxias do Sul; reunir, preservar, classificar e disponibilizar o acesso aos documentos produzidos pela Câmara Municipal de Caxias do Sul que já tenham cumprido seus prazos administrativos e legais, mas que constituem patrimônio documental, histórico e cultural da instituição; reunir, preservar, classificar e disponibilizar o acesso aos documentos recebidos na forma de doações e recolhidos pelo Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul que tratem da história do Legislativo; reunir, preservar, classificar e disponibilizar reproduções de acervos documentais por meio digital ou microfilme, de conjuntos documentais referentes à Câmara Municipal sob guarda de outras instituições e/ou indivíduos; elaborar, reunir, preservar e dar tratamento adequado aos depoimentos orais e transcrições de depoimentos que registrem a história da Câmara Municipal de Caxias do Sul; elaborar e desenvolver projetos e linhas de pesquisa com o objetivo de aproximar a comunidade ao Legislativo; recolher, guardar e tratar de objetos diversos, relacionados à história do Poder Legislativo, que componham o acervo museológico do Centro de Memória da Câmara Municipal; realizar campanhas de doação de materiais que possam compor a história da Câmara Municipal; divulgar a história, funções e funcionamento da Câmara Municipal através da organização de espaço permanente de exposições; organizar e manter espaço de exposições temporárias referentes à história do Poder Legislativo e à história de Caxias do Sul; e elaborar e desenvolver projetos com o objetivo de aproximar a comunidade ao Poder Legislativo.
> Condições de trabalho:
> a) horário: período normal de 33 horas semanais;
> b) outras.
> Requisitos para provimento:
> a) instrução: curso superior em História ou Arquivologia;
> b) idade mínima: 18 anos;
> b) outras.

Nota-se que o cargo exige a graduação em Arquivologia ou História, o que, segundo o chefe do Centro, Eduardo Reis, é algo "*esdrúxulo",* visto que são campos distintos do conhecimento, cada um com características, técnicas e objetivos específicos: "*é a mesma coisa que fazer um concurso para enfermeira ou oftalmologista, cardiologista ou oncologista... uma coisa é uma coisa, outra é outra, mas foi o jeito que deu pra passar... mal ou bem foi criado".*

Ainda assim, segundo o servidor, a grande vantagem advinda do concurso foi a nomeação de um profissional efetivo, e com formação específica, para prover o cargo, o que

gerou estabilidade para o gerenciamento e continuidade do programa, que até então estava condicionado à vontade política dos sucessivos gestores.

O Centro de Memória conta ainda com uma vaga de estágio na área de fotografia, para auxiliar na elaboração do material das exposições. Não há funcionários terceirizados trabalhando no Centro de Memória, entretanto, algumas atividades, tais como a digitalização de documentos, foram realizadas por empresas contratadas através de processo licitatório. Porém, o serviço técnico, de gestão documental, é realizado pelos servidores do AHMJSA, por meio de um convênio realizado em 2002, vigente até os dias atuais, que inclusive auxiliaram na elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Instituição.

Quanto aos demais convênios e parcerias, muitos já foram efetivados e a maioria foi estabelecida para a realização de pesquisas e exposições, sendo que boa parte delas foi firmada com a Universidade de Caxias do Sul. As parcerias com a UCS são técnicas, pois são efetuadas com o objetivo de auxiliar na elaboração dos eventos e não geram custos para a Universidade, portanto, não são firmadas através de contratos.

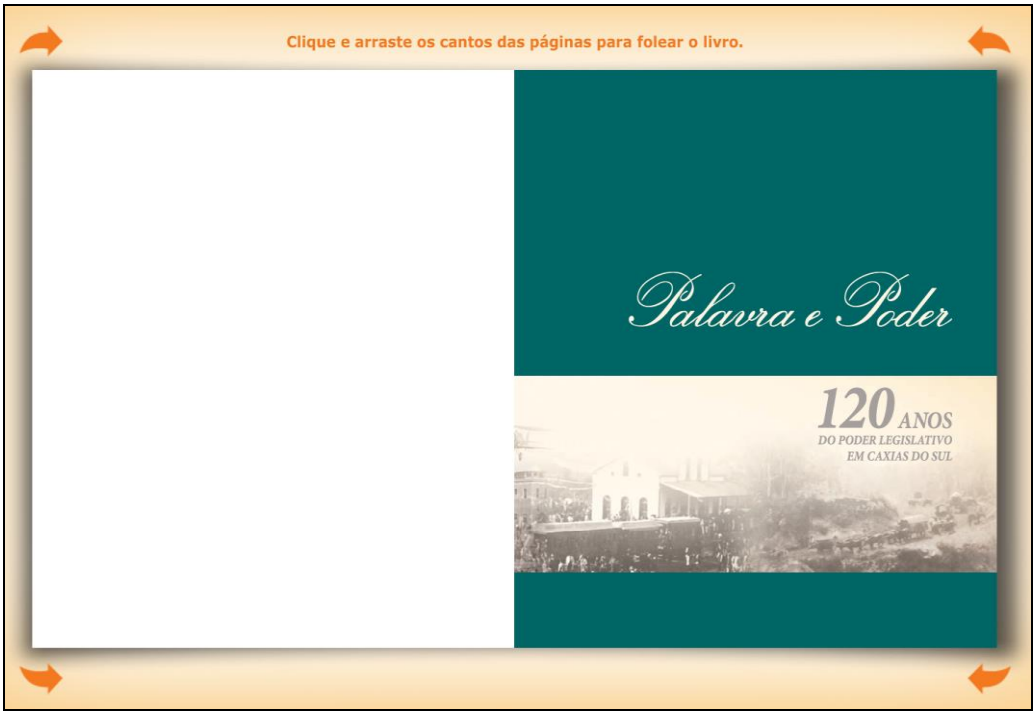
Em relação à gestão, o Centro de Memória não possui um planejamento estratégico para o desenvolvimento de suas ações, já que essas são atreladas às suas atribuições, que foram definidas por Resolução.

O planejamento de suas atividades, por conta da alteração anual da Presidência, Mesa Diretora e Direção Geral, não é de longo prazo, ficando restrito ao ano vigente. Dessa forma, o que é definido com a Presidência, e não pode ser planejado com antecedência, é o tema das ações culturais, mas essas, em geral, têm tido certa continuidade ao longo dos anos.

O Centro de Memória não possui dotação orçamentária própria, portanto, os gastos são atrelados a projetos, que dependem de aprovação da Mesa Diretora e da Direção Geral. Segundo o chefe do Centro de Memória, quando um projeto não é aprovado, isso não se dá por falta de verbas, mas por "questões políticas". Entretanto, anualmente são aplicados no programa valores expressivos. A digitalização vem sendo mantida com gastos em torno de 300 a 400 mil reais anuais e, e, 2002, por exemplo, a tiragem de 1100 exemplares, com capa dura, do livro *Palavra e Poder*, (CAXIAS DO SUL, 2012) lançado em comemoração aos 120 anos da Câmara, custou cerca de 100 mil reais. O livro está disponibilizado no Portal da CMCS, em PDF, para *download*, e em arquivo *flash*[29], com tecnologia *flipbook*[30], para visualização.

[29] Adobe Flash Player é um *software* livre, reprodutor de multimídias e aplicativos, disponibilizado pela empresa Adobe Systems.

Figura 25 – Livro Imagem e Poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul




Fonte: Portal CMCS.

O projeto, como um todo, ao longo dos anos, já ultrapassou a quantia de um milhão de reais, *"o que para a máquina não é muito dinheiro, mas para esforços desta natureza é uma fortuna"*, segundo declaração de seu gestor.

Sobre os projetos em andamento no Centro, esses se relacionam à manutenção de suas atividades de pesquisa para a elaboração de suas ações culturais, tais como, exposições, seminários, mesas-redondas e publicações.

Já sobre os projetos futuros, a principal demanda é a atualização do Portal. O objetivo do projeto é substituir o programa de gerenciamento eletrônico de dados por um mais adequado ao ambiente *web*, a fim de facilitar a pesquisa e melhorar visualização dos documentos. O programa atual foi desenvolvido para pesquisa interna, para ambiente de *intranet*, mas foi disponibilizado na *internet*, a fim de atingir um maior número de pesquisadores.

Outro projeto é o estabelecimento de uma parceria com o Grupo RBS, responsável pela edição do Jornal *O pioneiro*. O Centro possui todo o acervo do Jornal, dos anos 1947 ao ano 2002, digitalizado. A parceria consiste em ceder cópia desse acervo digital em troca da

[30] Tecnologia que permite a leitura de livros digitais através de uma *interface* que se assemelha com a de um livro físico.

disponibilização ininterrupta, por parte do Grupo RBS, das edições a partir de 2002. O mesmo já acontece com o Jornal *Correio Rio-grandense*, administrado pela Associação Literária Boa Aventura - Editora São Miguel, pertencente aos Freis Capuchinhos locais e que foi fundado em 13 de fevereiro de 1909, tendo ininterrupta a folha de serviços. A parceira consistiu em digitalizar 11.000 páginas para a Associação e, em troca, eles passaram a ceder os números atuais.

Porém, o principal projeto é a efetivação da criação da Sala de Memória Parlamentar, que será instalada na sala de exposições temporárias, no térreo. Por conta da inexistência de acervo museológico e documental para a criação de uma exposição permanente, o projeto foi elaborado baseado em tecnologia visual.

A proposta é a de equipar a Sala com telas com qualidade de imagem HD[31] e tecnologia *touch screen*[32], a fim de se reproduzir vídeos interativos. O principal vídeo teria como tema a história da Câmara Municipal de Caxias do Sul, ou seja, um vídeo institucional para ser visualizado pelos visitantes em geral.

Para o público estudantil, proveniente das visitas guiadas, além do vídeo institucional seriam elaboradas exposições virtuais temáticas, alternadas conforme o tema a ser pesquisado, ou conforme a época do ano, associando as exposições aos eventos realizados pela Câmara Municipal e também às datas comemorativas locais e nacionais.

---

[31] HD - *High Definition*, em português, alta definição. Equipamento com tecnologia que permite visualizar vídeo gravado ou transmitido em resolução maior que os formatos *standard* (PAL, SECAM e NTSC).

[32] *Touch Screen*, em português, tela sensível ao toque. É um *display* eletrônico visual que pode detectar a presença e localização de um toque dentro da área de exibição, por meio de pressão. O termo refere-se geralmente ao toque no visor do dispositivo com o dedo ou a mão, que também podem reconhecer objetos, como uma caneta. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/multitouch/177-o-que-e-touch-screen-.htm#ixzz2yrpHbSWw>.

Figura 26 – Espaço da Sala de Exposições Temporárias, que comportará a Sala de Memória Parlamentar

Fonte: Foto reproduzida pela autora.

Em relação às estratégias de divulgação do Centro de Memória, não há, especificamente, um Plano de Comunicação. A divulgação das atividades é feita através da Assessoria de Imprensa e da TV Câmara.

Sobre a divulgação do Centro de Memória na *internet,* esse possui uma página própria, estando inserida no Portal da Câmara Municipal, através de um *link.*

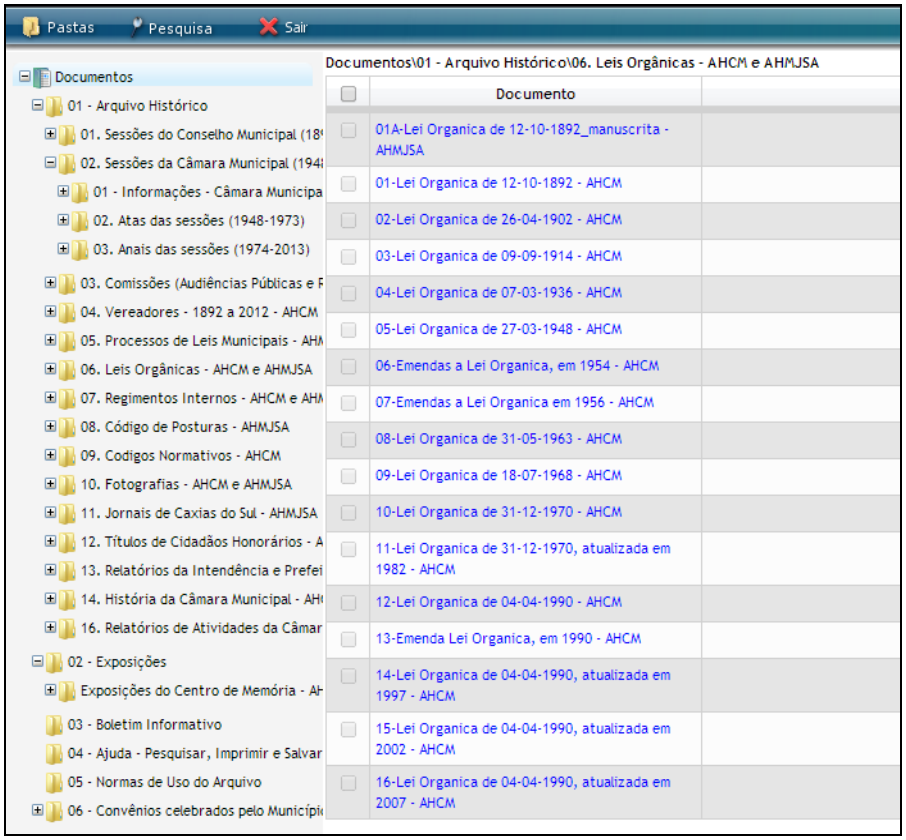
Assim, o *link* do Centro de Memória conta com uma página de apresentação, onde se disponibiliza o acesso ao programa de gerenciamento eletrônico de documentos do Centro de Memória. Nesta página estão dispostas as normas de uso do acervo digital do Arquivo Histórico da Câmara Municipal, que versam sobre o fato de que o pesquisador deverá observar fielmente o conteúdo e a finalidade a que se destina o material pesquisado, não o alterando de qualquer forma. Determina também que a utilização de qualquer documento do acervo digital responsabiliza o pesquisador inteira e exclusivamente, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir do uso das reproduções fornecidas e enfatiza:

> Nos termos do art. 44 da Lei 9.610/98, fotos e obras audiovisuais publicadas há mais de 70 (setenta) anos podem ser livremente utilizadas independentemente de autorização, por estarem em domínio público. Também podem ser utilizadas livremente, e pelo mesmo motivo, quaisquer outras obras cujo autor esteja falecido

> há pelo menos 70 (setenta) anos, conforme art. 41 da mesma lei. Em caso de uso de cópia de qualquer documento do acervo digital, o pesquisador fica ciente das restrições estabelecidas pela Lei 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e Lei 9.610/98; dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros (CAXIAS DO SUL, s/d.).

Assim, está disponibilizado, na íntegra, diversos fundos documentais, tais como os processos de leis municipais, leis da Câmara Municipal, leis orgânicas, anais, áudios de entrevistas, fotos, entre outras. Permite também acesso aos arquivos dos jornais locais para contextualização das pesquisas e conta com um manual de instruções referente aos procedimentos a serem utilizados para copiar e salvar os arquivos.

Figura 27 – Detalhe de pesquisa referente às Leis Orgânicas Municipais




Fonte: Portal do Centro de Memória da CMCS.

O sistema também é utilizado para organização dos documentos do próprio Centro e lá estão disponíveis os registros das exposições e também os textos de pesquisas realizadas pelo Equipamento Cultural.

Assim, por fim, a partir da análise do histórico da Instituição, podemos concluir que a ideia de um programa de memória com a criação de um setor específico é antiga, já possuindo 22 anos. Porém, a efetivação do ato, em 2008, por meio de Resolução, concorreu para que o Equipamento se estabelecesse e pudesse se consolidar na estrutura administrativa, adquirindo status de seção. Com isso, foi possível pleitear maior espaço físico para o desenvolvimento de suas ações e também para adquirir maior notoriedade, influenciando na aprovação de seus projetos e na manutenção de suas atividades. Além disso, foi possível conquistar a nomeação de um servidor de carreira com formação profissional para desenvolver as atividades do Centro.

Em relação à gestão cultural, o foco do Equipamento é a elaboração de exposições e eventos culturais temáticos, tanto em relação à Câmara quanto ao município de Caxias do Sul. As exposições, após findas, ficam à disposição para que outras instituições culturais, órgãos públicos, entidades, universidades e escolas, solicitem o empréstimo, criando movimento e atingindo maiores públicos. Assim, é criada uma programação cultural cíclica, que inicia na pesquisa e objetiva alcançar o maior número possível de beneficiários.

Ainda em relação aos produtos culturais, uma área de atuação que não é desenvolvida é a pesquisa em profundidade, a fim de se compor obras de referência. O Centro de Memória não tem um programa de publicações estabelecido e também não desenvolve atualmente um projeto de história oral específico, com o registro de depoimentos de parlamentares. As entrevistas, quando realizadas, são temáticas, associadas à programação cultural do Centro.

Registra-se que a Câmara de Caxias possui um programa de visitação à sua sede, que recebe mais de 1000 alunos por mês, porém, essa ação não é realizada pelo Centro de Memória, pois não está em suas atribuições e sim nas da Assessoria de Comunicação Social.

Quanto à estrutura organizacional do Equipamento Cultural, suas estratégias de desenvolvimento e seus recursos técnicos, tecnológicos e humanos, estão nesses segmentos os seus principais desafios.

Torna-se evidente a carência de pessoal, já que o Centro de Memória conta com apenas um servidor. Segundo o chefe do Centro, pelo fato do Equipamento possuir um Arquivo Histórico e uma Sala de Memória, o ideal seria que fizesse parte do quadro um arquivista, que seria responsável pelo Arquivo, e um historiador, que seria o chefe da Sala de Memória. Porém, há apenas uma função gratificada destinada ao programa de memória e essa é para chefiar o Centro. Dessa forma, tanto o Arquivo quanto a Sala são serviços do Centro e não setores, sendo que a Sala de Memória ainda não foi criada. Como não há acervo museológico disponível para compor essa Sala, devido ao incêndio, o projeto de construção

foi elaborado de forma a ser visual e interativo, baseando-se em tecnologia digital. O projeto expositivo já foi elaborado pelo Centro, entretanto, ainda não foi aprovado pela Mesa Diretora da Câmara.

Já em relação à gestão de pessoal, a solução encontrada pelo Centro de Memória para o impasse da falta de servidores qualificados na área de arquivo, já que seu chefe é historiador, foi a manutenção do convênio com o AHMJSA, que disponibiliza a mão de obra técnica, que até hoje auxilia no desenvolvimento das atividades de gestão documental.

Sobre essa questão pode-se dizer que a parceria, que data de 2002, trouxe inúmeros benefícios à Câmara de Caxias do Sul, que apesar de possuir verbas para execução das atividades, não tinha quem executasse o trabalho. O benefício foi recíproco, pois o AHMJSA, através da parceria, teve o acervo de seus periódicos completamente digitalizado, permitindo amplo acesso à documentação, além de viabilizar o resguardo dos originais.

Por fim, ao refletirmos sobre o impacto social das atividades do Centro de Memória, verificamos que ele está voltado, sobretudo, à disponibilização de informações. Essa ideia, inclusive, permeia o discurso de seu chefe: *"Então tem três coisas ai: digitalizar, organizar e depois disponibilizar. Não adianta digitalizar e botar num CD, não adianta ficar guardado. Mas eu digitalize e organizei. Bem, ótimo! Mas quem tem acesso a isso? Eu e a minha colega. Não serve pra nada".*

Ele registra ainda, que o número de acessos ao banco de dados do Arquivo é de cerca de 500 por mês. Desses, 250 são locais, os outros acessos são provenientes do Estado do Rio Grande do Sul e também do restante do país. Ao questionar: *"que arquivo atende 500 pesquisadores por mês?"* o servidor destaca a importância do acesso remoto que, segundo ele, facilita o desenvolvimento de pesquisas enquanto resguarda os documentos originais.

Eduardo Reis ainda declara que não existe iniciativa, em todo o país, igual ao do Arquivo de Câmara de Caxias do Sul, já que o mesmo conta com um banco de dados, arquivisticamente organizado, com mais de um milhão de documentos. Por conta disso, já receberam inúmeras visitas de representantes de entidades que vieram à Câmara com o intuito de conhecer o trabalho desenvolvido, inclusive de membros da Biblioteca Nacional. Assim, partindo dessa premissa, consideramos como principal ponto positivo do Centro seu programa de acesso aos documentos, disponível em seu Portal na *Internet*.

Além disso, o Centro de Memória ainda fomenta a gestão cultural local ao realizar seus eventos e também colabora com a comunidade científica, auxiliando no desenvolvimento de pesquisas, ainda que a quase totalidade dos pesquisadores utilizem as informações disponíveis em seu Portal, não se deslocando à sede do Centro.

## 3.4 Análise Comparativa entre Experiências Concretas

Conhecer e comparar programas de memória de instituições legislativas congêneres à Câmara Municipal de Canoas, a fim de que esse estudo pudesse servir de base para a elaboração de uma proposta para essa Instituição, foi a solução encontrada para minimizar o impacto da falta de pesquisas e publicações sobre projetos de memória institucional no âmbito do Legislativo, que poderiam, caso existissem, fomentar essa construção. Explica-se que, por ter características específicas, únicas, as instituições legislativas não podem seguir modelos teóricos preconizados, por exemplo, por instituições privadas, pois a cultura da administração na área legislativa é peculiar, baseada na disputa política e na alternância de poder, além de seguir as regras gerais pertinentes à administração pública. Acrescenta-se a este quadro a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, que acabava por tolher a iniciativa de muitas atividades, por conta dos "temíveis apontamentos[33]", que geram instabilidade administrativa.

Portanto, foram estudadas as instituições Assembleia Legislativa do RS, Câmara Municipal de Porto Alegre e Câmara Municipal de Caxias do Sul, e a partir das pesquisas realizadas, foram estabelecidos os focos de análise e, consequentemente, se estabeleceu uma comparação das ações e atividades desenvolvidas pelas Instituições nessas áreas observadas.

Inicia-se esclarecendo que foram apresentadas as trajetórias das instituições a fim de contextualizar os programas de memória no cenário histórico e que essas foram adaptadas a partir do que foi publicado em seus Portais. Assim, foram incluídas ou suprimidas informações, a fim de tornar o texto mais claro e objetivo. Entretanto, a essência dos históricos, os enfoques dados e a cronologia estabelecida foram respeitadas para manter a pretensão legítima das Instituições de registrar como querem que sejam lembradas suas memórias.

[33] A competência do Tribunal de Contas encontra-se expressa constitucionalmente no artigo 71 da Carta Federal e na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e é a de exercer o controle externo das contas dos Poderes do Estado, nas Prefeituras e Câmaras de Vereadores. Suas áreas de atuação, entre outras, são as de realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de gestão ambiental, acompanhando a execução de programas de trabalho e avaliando a eficiência e eficácia dos sistemas de controle interno dos órgãos e entidades fiscalizados; julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens, rendas e valores sujeitos à sua jurisdição, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; comunicar a decisão sobre os julgamentos de contas, ou requerer a sustação, no caso de contratos, ou ainda promover as demais medidas cabíveis para a cessação da ilegalidade; e aplicar multas e determinar ressarcimentos ao erário. As notificações de inconsistências são feitas através de apontamentos e, a partir da notificação, são estabelecidos prazos para que os gestores prestem os devidos esclarecimentos. Fonte: http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/competencia.

Quanto ao cenário histórico, em relação ao início dos programas de memória, destacamos que na Assembleia o marco se deu a partir de uma mudança no cenário político quando a oposição à ARENA, que na época era o MDB, conseguiu a maioria na Casa, passando a administrá-la em 1975, colocando em pauta as ações culturais na Assembleia.

Em Porto Alegre, o marco se deu em 1994, por vontade política do presidente da época. O histórico apresentado pela Instituição, entretanto, não apresenta dados sobre uma possível motivação. Através de entrevistas, soubemos, porém, que possivelmente se tratou de uma ação de valorização da imagem do parlamento, iniciando com a inauguração de uma galeria de ex-presidentes. Já em Caxias do Sul, a motivação vem de um fato histórico, ou seja, o incêndio que destruiu os arquivos da Câmara.

Assim, a partir do apresentado, e levando em consideração que a Câmara de Canoas tem 66 anos e que em nenhum momento possuiu em sua estrutura um setor que fosse responsável pela memória da Instituição, o que pode ser inicialmente destacado é a antiguidade dos programas dos casos pesquisados.

A Assembleia já possuía um setor legalmente formalizado, responsável pela sua memória, em 1967. Ainda que nos moldes do que hoje podemos considerar um programa de memória, só em 1978 se iniciou um trabalho mais técnico, já havia, sim, desde 1967, uma preocupação com a sua memória institucional.

O efetivo funcionamento desse serviço, em 1978, sob a designação de Serviço de Pesquisa, Documentação Histórica e Museu da Assembleia Legislativa, ligado ao Departamento de Atividades Culturais - DAC - iniciou um marco, onde memória e cultura passaram a caminhar juntas dentro dessa Instituição.

Em 1996, dezoito anos depois, surge uma nova fase e o Serviço de Pesquisa do DAC assumiu a denominação de Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul – CPDHPRS, dando um caráter técnico-científico ao trabalho desenvolvido, passando-se a desenvolver pesquisas de nível acadêmico, com o foco em publicações, possível por conta de contratação de serviço de consultoria externa.

Já em 2005, foi criado o Programa de Preservação e Resgate da Memória Institucional da Assembleia Legislativa – PREMIAL, com os objetivos de abrigar, reunir, preservar, gerenciar e divulgar o acervo histórico e contemporâneo do Poder Legislativo e trabalhar a memória institucional da Casa, empreendendo ações junto à comunidade que evidenciassem a importância do Parlamento Gaúcho no contexto da história do Estado. Percebe-se, nesse momento, que para além da criação de um setor específico, formaliza-se uma política de memória que abrange toda a Instituição. Essa prevê a criação de um Memorial, o que, de fato,

vem a acontecer legalmente em 2008, por meio de um ato normativo e, efetivamente, em 2010, com a inauguração do Memorial, em sua sede própria. Assim, desde a primeira iniciativa, até os dias de hoje, passaram-se 47 anos de trabalho.

Já no âmbito da Câmara de Porto alegre, foi criado, em 1985, o Setor de Arquivo Histórico da CMPA. O Setor era subordinado à Diretoria Administrativa e tinha como atividades, entre outras, selecionar documentos para o Arquivo, a partir da análise de sua validade e importância históricas; prestar informações e responder a consultas sobre assuntos históricos objetos do acervo do Setor. Entretanto, ainda que fosse pertinente a esse Setor o tratamento da memória institucional da Câmara, desde 1985, só em 1994 essa matéria começou a ser tratada de forma a dar visibilidade ao acervo. Isso se deu com a criação do Memorial da Câmara, ainda que não de forma normatizada, o que só ocorreu, de fato, em 2001, com a consolidação desse Setor na estrutura administrativa da Casa. Ainda assim, o trabalho em torno da questão da memória da Câmara já conta com 29 anos.

Em Caxias do Sul, ainda que não tenhamos dados concretos sobre o acontecido anteriormente ao incêndio que dizimou o acervo da Instituição em 1992, nos foi passado que o arquivo queimado estava devidamente organizado, o que implica que já havia uma preocupação com a memória da Câmara antes do incidente. De qualquer forma, ainda que levemos em consideração apenas a data do incêndio como marco do início do programa de memória da Instituição, já se passaram 22 anos de atividades.

Por conta da preocupação com a recomposição da memória perdida da Instituição, a ideia da criação de um memorial surgiu em 2002, a partir da proposta de uma parceria entre Legislativo e Executivo, sugerida pelo AHMJSA. Mas a criação do Serviço de Memorial só viria a acontecer, efetivamente, em 2005, por meio de ato normativo.

Esse serviço foi substituído, em 2008, pelo atual Centro de Memória, criado com a intenção de dividir o serviço de memória em um arquivo histórico e uma sala de exposições, nomeada de Sala de Memória Parlamentar, subdividindo os trabalhos relacionados ao tratamento da memória e à sua gestão cultural.

Algo comum às Câmaras de Porto Alegre e Caxias do Sul e, coincidentemente, à Câmara de Canoas, que foi verificado a partir dos históricos, é o fato dos acervos terem sofrido perdas por conta de incêndios. Nos casos das Casas pesquisadas, isso gerou um impulso de preservação, acarretando políticas de gestão de memória e investimentos em programas nessa área. Em Canoas o mesmo não se deu, os incêndios, entretanto, ocorreram nos anos de 1952 e 1953, época em que não havia maior preocupação com a memória, diferente dos períodos em que ocorreram os incêndios em Caxias do Sul (1992) e Porto

Alegre (2001), quando já havia um ambiente organizacional melhor estabelecido, que permitiu uma reavaliação e tomada de decisões favoráveis à recuperação e posterior preservação da memória institucional.

Outro fato que chama a atenção é a renomeação periódica dos serviços de memória. A cada nova fase estabelecida em relação aos programas de memória, os setores são reestruturados, suas atribuições são revistas e são alteradas suas denominações. Ao se questionar sobre a necessidade da troca do nome dos setores, os entrevistados não revelaram motivos técnicos para tanto, apenas políticos, ligados, sobretudo, à necessidade de "marcar" a alteração, a nova fase.

No caso de Caxias do Sul, a última alteração, que transformou o Memorial em um Centro de Memória, se deu por conta de divergências na administração. Uma gestora queria que fosse criado um arquivo histórico, outra uma sala de memória. Como só haveria um cargo de chefia disponível, foi criado o Centro, composto pelo arquivo e pela sala, mantendo apenas uma chefia, responsável pelas duas áreas.

Já na Assembleia, o Serviço de Pesquisa foi substituído pelo Centro de Pesquisa, por conta da sugestão de consultores externos, marcando a implementação de uma fase mais técnica no tratamento da memória, mas ainda mantendo a gestão da memória junto ao Departamento de Cultura. Já a criação do Memorial, em 2008, desvincula a memória da área cultural, estabelecendo um setor específico dentro da estrutura administrativa, diretamente ligado à Mesa Diretora e com sede própria.

Em Porto Alegre não há a troca de designações, apenas a criação do Memorial, com atribuições de divulgação da memória institucional. Foi prevista também a criação do Arquivo Histórico, ambos subordinados à Direção Geral. Entretanto, o Arquivo Histórico, devidamente estabelecido no organograma da Câmara, não chegou a ser criado.

Entretanto, apesar dessas situações pontuais, em todos os casos, a legalização dos setores por meio de ato normativo foi fundamental para a sua estruturação física. Registra-se que os órgãos públicos só podem fazer aplicação de recursos, em qualquer situação, quando há previsão legal para tanto. Quando um setor existe à margem da normatização, não é possível fazer investimentos em sua estruturação e se torna praticamente inviável a aquisição de espaço físico para o desenvolvimento de suas atividades.

Explica-se que, ainda que possa parecer estranho a quem não conhece a cultura do serviço público, é muito comum a criação de serviços sem a devida previsão legal. Os setores se estabelecem por necessidade de serviço, ou por vontade política, quando um gestor determina que sejam criados. Porém, a efetivação deles na estrutura administrativa implica

criação de cargos e também pagamento de funções gratificadas para as chefias correspondentes. Assim, para que a estruturação seja oficializada é imprescindível a criação de ato normativo, seja por meio de resoluções ou leis, dependendo do contexto, para o efetivo estabelecimento dos cargos e funções. Acontece que, nesse ensejo, forças favoráveis e contrárias aos projetos começam a se manifestar, tanto entre servidores quanto entre os agentes políticos. As articulações são lentas e até que se encontre a forma que contemple as diversas correntes, e que haja um momento político favorável, decorre muito tempo.

No caso da Assembleia, as alterações administrativas foram esparsas. A partir de 1967, a primeira ocorreu em 11 anos, a segunda 18 anos depois e a terceira e última, com a criação do Memorial, levou 12 anos para se concretizar. Já em Porto Alegre, a partir da norma de 1985, decorreram 18 anos até que o Memorial fosse incluído no organograma da Instituição. Destaca-se que ele já operava em 1994, ou seja, desenvolveu suas atividades por 7 anos sem previsão legal, até que se conseguisse a normatização. Acrescenta-se ainda que, segundo seu gestor, há 5 anos tentam alterar suas atribuições, atualizando a Resolução que o criou, sem expectativas de que isso seja efetivado em breve.

Em Caxias do Sul, da data do incêndio, em 1992, até que se criasse o serviço de Memorial, passaram-se 13 anos e, até a criação do Centro, em 2008, mais 3 anos. Essa última alteração, mais rápida do que é de praxe em órgãos públicos, se deu por conta de um ambiente político extremamente favorável, em que o Presidente era um servidor público que trabalhava no Arquivo Histórico Municipal e que possuía formação em História. Acrescenta-se o fato de ter sido reeleito para o cargo de Presidente, algo também bastante incomum em Casas Legislativas.

Assim, a partir da estruturação legal, em todos os casos, foi mais fácil a aquisição de espaços para o desenvolvimento das atividades de memória. No caso de Caxias do Sul, seu gestor enfatiza o problema da "conquista" de espaços, dizendo que o serviço público é "geopolítica[34]", comparando as paredes das salas a muros, declarando que é necessário "fincar bandeira" no espaço conquistado para efetivar a aquisição.

Em Porto Alegre, onde o Memorial iniciou suas atividades sem contar com salas, hoje possui duas em lugar de destaque no prédio da Câmara, no *hall* de entrada, em frente ao local onde são realizadas as exposições. Conta ainda com mais uma sala para o laboratório de

[34]Segundo Vesentini (2008, p. 11) geopolítica a palavra "não é uma simples contração de geografia política, como pensam alguns, mas sim algo que diz respeito às disputas de poder no espaço mundial e que, como a noção de poder já o diz (poder implica dominação, via Estado ou não, em relações de assimetria enfim, que podem ser culturais, sexuais, econômicas, repressivas e/ou militares, etc.), não é exclusivo da geografia".

restauração. Além disso, repartirá, junto com outros setores envolvidos com atividades culturais, espaços em uma área de exposições, que terá também um auditório.

Já a estruturação na Assembleia foi além da aquisição de salas, permitindo que o Memorial passasse a possuir um espaço próprio no prédio tombado pelo IPHAN, da primeira sede do Legislativo Estadual, que foi restaurado, em partes, reformado e adaptado às atividades do equipamento cultural.

### *3.4.1 Gestão Administrativa*

Ao iniciar a análise administrativa de um equipamento cultural, primeiramente devemos focar em seu posicionamento dentro do organograma de uma Instituição, pois esse define seu nível de importância e, administrativamente, analisa sua autonomia de gestão, já que os organogramas permitem compreender a estrutura formal de poder e relação hierárquica entre áreas que compõem a estrutura de uma instituição.

Na Assembleia, o Memorial está subordinado diretamente à Mesa Diretora, na Câmara de Porto Alegre, à Direção Geral, porém, acima das diretorias. Já em Caxias do Sul o Centro de Memória está subordinado à Direção Geral, mas possui *status* de diretoria.

Em relação ao organograma interno dos equipamentos, o Memorial do Legislativo da Assembleia não possui uma estrutura oficialmente estabelecida, fazendo com que os servidores se revezem, ou dividam tarefas, das diferentes áreas de atuação. O mesmo se dá em Porto Alegre, sendo a estrutura informal e alterável de acordo com o quadro de servidores que o compõe. Em Caxias do Sul há uma estrutura definida, sendo o Centro de Memória composto por duas seções, um Arquivo Histórico e uma Sala de Memória, não há, entretanto, servidores lotados nessas seções.

Na Câmara de Caxias do Sul, anteriormente à última legislação vigente, havia um Memorial subordinado diretamente à Mesa Diretora. Nessa configuração, o Memorial era administrado por servidores indicados pela Presidência. Isso acarretava frequentes mudanças na metodologia de trabalho. Assim, a alteração da norma, criando o Centro de Memória subordinado à Direção Geral, gerou a necessidade de um servidor efetivo, com formação específica, o que se concretizou através da realização de concurso público. Atualmente, o servidor empossado é o chefe do Centro de Memória, o que gera estabilidade metodológica, porém, ainda assim há uma insatisfação, por parte dessa chefia, em relação à estrutura do Equipamento, pois esse considera que ainda seriam necessárias duas funções gratificadas de chefia no Centro, uma para a área do Arquivo Histórico e outra para a Sala de Memória.

A insatisfação também ocorre na Assembleia onde há um estudo para a transformação do Memorial em um Departamento, subordinado à Mesa Diretora, mantendo seu nível hierárquico dentro do organograma geral. Esse Departamento teria um Diretor, que seria responsável por três Divisões: a de Projetos Especiais, de Pesquisa e de Acervo. Essa configuração geraria novas funções gratificadas, que seriam utilizadas para atrair servidores qualificados pertencentes ao quadro da Assembleia. O mesmo acontece em Porto Alegre, onde há apenas uma função gratificada no Memorial, a do chefe, ainda que existam as áreas de restauração e educação legislativa no contexto das atividades da Seção. Lá se estuda uma reestruturação há mais de cinco anos, sem previsão de efetivação. Já na Câmara de Caxias do Sul, mesmo que se considere a necessidade existente de reformulação, não há uma proposta de alteração estrutural sendo elaborada. Isso se dá por conta das restrições de número de servidores em toda a estrutura da Câmara.

Assim, apesar dos equipamentos culturais pesquisados estarem satisfatoriamente posicionados dentro dos organogramas das respectivas Instituições, percebe-se que a principal dificuldade encontrada está no fato de não haver uma estruturação interna. Afora Caxias do Sul, os equipamentos não são subdivididos em áreas de atuação, já que a criação de setores acarretaria a necessidade de disponibilização de funções gratificadas pela administração geral, gerando custos às Instituições. Em Caxias do Sul, apesar de haver divisões, essas não contemplaram a criação de funções e, portanto, também não há servidores lotados nos setores. Os Equipamentos, com isso, enfrentam a dificuldade de angariar servidores para seus quadros funcionais, pois esses não teriam vantagens pecuniárias atrativas.

A partir desse fato passaremos a discorrer sobre a questão dos recursos humanos. Quanto aos servidores lotados no Memorial do Legislativo, esses pertencem ao quadro da Assembleia, e a formação desses, em sua maioria, não é específica para a área de memória, apesar de alguns possuírem especialização em áreas compatíveis. Em Porto Alegre o mesmo acontece, seu chefe, porém, tem certa experiência em gestão cultural. Já em Caxias do Sul há apenas um servidor no Equipamento e esse possui formação em História.

Em relação aos três casos, apenas em Caxias do Sul foi realizado concurso público específico para a área de memória. Destaca-se, porém, que no caso da Assembleia e da Câmara de Porto Alegre, ambas possuem Arquivistas em seus quadros de servidores, contudo, esses não estão lotados nos respectivos Memoriais. A explicação, como já vimos, é a de que não há cargos de chefia para oferecer a esses servidores, que preferem executar suas atividades em outras áreas dentro das Instituições em que possam ser melhor remunerados.

Assim, a solução encontrada pelos Equipamentos para a falta de servidores com

formação específica foi a realização de parcerias e a efetivação de programas de estágios.

Os três equipamentos utilizam, para o desenvolvimento de atividades técnicas, mão de obra de estagiários. No Memorial do Legislativo existem cinco vagas e as áreas são: História, Arquivologia, Turismo e ensino médio. Em Porto Alegre há seis, e os cursos são: História, Arquivologia, Museologia e Geografia.

Caxias do Sul conta com apenas um estagiário, do curso de Fotografia, que auxilia na elaboração das exposições. Lá, entretanto, há um historiador concursado e existe a parceria com o Arquivo Público local, que disponibiliza técnicos para as atividades de tratamento da memória legislativa.

Quanto às parcerias temporárias já efetivadas pelos Equipamentos estudados, essas foram estabelecidas com universidades, órgãos públicos e instituições culturais para realização de atividades específicas, algumas na área de memória, mas, em sua maioria, visando à realização de atividades culturais. As parcerias com universidades, para a execução de programas contínuos na área de memória, foram estabelecidas através de convênios formais e, em geral, envolveram custos para as Instituições. Já as parcerias para a execução de atividades culturais foram informais e não geraram repasse de recursos às instituições parceiras.

Nesse contexto remetemos nossos olhares às atribuições a serem desenvolvidas pelos servidores dos equipamentos. Inicialmente, percebemos que a Assembleia é a única a possuir uma política de memória institucional, estabelecida em norma, independente e consoante com uma legislação posterior, que define as atribuições de seu Memorial. As outras duas Instituições contam com normas que tratam do assunto de forma global, subentendendo as políticas e definindo as atividades a serem realizadas pelos equipamentos.

Ao tratar de sua política de memória, a Assembleia criou um Programa, o PREMIAL, no qual se estabeleceu as áreas de atuação para o tratamento da memória institucional. Nele são contemplados os Projetos Especiais que são, entre outros, o Projeto Gestão de Documentos, de Memória Audiovisual, de Memória Parlamentar, Administrativa e também de Identidade Visual, englobando diversos setores da Casa. Já uma norma posterior, a Resolução de Mesa nº 959, de 17 de dezembro de 2009, estabeleceu as atribuições específicas do Memorial, que são, além de desenvolver o Programa de Projetos Especiais, as seguintes:

> II - implantar e gerenciar o projeto de multimeios do Memorial;
> III - organizar e gerenciar atividades e eventos, tais como seminários, palestras, conferências, exposições e documentários de caráter histórico e institucional;
> IV - disponibilizar à sociedade, através do espaço multimeios, o acesso a informações e dados sobre o Poder Legislativo;

> V - desenvolver o Programa de Recuperação, Tratamento e Acessibilidade do Acervo sob a guarda do Memorial do Legislativo;
> VI - organizar, guardar, preservar e restaurar o acervo histórico e institucional da Assembleia Legislativa, tais como o fotográfico, o filmográfico, o das Comissões Parlamentares, o gerado pelas audiências públicas e fóruns de discussões mantidos pelo Fórum Democrático e o das Atas das Reuniões da Mesa do Poder Legislativo, em parceria com a área originária do acervo;
> VII - disponibilizar ao público em geral, estudantes e pesquisadores, as informações organizadas nos diversos conjuntos documentais do Memorial do Legislativo em espaços específicos de leitura e de pesquisa, com a devida orientação aos consulentes;
> VIII - desenvolver o Programa de Pesquisa e Publicações do Memorial, compreendendo, fundamentalmente, os seguintes projetos: Banco de Dados Parlamentar, Programa de História Oral, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, Catálogo dos Parlamentares Gaúchos e Dicionário Biográfico Parlamentar;
> IX - desenvolver e gerenciar atividades de pesquisa, preservação e divulgação da história, das ideias, do debate e da vida político-parlamentar do Rio Grande do Sul;
> X- implementar projetos de investigação e de publicação de obras de caráter histórico institucional;
> XI - desenvolver e gerenciar projetos de pesquisa que visem à recuperação de informações e dados relativos às atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo.

O questionamento que se faz, a partir da abrangência das atribuições, é o seguinte: de que forma nove servidores, sendo que um deles é o diretor e, portanto, não executa atividades operacionais, podem dar conta de todas as ações a serem desenvolvidas em uma instituição do porte da Assembleia?

Já no caso de Porto Alegre, o Memorial conta com um chefe e mais dois servidores, e as atribuições se resumem em elaborar e produzir documentos a partir da pesquisa de documentação histórica; auxiliar na pesquisa da documentação histórica, viabilizando o acesso à mesma; promover eventos de cunho histórico, objetivando divulgar a história da Câmara Municipal; implementar sistema de registro e controle de consultas e consulentes e programar, divulgar e acompanhar a realização de exposições. O Memorial, entretanto, ainda realiza atividades educacionais e de restauração de documentos, que não estão oficialmente em suas atribuições. E ainda que, em comparação com a Assembleia, as atribuições sejam bem mais modestas, o número de três servidores pode ser considerado descabido para a gama de atividades.

Em Caxias do Sul o caso é bem diferente, há apenas um servidor lotado no Centro de Memória, que é o próprio chefe, e ele é o responsável pela execução de todas as atividades que giram em torno de reunir, preservar, classificar e dar acesso ao acervo que registra a história do Poder Legislativo Municipal.

Destaca-se, porém, que não há um passivo documental a ser tratado, visto que os acervos foram dizimados por um incêndio. Dessa forma, as atividades a serem desenvolvidas,

de fato, são de pesquisa e culturais, e o servidor conta com o apoio de parcerias efetivas e temporárias para executá-las. Ainda assim, surgem dificuldades para a execução dessas e o chefe do Centro se ressente da falta de servidores.

Assim, constata-se que em todos os casos a falta de recursos humanos é o maior entrave para a execução das políticas e/ou programas de memória das Instituições. O mesmo não se dá, entretanto, em relação à gestão financeira, pois não se observou falta de recursos para a realização das atividades.

Verificou-se que ambas as Instituições pesquisadas não possuem dotação orçamentária específica para suas atividades, e a aplicação de recursos ocorre por conta da aprovação de projetos, que dependem de vontade política. Isso acarreta certa instabilidade e impossibilita o planejamento administrativo de longo prazo, visto que a programação das ações, principalmente as culturais, só são decididas por volta do mês de março, quando o presidente já se ambientou ao cargo e se estende somente até o mês de dezembro do ano corrente, para que não ultrapasse o período do mandato vigente.

Porém, em todos os casos, alguns investimentos em atividades básicas são mantidos, independente das presidências. Essas, em geral, dizem respeito aos programas de visitações e atividades técnicas, tais como a digitalização de documentos e a manutenção do acervo e também referente à aquisição de equipamentos.

Quadro 1 – Área de gestão administrativa dos equipamentos

| **QUADRO COMPARATIVO – ÁREA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS EQUIPAMENTOS** | | | |
|---|---|---|---|
| **ITEM** | **ALRS** | **CMPA** | **CMCS** |
| Normatização | Possui Resolução | Possui Resolução | Possui Resolução |
| Posição hierárquica | Subordinado à Mesa Diretoria | Subordinado à Direção Geral | Subordinado à Direção Geral |
| Estrutura de Trabalho | 1 Diretor e 1 Coordenador. Não há setores formais dentro do Memorial. | 1 chefe. Não há setores formais dentro do Memorial. | 1 chefe. Conta com dois setores: arquivo histórico e sala de memória. |
| O equipamento cultural tem Missão definida | Sim | Sim | Não |
| Possui Plano de Gestão Estratégico | Não | Não | Não |
| Quadro de servidores | 9 servidores | 3 servidores | 1 servidor |
| Possui historiador no quadro de servidores | Não | Não | Sim |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Possui arquivista no quadro de servidores | Não | Não | Não |
| Estagiários | 5 estagiários | 5 estagiários | 1 estagiário |
| Possui sede ou salas próprias | Sim | Sim | Sim |
| Realiza parcerias com Universidades | Sim | Sim | Sim |
| Realiza parcerias com outras instituições | Sim | Sim | Sim |
| Já efetivou contratação de consultores externos | Sim | Não | Não |
| É responsável pelo arquivo histórico da instituição | Parcialmente | Não | Sim |
| Forma de financiamento das ações. | Recursos provenientes do orçamento da instituição. | Recursos provenientes do orçamento da instituição. | Recursos provenientes do orçamento da instituição. |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

### *3.4.2 Gestão Cultural*

A gestão cultural de uma instituição deve "estabelecer uma relação entre as questões artísticas e culturais associadas aos conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos, bem como aos conhecimentos mais técnicos da comunicação, economia, administração e direitos aplicados à esfera cultural" (CUNHA, 2007, s/p.). A partir dessa premissa, observamos o trabalho desenvolvido nas Instituições pesquisadas com o intuito de verificar a forma como se dá, na prática, a gestão cultural.

Assim, iniciamos analisando a normatização das ações culturais que estão dispostas nas Resoluções que os regulamentam. Porém, nesse contexto, observamos primeiramente a diferença entre política e gestão cultural, sendo a primeira relacionada com os princípios, os meios e os fins da ação, e a segunda com a forma de executar as atividades e atingir os resultados, lembrando que a gestão "está inserida na política cultural, faz parte do seu processo" (BARBALHO, 2005, p. 36).

Em Caxias do Sul, a Resolução que trata das atribuições do Centro define as seguintes funções do equipamento em relação às atividades culturais:

> c) divulgar a História, funções e funcionamento da Câmara Municipal, através da organização de espaço permanente de exposições;
> d) organizar e manter espaço de exposições temporárias referentes à História do Poder Legislativo e à História de Caxias do Sul; e
> e) elaborar e desenvolver projetos com o objetivo de aproximar a comunidade ao Poder Legislativo.

Em Porto Alegre a ação cultural se resume aos seguintes tópicos:

> k) programar, divulgar e acompanhar a realização de exposições no Salão Adel Carvalho;
> l) realizar montagem e desmontagem das exposições no Salão Adel Carvalho;
> m) zelar pela segurança e preservação dos bens e objetos em exposição nas dependências da Casa, na área de sua competência;

Já o Memorial da Assembleia tem por atribuições culturais:

> III - organizar e gerenciar atividades e eventos, tais como seminários, palestras, conferências, exposições e documentários de caráter histórico e institucional;
> [...]
> VIII - desenvolver o Programa de Pesquisa e Publicações do Memorial, compreendendo, fundamentalmente, os seguintes projetos: Banco de Dados Parlamentar, Programa de História Oral, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, Catálogo dos Parlamentares Gaúchos e Dicionário Biográfico Parlamentar;

Percebe-se que as Resoluções das Câmaras estabelecem sumariamente as políticas culturais e que não há programa de gestão cultural normatizado. Já na Assembleia, as atividades culturais desenvolvidas pelo Memorial fazem parte de um programa maior, o PREMIAL, que trata da memória da Instituição, mas também não há normatização das ações executadas. Em outras palavras, as Resoluções estabelecem o que deve ser executado pelos Equipamentos, mas a forma como será executado não está prevista em norma.

Em todos os casos verificados, a organização e realização de exposições está presente, já no caso de Porto Alegre, pela legislação vigente, se resume a apenas isso.

A Câmara de Caxias do Sul, apesar de não especificar quais, remete ao Centro a atribuição de elaborar e desenvolver projetos com o objetivo de aproximar a comunidade ao Poder Legislativo. Já a Assembleia é mais específica, determinando a realização de atividades e eventos, tais como seminários, palestras, conferências, exposições e documentários de caráter histórico e institucional, além da elaboração de publicações a partir de pesquisas em áreas já estabelecidas em programas temáticos.

Como já vimos anteriormente, Villas-Boas (2005) esclarece que é possível realizar um trabalho de gestão integrando diversos processos da atividade de cultura, iniciando pela pesquisa, passando ao planejamento, à comunicação, captação e produção.

Sendo a fase da pesquisa a da contextualização, na qual se deve fazer um diagnóstico definindo as ações necessárias a partir da demanda do público e da avaliação dos temas a serem reforçados, percebemos que as Instituições pesquisadas, ainda que não tenham um plano de gestão formalizado, executam essa etapa. Acrescenta-se, porém, visto que se trata de

um ambiente legislativo, que a avaliação da demanda do público visitante é secundária, pois é tratado com primazia o interesse interno, sobretudo, dos presidentes das Casas, pois caso não seja do agrado desses, as propostas de ações culturais não são levadas a cabo.

Na prática, foi possível verificar que a programação cultural das Instituições está toda baseada em pesquisa. Seja a inicial, para planejar as atividades a serem realizadas, a acadêmica, com o objetivo de lançamento de publicações, como no caso da Assembleia, ou voltada à elaboração de exposições, como todas realizam, a pesquisa permeia as ações culturais.

A pesquisa está, inclusive, estabelecida nas atribuições dos Equipamentos Culturais. Na Câmara de Caxias do Sul é atribuição do Centro de Memória elaborar e desenvolver projetos e linhas de pesquisa com o objetivo de aproximar a comunidade ao Legislativo. Já na Assembleia, está assim disposto:

> VIII - desenvolver o Programa de Pesquisa e Publicações do Memorial, compreendendo, fundamentalmente, os seguintes projetos: Banco de Dados Parlamentar, Programa de História Oral, Série Perfis Parlamentares Gaúchos, Catálogo dos Parlamentares Gaúchos e Dicionário Biográfico Parlamentar;
> IX - desenvolver e gerenciar atividades de pesquisa, preservação e divulgação da história, das ideias, do debate e da vida político-parlamentar do Rio Grande do Sul;
> X- implementar projetos de investigação e de publicação de obras de caráter histórico institucional;
> XI - desenvolver e gerenciar projetos de pesquisa que visem à recuperação de informações e dados relativos às atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo.

E em Porto Alegre:

> [...]
> e) elaborar e produzir documentos a partir da pesquisa de documentação histórica, com vistas à divulgação da memória do Legislativo Municipal;
> f) auxiliar na pesquisa da documentação histórica, viabilizando o acesso à mesma, de acordo com diretrizes superiores.
> [...]

Dessa forma, após a definição dos temas das atividades culturais a serem realizadas pelas Instituições, são elaboradas as pesquisas de apoio e, a partir delas, são organizadas as atividades culturais. Assim, em todos os casos estudados, no início de cada ano são definidos os enfoques das ações e essas são desenvolvidas durante todo o ano legislativo.

Já a elaboração do planejamento, que deveria atentar às premissas da proposta, às expectativas de situação a serem alcançadas, à forma como vai ser realizada e ao estabelecimento dos indicadores de resultados, é parcialmente efetivada nos casos

pesquisados. Nessa etapa, entre outras questões, não foi verificado o estabelecimento de indicadores de resultados.

As Instituições possuem controle de visitantes em suas exposições e programas de visitas guiadas, mas esses não são convidados a avaliar as ações culturais. Também não foi relatado se ocorre, após a conclusão das atividades, uma avaliação interna em relação aos resultados obtidos. Os Equipamentos Culturais, entretanto, utilizam o acompanhamento de publicações na imprensa, de certa forma, como um indicador de resultado dos eventos realizados. Todos os gestores consideram a mídia espontânea como algo muito positivo, pois além de dar visibilidade aos eventos, ao trabalho de memória e às Instituições Legislativas, colabora para que novas ações culturais sejam autorizadas pelas administrações.

O Planejamento de atividades culturais, comum às três Instituições, sistematicamente desenvolvidas, envolve a realização de exposições e de solenidades legislativas comemorativas, essas relacionadas aos temas propostos. Não houve relatos de realizações atuais de peças de teatro ou apresentações musicais condicionadas aos temas trabalhados pelos Equipamentos.

O material das exposições, em geral, são *banners* ou quadros com imagens e textos sobre o tema, que, no caso das Câmaras de Caxias do Sul e de Porto Alegre, após a conclusão da exposição, são disponibilizados aos interessados. As exposições são emprestadas principalmente para escolas, mas quando são realizadas em parceria, o material é também exposto na sede das instituições parceiras.

Já a Assembleia, tem um programa de exposição itinerante, que encaminha o material para outras cidades, mas isso depende do fato do local possuir alguma relação histórica com o objeto da exposição. Todas elas possuem programas de visitação guiada, ainda que não esteja explicitamente em suas atribuições desenvolver tal atividade. Em Caxias do Sul, entretanto, essa ação não está sob-responsabilidade do Centro de Memória, mas da área de comunicação social. Na Assembleia já há um programa de visitas guiadas específico do Memorial, mas a visitação por parte de alunos é atualmente realizada em parceria com o programa oficial da Instituição. Em Porto Alegre essa atividade é desenvolvida exclusivamente pelo Memorial, mas não há nenhuma referência a essa atividade em suas atribuições.

As demais ações culturais, cujas realizações foram verificadas através da pesquisa, dizem respeito à elaboração de vídeos historiográficos (documentários) e eventos técnicos, tais como mesas-redondas, seminários, debates e audiências públicas.

Na Câmara de Caxias do Sul, destacamos a comemoração do aniversário da Instituição, quando é realizada a Semana do Legislativo, momento em que são realizadas

diversas atividades culturais em um só evento. Já em relação à Câmara de Porto Alegre, enfatiza-se o uso dos espaços públicos das sessões ordinárias e solenes para a realização de pronunciamentos de pessoas ligadas ao tema das ações culturais, concorrendo para uma maior aproximação da ação cultural com a rotina legislativa. A Instituição é também referência em reaproveitamento de produtos culturais, tendo criado uma programação cíclica em que uma atividade se encadeia com a seguinte, criando movimento. Isso concorre para que os produtos dos trabalhos desenvolvidos sejam utilizados por longos períodos e alcancem um maior público.

Já a Assembleia Legislativa se destaca na publicação padronizada e sistemática de obras de referência sobre personalidades políticas do cenário estadual, além de pesquisas sobre temas políticos e legislativos.

Do que se desprende desta análise é que a normatização das atividades, por meio das Resoluções, não dá conta das ações realizadas. As normas legais estabelecem critérios básicos de suas atividades, mas estas não estão regulamentadas. Assim, os equipamentos carecem de Planos de Ação Culturais que definam pormenorizadamente suas ações. Isso é válido também para a padronização das normas referentes às publicações, a fim de se manter uma continuidade, ainda que, no caso da Assembleia, tem-se mantido o padrão editorial.

Dessa forma, para a elaboração de uma proposta de normatização de gestão cultural para uma câmara municipal é preciso prever, no escopo da Resolução, que o equipamento deverá elaborar Planos de Ação de longo, médio e curto prazo, com suas devidas estratégias de manutenção. As ações de longo prazo devem dizer respeito às atividades que são realizadas durante todo o ano, por período indeterminado. As de médio prazo se relacionam com as atividades que serão executadas esparsamente, mas continuamente, em determinado período e com tema específico. E as de curto prazo, aquelas que serão realizadas eventualmente, dependentes do momento histórico da Instituição.

Do ponto de vista prático, as ações desenvolvidas pelos entes pesquisados servem de modelo para a elaboração de uma proposta para câmaras municipais. Atividades comuns a todas as Instituições, tais como a visitas guiadas, exposições permanentes, temporárias e itinerantes podem ser satisfatoriamente executadas por uma câmara municipal. A realização de uma Semana Legislativa, nos moldes da Câmara de Caxias do Sul, também pode ser considerada uma proposta pertinente.

Assim, podemos, a partir do exposto, e para ilustrar, referir que uma ação cultural de longo prazo seria a atividade da visita guiada, realizada durante todo o ano e sem prazo de finalização; a de médio prazo seria a realização anual de uma Semana Legislativa; e a de curto

prazo, uma exposição temporária sobre um tema específico, relacionado a um momento histórico.

Quanto às estratégias de divulgação e *marketing* inseridas na gestão cultural, Villas-Boas (2005, p. 104-105) alerta para a necessidade de se "elaborar um plano de comunicação que permita informar ao público-alvo as inovações culturais que se pretende introduzir, implementar estratégias, criar, planejar e executar campanhas de comunicação". Porém, na prática, em nenhum dos casos estudados havia um programa de divulgação, ou seja, um Plano de Comunicação, elaborado pelos Equipamentos. Salienta-se, entretanto, que todas as Instituições pesquisadas possuem setores de Comunicação Social e TV Legislativa que concorrem para que as atividades culturais desenvolvidas ganhem divulgação e sejam registradas. Os Equipamentos Culturais contam também com um *mailing* para escolas, público-alvo que convidam para suas atividades educacionais e culturais. Assim, apesar de não haver um plano estratégico formalizado, os equipamentos lançam mão dos recursos que possuem dentro das próprias Instituições para a divulgação de suas ações. Ademais, faz parte da rotina dos equipamentos manter a imprensa local informada sobre as ações culturais que serão realizadas, ampliando a divulgação dos eventos.

Quanto à captação de recursos, apenas o chefe do Memorial da Câmara de Porto Alegre declarou ter utilizado, para eventos de maior porte, patrocínio externo. As ações culturais, em quase sua totalidade, são financiadas com o orçamento disponível das próprias Instituições Legislativas. As parcerias com outras instituições são estabelecidas, regra geral, para a execução das ações necessárias para a realização das atividades, sobretudo, em relação às pesquisas, sem envolver valores monetários. É importante salientar, neste contexto, que as Instituições pesquisadas têm altos orçamentos e que a devolução anual de verbas ao Executivo é de milhões de reais. Assim, em nenhum caso a falta de recursos financeiros foi considerada um empecilho para a realização de ações culturais. Pelo contrário, em alguns casos as Instituições foram contatadas para o estabelecimento de parcerias nas quais o órgão legislativo financiou o projeto e a instituição parceira o executou, trazendo vantagens para ambos.

Por fim, levando em consideração que o projeto cultural deve atender à missão da instituição, tendo como prioridade o atendimento de sua responsabilidade social, à ampliação do universo cultural do local onde está inserida e à visibilidade da instituição, passamos a relacionar o teor da missão das Instituições com o observado na pesquisa.

A Assembleia Legislativa tem a Missão de "produzir normas jurídicas e legislar e de fiscalizar os atos do Poder Executivo, ato hoje considerado muito importante para o

Parlamento quanto à própria missão legislativa. A representação política do sentimento, do pensamento e ideologias", já o seu Memorial tem por missão, além de tornar-se centro de referência da história do Poder Legislativo Sul-rio-grandense, garantir a preservação, conservação e acesso da memória política do Rio Grande do Sul, e de seus homens públicos, à sociedade. Assim, a Missão do Memorial está em concordância com a da Assembleia. Quanto à execução, o Equipamento está desenvolvendo suas atividades a fim de que sejam atingidos seus objetivos. Foram observadas a criação, manutenção e revisão de atividades que culminam na preservação, conservação e acesso da memória em questão. Além do mais, o programa de publicações, associado com as demais ações executadas, permite que o Memorial possa ser considerado referência em relação à memória política do Estado.

Não foi encontrado registro da Missão da Câmara de Porto Alegre, mas a Missão de seu Memorial é a de propagar a cultura e a história do legislativo de Porto Alegre, recuperando, divulgando e disponibilizando o conhecimento amplo e irrestrito à comunidade porto-alegrense através de seu acervo e de suas atividades educacionais.

Percebe-se que a Missão do Memorial reflete as ações executadas pelo Equipamento, porém, não está em consonância com a legislação que o regulamenta, visto que, legalmente, não há nenhuma atividade educacional estabelecida em suas atribuições. Também o fato de não fornecer acesso a informações em seu *site* restringe a disponibilização ampla e irrestrita do conteúdo de seu acervo.

A Missão da Câmara de Caxias do Sul é cumprir com excelência as funções legislativa e fiscalizadora, buscando a promoção da qualidade de vida e a satisfação da comunidade caxiense. Já o Centro de Memória não estabeleceu sua missão, porém, é sua atribuição elaborar e desenvolver projetos e linhas de pesquisa com o objetivo de aproximar a comunidade ao Legislativo. Assim, a questão do atendimento à população caxiense está no discurso oficial da Instituição. Suas ações, assim como nos demais casos estudados, são executadas visando à ampliação do universo cultural do local onde está inserido e à visibilidade da Instituição da qual faz parte.

Quadro 2 – Área de gestão cultural

| QUADRO COMPARATIVO – ÁREA DE GESTÃO CULTURAL | | | |
|---|---|---|---|
| **ITEM** | **ALRS** | **CMPA** | **CMCS** |
| As ações culturais estão estabelecidas em norma | Sim | Sim | Sim |
| Há um plano de gestão cultural | Não | Não | Não |
| Há espaço de exposição permanente | Sim | Parcialmente | Não |
| São realizadas exposições temporárias | Sim | Sim | Sim |
| São realizadas exposições itinerantes | Sim | Sim | Sim |
| Realiza programa de visita guiada | Sim | Sim | Sim |
| Realiza programa de visita guiada de estudantes | Sim | Sim | Não. A CMCS tem esse programa, mas não é de responsabilidade do Centro de Memória. |
| Possui plano de divulgação e *marketing* das ações culturais | Não | Não | Não |
| Utiliza recursos externos de parceiros para realização de eventos culturais | Não | Sim | Não |
| As ações culturais colaboram com o atendimento da missão do equipamento | Sim | Sim | Não há missão estabelecida |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

### *3.4.3 Gestão de Memória*

Os equipamentos pesquisados têm no cerne de suas atividades a questão da memória. Seus objetivos não dão conta apenas da preservação dessa, mas do seu tratamento e divulgação. Os regramentos estabelecidos, de forma mais explícita ou mais subjetiva, apresentam políticas e formas de gestão de memória e os trabalhos desenvolvidos nesse campo podem ser analisados sob vários aspectos.

Assim, primeiramente, em relação à memória sob um enfoque administrativo, levando em consideração que história organizacional diz respeito à compreensão da cultura da organização, o que permite criar narrativas para o seu aprendizado, e considerando que a memória organizacional possibilita a utilização de informações de forma a auxiliar na tomada de decisões, pudemos observar as diferentes formas como as Instituições estudadas tratam da questão de suas trajetórias administrativas e como gerenciam a manutenção de seus acervos.

A Assembleia prevê, tanto em seu programa norteador, o PREMIAL, quanto nas atribuições de seu Memorial, o tratamento da história e da memória institucional. No

PREMIAL, um dos eixos é o *Projeto Memória Administrativa*, que visa à organização, sistematização e armazenamento eletrônico de informações sobre as atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da Assembleia Legislativa, através de banco de dados. Já em relação ao Memorial, são seus objetivos:

> X- implementar projetos de investigação e de publicação de obras de caráter histórico institucional;
> XI - desenvolver e gerenciar projetos de pesquisa que visem à recuperação de informações e dados relativos às atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo.

Porém, ainda que esteja previsto em legislação, de fato, o Projeto Memória Administrativa ainda não foi efetivado e também não há previsão para tanto. As justificativas recaem na falta de servidores e na demanda, ainda não completamente atendida, referente ao Projeto Memória Parlamentar.

As Câmaras pesquisadas também não executam atividades de pesquisa nesta área e não preveem em suas normas a gestão da memória e história administrativa. A legislação da Câmara de Caxias do Sul, entretanto, ainda faz alguma referência em relação à divulgação do funcionamento da Instituição, sendo atribuição de sua Sala de Memória (ainda não criada) a de divulgar a História, funções e *funcionamento* da Câmara Municipal, através da organização do espaço permanente de exposições.

Constatou-se que as pesquisas já realizadas pelos equipamentos e as ações executadas não dizem respeito à memória nem à história organizacional dessas; e estão mais voltadas à memória política e de personalidades políticas envolvidas com as instituições. Percebe-se, portanto, que o trabalho realizado não tem como objetivo compreender a cultura das organizações, nem o de produzir subsídios para a utilização de informações sobre fatos passados a fim de auxiliar a tomada de decisões por parte dos atuais administradores. Acrescenta-se que, ainda que o discurso dos responsáveis demonstre uma expectativa em tratar da questão, também não há, em nenhum dos casos, um trabalho efetivo que busque desenvolver ações que tratem da memória dos servidores das Instituições.

Gondar (2005, p. 16) afirmou que, na proposta ética da teoria halbwachiana, "a memória serve à manutenção dos valores do grupo", e percebe-se, nesse contexto, que as ações desenvolvidas pelos programas de memória estudados, que dependem de aprovação dos gestores políticos para serem executadas, servem à manutenção dos valores de um grupo bem específico, ou seja, o grupo da classe política.

Já no que diz respeito aos acervos, primeiramente veremos a questão das regras de

acesso. Trazemos, como exemplo, as básicas para a consulta e manuseamento de documentação histórica, estabelecidas pelo Arquivo da Torre do Tombo[35], em Portugal. Essas dizem respeito, primeiramente, a evitar ao máximo a exposição dos materiais à luz, seguindo-se por autorizar apenas o uso de lápis, proibindo o uso de esferográficas e outros tipos de canetas, corretores, borrachas, materiais cortantes e perfurantes. Além disso, não deve ser autorizada a entrada de alimentos e bebidas nos locais de pesquisa. Quanto ao manuseio, esse deve ser executado com atenção, lentamente, para evitar que o papel rasgue, ou se quebre, caso esteja ressecado. Deve-se manter o material sempre apoiado à mesa, usando um marcador, ou uma régua, para destacar a parte do texto a ser pesquisada, não sendo permitido escrever no ou sobre o documento, nem sobrepor materiais (FIGUEIREDO, 2005).

Pelo observado, apenas a Assembleia possui regras estabelecidas, ainda que não em forma de manual, e essas seguem um padrão arquivístico, seguindo normas básicas que tratam do uso de luvas de algodão pelos pesquisadores, possibilidade de reprodução apenas através de fotos, sem o uso de *flash*, entre as outras já citadas. Isso se dá porque a Assembleia tem um maior número de pesquisadores, que foi de cerca de 300 em 2013, diferentemente das Câmaras, que registram a quase inexistência de acesso de pesquisadores aos seus acervos.

Cabe destacar, neste momento, a importância de se possuir regramento para armazenamento e manuseio de materiais de biblioteca e arquivo, pois essas ações, que são na maioria de fácil aplicabilidade e não geram custos elevados, evitam futuros investimentos em restauração, esses sim, altamente dispendiosos.

Sobre a política de restauração, nenhum programa tem um projeto definido, não havendo cronograma para execução dessa atividade. No caso de Porto Alegre foi realizado um projeto que durou 4 anos, cujo objetivo era o de restaurar documentos remanescentes do incêndio ocorrido em 2001. Após a conclusão dessa etapa, outros acervos foram esparsamente restaurados, mas sem programação, ou seja, a partir da demanda que se apresentou. O mesmo se dá com a Assembleia, onde se realiza trabalhos de restauração pontuais, a partir de uma demanda identificada. Em Caxias do Sul, por conta do incêndio que ocorreu e do trabalho já desenvolvido, praticamente não há documentos a serem restaurados.

Verificamos, então, que as Instituições não têm um projeto contínuo de manutenção, com a realização de limpezas periódicas e ações de restauração, que previna a deterioração

[35]O Arquivo Nacional da Torre do Tombo é um serviço da Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas – integrado na Secretaria de Estado da Cultura de Lisboa, Portugal, que tem rígidas e eficientes normas de acesso e manuseio, pois tem sob guarda documentos históricos que datam desde a Idade Média e que necessitam de cuidados redobrados para que se mantenham conservados.

dos itens. A justificativa para tanto é a falta de mão de obra, principalmente de servidores com a devida qualificação para exercer essas atividades.

Quanto aos locais de guarda dos acervos, a Assembleia é a única que possui um local reservado para armazenamento de documentos, e com controle ambiental, ainda que tenha também arquivos junto às salas administrativas. As Câmaras têm os acervos de seus memoriais guardados em arquivos deslizantes, mas esses ficam localizados juntamente, no caso de Porto Alegre, e ao lado, no caso de Caxias do Sul, às salas administrativas. Assim sendo, a movimentação nessas áreas, ainda muito mais em Porto Alegre do que em Caxias do Sul, impede a efetiva manutenção da climatização dos ambientes de guarda. Destaca-se, porém, que o acervo histórico da Câmara de Porto Alegre não está sob custódia de seu Memorial, mas do Arquivo da Instituição.

Entrando nessa questão, veremos, a partir de então, o problema encontrado tanto na Câmara de Porto Alegre quanto na Assembleia, que é o da partição dos arquivos. Na Assembleia, parte da documentação permanente está com o Memorial, outros fundos[36] estão nas áreas administrativas e na Biblioteca da Instituição. Em Porto Alegre, com exceção das fotos, os demais documentos da Câmara estão em seu Arquivo, sendo o acervo do Memorial composto por alguns documentos associados à Câmara, mas não produzidos por ela, e diversos fundos privados recebidos em doação. Lá, entretanto, não há o interesse por parte do Memorial em custodiar o acervo.

Na Assembleia há um estudo em andamento para a efetivação de um Programa de Gestão Documental[37], com o objetivo de estabelecer políticas e diretrizes de gestão, preservação e conservação dos seus acervos arquivísticos, que inclusive é um dos Projetos Especiais previstos no PREMIAL. O objetivo da iniciativa é o de verificar a possibilidade de recolhimento da totalidade da documentação permanente ao Memorial. Através desse estudo pondera-se, inclusive, a transferência da Biblioteca às dependências do Memorial.

Já no caso de Caxias do Sul, o Centro de Memória é responsável pelo Arquivo Histórico, onde são mantidos os documentos de guarda permanente, sendo que os arquivos

[36]Um dos princípios básicos da Arquivologia é o da *proveniência*, "segundo o qual devem ser mantidos reunidos, num mesmo fundo, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos" (PAES, 2004, p. 27).

[37] Por meio do art. 3º da Lei nº 8.159/91, a Gestão Documental é definida como um "conjunto de procedimentos, operações e técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, em fase corrente e intermediária, visando a eliminação ou recolhimento para guarda permanente"

correntes e intermediários[38] ficam nos setores produtores. Como a Instituição possui Tabela de Temporalidade de Documentos, os itens, após o cumprimento dos períodos de guarda, são recolhidos ao Centro, não havendo partição entre os arquivos. Este trabalho está devidamente estabelecido nas atribuições do Centro, que são:

> a) reunir, preservar e classificar documentos textuais, eletrônicos, iconográficos, áudio visuais e depoimentos orais que registrem a história do poder legislativo em Caxias do Sul;
> b) reunir, preservar, classificar e disponibilizar o acesso aos documentos produzidos pela Câmara Municipal de Caxias do Sul que já cumpriram seus prazos administrativos e legais, mas se constituem patrimônio documental, histórico e cultural da instituição;

A constatação dessas situações nos remete de volta à discussão sobre o que é um Memorial. Vimos que o termo carece de um conceito, mas que não se trata apenas de um arquivo, nem tampouco é apenas uma galeria de exposições ou um centro de pesquisa. Conforme Axt (2013, p. 65) esse é mais que um espaço de bloqueio do esquecimento, devendo prestar serviços à instituição que o abriga e, se possível, ao seu entorno comunitário, "desenvolvendo em seu seio um fórum de reflexão sobre a instituição trabalhada, ancorado no ferramental teórico e metodológico da pesquisa histórica".

Dessa forma, mas levando em consideração o observado dos equipamentos estudados, a construção de um conceito de memorial deveria partir do que se considera a finalidade dos equipamentos.

Assim, nos três casos, a principal finalidade apontada pelo grupo de entrevistados é a de divulgação da memória da instituição a qual cada um deles pertence. As ações de manutenção dos acervos, ainda que tratadas de forma responsável, dentro dos limites possíveis, ficaram em segundo plano.

Verificamos, também, que para a execução das ações de divulgação é necessária a realização de pesquisas, tanto para fins de publicações como para a realização de atividades culturais. A pergunta que se faz, porém, é se é necessário que o acervo esteja sob custódia do equipamento para que as ações desse possam ser realizadas. A resposta, verificada na prática, é que não.

Em Porto Alegre e em Caxias do Sul os fundos não estão nos Memoriais. Em Caxias

---

**38** Até a primeira metade do século XX a teoria arquivística estabelecia apenas dois tipos de arquivo, o administrativo e o histórico. Com crescente acúmulo de massa documental, gerado também pelas novas tecnologias, um terceiro tipo de arquivo surgiu, o intermediário. Assim, os arquivos correntes são aqueles que estão em uso frequente, já os intermediários são os que, não sendo correntes, aguardam o cumprimento de sua vigência para serem eliminados ou recolhidos ao arquivo histórico (PAES, 2004).

do Sul a maior parte do acervo sequer existe fisicamente e se trata de um banco de dados criado a partir da digitalização da documentação pertencente a outras instituições públicas e particulares que se relacionavam com a Câmara, salvo alguns documentos que foram doados por terceiros e os acumulados a partir do incêndio ocorrido. Esses fatos, entretanto, não impedem a realização das atividades dos equipamentos, que executam diversas ações que se relacionam com a memória de suas Instituições.

Pode-se dizer, inclusive, que os acervos dos equipamentos das Câmaras se parecem mais, arquivisticamente analisando, com coleções, já que para a Aquivologia arquivo é um "conjunto de documentos que, independente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas" e uma coleção é uma "reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresenta alguma característica comum" (BELOTTO; CAMARGO, 1996, p. 5 e 16).

Assim, em Porto Alegre se estabeleceu um Memorial voltado à divulgação da memória institucional, mas sem a responsabilidade pela custódia e preservação do acervo. Em Caxias do Sul o Centro de Memória foi criado com a intenção de englobar o arquivo histórico, e esse então tem o dever de não apenas divulgar, mas custodiar e preservar a documentação da Instituição.

Já a Assembleia, carece de ajustes em relação à metodologia de guarda de seus acervos, já que a técnica arquivística preconiza que os documentos sejam mantidos num mesmo local, refletindo sua organicidade, e que não estejam dispersos em diversos setores. A situação, entretanto, é de ciência dos responsáveis, que decidiram por unir os acervos e já estudam uma forma de transferi-los e mantê-los no Memorial.

Dessa forma, pode-se inferir, a partir da pesquisa realizada, que um memorial serve como espaço de divulgação de memória, utilizando-se de ações de pesquisa, culturais e educacionais para tanto, e que pode ou não ter como atribuições a guarda e preservação de acervos, dependendo, neste caso, da estrutura administrativa que abriga o equipamento.

Assim, nada impede que uma instituição possua um arquivo histórico e também um memorial. Deve-se, contudo, cuidar para que os acervos históricos, com exceção dos documentos de arquivo que estejam permanentemente ou temporariamente em exposição nos memoriais, não fiquem particionados entre esses dois órgãos; e que os limites de atribuições desses estejam claramente definidos em norma específica.

Por fim, lembrando Peter Burke (1992), que defendeu que os historiadores deveriam interessar-se pela memória sob dois aspectos, sendo o primeiro o uso da memória como fonte histórica, através da história oral, e o segundo considerando a memória como um fenômeno

histórico, ligado ao coletivo, passamos a questão do trabalho de história oral realizado pelas Instituições pesquisadas.

Porém, antes ainda, destacamos que a FVG, em 1990, já contando com a trajetória de quinze anos de atuação de seu programa de história oral, o CPDOC, e mesmo antes mesmo de publicar o seu Manual de História Oral[39], já abordava, a partir do constatado através de sua prática, a legitimidade da história oral como fonte:

> [...] a história oral é legítima como *fonte* porque não induz a mais erros do que outras fontes documentais e históricas. O conteúdo de uma correspondência não é menos sujeito a distorções factuais do que uma entrevista gravada. A diferença básica é que, enquanto no primeiro caso a ideologia se cristaliza em um momento qualquer do passado, na história oral a *versão* representa a ideologia em movimento e tem a particularidade, não necessariamente negativa, de "reconstruir" e totalizar, reinterpretar o fato. A história oral tem também o mérito singular de introduzir o pesquisador na construção da versão, o que significa introjetar no documento produzido o controle sistemático da produção da própria fonte. Tudo isto, que pode parecer discussão meramente formal, pode ser em verdade constatado na prática e na práxis do próprio programa. E nos induz a afirmar que a contribuição da história oral será cada vez maior na sociedade do futuro [...] (ALBERTI, 1990, p. IX).

Também esta previsão, sobre a maior contribuição da histórica oral, preconizada a partir do trabalho do CPDOC da FGV, se confirmou. Atualmente, vários programas de história oral têm se consolidado em instituições de diversas áreas, abrangendo diversos segmentos e atores da sociedade.

Histórias de vida de detentores de cargos dos mais altos escalões de poderes instituídos, a de membros de comunidades periféricas, são construídas por meio da metodologia da história oral. Fatos históricos do cenário político são recontados através de outros olhares, assim como a visão de minorias sobre a luta por seus direitos são registradas. Meihy (1996, p. 21) nos diz que "com uma vocação para tudo e para todos, a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas", e afirmando que "todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva", nos revela também como a história oral, além de fonte, tem sua necessidade fundamentada no direito de participação social.

Registrada a relevância de um programa de história oral, voltamos ao trabalho realizado pelos equipamentos estudados. O Memorial da Câmara de Porto Alegre não desenvolve um programa de história oral, por vezes, porém, são realizadas entrevistas temáticas para a elaboração de algum produto cultural. Já na Assembleia, por vários períodos,

ao longo da história do programa de memória, foram desenvolvidas atividades referentes à história oral. O programa, entretanto, não tem uma regularidade, nem na execução, nem na metodologia, pois nos últimos anos foram executados por meio de parcerias com instituições universitárias, ou com consultorias, e essas definiram, juntamente com a administração do equipamento, a metodologia a ser aplicada durante o período de vigência do contrato.

Já a Câmara de Caxias do Sul, possui um banco de dados com diversas entrevistas, essas realizadas em conjunto com o Arquivo Histórico Municipal. A metodologia empregada foi estabelecida através de uma normatização elaborada nos moldes das instruções preconizadas pela FGV (CAXIAS DO SUL, 2001), e que foi adotada pela Câmara, que atualmente desenvolve a atividade autonomamente, sem a parceria do Arquivo.

Cabe enfim, registrar que a Assembleia foca seu trabalho nos depoimentos de parlamentares, contando com alguns prestados por servidores, capitaneados na primeira fase de seu trabalho de memória. Já em Caxias do Sul, há apenas registros de entrevistas de parlamentares.

Do exposto cabe destacar, a partir das realidades conhecidas, que a inconstância nos projetos, ou a não execução, e também a falta de abertura para depoimentos de pessoas envolvidas com as instituições, mas que não sejam parlamentares, tem como origem a já mencionada falta de servidores. Sobretudo, neste caso, a falta desses com a devida qualificação é um empecilho, pois se trata de uma atividade que requer não só técnica, principalmente em relação a transcrições, mas sensibilidade na condução das entrevistas, já que essas podem afetar as emoções dos depoentes. Assim, como o entrevistador deve "ter domínio das técnicas de história oral, experiência com realização de entrevistas e conhecimento sobre o tema a ser abordado pelo entrevistado" para que se atinja o resultado esperado (DE SORDI; AXT; FONSECA, 2007, p. 20), é necessária que haja a devida normatização dos programas, a dedicação dos servidores envolvidos, além de investimentos em qualificação por parte das instituições.

[39] O Manual foi publicado em 1990 e está em sua 3º edição, lançada em 2012.

Quadro 3 – Área de memória

| QUADRO COMPARATIVO – ÁREA DE MEMÓRIA | | | |
|---|---|---|---|
| **ITEM** | **ALRS** | **CMPA** | **CMCS** |
| Realiza pesquisa na área de memória parlamentar | Sim | Sim | Sim |
| Realiza pesquisa na área de memória administrativa | Não | Não | Não |
| Realiza pesquisa na área de memória do servidor | Não | Não | Não |
| Realiza pesquisa de profundidade, com teor acadêmico | Sim | Não | Não |
| Realiza pesquisa para elaboração de produtos culturais | Sim | Sim | Sim |
| Auxilia pesquisadores externos | Sim | Sim | Sim |
| Possui normas de acesso aos acervos | Sim | Não | Não |
| Possui condições adequadas de guarda dos acervos | Sim | Parcialmente | Parcialmente |
| Possui programa de gestão documental | Sim, em revisão | Sim | Sim |
| Possui Plano de Conservação Restaurativa | Não | Não | Não |
| Possui programa de doação de acervos | Sim | Sim | Sim |
| Possui programa de história oral | Sim | Não | Sim |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

### *3.4.4 Acesso à Informação*

As três Instituições estudadas possuem portais na *internet*, porém, entre elas, apenas o Memorial do Legislativo, da Assembleia, tem um *site* próprio. Os outros dois equipamentos possuem páginas, que estão acessíveis dentro dos respectivos portais das Câmaras.

Para compreender essa situação devemos contextualizar o que entendemos ser a diferença entre *site* e portal. Um *site* é um conjunto de páginas *web*, isto é, um espaço na *internet* que conta com uma página principal, que remete a outras páginas desse mesmo *site*. Nessas páginas estão, por fim, dispostas as informações. Já um portal é um *site* que funciona como um centro que gerencia e distribui conteúdos para outros *sites* ou *subsites* dentro e fora do domínio da instituição detentora do portal. É característica de um portal, também, a integração de outras funções que permitem a interatividade com os usuários, tais como *chats*,

listas de discussão, entre outros.

Entendemos, a partir do exposto, que por se tratarem de áreas mais voltadas ao público externo às Instituições que os abrigam, cada um dos equipamentos deveria ter, no mínimo, seu próprio *site*. Porém, como não foi essa a situação encontrada, a análise da forma de divulgação dos equipamentos na rede se deu em relação aos portais das Instituições que os abrigam, quando se tratou de uma questão técnica da área de informática, nos casos das Câmaras, e diretamente do *site* e páginas dos equipamentos, nos demais casos.

Assim, iniciamos destacando que, em 2000, o Conarq publicou as *Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas* (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000), estabelecendo alguns parâmetros para a elaboração, a fim de facilitar a navegação dos visitantes, com elementos relativos a conteúdos gerais e especificamente arquivísticos, além daqueles referentes a desenho e à estrutura do *website*.

Como não existem diretrizes específicas para memoriais, utilizamos as estabelecidas pelo Conarq, de forma adaptada, para observamos os espaços virtuais dos equipamentos pesquisados e, a partir disso, elaboramos os quadros de análise a seguir apresentados.

O primeiro diz respeito aos elementos gerais para a construção de *websites* de instituições arquivísticas.

Quadro 4 – Dados referentes aos elementos gerais de um *website* de instituição arquivística

| AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS GERAIS | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **ALRS** | | | **CMPA** | | | **CMCS** | | |
| | **A** | **AP** | **NA** | **A** | **AP** | **NA** | **A** | **AP** | **NA** |
| Mecanismo de busca do *website*; | | | X | | | X | X | | |
| Contador de acessos ao *website*; | | | X | | | X | | | X |
| Data de criação do *website*; | | | X | | | X | | | X |
| Data da última atualização do *website* e das suas respectivas páginas; | | | X | | | X | | | X |
| Indicação de responsável pelo *website* e seu e-mail; | | | X | | | X | | | X |
| Utilização de uma seção do tipo "Novidades", indicando mudanças recentes no *website* (de conteúdo ou formato); | | X | | | | X | | | X |
| Precisão gramatical e tipográfica; | X | | | | X | | | X | |
| Legibilidade de gráficos com dados estatísticos e outras imagens; | | X | | | X | | | X | |
| Utilização, opcional, de outro idioma; | | | X | | | X | | | X |
| Utilização de um menu de navegação (*toolbar*) em todo o *website*; | X | | | | X | | X | | |
| Utilização de instrumentos de pesquisa *on line* em dois níveis (um geral – com poucos campos de preenchimento – e outro para usuários mais especializados); | | | X | | | X | X | | |
| Utilização de formulários eletrônicos *on line* para solicitação de serviço; | | | X | | | X | | | X |
| Salas de *chat*, possibilitando a programação de reuniões informais sobre temas específicos com usuários de diversas áreas; | | | X | | | X | | | X |
| Utilização, em todas as áreas do *website*, da opção de voltar para a página anterior e/ou página principal, desvinculada das funções do *browser* utilizado pelo usuário; | | X | | X | | | X | | |
| Utilização de imagens de baixa resolução e pequenas dimensões (*thumbnail* imagens) com a opção de acesso às imagens ampliadas e com maior resolução; | | X | | | | X | | | X |
| Utilização de *download* para disponibilizar – de forma compactada – documentos institucionais de grande dimensão (em formatos TXT, RTF, ou PDF). | X | | | | X | | X | | |
| Instruções para facilitar o *download*: especificações sobre tamanho do arquivo, formato(s); | | | X | | | X | | | X |
| Opção de navegação do *website* sem imagens ou animações (tornando mais rápido o acesso); | | | X | | | X | | | X |
| Utilização de *layouts* de fundo simples; | X | | | X | | | X | | |
| A – ATENDE | AP – ATENDE PARCIALMENTE | | | NA – NÃO ATENDE | | | | | |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Os equipamentos da Assembleia da Câmara de Porto Alegre e de Caxias do Sul atenderam, respectivamente, a 21%, 10,5% e 31,5% dos itens básicos. O equipamento que menos atendeu, nesse quesito, é o de Porto Alegre, com 69,5% de itens não atendidos, já os demais atingiram o percentual de 58%.

Essa tabela, entretanto, diz mais respeito à navegabilidade das páginas e a formas de facilitar ao usuário o uso do *site* e o acesso às informações. Nesse enfoque, a competência pela criação e atualização das páginas é dos desenvolvedores e não os gestores dos equipamentos. A esses, entretanto, cabe solicitar as atualizações necessárias à área competente, pois ambas as Instituições contam com setores de informática em suas estruturas administrativas, responsáveis, inclusive, pela criação e desenvolvimento de programas.

O seguinte quadro se refere aos aspectos gerais a serem previstos em relação ao conteúdo disposto no *site* que, neste ínterim, são:

Quadro 5 - Dados referentes ao conteúdo de um *website* de instituição arquivística

| **AVALIAÇÃO DE CONTEÚDO** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **ALRS** | | | **CMPA** | | | **CMCS** | | |
| | **A** | **AP** | **NA** | **A** | **AP** | **NA** | **A** | **AP** | **NA** |
| Informações sobre a instituição: histórico, competências, estrutura organizacional, programas de trabalho, quadros diretores (e-mails e telefones), endereço físico da instituição e formas de acesso; | **X** | | | | **X** | | **X** | | |
| Informações sobre os serviços prestados via *web*, por correspondência ou no local; | **X** | | | **X** | | | **X** | | |
| Adequação da linguagem utilizada, evitando-se termos técnicos pouco conhecidos; | **X** | | | **X** | | | **X** | | |
| Informações sobre a existência de conteúdos do *website* (relatórios, manuais, normas, imagens etc.) em documentos impressos (e, nesse caso, como tais documentos podem ser obtidos); | | | **X** | | | **X** | | | **X** |
| Informações sobre material protegido por *copyright*; | **X** | | | | | **X** | **X** | | |
| Informações sobre o responsável pelo conteúdo da página (incluindo seu e mail); | | | **X** | | | **X** | | | **X** |
| *Links* atualizados, relacionados à administração pública na qual se insere a instituição arquivística; | **X** | | | | **X** | | **X** | | |
| Informações sobre programas, planos, projetos e relatório anual da instituição (possibilitando o *download*, conforme critérios da instituição). | **X** | | | | | **X** | | **X** | |
| A – ATENDE | AP – ATENDE PARCIALMENTE | | | | | NA – NÃO ATENDE | | | |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Os equipamentos da Assembleia da Câmara de Porto Alegre e de Caxias do Sul atenderam, respectivamente, a 75%, 25% e 62,5% dos itens gerais referentes ao conteúdo publicado. O equipamento que menos atendeu foi, novamente, o de Porto Alegre, com 50% dos itens não atendidos. Os demais atingiram o percentual de 25%.

Esse quadro já diz respeito ao trabalho realizado pelos próprios Equipamentos e à forma como esse trabalho é apresentado na rede mundial de computadores. Cabe ressaltar a importância desse item, já que representa também a imagem do equipamento e a representação da qualidade do trabalho desenvolvido. Informações desatualizadas sobre o equipamento, páginas em branco, títulos que não se referem ao conteúdo e *links* que não remetem ao local divulgado geram desconfiança do pesquisador em relação aos serviços prestados.

Já a publicação dos projetos em andamento, bem como os futuros, além dos Relatórios de Prestação de Contas, como é executado pelo Memorial da Assembleia, por exemplo, facilitam ao pesquisador conhecer o equipamento e saber sobre o trabalho desenvolvido, gerando transparência administrativa.

Por fim, foram observadas as formas de disponibilização de informações arquivísticas.

Quadro 6 – Dados referentes ao conteúdo arquivístico

| **AVALIAÇÃO DE CONTEÚDO ARQUIVÍSTICO** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **ALRS** | | | **CMPA** | | | **CMCS** | | |
| | **A** | **AP** | **NA** | **A** | **AP** | **NA** | **A** | **AP** | **NA** |
| Acervo (características gerais, datas limites, quantidade, tipologia, etc.); | **X** | | | | | **X** | **X** | | |
| Instrumentos de pesquisa (instrumentos de pesquisa *online*, instrumento de pesquisa online em base de dados, instrumentos de pesquisa não disponíveis *online*, outras bases de dados); | | **X** | | | | **X** | **X** | | |
| Estrutura de funcionamento do atendimento ao usuário: horário de funcionamento, formas de atendimento; | **X** | | | **X** | | | | | **X** |
| Serviços arquivísticos prestados (obtenção de cópias de documentos, p. ex.) tanto no local como via e-mail (não se trata do e-mail do *webmaster*, mas do responsável pelo atendimento ao usuário); | | | **X** | | | **X** | | | **X** |
| Métodos de trabalho arquivístico; arranjo e descrição dos documentos, avaliação e transferência, emprego de tecnologias da informação etc.; | | | **X** | | | **X** | | **X** | |
| Legislação arquivística (regras gerais de acesso, restrições, privacidade, possibilitando o *download* desses documentos, conforme critérios da instituição), modalidades de atendimento, tempo previsto de resposta etc. | | | **X** | | | **X** | | **X** | |
| A – ATENDE | AP – ATENDE PARCIALMENTE | | | | | NA – NÃO ATENDE | | | |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Neste contexto, os equipamentos da Assembleia da Câmara de Porto Alegre e de Caxias do Sul atenderam, respectivamente, a 33%, 18% e 33% dos itens. O equipamento que menos atendeu também foi o de Porto Alegre, com 82% dos itens não atendidos. O Memorial do Legislativo não atendeu a 49% e o Centro de Memória de Caxias do Sul a 33% dos itens.

Sobre essa questão, deve-se se destacar que não se trata de não existir um tratamento arquivístico dos acervos, pois ambas as Instituições têm um trabalho de gestão documental, em maior ou menor escala, em desenvolvimento. O que acontece é que esse trabalho não está devidamente disponível na *internet*. Trata-se, portanto, muito mais de um problema de divulgação de informação e dados.

Destaca-se, neste item, que a Câmara de Caxias do Sul disponibilizou seu programa interno de gerenciamento eletrônico de dados na rede, assim, os usuários podem fazer consultas diretamente na base de dados do Centro, que contém todo o acervo digital da Instituição. O sistema, entretanto, por ser de uso interno, apresenta problemas quando utilizado simultaneamente por um número maior de usuários. Por conta disso, já há um estudo para migrar os dados para um programa voltado ao ambiente *web*. Apesar dessas restrições, Caxias do Sul é uma das únicas cidades brasileiras a contar com um trabalho de difusão de dados desse porte, em todo o Brasil.

A Assembleia, diferentemente de Caxias do Sul, tem criado *interfaces* para disponibilizar dados de forma mais acessível ao usuário, mas ainda não disponibiliza todo seu conteúdo na rede, devido, principalmente, à complexidade para realizar a integração dos programas e a extensão do seu acervo.

Já Porto Alegre possui um programa de gerenciamento de dados, mas esse é de uso exclusivamente interno. Existe, entretanto, um estudo para adaptar esse sistema, a fim de disponibilizá-lo na *internet*, mas não há previsão para a realização dessa adaptação.

Assim, de uma forma geral, uma comparação entre as formas de divulgação de dados históricos na rede mundial de computadores demonstra o quão díspares são as formas de acesso a informações históricas referentes aos trabalhos dos programas de memória das Instituições estudadas.

O Memorial da Assembleia, com um contínuo trabalho de pesquisa e publicações, disponibiliza diversos livros em seu *site* e divulga não apenas o histórico da Assembleia, como também o seu próprio, participando o trabalho realizado em relação à gestão de sua memória. Disponibiliza também acesso a um banco de dados de ex-parlamentares e inicia um processo de utilização do programa ICA-AtoM, de descrição arquivística, que padroniza as informações disponibilizadas na rede.

Em Porto Alegre encontramos apenas informações sobre o funcionamento do Equipamento. Não existem publicações, acesso a documentos históricos digitalizados, nem há disponível o histórico do programa de memória do Equipamento.

Na Câmara de Caxias do Sul, a página do Memorial permite acesso a um programa que gerencia os arquivos digitalizados de *todos* os fundos documentais históricos da Instituição. Nele estão dispostas pesquisas sobre a Câmara e também um histórico referente ao trabalho realizado na reconstrução da memória legislativa, executado após o incêndio ocorrido em 1992.

Ademais disponibiliza a sociedade, como apoio à pesquisa, os arquivos digitalizados de todos os jornais locais desde os primeiros números, compondo um acervo virtual voltado ao pesquisador. Isso reforça o compromisso do Centro de Memória com a comunidade, por meio da prestação de um serviço de fundamental importância para a história local.

Nos três casos, entretanto, a principal diferença está na amplitude da disponibilização do conteúdo dos acervos nos *sites* e páginas, pois todos os equipamentos têm investido recursos na digitalização de documentos, mas esses investimentos não se refletem da mesma forma quando o assunto é acessibilidade aos dados.

Destaca-se por fim, que as despesas com disponibilização de informações são inegáveis, mas justificam-se como forma de possibilitar o exercício da cidadania.

Neste ensejo, entramos na questão da digitalização. Para o Conarq, nos termos das *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*, digitalizar significa realizar a conversão em imagem, através de dispositivo eletrônico (escâner), para o formato digital de um documento originalmente não digital. O produto dessa conversão é um *representante digital* do documento físico, e "não será igual ao original e não substitui o original que deve ser preservado. A digitalização, portanto é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo documental" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2010, p. 6).

Destacamos, porém, que a partir de 2012, a Lei 12.682/12 regulamentou a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos e conferiu validade ao documento virtual após a trasladação[40], com fé pública, desses representantes digitais. Isso se dá através de um processo pelo qual as mídias digitais são registradas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, para fins de guarda e conservação de seu conteúdo. Segue, portanto, a mesma metodologia de criação da *cópia autenticada* de um documento, porém, em vez de

[40]O processo de trasladação está previsto na Lei 6.015/73, e sua devida utilização é assegurada pela Lei nº 8.935/94.

se validar uma cópia reprográfica, se valida uma cópia digital. Entretanto, a Lei não dispôs sobre o fato de a cópia ter validade como substituto do original, assim, ainda inexiste disposição legal que autorize o descarte dos documentos submetidos ao procedimento de trasladação, diferentemente do documento microfilmado, cujo descarte é permitido após o cumprimento do prazo de guarda, conforme Decreto Federal n.º 1.799/96. De qualquer forma, independente da tecnologia de reprodução para preservação e acesso, no caso de documentos de valor permanente, o descarte dos originais é proibido por lei[41].

Nesse contexto, à margem da questão da guarda, e especificamente sobre a digitalização, podemos afirmar, a partir dos casos estudados, que essa concorre para garantir o amplo acesso e disseminação do conteúdo dos documentos, permitindo o intercâmbio de acervos documentais e de seus instrumentos de pesquisa por meio de redes informatizadas. Além disso, auxilia na preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais, por restringir seu manuseio (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2010).

Assim, como vimos, a digitalização dos documentos históricos tem sido sistematicamente utilizada pelas três Instituições pesquisadas, sobretudo, por Caxias do Sul, que tem seu trabalho fundamentado nesta tecnologia. Por consequência, a utilização desse recurso demonstra a preocupação dos Equipamentos com a questão da preservação e da difusão dos seus acervos, ainda que, em relação à questão da difusão, sobretudo no caso de Porto Alegre, ainda sejam necessários mais investimentos.

### *3.4.5 Síntese da Análise Comparativa*

Ao nos propormos a estudar outras Casas Legislativas a fim de conhecer o trabalho de memória desenvolvido por elas, com o intuito de servir de baliza ao nosso, iniciamos pela busca do histórico dessas Instituições. Percebemos, na contextualização de suas trajetórias, apresentadas pelas próprias instituições, suas diferenças sócio-históricas, que são marcantes, entretanto, observamos que todas são afetadas pelo cenário político e econômico nacional. A Assembleia, de uma forma mais densa, devido à sua proporção, Porto Alegre, por ser a capital do Estado, Caxias do Sul, que é a cidade mais importante do interior do RS e Canoas, por abrigar o Vº Comando Aéreo Regional, registraram um forte impacto em suas trajetórias por conta do período da Ditadura Militar, por exemplo.

Assim, percebe-se que, apesar das distâncias estruturais, sobretudo devido à questão

[41] Lei Federal n.º 8.159/91, art. 10: “Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis”.

orçamentária e das peculiaridades administrativas, por conta de questões culturais, as três instituições apresentam como principal elo a política.

E é a política o centro de suas atividades. Ela entremeia as ações e relações dentro das instituições legislativas, que têm como propósito de existência consolidar políticas públicas. Assim, a cultura dessas instituições está intrinsecamente associada à questão política, que norteia as ações legislativas, tanto de forma micro – representada pelas disputas de poder entre seus membros; quanto de forma macro – gerando normas que regulamentam as atividades da sociedade.

Essa cultura, que é indissociável da memória, forma a identidade dessas instituições. Reforça-se aqui a questão teórica apresentada nesta pesquisa, que demonstra a relação da memória como fator imprescindível da construção da identidade, e como a cultura, produto social, permeia esta relação. Somos o que lembramos (identidade), mas somos também o que fazemos com esta memória (cultura).

Assim, passando à questão identitária, no contexto dos programas de memória desenvolvidos pelas Casas pesquisadas, percebemos as diferenças entre as Instituições.

A Assembleia, com sua estrutura física consolidada, é a que possui um programa mais amplo. Conta com espaço museológico, programa de gestão documental, de pesquisa e publicações e de atividades educacionais e culturais. Consideramos, como destaque de seu trabalho, as ações de pesquisa e suas publicações, devidamente disponibilizadas na *internet*.

A Câmara de Porto Alegre, com uma estrutura menor, não conta com espaço museográfico, mas está em vias de possuir. Tem seu programa de gestão documental, mas não produz publicações a partir do conteúdo de seus acervos. Destaca-se, entretanto, o excelente trabalho realizado na área cultural e de educação, sendo que as pesquisas desenvolvidas pelo seu Memorial, ainda que não sejam de profundidade e com teor acadêmico, são as bases dessas atividades.

Já a Câmara de Caxias do Sul, que também não possui espaço museográfico, conta com um trabalho de gestão documental peculiar, que permitiu a reconstrução dos acervos da Instituição, dizimados por conta de um incêndio, por meio de pesquisas e investimentos vultosos em reprodução digital. É destaque, nesta Instituição, o trabalho de difusão de seus acervos na *internet*.

Assim, sumariamente, pode-se se dizer que o que caracteriza cada trabalho de memória, ou seja, a identidade dos programas, no caso da Assembléia, são as ações voltadas às pesquisas e publicações. Em Porto Alegre as ações culturais e, em Caxias do Sul, a ampla acessibilidade aos documentos pertencentes ao seu acervo.

Destaca-se, porém, que todas, em suas devidas proporções, executam atividades culturais, educacionais, de pesquisa e de difusão dos acervos, assim, consideramos, a partir do observado, que esses eixos recorrentes devem fazer parte de um trabalho de memória que venha a ser implementado. Já quanto às atividades de História Oral, a Assembléia e a Câmara de Caxias do Sul desenvolvem projetos nesse sentido, porém, apenas com depoimentos de parlamentares. A memória do servidor não foi trabalhada especificamente em nenhuma Instituição.

Especificamente sobre questões administrativas, em relação à gestão de pessoal, todas apresentaram sérios problemas de falta de servidores no quadro funcional. Destaca-se que apenas a Câmara de Caxias do Sul realizou concurso público para preenchimento de vaga de documentalista, preeenchida por um historiador, a fim de exercer suas atividades na área de memória. Este descompasso foi minimizado, em todos os casos estudados, por meio do estabelecimento de parcerias e da contratação de terceirizados, tendo a Assembleia longa experiência nesse sentido.

Já sobre gestão administrativa, apenas a Assembleia disponibiliza, atualmente, os resultados anuais de suas ações realizadas e em andamento, com dados estatísticos, projetos futuros etc., por meio da publicação de um Relatório Anual de Atividades, que é disponibilizado na *internet*. Consideramos esta ação como ideal, pois torna a administração transparente e facilita o acompanhamento das ações públicas.

# 4 CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS

A emancipação política do município de Canoas ocorreu em 27 de junho de 1939, por meio do Decreto nº 7.839, que o criou, sendo que sua instalação se efetivou em 15 de janeiro de 1940, com a nomeação do primeiro prefeito, Edgar Braga da Fontoura. A cidade contava, na época, com 40.128 habitantes (SILVA, 1980).

Antes, porém, no início de sua história, era utilizado, principalmente, como área de lazer para os moradores da capital do Estado. Entretanto, por conta do desenvolvimento industrial de Porto Alegre, que não conseguia alojar todos os que vinham do interior para trabalhar em suas fábricas, Canoas se tornou referência devido à sua localização, como a melhor alternativa de alojamento para os trabalhadores da capital, aumentando assim sua população (GRAEBIN, 2010, p. 19). Por conta desse fato, porém, por muitos anos Canoas foi conhecida como "cidade dormitório".

Mas foi a partir da instalação do município de Canoas, em 1940, e com o passar do tempo, que alguns fatos concorreram para o seu desenvolvimento, trazendo novas perspectivas e alterando a imagem da cidade, que hoje conta com mais de 323 mil habitantes, distribuídos em seu território de 131,096 $km^2$ (IBGE, 2013).

Nesse contexto, segundo Graebin (2010), destaca-se principalmente a fase de industrialização nacional, cuja criação da Petrobras, em 1953, sob a presidência de Getúlio Vargas, proporcionou a instalação, em Canoas, da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP, em 16 de setembro de 1968. Acrescenta-se que o nome escolhido para a refinaria é em homenagem a um homem que foi politicamente influente no município de Canoas e que se destacou nacionalmente na luta pela defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo no Brasil.

Já no período do Regime Militar, por conta de sediar o Vº Comando Aéreo Regional, Canoas foi considerada Zona de Segurança Nacional, e só viria a deixar de ser em 1985. Nessa época, Canoas avançou em seu desenvolvimento econômico, sobretudo por conta de investimentos em infraestrutura e pela instalação de indústrias.

Sobre esse tema, é importante destacar que a industrialização do município já criava expectativas em 1958, conforme declaração do então Prefeito Sezefredo Azambuja Vieira: "[...] o destino do nosso município está traçado: é tornar-se num dos maiores centros industriais do Estado. Dentro de algum tempo poucas comunas rio-grandenses poderão rivalizar com Canoas em importância e produção industrial" (CANOAS, 2004, p. 56).

Conforme previsões, Canoas atualmente desponta não só no cenário regional, como

também no nacional, como cidade industrial sede de empresas tais como a AGCO do Brasil, Alston, Micheletto, Iriel, Zamprogna e Springer Carrier, além de diversas outras empresas na área metal-mecânica, possuindo forte parque industrial, vasta gama de prestadores de serviços e comércios. Também conta com uma grande rede de ensino, sobretudo universitário, sendo sede do Unilasalle, Uniritter e Ulbra.

Em relação à área cultural, o Município instituiu o Plano Municipal de Cultura de Canoas - PMCC, com duração de 10 anos, por meio da Lei nº 5.660, em janeiro de 2012. Os princípios do Plano são:

> I - liberdade de expressão, criação e fruição;
>
> II - diversidade cultural;
> III - respeito aos direitos humanos;
> IV - direito de todos à arte e à cultura;
> V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
> VI - direito à memória e às tradições;
> VII - responsabilidade socioambiental;
> VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
> IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
> X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
> XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
> XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Já a Lei nº 5.661, de 4 de janeiro de 2012, instituiu o Sistema Municipal de Cultura de Canoas, que visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os canoenses, estabelecer novos mecanismos de gestão pública das Políticas Culturais e criar instâncias de participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural.

O Sistema é regido pelos seguintes princípios:

> I - diversidade das expressões culturais;
>
> II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
>
> III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
> IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
> V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
> VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
> VII - transversalidade das Políticas Culturais;
> VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
> IX - transparência e compartilhamento das informações;
> X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
> XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
> XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

O Sistema é gerenciado pela Secretaria Municipal de Cultura, que tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, e como objetivos específicos, entre outros, mapear, divulgar e preservar o patrimônio cultural do Município e as memórias, materiais e imateriais da comunidade.

A partir do Plano e do Sistema, foi criado, em março de 2012, por meio da Lei nº 5.680/12, o Programa de Incentivo à Cultura no Município, com o objetivo de fomentar a economia da cultura local e incentivar artistas, grupos artísticos e produtores culturais independentes (pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos) que promovam a fruição da cultura, a diversidade cultural e favoreçam o desenvolvimento da cidadania.

Contextualizado o Município, passamos a trajetória da Câmara de Vereadores, que somente foi instalada em 1947, no período de redemocratização nacional, com a posse dos nove vereadores que constituíram a primeira Legislatura. Os empossados foram Arthur Pereira de Vargas, Ulysses Machado, Júlio Finkler Primo, Vicente Cláudio Porcello, Teodoro Bogen, Hélio Fraga de Moraes Sarmento, Arthur Oscar Jochims, Jacob Longoni e Max Adolfo Oderich, sendo que este último foi eleito o primeiro Presidente da Câmara.

Figura 28 – Quadro da 1ª Legislatura

Fonte: Página da CMC na *Internet*.

Para registrar o acontecimento, foi declarado Feriado Municipal por meio do Decreto nº 104, de 26 de novembro de 1947:

> Declara *Feriado Municipal*, das doze horas em diante, o dia 28 de novembro corrente.
> O Prefeito Municipal de Canoas, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição do Estado, tendo em vista que a data de 28 do corrente mês assinalará o eloquente e importante acontecimento cívico-político, de excepcional interesse à vida da Comuna, que só e ser a instalação da Primeira Câmara Municipal de Canoas e, no dia, a posse dos respectivos Vereadores, para a mesma eleitos, pelo sufrágio direto, recebido no pleito de 15 do corrente, nesta data, resolve e DECRETA: art. 1º - É declarado Feriado Municipal, das doze horas em diante, o dia 28 de novembro corrente; art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, 26 de novembro de 1947 (SILVA, 1980, p. 109).

No percurso de suas atividades, já em 1952, a sede da Câmara Municipal, que também era a da Prefeitura, ambas instaladas na Casa Vargas, estabelecimento comercial de Arthur Pereira de Vargas, sofreu um incêndio, acarretando irreparáveis perdas de documentos históricos referentes ao início de suas atividades. A segunda sede, que foi utilizada de forma provisória, era no Edifício Milanez e também foi alvo de um incêndio. Após, e por conta desses eventos, foram conquistados recursos para a construção de uma sede própria para a prefeitura e, em novembro de 1953, após a conclusão das obras, a Câmara também passou a ocupar esse novo espaço, localizado em frente à Praça da Emancipação.

Em relação ao contexto político nacional, destaca-se que em 1954 aconteceu o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, cuja comoção pelo acontecido pode ser percebida através da leitura das atas das sessões plenárias da Câmara, assim como o envolvimento político dos vereadores em relação à renúncia de Jânio Quadros e à posse de João Goulart, período que viria a ser conhecido como da Campanha da Legalidade (RANINCHESKI, 1998).

Com a instalação do Regime Militar em 1964, após a deposição do então Presidente João Goulart, surgiram dois partidos, a ARENA e o MDB, e assim, o debate político foi polarizado. Esse regime se manteve por mais de vinte anos e nesse período não houve eleições para prefeito, pois Canoas foi enquadrada como Área de Interesse Nacional, mas permaneceram as eleições para a escolha de vereadores.

Em 03 de abril de 1990, após o fim do Regime Militar, a Câmara Promulgou a Lei Orgânica Municipal, vigente até os dias de hoje, já instalada na sua sede atual, para a qual se transferiu em 27 de junho de 1968, sendo que até 2006 suas instalações foram divididas com a Prefeitura Municipal, que mantinha no prédio o Gabinete do Prefeito.

Quanto ao número de vereadores por mandato, a partir de 1973 a Câmara passou a ser composta por vinte e um vereadores e assim se manteve até o ano de 2004 quando, por força

da Resolução nº 21.702, do Tribunal Superior Eleitoral, esse número foi reduzido para quinze.

Hoje, por conta da Emenda Constitucional nº 58, de 2009, que entrou em vigência em 2013, a Câmara Municipal de Canoas conta com vinte e um representantes da sociedade, eleitos pelo quarto maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul para exercerem seus mandatos na décima sexta legislatura da história do Município.

Dessa forma, desde a posse dos vereadores da primeira Legislatura, passaram pela Câmara membros da comunidade canoense que representaram, de forma plural[42], a população do Município.

Assim, completados sessenta e seis anos da posse dos membros de sua primeira legislatura e estando em sua décima sexta, tendo tomado posse mais de cento e cinquenta vereadores, que ajudaram a materializar mais de 5.800 leis promulgadas pelo Município, a Câmara de Canoas se insere no contexto de consolidação da democracia e do desenvolvimento do município como peça fundamental e imprescindível ao exercício da cidadania.

## 4.1 Histórico da Gestão da Informação na CMC

Conforme já relatamos, a proposta desta pesquisa teve como marco inicial um estudo da situação dos arquivos da CMC, realizado em 2006. Nesse período foi verificada a falta de um sistema de gerenciamento de informações efetivo, pois inexistia na Casa um programa de gestão documental.

Os arquivos estavam dispersos e desorganizados e o acúmulo de documentos, que já poderiam ser descartados caso houvesse gerenciamento dos prazos de guarda, gerava falta de espaço para o armazenamento, isso causava transtornos aos setores, que acabavam por reter em suas salas documentos que não eram mais necessários para o trabalho diário, por falta de onde realocá-los.

[42] Pluralismo na linguagem política é "a concepção que propõe como modelo a sociedade composta de vários grupos ou centros de poder, mesmo que em conflito entre si, aos quais é atribuída a função de limitar, controlar e contrastar, até o ponto de o eliminar, o centro do poder dominante, historicamente identificado com o Estado" (BOBBIO, 1998, p.928). No Brasil a Constituição Federal, no Título I - Dos Princípios fundamentais, determina que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos fundamentos o pluralismo político. Este fundamento reconhece que a sociedade é formada por vários grupos e estes possuem diferentes ideologias, crenças, opiniões, formações culturais, sociais e econômicas, ou seja, a sociedade é composta por vários centros de poder que se inserem em diferentes campos de atuação. Por fim, em um Estado Democrático de Direito o pluralismo político busca assegurar a liberdade de expressão, garantindo a participação popular, através de seus representantes, na democracia do país.

O problema foi amenizado ao se criar a Comissão de Avaliação Documental, em 2008, e o Programa de Gestão Documental, que teve seu marco regulamentador estabelecido por meio da Resolução nº 497, de 16 de junho de 2011, que dispõe sobre a política de Gestão Documental, que regulamenta a Comissão de Avaliação Documental – CAD e cria o Memorial Virtual da Câmara Municipal de Canoas. Essa norma estabeleceu diretrizes gerais para disciplinar a política arquivística de planificação, ordenamento e guarda do acervo arquivístico, em suas três idades, de modo a padronizar a disseminação de informações e as atividades de sistematização, armazenagem e acesso a documentos em todos os segmentos da Câmara Municipal de Canoas.

A Resolução, além de enfatizar a necessidade de adequação à legislação arquivística brasileira, esclarecia que a regulamentação visava à gestão, à preservação e o acesso aos documentos de arquivo, com o objetivo de gerar eficiência administrativa e para o efetivo registro da memória da Câmara Municipal de Canoas. Previu também a criação de um Memorial Virtual, pois já naquele período, não havia estrutura física para efetivar a criação de um Memorial.

Essa Comissão autorizou o descarte de documentos administrativos, que tinham seus prazos de guarda encerrados, conforme Tabela de Temporalidade do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, e pleiteou uma nova sala para armazenamento, onde foram guardados os arquivos provenientes da Divisão Legislativa da Casa, compostos por documentos que, em sua maioria, são de valor histórico e, portanto, de guarda permanente.

Figura 29 – Descarte de documentos

Fonte: Reproduzido pela autora, 2008.

Outro passo importante para a efetivação do Programa foi a aquisição de um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, que vinha sendo solicitado desde 2009, mas que foi adquirido apenas em 2012, tendo sido iniciada a execução da implementação em 2013. Esse programa está, atualmente, em fase final de ajustes, e, por conta de problemas de falta de infraestrutura tecnológica na área de informática, ainda não pode ser disponibilizado para o público externo, ficando, portanto, ainda restrito às dependências da Câmara. Destacamos que esse sistema é necessário para a elaboração, controle da tramitação e localização dos documentos, facilitando a agilização da disponibilização de informações.

Nesse contexto deve ser anunciada a importância da gestão e da conservação de documentos para a preservação do patrimônio público, da memória da sociedade e para o exercício da cidadania, pois nos arquivos públicos há registros de provas e testemunhos dos direitos e deveres do Estado para com o cidadão e vice-versa.

Por conta dessa relevância, a gestão documental deve ser abrangente, atrelada a uma política que vise à eficiência no tratamento dos arquivos correntes e intermediários e à responsabilidade na guarda e divulgação da documentação histórica, depositada nos arquivos permanentes.

Destaca-se também a questão legal nesse âmbito, pois o aceso à informação é prerrogativa constitucional. No artigo 5º, inciso XIV da Constituição, está expresso: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral [...]", já o artigo 216 define:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> [...]
> § 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem [...].

No que diz respeito ao fato de que cabe à administração pública, *na forma da lei*, a gestão da documentação governamental, deve-se registrar que a norma que rege a gestão da documentação é a Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e é nela que está determinado que é dever do Poder Público a gestão documental e a

proteção especial a documentos de arquivo.

Essa Lei é regulamentada pelo Decreto nº 4.073/02, que cria o Conselho Nacional de Arquivos, cuja missão é implementar o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, do qual fazem parte também os arquivos municipais do Poder Legislativo, conforme disposto do art. 12, inciso VII.

Assim, é possível inferir que a gestão documental não é apenas uma possibilidade de tornar a administração pública mais eficaz, por conta dos benefícios que acarreta. Ela é uma imposição legal, devidamente regulamentada, em atendimento às prerrogativas de acesso à informação, além disso,

> a Constituição Federal elevou os documentos (onde as informações estão contidas) à categoria de patrimônio cultural brasileiro ao lado de outros bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, determinando ao Poder Público a sua promoção e proteção (MARTINELLI, 2012, p. 107).

Portanto, sendo a proteção dos documentos uma obrigação, acrescenta-se ainda, segundo a seção IV, que se refere aos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, no art. 62 da Lei n° 9.605/98 - que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - que tipifica-se como crime o ato de destruir, inutilizar ou deteriorar arquivo, registro, museu, biblioteca ou similar, protegido por lei, gerando penas de reclusão, de um a três anos, e multa.

Adiante, para além dos problemas referentes à gestão de documentos, percebeu-se, também, que havia uma demanda social pela sistematização da memória da CMC, pois não era possível atender muitas das solicitações de informações de caráter institucional e históricas requeridas pela comunidade por conta, principalmente, da falta de documentos, da desorganização dos acervos e da inexistência de registros aprofundados sobre a sua memória institucional.

Nesse momento é necessário esclarecer que a demanda pela memória, segundo Huyssen (2000), se tornou uma obsessão cultural que atinge o mundo inteiro. O autor explica que após as guerras mundiais e, sobretudo, ao holocausto, a humanidade se tornou temerosa em esquecer. Isso se dá também por conta da rapidez com que ocorrem as mudanças, a partir da globalização, que são geradas, sobretudo, pelas tecnologias da informação. O autor esclarece que “quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória

em busca de conforto" (HUYSSEN, 2000, p. 32).

Assim, sobre as demandas locais, destacam-se as necessárias para a execução dos Projetos *Nossos Prefeitos*, inicialmente gerenciado pela Fundação Cultural de Canoas e atualmente pela Secretaria Municipal de Cultura, cuja finalidade é revisar e publicar a biografia dos ex-prefeitos canoenses; e do *Canoas - para lembrar quem somos*, projeto criado em 1994, através de uma parceria do Unilasalle com a Prefeitura Municipal de Canoas, cujo objetivo é pesquisar a história dos bairros da cidade, contemplando nessas pesquisas discussões sobre questões inerentes à sustentabilidade, envolvendo aspectos culturais, políticos, econômicos, espaciais, sociais e ambientais, a partir de coleta de dados e de testemunhos orais.

Acrescenta-se, por fim, o trabalho no apoio às pesquisas de discentes oriundos da Universidade Luterana do Brasil e dos Centros Universitários La Salle e UniRitter, instalados no Município, sendo que, entre outros, conta com dois cursos de História e três de Direito.

Por conta dessa demanda social, buscou-se, então, iniciar os trabalhos de organização dos dados históricos da Casa, principalmente devido às comemorações dos 65 anos da posse da primeira Legislatura, ocorridas no ano de 2012.

Nesse ínterim foram encontradas inúmeras dificuldades para a realização das pesquisas, pois além das lacunas documentais desdobradas da falta de uma gestão documental eficaz, havia a ausência de documentos referentes ao início das atividades da CMC. Observou-se, ainda, que eram escassas as pesquisas publicadas especificamente sobre sua história e as que foram encontradas possuíam algumas inconsistências ou estavam desatualizadas.

Destaca-se que essa situação, recorrente em diversos outros órgãos do território nacional, é, por si só, justificativa para investimentos em pesquisa por parte dos entes públicos, já que a demanda social não é acompanhada pela produção universitária convencional (AXT, 2013).

Esse problema foi agravado com o advento da vigência, em 2012, da Lei nº 12.527/11, conhecida como *Lei de Acesso à Informação*, norma pela qual o Governo Federal determinou que se instituíssem nos órgãos públicos formas de acesso à informação, sendo que a observância da publicidade como preceito geral, e do sigilo como exceção, norteou o texto da lei.

O objetivo dessa legislação é a divulgação de informações de interesse público, porém, o que inova nessa norma é que a divulgação deve ser feita independentemente de solicitações, através dos meios de comunicação, viabilizada pela tecnologia da informação,

fomentando assim o desenvolvimento da cultura da transparência e desenvolvendo o controle social da administração pública.

Essa Lei determina que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Registra-se que as leis, em geral, trabalham a repreensão da irregularidade, já esta vai por um caminho inverso, pois a transparência no acesso à informação serve de instrumento para a prevenção da irregularidade.

A Câmara, entretanto, já possuía, em 2006, normatização sobre o tema, que foi implementado em 2009. A Resolução nº 323, de 13 de dezembro de 2006, institui o *Programa Transparência no Legislativo,* destinado a propiciar aos cidadãos o conhecimento, através da página da Câmara, na *internet*, dos atos pertinentes às suas atividades, consolidando-se como instrumento de acesso e divulgação de dados e informações institucionais e de gestão. Segundo o art. 2º desta Resolução, o Programa tem por objetivo oferecer aos cidadãos informações acerca:

> I – das atividades do Plenário, especificamente sobre:
> a) sistema de proposições;
> b) sessões plenárias;
> c) proposições apreciadas;
> d) planilhas de votação; e
> e) presença plenária.
> II – das Comissões Técnicas Permanentes e Temporárias, especificamente sobre:
> a) composição;
> b) agenda;
> c) presença nas Comissões Técnicas Permanentes;
> d) relatórios; e
> e) publicações.
> III – da gestão administrativa, especificamente sobre:
> a) orçamento;
> b) execução orçamentária;
> c) repasse financeiro;
> d) gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal);
> e) licitações;
> f)contratos;
> g) quadro de pessoal: número de servidores efetivos, comissionados e inativos;
> h) auxílio e subvenções; e
> i) concursos.
> IV – dos Gabinetes Parlamentares, especificamente sobre:
> a) remuneração dos Vereadores;
> b) centro de custos, valor das cotas parlamentares e relação das despesas mensais;
> c) número de diárias utilizadas;
> d) viagens internacionais; e
> e) cargos do Gabinete.

Assim, no que diz respeito ao atendimento Lei de Acesso à Informação, foi necessário fazer os ajustes necessários ao projeto já desenvolvido. Essas adaptações foram efetivadas, e,

na avaliação do Tribunal de Contas do Estado, realizada em 2013, a Câmara de Canoas ficou colocada entre as 10 melhores práticas do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2013b).

O mesmo não se deu em relação às informações de caráter histórico e a partir dessa realidade constatou-se que era necessário desenvolver, além do programa de gestão documental, um Plano de Memória para a CMC, a fim de organizar sua narrativa institucional e viabilizar à população o acesso a essas informações.

## 4.2 Diagnóstico

A realização desse diagnóstico se fez necessária para estruturar a elaboração da proposta em pauta, objeto desta pesquisa. Seu planejamento e execução compreenderam o período de março de 2014 até junho de 2014, havendo nesse intervalo a execução de diversas atividades, tais como pesquisas, realização de revisão documental e observações.

Dessa forma, quanto a informações institucionais, a Câmara Municipal de Canoas está localizada na Rua Ipiranga, 123, no Centro do Município[43], em sua sede própria. O horário de atendimento externo é de segunda à sexta-feira, das 12h15min às 18h15min, sendo que nas terças e quintas-feiras são realizadas as sessões plenárias, abertas ao público, a partir das 18h15min.

Figura 30 – Sede da CMC

Fonte: Reproduzido pela autora.

[43]O telefone de contato é (51) 3462-4800. O endereço eletrônico da Câmara é *protocolo@camaracanoas.rs.gov.br*, e sua página na *internet* é *http://www.camaracanoas.rs.gov.br*.

À Instituição compete, segundo a Lei Orgânica Municipal, legislar sobre assuntos de interesse local, observando as determinações e a hierarquia constitucional; suplementar à legislação federal e estadual, e fiscalizar, mediante controle externo, a administração direta ou indireta, as fundações e as empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto. Já as suas competências exclusivas, ou seja, que independem da ação do Poder Executivo são, entre outras:

> Art. 18. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:
> I - eleger sua Mesa bianualmente;
> II - elaborar seu Regimento Interno;
> III - dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação, extinção, provimento ou vacância dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal;
> IV - emendar a Lei Orgânica ou reformá-la;
> [...]

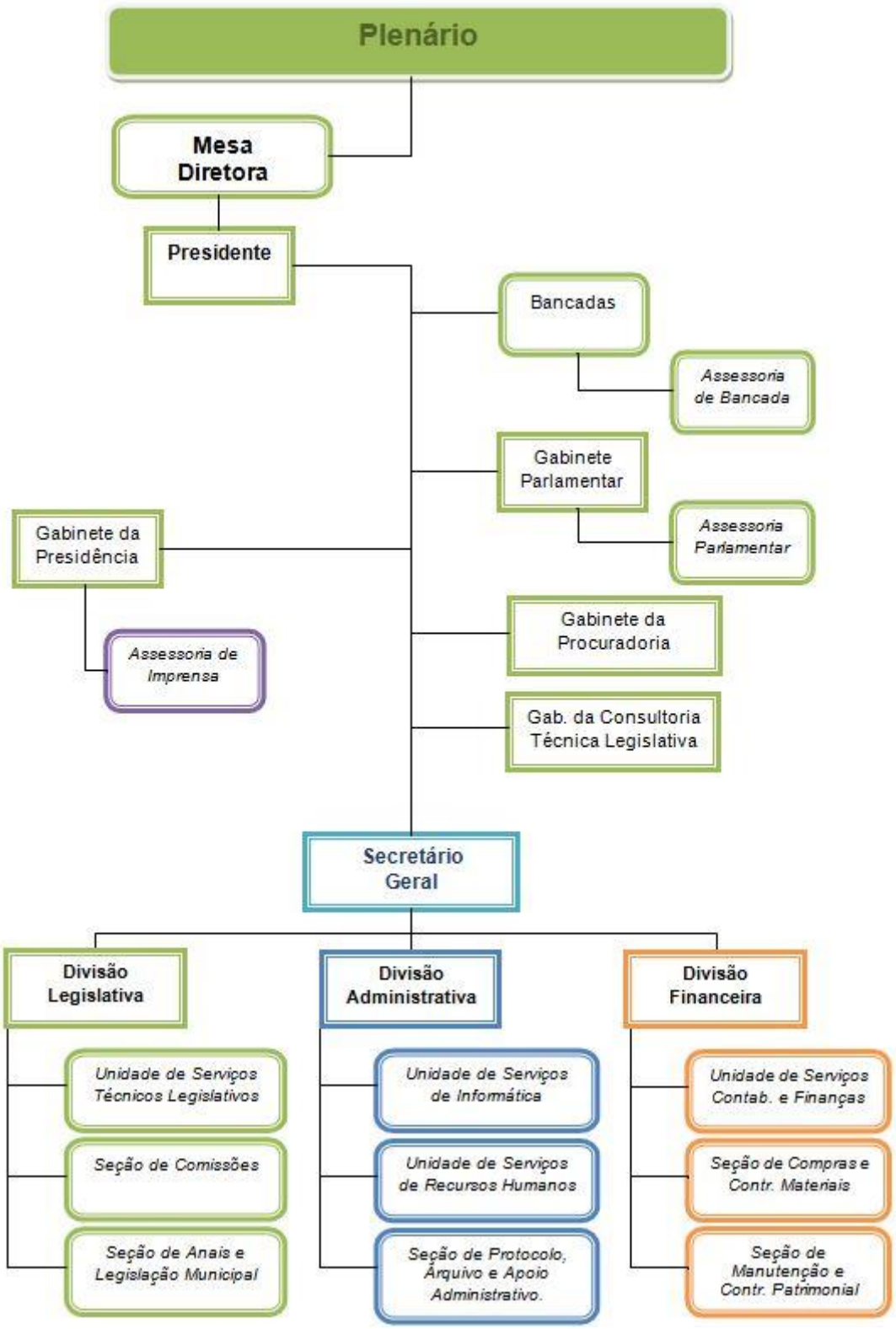
Percebe-se, portanto, que a Lei Orgânica Municipal autoriza a Câmara a se organizar administrativamente e a elaborar seu Regimento Interno, que atualmente é disposto na Resolução n° 11, de dezoito de julho de 1991.

Essa Resolução esclarece, por sua vez, através do artigo 38, que os assuntos de economia interna, e a organização dos serviços administrativos, devem ser definidos por meio de Resoluções. Assim, a estrutura administrativa da CMC está estabelecida na Resolução nº 287, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a organização de seus serviços internos.

Conforme disposto no Regimento Interno e detalhado na Resolução nº 287/05, a estrutura da Câmara é gerenciada pela Mesa Diretora, eleita pelo Plenário, que é o órgão máximo da Instituição. A Mesa é comandada pelo Presidente, responsável direto pela administração da Casa. Subordinados à Presidência estão os órgãos de apoio, tal como a Procuradoria e, um nível hierárquico abaixo, mas ainda atrelado diretamente à Presidência, está a Secretaria Geral, seguida, por fim, das Divisões Administrativa, Legislativa e Financeira.

Registra-se também, que o mandato da presidência e da Mesa Diretora é, conforme estabelecido na Lei Orgânica, de dois anos. Entretanto, na prática, raramente se cumpriu este período. A última vez que se exerceu um mandato de presidente na íntegra, na história recente da Instituição, foram nos anos de 2005 e 2006. Após esse mandato, sucessivas renúncias, condicionadas a acordos políticos, fizeram com que a presidência da CMC fosse alterada anualmente.

Figura 31 – Organograma da CMC




Fonte: Página da CMC na *internet.*

Acrescenta-se a esse fato que os cargos de assessoria da Mesa Diretora são providos por profissionais indicados por seus membros e a alternância dos componentes dessa gera também, por vezes, a alternância dos titulares das assessorias, o que acarreta lentidão no andamento dos trabalhos, pois é necessário tempo para que os nomeados se adaptem às suas funções. Esse problema é preocupante no que diz respeito ao trabalho da Procuradoria e da Consultoria Técnica Legislativa, que exaram pareceres sobre os assuntos de economia interna da CMC, além de serem as áreas responsáveis pela elaboração dos editais de licitação e dos contratos. A morosidade, nesses setores, é um dos principais entraves na implementação de novas ações na Câmara.

Especificamente sobre a Assessoria de Imprensa, registramos que o quadro funcional desse setor é composto exclusivamente de uma Jornalista. Não existe, portanto, elaboração de produtos de comunicação institucional e inexiste na Casa uma agência de notícias. A Câmara também não possui TV Câmara, programa de rádio ou publicação de jornal, tampouco possui equipamentos e estrutura física para tanto.

Ainda sobre as áreas de trabalho, é pertinente destacar que a Câmara possui uma Unidade de Informática, essa, porém, não conta com profissionais da área. O assistente legislativo lotado nesta Unidade, e único servidor do setor, é responsável pelo gerenciamento de contratos e elaboração de projetos na área. A execução, no entanto, fica a cargo de empresas terceirizadas, quando existem contratos vigentes, o que não ocorre atualmente, visto que o contrato com a empresa que prestava o serviço foi encerrado no final do primeiro semestre de 2013. A solicitação de contratação, entretanto, foi realizada, e o pedido foi encaminhado à Consultoria para elaboração de edital de licitação, o que, porém, não tem prazo previsto para a realização.

Alguns ajustes simples, entretanto, quando possível, são efetuados por estagiários e pelo próprio servidor. Portanto, não há na Casa assistência técnica na área de informática e nem é possível solicitar a criação de programas a essa Unidade, pois não se conta com técnicos nem programadores.

Em relação ao trabalho de memória, a Seção de Anais e Legislação Municipal[44] é o órgão responsável pelos registros institucionais, ainda que não se faça referência ao termo memória em suas atribuições.

[44] As atribuições desta Seção foram alteradas em 2014, através da Resolução nº 607/14, que foi revogada posteriormente, pois, além de alterar a estrutura administrativa da CMC, criava novos cargos de chefia, o que, de fato, não foi possível de ser concretizado, inviabilizando a reestruturação e concorrendo para a revogação da norma.

Suas atribuições são:

> III – Seção de Anais e Legislação Municipal – com atribuições de execução das atividades de: registro em ata das sessões legislativas, com apanhados dos pronunciamentos, debates, citações, votos, etc.; revisão dos apanhados; organização dos registros; revisão final dos anais; observar e manter atualizada a situação da legislação municipal quanto à vigência; auxiliar para que a cada quadriênio a Mesa Diretora promova a atualização da Consolidação das Leis; acompanhar e revisar a encadernação das consolidações bem como a distribuição e demais aspectos pertinentes ao assunto, pesquisa e organização de material com informações, doutrinas e orientações tendentes a facilitar o trabalho legislativo e qualificar o processo decisório; manutenção e acompanhamento do calendário anual das concessões de títulos e prêmios; organização do calendário das solicitações às Bancadas para a indicação dos agraciados correspondentes aos respectivos títulos e/ou prêmios instituídos na Câmara; catalogação dos títulos, prêmios, medalhas, concedidos pela Câmara Municipal; catalogação e registro das legislaturas, das mesas diretora, dos períodos de afastamento dos titulares e ingresso dos suplentes, bem como outras atividades legislativas auxiliares previstas no processo legislativo e/ou de acordo com as determinações superiores.

Assim, as ações de memória vêm sendo realizadas pela Divisão Legislativa, principalmente através desta Seção, e já foram elaboradas, esparsamente, pesquisas e exposições sobre a memória da Câmara, porém, não de forma regulamentada.

Já em relação à visitação de estudantes às dependências da sede, uma atividade típica realizada pelas câmaras municipais, essas ocorrem eventualmente, a partir da iniciativa de professores, que solicitam permissão para trazer os alunos à sede e também por parte dos vereadores, que convidam professores de suas relações para visitarem a Câmara. Essas visitas são acompanhadas pela Divisão Legislativa, cujos servidores palestram sobre as atribuições e ações executadas pela Casa. Assim, essa atividade já vem sendo desempenhada, porém, também não de forma institucional, estabelecida em Resolução.

Quanto à área cultural, verificamos que de 2007 até os dias atuais, apenas duas exposições foram realizadas, ambas alusivas à comemoração de festividades, referentes aos 60 e 65 anos da Instituição, realizadas nos anos de 2007 e 2012, respectivamente[45]. Anteriormente a 2007 não encontramos registros de realização de exposições. Ademais, outra ação na área de memória, que está sendo organizada e será concluída no final do corrente ano, é a inauguração da galeria dos ex-presidentes, que será instalada próxima à sala da presidência.

[45] As exposições, por conta da falta de espaço da CMC, foram realizadas em áreas da Prefeitura Municipal. A primeira no Museu Municipal, e a segunda na própria sede da Prefeitura.

Figura 32 – Exposição alusiva aos 60 anos da CMC

Fonte: Assessoria de Imprensa da CMC.

Já a guarda e manutenção dos documentos, está sob a responsabilidade da Seção de Protocolo, Arquivo e Apoio Administrativo, pertencente à Divisão Administrativa. Compete à essa Seção:

> III - Seção de Protocolo, Arquivo e Apoio Administrativo – com atribuições de execução das atividades de recebimento, protocolo, organização, encaminhamento e entrega de toda documentação e correspondência oficial que tramita na Câmara de Vereadores; acompanhamento, controle e registro da movimentação interna e externa da documentação oficial da Câmara; disponibilização de dados e informações, presentes no setor, sobre a movimentação e situação dos documentos protocolados; elaboração, manutenção e atualização do cadastro de autoridades e representantes da sociedade organizada; elaboração da relação de convidados a eventos realizados pela Câmara Municipal de Vereadores, formalização e expedição das correspondências oficiais da Câmara; disponibilização dos registros produzidos; atualização, classificação, catalogação, encadernação, processos, livros, periódicos e documentos da Câmara; restauração, ordenação, encadernação, arquivamento, busca e reprodução de livros, processos e documentos em geral; outras atividades relacionadas a registros e arquivo, execução, controle e/ou fiscalização das atividades administrativas de apoio, tais como: recepção, comunicação telefônica, transporte oficial, reprografia, sonorização, vigilância, zeladoria, copa e cozinha e serviços gerais; execução de outras atividades de apoio administrativo, por determinação superior.

Percebe-se que esse setor é responsável apenas pela guarda e conservação dos documentos, não listando atividades que digam respeito à produção de informações através de pesquisas ao conteúdo do acervo.

Já em relação ao espaço físico, a sede da CMC passou por uma reforma em 2013, para se adaptar às exigências causadas pelo aumento do número de vereadores, que foi de 15 para 21, por conta da Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

Para comportar o número de novas salas para vereadores, além de serem redimensionadas as já existentes, o arquivo da Instituição teve de ser transferido para uma área alugada em um prédio próximo, a fim de se gerar mais espaço.

A reforma serviu também para adaptar a sede às exigências impostas pela legislação que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

Figura 33 – Plenário da CMC

Fonte: Reproduzida pela autora, 2014.

Figura 34 – Rampa de acesso no Plenário e banheiros adaptados

Fonte: Reproduzida pela autora, 2014.

Atualmente, não há na Casa áreas ociosas, que poderiam vir a ser utilizadas para a realização de ações culturais. Existe, entretanto, um espaço dentro do Plenário que poderia ser adaptado para servir de local de exposições temporárias, voltadas aos alunos visitantes. Essa adaptação, entretanto, acarretaria a diminuição do número de cadeiras disponíveis aos cidadãos que vêm assistir às sessões plenárias, que já é pequeno.

Figura 35 – Mezanino do Plenário

Fonte: Reproduzida pela autora, 2014.

Figura 36 – Detalhe do mezanino

Fonte: Reproduzida pela autora, 2014.

A Câmara conta ainda com um espaço, no *hall* de entrada da sede, denominado *Câmara.com*, criado por meio da Resolução nº 336, de 02 de março de 2007, com a finalidade de promover a inclusão digital e social, democratizando o acesso a informações e procedimentos do Poder Legislativo. Os equipamentos, entretanto, estão desativados por conta da falta de manutenção.

Figura 37 – Quiosques de acesso à *internet*

Fonte: Reproduzida pela autora, 2014.

Por fim, ainda temos que observar a questão da construção de uma nova sede para a Instituição. Em 2009 o Executivo Municipal cedeu para esse fim, através de decreto, uma área para a Câmara, na Rua Santa Maria, no bairro Marechal Rondon.

Desde então, cogita-se a construção, inclusive constando a ação nos PPAs, sendo que foi contratada uma empresa com o objetivo de que essa elaborasse um edital para a realização de um concurso público, a fim de se escolher o projeto arquitetônico da nova sede. O edital foi elaborado concomitante com uma comissão administrativa da Câmara, criada para esse fim. Nele há a previsão de espaço para um memorial, arquivo histórico e espaço de exposições.

Apesar de o edital ter sido concluído, esse não foi publicado, e o concurso, portanto, não foi realizado. Por fim, em 28 de maio de 2014, por meio da Portaria nº 156, a comissão que tratava da construção da nova sede foi extinta, não havendo previsão de reabertura.

Figura 38 – Terreno cedido pelo Executivo para a construção da nova sede da CMC

Fonte: Assessoria de Imprensada CMC, 2014.

### *4.2.1 Recursos Humanos*

A política de recursos humanos da CMC está estabelecida na Lei nº 5.049, de 03 de janeiro de 2006, que dispõe sobre os quadros de pessoal e plano de carreira dos servidores da Câmara Municipal de Canoas, sendo, porém, que não foi feita a devida regulamentação da norma, portanto, ela não está sendo aplicada no que diz respeito ao plano de carreira.

Essa lei define a estrutura e a classificação dos cargos e funções da CMC, disponibilizando a descrição sintética e analítica de cada um dos cargos existentes. Destacamos que, segundo a lei, os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração e voltados à atividade de assessoramento político, em sua maioria, e que os cargos de provimento efetivo são preenchidos através de concurso público, criados para o desempenho de atividades de assessoramento técnico nas áreas administrativa, financeira e legislativa e também em áreas de apoio, tais como comunicação e transporte.

Para assessorar a Mesa Diretora, há os cargos de procurador, consultor legislativo, assessor de imprensa e secretário geral, que, apesar de serem cargos com atribuições fixas e contínuas, não são providos por servidores efetivos, fazendo parte do quadro de servidores comissionados, ou seja, podem ser substituídos a qualquer momento.

Atualmente, o número total de servidores da Casa é de 142, sendo que o quadro de efetivos é composto de 27, distribuídos nos seguintes cargos: 2 operadores de comunicações (telefonistas), 2 oficiais de transportes (motoristas), 1 oficial de manutenção, 3 atendentes, 1 contador e 18 assistentes legislativos. Entretanto, estão vagos, por conta de recentes aposentadorias, 3 postos de assistente legislativo, além de novas vagas que precisam ser criadas para adequar a quantidade de cargos à demanda da CMC, que possui 2 seções sem funcionários, estando sobrando, inclusive, as funções de chefia dessas. Registra-se, inclusive, que a Seção de Anais e Legislação Municipal se encontra nessa situação, ou seja, sem servidores lotados nela e sem chefia designada. Destaca-se nesse ínterim que as funções gratificadas de chefe de divisão, chefe de unidade de serviço e de chefe de seção são destinadas exclusivamente a servidores efetivos.

Essas vagas ociosas devem ser preenchidas através de concurso público, entretanto, não há previsão para a realização, tendo sido concluído apenas a elaboração de um estudo de necessidades.

A Câmara, portanto, afora o cargo de contador, não conta com postos de trabalho de provimento efetivo em áreas técnicas que necessitem de formação específica. O cargo de assistente legislativo exige a formação mínima de ensino fundamental completo e a lotação dos servidores nomeados pode ser feita em qualquer área de atuação, seja ela legislativa, administrativa, financeira e até mesmo na área de informática. Porém, ainda que o nível de escolaridade exigido para esse cargo seja de ensino fundamental completo, dentre os assistentes 1 é mestrando, 2 possuem especialização, 5 ensino superior completo, 6 ensino superior incompleto e 4 ensino médio.

Quanto à lotação dos assistentes legislativos, esses estão distribuídos nas áreas de atuação da Casa, contando com 6 na administrativa,  8 na financeira, 3 na legislativa e 1 na procuradoria.

Segue a descrição do cargo de Assistente Legislativo, conforme o Anexo II da Lei nº 5.049, de 03 de janeiro de 2006.

> Categoria Funcional: ASSISTENTE LEGISLATIVO.
> Descrição Sintética: Executar trabalhos de redação, estudos, informações a respeito de processos e procedimentos administrativos, informática e legislativos.
> Descrição Analítica: Realizar trabalhos de digitação e redação, de natureza variada que exija correção de linguagem e; digitar quadros e tabelas; elaborar certidões; preparar e revisar a correspondência; redigir e prestar informações referentes ao serviço administrativo e legislativo; organizar arquivos e cadastros mantendo-os atualizados; revisar pronunciamentos, proposições e promulgações legislativas. Executar procedimentos relativos ao controle de prazos orgânicos dos autógrafos; prestar assistência à administração da Câmara Municipal em assuntos da

> competência do órgão legislativo; elaborar estudos e pesquisas acerca de assuntos solicitados pela administração; auxiliar na elaboração de previsões orçamentárias; elaborar pesquisas; participar da elaboração de normas ou regulamentos que envolvam matéria ligada à atividade do órgão legislativo; participar de comissões administrativas e legislativas, exercer chefias; implementar sistemas de dados eletrônicos interligando os órgãos do legislativo; frequentar cursos de aperfeiçoamento; zelar pelos equipamentos destinados às atribuições do cargo; executar outras tarefas correlatas.

No que diz respeito à qualificação, não há um programa de incentivo ao treinamento e atualização dos servidores, ainda que seja uma prerrogativa que a Lei nº 5.049/06 estabelece através de seu artigo 19. Entretanto, caso haja interesse, e a partir da iniciativa do próprio servidor, é possível solicitar cursos externos, que podem vir a ser custeados pela Câmara, após a análise e aprovação da Presidência.

Já para a qualificação continuada do quadro, a Câmara aprovou, em 2011, por solicitação dos servidores, um programa que previa o custeio de bolsas de estudo continuado. Porém, o programa que iniciou sua aplicação em 2012, não ofereceu novas bolsas em 2013 e 2014, sendo que, em 2013, a legislação que regulamentava as bolsas, que cobriam 100% do valor dos encargos educacionais, foi alterada, passando a cobrir apenas 50%. Atualmente, apenas um bolsista cursa a Faculdade de Direito. Três outras bolsas que haviam sido dadas a servidores foram canceladas pela presidência de 2013, sob a alegação de que os cursos escolhidos não eram pertinentes.

Além dessas modalidades de qualificação, eventualmente, e de acordo com o perfil do administrador, são realizados treinamentos *in company* nas dependências da Casa. Nos últimos dez anos foram oferecidos cursos apenas nos anos de 2007, sobre técnicas legislativas, e em 2012, sobre excelência no trabalho e programas de qualidade.

A Câmara conta ainda com 61 estagiários que desenvolvem suas atividades tanto nos gabinetes dos vereadores quanto nas áreas administrativas. A indicação desses, entretanto, mesmo para as vagas dispostas nos setores da Casa, é feita exclusivamente pelos vereadores.

### *4.2.2 Recursos Financeiros*

A gestão financeira da CMC é definida para um prazo de quatro anos através da Lei que institui o seu Plano Plurianual (PPA). A cada ano este Plano é redimensionado por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as ações a serem executadas, e da Lei Orçamentária Anual (LOA), que ajusta os recursos a serem aplicados.

Quanto aos Programas estabelecidos pela CMC, dispostos nos dois últimos Planos, afora o atual, que englobam o período de 2006 até 2013, em relação aos recursos previstos e os efetivamente aplicados, apresentamos os seguintes quadros:

Quadro 7 – PPA 2006-2009

| **PPA – 2006-2009** | | | |
|---|---|---|---|
| **Código** | **Descrição** | **Valor previsto** | **Valor aplicado** |
| - | **Programa: Divulgação e promoção institucional** | | |
| 1003 | Ação: criação da TV Câmara, Rádio Câmara e Jornal da Câmara. | R$ 2.700.000,00 | R$ 26.450,00 |
| - | **Programa: Comunicação e democratização do acesso** | | |
| 1041 | Ação: realização de sessões plenárias nos bairros | R$1.197.000,00 | R$ 525,30 |
| - | **Programa: Organização, modernização e manutenção da ação legislativa** | | |
| 2001 | Ação: manutenção das atividades legislativas e administrativas | R$ 45.500.000,00 | R$ 40.307.563,10 |
| 2002 | Ação: manutenção dos encargos com assistência, previdência e auxílio aos servidores | R$ 2.100.000,00 | R$ 919.549,77 |
| 2003 | Ação: manutenção das atividades de publicidade da ação legislativa | R$ 500.000,00 | R$ 13.758,92 |
| 2004 | Ação: manutenção dos encargos previdenciários | R$ 6.250.000,00 | R$ 6.341.327,88 |
| 1001 | Ação: reforma e ampliação da sede | R$ 2.000.000,00 | R$ 329.555,59 |
| 1002 | Ação: informatização da Câmara | R$ 1.200.000,00 | R$ 450.514,00 |
| | | **Total previsto:** | R$ 61.447.000,00 |
| | | **Total aplicado:** | R$ 48.673.188,39 |
| | | **Total devolvido ao Executivo:** | R$ 16.402.571,42 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Quadro 8 – PPA 2010-2013

| PPA – 2010-2013 | | | |
|---|---|---|---|
| **Código** | **Descrição** | **Valor previsto** | **Valor aplicado** |
| 0001 | **Programa: Desenvolvimento, manutenção e modernização da ação legislativa** | | |
| 1001 | Ação: construção da nova sede da Câmara | R$ 12.000.000,00 | R$ 14.850,00 |
| 2001 | Ação: sessões plenárias nos bairros | R$ 400.000,00 | R$ 0,00 |
| 2002 | Ação: manutenção e reforma da sede | R$ 2.000.000,00 | R$ 777.258,59 |
| 2003 | Ação: manutenção das atividades de tecnologia da informação | R$ 1.200.000,00 | R$ 680.996,01 |
| 2004 | Ação: manutenção dos encargos de assistência, previdência e auxílio aos servidores | R$ 12.500.000,00 | R$ 12.724.422,16 |
| 2005 | Ação: manutenção das atividades legislativas | R$ 58.012.000,00 | R$ 60.732.576,59 |
| 2006 | Ação: gestão pública eficaz e transparente na Câmara Municipal | R$ 780.000,00 | R$ 23.306,97 |
| 2007 | Ação: manutenção da atividade de publicidade da ação legislativa | R$ 800.000,00 | R$ 70.780,31 |
| | | **Total previsto:** | R$ 87.692.000,00 |
| | | **Total aplicado:** | R$ 74.740.246,80 |
| | | **Total devolvido ao Executivo:** | R$ 15.173.549,50 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Do exposto percebe-se que a Câmara não sofre de restrições orçamentárias que inviabilizariam a criação de novos programas. Em média, em relação ao período verificado, foram devolvidos anualmente ao Executivo Municipal cerca de 4 milhões de reais.

Percebe-se, também, que não é pelo fato de uma atividade possuir dotação orçamentária específica que essa ação será realizada. Algumas propostas, como a das sessões plenárias nos bairros (código 1041 - PPA 2006/2009 e código 2001 - PPA 2010/2013), apesar de constarem sistematicamente nos planos, diretrizes e orçamentos, por diversos anos, não foram realizadas. Também não foram criados a TV, o Rádio e o Jornal da Câmara (código 1013 - PPA 2006-2009) e nem foi executado o projeto de construção da nova sede (código 1001 - PPA 2010-2013).

Outro ponto importante a registrar é que o limite constitucional de gastos com pessoal em órgãos legislativos (código 2004 - PPA 2010-2013), que é de 70% do orçamento, foi, na

última legislatura, tangenciado no limite. Isso, esclarecemos, inviabiliza a elaboração de novos concursos, só podendo ser resolvido com a reformulação do quadro de servidores comissionados, diminuindo o número de contratados e/ou então re-enquadrando seus vencimentos, tornando-os inferiores ao praticado atualmente.

Abaixo apresentamos os valores referentes ao atual PPA, que contempla o período de 2014 –2017.

Quadro 9 – PPA 2014-2017

| **PPA – 2014-2017** | | | |
|---|---|---|---|
| Código | Descrição | Valor previsto | Valor aplicado |
| 0001 | **Programa: Desenvolvimento, manutenção e modernização da ação legislativa** | | |
| 1001 | Ação: construção da nova sede da Câmara | R$ 20.437.700,00 | - |
| 2001 | Ação: sessões plenárias nos bairros | R$ 422.630,00 | - |
| 2002 | Ação: manutenção e reforma da sede | R$ 5.206.422,00 | - |
| 2003 | Ação: manutenção das atividades de tecnologia da informação | R$ 3.343.800,00 | - |
| 2004 | Ação: manutenção dos encargos de assistência, previdência e auxílio aos servidores | R$ 18.957.258,00 | - |
| 2005 | Ação: manutenção das atividades legislativas | R$ 98.275.900,00 | - |
| 2006 | Ação: gestão pública eficaz e transparente na Câmara Municipal | R$ 1.135.850,00 | - |
| 2007 | Ação: manutenção da atividade de publicidade da ação legislativa | R$ 1.362.000,00 | - |
| | | **Total previsto:** | R$ 149.342.000,00 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Sobre esse quadro destacamos, por se tratar da área de recursos a serem destinados ao tratamento da informação e transparência das ações públicas, a ação 2006 – *Gestão pública eficaz e transparente na Câmara Municipal*, que visa criar e implementar ferramentas de otimização da gestão, gerando eficiência e eficácia nos resultados do legislativo para a população em geral através dos programas de Qualidade Total, Capacitação dos Servidores, Gestão de Documentos e Transparência no Legislativo, através de meios físicos e eletrônicos.

*4.2.3 Acervo*

Afora os documentos correntes, que estão sob a guarda dos respectivos setores, os demais documentos da Casa estão divididos em quatro locais, dois deles são junto a setores, um arquivo de dossiês funcionais, que fica na Unidade de Recursos Humanos e as atas e leis, que ficam na Divisão Legislativa, ambos dentro da sede da CMC.

Os outros dois espaços de guarda são em salas externas à Câmara, uma sala própria, onde ficam os documentos mais antigos, fotografias, livros, sobretudo da área legislativa; e uma sala alugada, onde estão documentos mais recentes, provenientes principalmente das áreas administrativa e financeira. Nenhum dos quatro espaços, porém, oferece condições adequadas à conservação dos acervos.

Figura 39 – Arquivo de atas

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Figura 40 – Sala de arquivo própria

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Figura 41 – Sala de arquivo alugada

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Já em relação ao conteúdo do acervo, os documentos mais antigos são as atas, que retroagem a década de 50. Junto a elas encontramos projetos de lei, resoluções e decretos,

pedidos de providências, indicações e outros documentos legislativos, que são guardados de forma permanente. O acervo também conta com documentos financeiros e administrativos, que, em alguns casos, já poderiam ter sido descartados, mas estão sendo mantidos para que sejam feitas reproduções digitais, quando possível.

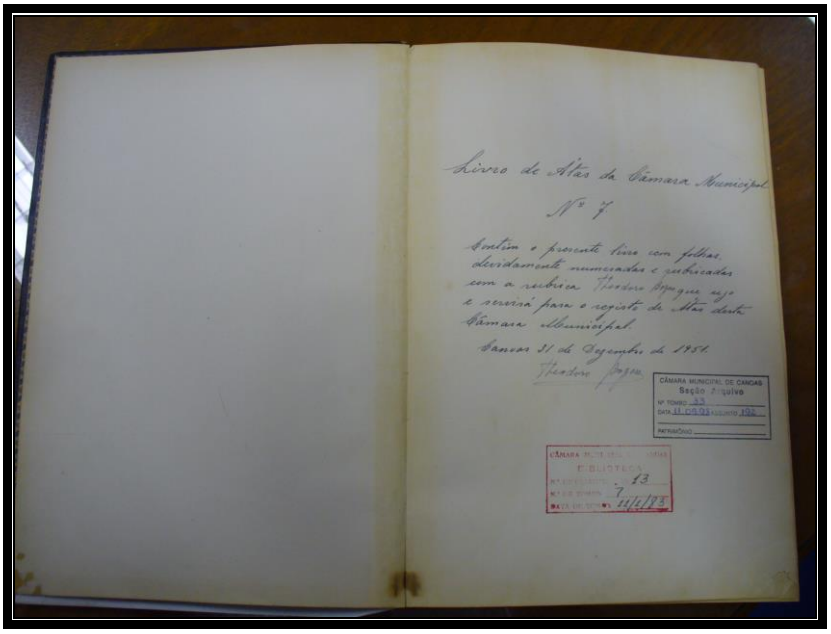
Quanto a esse aspecto, apenas uma parte dos projetos, vetos e requerimentos legislativos das décadas de 80 e 90 e também documentos financeiros, tais como processos de pagamentos e empenhos pagos de 1950 até 2002, encontram-se microfilmados e não há nenhuma parte do acervo digitalizada.

Assim, compõe o acervo, sumariamente, em relação aos documentos de origem da Divisão Administrativa: ofícios, certidões e circulares, livro de presenças, desde 1961; documentos referentes à aposentadoria, tais como Atas de Conselho e sobre o Fundo de Previdência; Portarias, desde 1977, entre outros. Da imprensa temos fotografias, áudios das sessões, taxações e *releases*. O Acervo da Divisão Financeira é composto por *slips* de contabilidade, balanço contábil; boletins financeiros; contratos, ordens de crédito**,** estornos, nota de empenho, entre outros. Quanto aos documentos de origem da área de compras e almoxarifado, compõem o acervo: cartas convites, processos de compras, notas fiscais e processos licitatórios**.**

Os documentos de origem da Procuradoria dizem respeito a Mandados de Segurança, Liminares, Contratos, Comissão de Sindicância, Processos Jurídicos; Processos contra a Câmara, Representação de Inconstitucionalidade e Ações de Inconstitucionalidade.

Por fim, temos os documentos provenientes da divisão legislativa que são pedidos de providências, pedidos de informações e indicações; projetos de leis (Legislativos e Executivos); requerimentos (moções, homenagens e grande expediente); vetos e projetos de resolução e de decretos. Conta ainda com os documentos referentes à Lei Orgânica Municipal e suas alterações, além de emendas populares. Também há documentos financeiros que são analisados pelos vereadores, tais como plano plurianual, lei de diretrizes, orçamentos, prestação de contas, balancetes e relatórios de gestão fiscal.

Figura 42 – Livro de atas mais antigo da CMC, datando de 1951




Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Afora os documentos provenientes da Divisão Legislativa, cuja quase totalidade das espécies documentais é de guarda permanente, os demais se relacionam com as atividades meio da Casa e podem ser eliminados quando da prescrição da vigência, após a devida avaliação sobre a importância histórica e probatória das atividades da Câmara. Uma peculiaridade, entretanto, é que os dossiês funcionais dos servidores, ao se aposentarem, são remetidos à sede do fundo de aposentadoria e pensão dos servidores municipais de Canoas - FAPEC, não ficando nos arquivos da CMC. Assim, no arquivo administrativo são mantidos apenas os dossiês dos vereadores, pois a aposentadoria desses se dá através do INSS e não do FAPEC.

Quanto ao tratamento, os documentos, de todas as áreas, estão ordenados e guardados em caixas devidamente organizadas. Essas, entretanto, não estão inventariadas, já que a Câmara não possui servidores para fazer instrumentos de pesquisa, tais como guias, inventários e catálogos. Assim, o arquivo da Instituição se presta apenas à guarda do acervo, não realizando atividades que tratem do conteúdo desses.

### *4.2.4 Website*

A Câmara de Canoas não possui um portal, mas uma página na *internet*. O acesso a informações é feito através de *links*, que direcionam para as áreas de interesse do usuário. As

informações, sobretudo de teor legislativo, vêm sendo dispostas desde 2009, as demais, desde 2012, quando da adequação do *site* às exigências da Lei de Acesso à Informação.

Entretanto, apesar de disponibilizar as informações exigidas por lei, a página tem *layout* ultrapassado e não permite a realização de pesquisas em seu conteúdo. Vários ajustes são necessários, porém, o contrato de suporte para manutenção do *site* foi encerrado, portanto, não há como fazer alterações nele, apenas acrescentar ou excluir informações da estrutura já existente.

Figura 43 – *Layout* da página da CMC

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Já em relação aos dados esses são inseridos de forma manual pelos servidores, não havendo ligação com o sistema de gerenciamento de informações, o que acarreta no fato de que essas informações não são disponibilizadas em tempo real. A única exceção é o acompanhamento da evolução das despesas, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo acesso é obtido através de um *link* na página, que remete ao sistema financeiro da Casa. Entretanto, por falta de segurança na rede, não é possível realizar pesquisas no *link* desse sistema nas dependências da Câmara, ficando acessível apenas nos computadores externos à CMC.

Figura 44 – *Layout* do Sistema de Informações a ser disponibilizado no *site* da CMC

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Cientes do problema, os servidores vêm solicitando a elaboração de um portal para a Instituição que permita, inclusive, a interação com o sistema de informações da Casa, facilitando a elaboração de pesquisa por parte dos usuários e o acompanhamento da tramitação dos processos legislativos e administrativos. A solicitação encontra-se na Consultoria, para a elaboração de edital, porém, não há previsão de publicação.

### *4.2.5 Conclusões*

Ao verificar as condições da Câmara de Canoas, foi possível constatar que a sua estrutura administrativa possui diversas defasagens e essa situação não se justifica pela falta de recursos. São devolvidos, em média, anualmente, cerca de 4 milhões de reais aos cofres da Prefeitura. A questão, portanto, está na metodologia aplicada na gestão das atividades da Casa, que é profundamente condicionada pela alternância e pela descontinuidade administrativa.

Comparando o diagnóstico com os resultados do censo realizado pelo Interlegis (BRASIL, 2012), sobre a situação das câmaras municipais no Brasil, em relação à gestão da informação, no Projeto de Modernização Legislativa, fica claro que a CMC está aquém de suas possibilidades orçamentárias. O censo constatou que 82% das Câmaras possuem conexão de *internet* através de banda larga, 69% possuem portais e 90% registram o trâmite legislativo, sendo que desses 67% o fazem de forma manual e 33% de forma informatizada.

Quanto à área de comunicação, 54% possuem esse serviço estruturado e 53% das câmaras transmitem as sessões plenárias (70% pela *internet*, 26% por TV a cabo, 13% por TV aberta e 72% por rádio). O Interlegis não divulgou resultados sobre pesquisa relacionada a programas de memórias em câmaras municipais e também não encontramos resultados de pesquisas realizadas por outras instituições.

Assim, em comparação com o censo, a CMC conta com *internet* de banda larga e possui uma página na *internet*, ainda que as informações dispostas nessa página sejam incluídas de forma manual. O registro do trâmite legislativo é realizado de forma informatizada, por meio do sistema instalado em 2013, mas que ainda não tem conexão com a página na *internet*, por falta de estrutura tecnológica.

Quanto à área de comunicação, a Câmara não possui esse serviço estruturado, contando apenas com uma jornalista, que faz a cobertura das sessões plenárias e redige notícias a serem publicadas na página da CMC na *internet*. A Câmara também não transmite as sessões plenárias, nem possui programa de TV ou rádio. Por fim, a Câmara, em seus 66 anos, nunca desenvolveu um trabalho sobre sua memória institucional.

A partir deste quadro, o que causa estranheza é que não há falta de recursos para a implementação dessas ações e para a aquisição dos equipamentos necessários, o que, com certeza, justificaria a defasagem na estrutura administrativa. Lembramos que as Câmaras de Porto Alegre e Caxias do Sul, objetos de estudo desta pesquisa, e que são semelhantes à Canoas em termos orçamentários, guardadas as devidas proporções, contam com serviços estruturados de memória, informática e comunicação social, possuindo inclusive, programas de TV e rádio.

Percebe-se, portanto, que há um problema de gestão na Instituição, que não consegue firmar um perfil administrativo contínuo. A consequência seria uma dificuldade de se estabelecer políticas institucionais de longo curso, o que, por desdobramento, poderia enfraquecer o referencial identitário da instituição e sua capacidade de diálogo com o entorno comunitário.

Verificamos que os programas estruturais da Câmara são estabelecidos nos Planos Plurianuais, entretanto, esses não vêm sendo cumpridos ao longo dos anos. Os programas são criados, em teoria, mas na prática, não são executados. Em muitos casos, quando iniciados, não são dados os seguimentos devidos pelas novas administrações. Observamos isso, pontualmente, quanto à proposta de criação da rádio e TV Câmara, por exemplo, e também sobre a construção da nova sede da Instituição, que apesar de constarem nos PPAs, não foram efetivados.

Assim, os presidentes, quando pessoalmente discordam de algum programa da Instituição, ainda que esses sejam aprovados pelo Plenário, simplesmente não o executam. Para tanto, contam com o apoio das assessorias comissionadas, que, por serem indicações desses, seguem suas diretrizes e não trabalham no sentido de fazer cumprir a programação administrativa previsa nas Leis do Plano Plurianual e de Diretrizes Orçamentárias.

Dessa forma, acreditamos ser necessário estabelecer um trabalho que fortaleça a identidade da Instituição. Isso deve se dar tanto internamente, fazendo com que os políticos se sintam, ainda que sejam de segmentos políticos diversos, pertencentes a algo maior que suas diferenças; e externamente, fazendo com que a sociedade possa reconhecer a identidade desse Poder.

Para tanto, sugerimos um amplo debate sobre a identidade da Câmara, que tenha como produto a elaboração de Planos de Gestão Estratégicos, que permitam estabelecer continuidade administrativa nas ações, indepedentemente da alternância da condução dos trabalhos. Sugere-se, também, a elaboração de uma identidade visual, do estabelecimento da missão, dos valores e das metas da Instituição, além da composição de sua narrativa histórica.

Porém, destaca-se que, ainda que esses planos sejam elaborados, sabemos que os resultados não acontecem espontaneamente, pois não são autoexecutáveis, portanto, é necessário integrar as políticas de gestão com as estratégias e a estrutura adequadas, primando para que sejam realizados por servidores devidamente qualificados.

Observamos, entretanto, no diagnóstico, que uma das principais defasagens da Câmara de Canoas, o que inclusive concorre para a existência de seus problemas de gestão, é a falta de servidores efetivos, visto que os comissionados e os estagiários são em número expressivo. À falta desses se soma a inexistência, salvo o cargo de Contador, de servidores com formação específica. Supomos que uma possível solução para o problema seria a realização de concurso público, especificamente nas áreas do Direito, para a Consultoria e Procuradoria; de Jornalismo, para a Assessoria de Imprensa e de técnicos e/ou programadores para a Unidade de Informática. Além desses cargos, e os de Assistente Legislativo que estão vagos, também pensamos ser o ideal, a abertura de uma vaga para Historiador, para a realização dos trabalhos de memória da CMC e de Arquivista, para a execução das ações de gestão documental.

Acreditamos que essas contratações diminuiriam a descontinuidade das ações e consolidariam os serviços de informática, comunicação social e de memória, ainda que não solucionassem o problema da alternância na presidência da Instituição, cujo mandato, que pelo Regimento Interno é de dois anos, acaba por não ser cumprido, devido às renúncias provenientes de acordos políticos, o que gera alterações anuais na administração da Casa.

Isso, entretanto, é uma questão exclusivamente política.

Já em relação às questões pontuais sobre a gestão da memória, verificamos que, quanto aos acervos, esses estão organizados e armazenados, ainda que não completamente dentro das normas preconizadas pela técnica arquivística. Acreditamos que deva ser priorizada uma adequação da estrutura de preservação dos acervos, com a aquisição de arquivos deslizantes, além de aparelhos de controle de temperatura e umidade. A maior defasagem nesta área se dá, entretanto, no tratamento do conteúdo informacional desse acervo. Não há inventários, guias ou catálogos referentes ao material arquivado e também não é feita a digitalização dos documentos, a fim de facilitar o acesso aos mesmos.

Sobre as ações culturais e de memória, percebe-se que essas, nas poucas vezes que foram realizadas nos últimos anos, partiram da iniciativa dos servidores e foram executadas de forma amadora, pois não foram estabelecidos convênios ou formalizados contratos com profissionais da área.

Por fim, quanto à disponibilização de dados na *internet*, acreditamos ser imprescindível e urgente a atualização do *site*, transformando-o em um portal, além da adequação da infraestrutura tecnológica da Casa, a fim de que se torne possível a disponibilização, em tempo real, de dados referentes ao processo legislativo, concorrendo para a transparência das ações da Instituição e para que se possa efetivar a criação de um Memorial Virtual, criando um espaço de divulgação da memória da Câmara.

# 5 A CONSTITUIÇÃO DE UM MEMORIAL

Ao se pensar um programa de memória para uma instituição inicia-se, primeiramente, um processo de construção teórica sobre o tema. Surgem questões sobre o que é memória, história, cultura e identidade, entre outras, e definidos os eixos teóricos que serão seguidos resta ainda uma dúvida: como, na prática, a teoria se relaciona com a realidade?

Dentre as questões teóricas pertinentes a essa pesquisa a que mais se mostrou presente em todas as etapas do processo foi a da cultura. Escolhemos, pela amplitude do conceito e prestígio da entidade, a definição estabelecida pela UNESCO (2002, p. 2) onde é postulada como o "conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social" e acrescenta que o termo ainda abrange, "além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças".

Mas foi após a realização dessa pesquisa que aprofundamos nosso conhecimento acerca do assunto, fazendo com que fosse possível criar mecanismos para que a teoria auxiliasse na transformação da realidade.

> Ao experenciar uma nova cultura, o pesquisador identifica novas potencialidades e possibilidades de viver a vida, e pode efetivamente passar ele próprio por uma mudança de personalidade. A cultura estudada se torna "visível" e subsequentemente "plausível" para ele; de início ele a apreende como uma entidade distinta, uma maneira de fazer as coisas, e depois como uma maneira segundo a qual ele poderia fazer as coisas. Desse modo, ele pela primeira vez compreende, na intimidade de seus próprios erros e êxitos, o que os antropólogos querem dizer quando usam a palavra "cultura" (WAGNER, 2012, p. 42, grifo do autor).

Assim, apreendemos, a partir desta pesquisa, uma maneira segundo a qual poderíamos fazer as coisas, a partir da experienciação de outras culturas. Mas apreendemos mais, verificamos, na prática, que a principal característica cultural, dentro de um ambiente legislativo, é alternância.

Percebemos que a cultura dessas instituições é formada por traços distintivos, transmissíveis e que a união desses traços forma a sua identidade, que é coletiva, pois nas três unidades pesquisadas, cada qual possuía seus traços culturais específicos, mas todas possuíam as mesmas características que as definiam enquanto Poder Legislativo. As principais eram a alternância do poder, a dificuldade dos gestores em separar a administração da instituição dos conflitos políticos, as disputas por espaço e reconhecimento, o embate entre servidores, tanto efetivos quanto comissionados e a impermanência das ações em função da inconstância

administrativa. Essas características culturais, comuns a todas as instituições, acabaram por estabelecer o que passamos a chamar de identidade legislativa e conhecer essa identidade foi fundamental para que conseguíssemos propor o estabelecimento de ações que pudessem vir a ser promissoras.

Sabemos, também, a partir da teoria, que a cultura e a identidade formada a partir dela são construções e esses processos, em nossa época, são altamente interconectados, mutáveis e velozes. No Legislativo não é diferente, pois em um ambiente em eterno processo de disputa as inovações postuladas sem que se considerem as características culturais do Poder, ignorando a necessidade de se criar mecanismos de perpetuação, têm prazo certo de extinção, ou seja, um ano, que é, em geral, a duração de um mandato.

Assim, verificamos que novos programas, para serem efetivos e terem continuidade, devem ser construídos de forma a fazer sentido politicamente, não apenas administrativamente, mas sem beneficiar exclusivamente o atual gestor e sim o conjunto dos parlamentares. Deve também ter a aceitação da maioria dos servidores de quadro, sobretudo, dos mais influentes. As propostas devem focar nos ganhos à instituição, na construção do patrimônio cultural, material e imaterial e concorrer para o estabelecimento de uma imagem identitária positiva do Poder perante a sociedade.

Portanto, a partir do conhecimento da cultura das instituições pesquisadas, suas políticas, programas e atividades desenvolvidas e principalmente por conta da comparação estabelecida entre os trabalhos desenvolvidos pelos entes pesquisados, verificamos quais as ações básicas, e também as secundárias, que devem ser previstas para a criação de um programa de memória em uma câmara municipal.

Destacamos que, conforme Axt (2013), a melhor forma de iniciar um memorial é partindo de um plano de gestão estratégico que auxilie a estabelecer as diretrizes de ação. Esse plano deve ser parte de uma administração estratégica, que envolve, segundo Alday (2000, p. 14-15), a seguinte sequência de etapas básicas: 1- a análise do ambiente, 2 - estabelecimento de uma diretriz organizacional (meta) 3 – formulação das estratégias organizacionais (a fim de atingir o objetivo), 4 - implementação das estratégias e 5 – controle estratégico (monitoração e avaliação).

Destaca-se que a concepção estratégica

> compreende a realidade em permanente mudança, resultado do desenvolvimento dos conflitos e das disputas que a animam. O adjetivo estratégico qualifica, então, algo que é orientador e estruturante de um conjunto de ações intencionais e articuladas, voltada ao alcance de objetivos de médio ou longo prazo, em meio a ações e reações de iniciativa externa. A formulação, a decisão e a execução geralmente são exercidas

> por diferentes sujeitos. O planejamento estratégico é comum na prática militar e nos esportes coletivos, estando em ascensão no meio empresarial e político (MOISÉS, 2007, p. 24).

Já o planejamento, conforme Pontual (2012), baseada na teoria de Carlos Matus, pode ser visto como a "capacidade de pensar ou refletir antes de agir", "oposição à improvisação", "cálculo que precede e preside a ação" e "processo de decisão que antecipa o futuro". Entretanto, para ser efetivo, a autora destaca que devem ser observados os seguintes requisitos:

> - Conjugação do caráter político com o componente técnico;
> - Mediação das relações de poder entre decisores internos e externos à organização governamental;
> - Negociação de meios e fins de suporte técnico visando subsidiar a tomada de decisão;
> - Capacitação e atuação política e administrativa dos governantes públicos;
> - Formulação de escolhas alternativas considerando as heranças do passado, a realidade atual e os limites do possível (PONTUAL, 2012, p. 92).

Por fim, o planejamento estratégico consiste "na elaboração de um documento formal onde estarão expressos a missão, a visão, valores, objetivos e metas da organização: o plano estratégico" (SILVA; GONÇALVES, 2011, p. 464).

Assim, para elaborar um plano, a primeira ação a ser executada, levantada a partir das dificuldades encontradas na Câmara de Porto Alegre, diz respeito à verificação da legalidade dos programas de memória, culturais e educacionais no ambiente legislativo, a fim de se evitar apontamentos por parte do Tribunal de Contas do Estado. Portanto, deve-se verificar a questão na Lei Orgânica Municipal, pois é nessa lei máxima de um município, onde estão estabelecidas as funções e atribuições das câmaras. Examinados os conflitos ou omissões na norma, que possam inviabilizar os programas, deve ser elaborado um projeto de emenda, adequando e atualizando o texto às pretensões do gestor. O mesmo deve ser feito em relação ao Regimento Interno da Câmara, parametrizando os dispositivos legais.

O segundo passo é determinar a posição hierárquica do memorial dentro da instituição, de acordo com a sua estrutura administrativa. Do verificado, o nível de autonomia dos memoriais é menor nas Câmaras e maior na Assembleia, porém, de qualquer forma, é imprescindível que esteja subordinado, no mínimo, à Diretoria Geral. Isso deve ser observado para que haja menos burocracia no desenvolvimento das atividades. Nesse ensejo também é relevante observar que alguns níveis hierárquicos comportam a possibilidade de gestão através de servidores comissionados e outros são exclusivamente administrados por

servidores efetivos. Definir se a gestão do memorial será feita por servidores comissionados ou efetivos, ou ambas as possibilidades, é determinante para o estabelecimento do nível hierárquico do equipamento dentro de uma instituição. Nesse ensejo passamos ao terceiro item básico a ser definido, que é a equipe de trabalho.

A falta de servidores para execução das atividades dos equipamentos culturais permeou as falas dos entrevistados e foi possível observá-la na prática. As câmaras municipais, em geral, têm poucos servidores efetivos, a maioria do quadro funcional é composta por assessores de vereadores e compõe o quadro de servidores comissionados. A Assembleia, apesar de possuir uma grande estrutura funcional, apresentou também a mesma dificuldade.

Cabe enfatizar, porém, a partir das experiências verificadas, que foi possível concluir que a alternância administrativa gera retrabalhos e desperdícios, tanto de tempo, quanto de trabalho e recursos financeiros. Assim, o ideal seria que a gestão do memorial ficasse a cargo de servidor efetivo e que esse viesse a receber uma função gratificada para exercer a função. Na impossibilidade dessa situação, deve ser observado que, pelo menos, estejam lotados no memorial servidores de quadro efetivo. É necessário verificar, porém, ao fazer a composição da equipe de trabalho, se será possível deslocar servidores efetivos de outras áreas da instituição para o memorial. Não sendo possível transferir, poderá ser prevista a realização de concurso público, preferencialmente com a criação de cargos em áreas específicas da memória, como história e arquivologia, como se deu na Câmara de Caxias do Sul, o que consideramos ser o ideal. Estabelecidos esses pré-requisitos, pode ser prevista a criação de vagas de estágio em áreas atinentes à gestão da memória.

Definidos esses princípios básicos para a criação de um memorial, parte-se então para a normatização, a fim de lhe dar suporte legal. Em primeiro lugar deve ser definida a política de memória da instituição, estabelecendo os programas norteadores de gestão, preservação e difusão da memória legislativa, efetivando, por fim, a criação do memorial, como foi feito na Assembleia.

Já as atribuições do memorial podem ser definidas nessa mesma legislação, ou em uma posterior, conforme critérios da administração. Nesse momento, porém, deve ser estabelecida a competência pela guarda e gestão da documentação histórica da instituição.

As estruturas administrativas de órgãos públicos contam, independente da existência ou não de memoriais, com arquivos que custodiam seus documentos. Deve-se, portanto, analisar se parte do acervo, ou seja, o acervo permanente, ficará, ou não, a cargo do memorial. Essa análise deve levar em consideração a estrutura física e os recursos humanos que serão

disponibilizados ao equipamento. Caso haja condições, é interessante que a documentação histórica fique sob sua custódia, pois facilitará a realização de pesquisas tanto por parte dos servidores quanto do público visitante. Registra-se, porém, que a impossibilidade de transferir os documentos ao memorial não é empecilho para a criação deste e que o principal ponto a ser observado para determinar a competência pela guarda é verificar qual a melhor estrutura de armazenamento do acervo, para que seja garantida a sua preservação.

Tendo sido decido se o memorial será responsável ou não pela custódia e preservação do acervo permanente, devem ser estabelecidos os limites de atuação do arquivo e do memorial. Para tanto, é necessário que se preveja também, caso não haja na instituição, a efetivação de um Programa de Gestão Documental, com a elaboração de uma Tabela de Temporalidade de Documentos.

Em relação às formas de financiamentos das ações do programa de memória, é necessário decidir se serão criadas dotações orçamentárias específicas para o custeio ou se essas serão lançadas em dotações preexistentes. Do verificado, nenhuma instituição possuía dotação específica. No caso de que haver poucos recursos disponíveis, é possível buscar patrocínio privado e financiamento público para a realização de eventos.

Já na área da gestão de memória, os programas a serem criados devem estabelecer ações voltadas à pesquisa, tanto para a realização de atividades culturais e educacionais como para publicações acadêmicas. Destaca-se a importância de uma pesquisa inicial, detalhada e profunda, embasada na metodologia científica, sobre a sua história administrativa, levantando as personagens que fizeram parte do seu percurso, as atividades realizadas e demais peculiaridades existentes, a fim de ser compor a narrativa histórica da instituição (AXT, 2013). A Partir desta pesquisa inicial, formam-se os bancos de dados de pesquisa e pode-se, o que também seria o ideal, efetivar a publicação de um livro[46].

Assim, o enfoque da atividade de pesquisa pode ser voltado à memória parlamentar, mas podem ser criados, posteriormente, eixos que deem conta da memória política municipal, da história e memória organizacional da instituição e também da memória dos servidores. Para tanto, é indispensável estabelecer a criação de um Programa de História Oral, seguindo, conforme verificamos nas Instituições, os critérios utilizados pelo CPDOC da FGV.

Destacamos, neste momento, que as Instituições observadas não realizaram trabalhos

[46] A Assembleia realizou este trabalho e publicou, em 1996, o livro *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)* (AITA; AXT; ARAÚJO, 1996). Também publicou, em 2013, o livro *O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI.* (SOARES, ERPEN, 2013). Em Caxias do Sul, em comemoração aos 120 anos da Instituição, foi publicado o Livro *Palavra e Poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul* (CAXIAS DO SUL, 2012), com a narrativa de sua trajetória.

na área da história e memória organizacional, nem sobre a memória dos servidores, portanto, não obtivemos os parâmetros para delinear um eixo de pesquisa nesse sentido. Pode-se, porém, a partir do estudo de casos de empresas privadas ou outros órgão públicos, adaptar o processo à realidade legislativa. Bons exemplos de programas, e que sugerimos como opção de consulta, mas que não descrevemos aqui, pois não abarcam o recorte temático desta pesquisa, foram realizados pela Petrobras e pelo Poder Judiciário.

Em relação à gestão cultural, os programas norteadores devem estar voltados à difusão da memória legislativa e da publicização das ações do memorial. Deve ser prevista, como no molde da Assembleia, a realização de atividades e eventos, tais como seminários, palestras, conferências, exposições e documentários de caráter histórico e institucional, objetivando, conforme nos explicita a norma de Caxias do Sul, a aproximação da comunidade com o Poder Legislativo.

Já os programas referentes à ação educativa, podem ser voltados ao público infanto-juvenil, proveniente das escolas municipais. Nesse contexto é preciso estabelecer ações que tratem de educação política para a cidadania. O principal programa a ser estabelecido nesse eixo é o de visitação de escolares às dependências da câmara, criando-se mecanismos que atraiam os alunos e facilitem a ida desses à sede da instituição.

Assim, após a aprovação da legislação e efetivada a criação do memorial, é necessário que seu gestor reflita sobre a missão do equipamento e providencie a normatização das ações a serem executadas. Pode-se iniciar um processo de construção de parcerias técnicas com instituições acadêmicas, culturais e também com a Administração Municipal, através da Secretaria de Cultura, a fim de iniciar as suas atividades. É necessário também avaliar a possibilidade de contratação de uma assessoria na área de memória para auxiliar na elaboração da normatização das ações a serem realizadas pelo Memorial e, caso necessário, para executar as demais atividades técnicas.

Dessa forma, destacamos as principais normatizações que podem ser criadas, a partir do estudo realizado, primeiramente em relação à preservação da memória e que são:

a) regras de armazenamento e acesso aos documentos, visando à conservação preventiva;
b) calendário de limpeza periódica dos acervos, com o objetivo de manter o asseio e identificar os itens que precisam de reparos;
c) plano de conservação restaurativa;
d) projeto de digitalização dos acervos, visando o resguardo dos originais e difusão do conteúdo.

Neste tópico cabe frisar que caso o memorial não esteja com a custódia do acervo, essas ações devem ser elaboradas e executadas pelo setor de arquivo, ou através de uma parceria entre os dois setores, principalmente em relação ao projeto de digitalização, visto que esse trata não apenas da conservação dos documentos, mas também da possibilidade de difusão de seu conteúdo, o que faz com que a ação passe a ser pertinente também ao memorial.

Já as principais ações de caráter cultural e de memória legislativa, que podem ser propostas, são:

a) elaboração de um calendário de atividades culturais, com a previsão de ações a serem realizadas sistematicamente ao longo dos anos; as anuais, condicionadas a eventos históricos e as mensais;
b) apresentação de propostas de seminários, debates, mesas-redondas, concursos, entre outras atividades, a fim de fomentar a ação cultural e a pesquisa histórica no município;
c) realização de exposições permanentes, temporárias e itinerantes sobre temas relacionados ou que tangenciem com a história e a ação do Poder Legislativo;
d) criação de campanha de doação de documentos que se relacionem com a instituição, cuja aceitação deve ser precedida de avaliação;
e) efetivação de um programa de pesquisa histórica que culmine na publicação de livros e/ou artigos, podendo ser criada inclusive uma revista sobre memória legislativa municipal;
f) publicação das entrevistas e/ou histórias de vida resultantes do Programa de História Oral[47];
g) elaboração de um Plano Estratégico de Comunicação das ações culturais.

Em relação às ações educacionais apresentamos as seguintes propostas:

a) estabelecimento de um programa de visitação de escolares à sede da instituição;
b) estabelecimento de um programa de acompanhamento às sessões plenárias, para o público juvenil;
c) elaboração de vídeos institucionais voltados ao público infantil, infanto-juvenil e para jovens e adultos;
d) criação de cartilhas e informativos voltados aos visitantes escolares sobre a

[47]Como referência de publicações nesta área citamos as séries editoriais de histórias de vida do MPRS, MPSC e TJRS, entre outros.

memória legislativa;

e) efetivação de programa de cedência às escolas de materiais de exposições sobre o poder legislativo, com a possibilidade de realização de palestras, caso haja o interesse da escola.

Por fim, quanto à divulgação do trabalho de memória da instituição, são sugestões de ação:

a) criação do *site* do memorial, atendendo às prerrogativas do Conarq;
b) elaboração de um *e-book* sobre a história da instituição, a ser disponibilizado no *site*;
c) disponibilização de acesso a banco de dados com informações institucionais e históricas, dados sobre os parlamentares e suas ações, além de imagens, áudios e vídeos;
d) disponibilização de acesso a banco de dados do acervo de documentos históricos digitalizados e também de material de apoio à pesquisa, como periódicos locais;
e) disponibilização de acesso aos áudios, vídeos e transcrições referentes ao Programa de História Oral;
f) criação de uma Biblioteca Virtual, onde se disponibilizará as pesquisas, livros e artigos publicados pela instituição.

Concluindo, apresentamos essas como as principais ações que podem vir a ser criadas em instituições legislativas. Essas atividades foram verificadas através dos estudos de caso realizados, mas nada impede que novas ações pudessem ser incluídas e que essas mesmas que foram apresentadas fossem revistas e adaptadas à realidade das instituições que desejam criar seu próprio memorial.

# 6 MEMORIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS

Ao nos propormos a estudar outras Casas Legislativas a fim de conhecer o trabalho de memória desenvolvido por elas, chegamos à conclusão, sumariamente, sobre o que caracteriza cada programa. Conforme vimos, no caso da Assembléia são as ações voltadas às pesquisas e publicações, em Porto Alegre, as ações culturais e em Caxias do Sul, a ampla acessibilidade aos documentos pertencentes ao seu acervo. Assim, utilizamos os pontos fortes dessas Instituições como eixos para desenvolver nossa proposta.

Dessa forma, a partir do diagnóstico realizado nas dependências da CMC e do resultado da pesquisa realizada nas Casas Legislativas selecionadas, foram definidos o cenário atual e um idealizado. Essa idealização comporta a criação do Memorial da Câmara Municipal de Canoas, contextualizando as ações necessárias para suprir as demandas da comunidade e o atendimento das necessidades de tratamento da memória da Instituição, dentro das condições que são atualmente oferecidas e das que poderão vir a ser propiciadas por futuros ajustes estruturais.

Assim, a partir deste quadro, apresentamos um Plano de Gestão Estratégico para a criação do Memorial da Câmara Municipal de Canoas.

## 6.1 A Construção do Plano de Gestão Estratégico e suas Premissas

A Câmara Municipal de Canoas tem como característica predominante a alternância administrativa e as premissas de uma proposta deste porte devem dar conta desta realidade.

Inicialmente, se destaca que a implementação do Memorial, no cenário atual, depende da vontade política do administrador da Casa, assim sendo, a proposta deve ser apresentada à presidência, que aquiescendo tratará de dar início às atividades. Ao contrário, ficará suspensa até uma nova posse, cujo eleito poderá concordar ou não com sua realização, se renovando essa ação até que seja aceita, com ou sem alterações. Cabe enfatizar que não há como prever a decisão de um presidente, mas a partir do contexto visto, percebemos que há uma tendência à aprovação de projetos que dizem respeito ao acesso à informação e ao tratamento da memória institucional, ainda que tenha havido estagnações e retrocessos em certos períodos.

Assim, o Plano deve ser constantemente reavaliado e atualizado, mesmo após aprovação, para adequar-se às realidades administrativas impostas pelas sucessivas presidências, a fim de garantir sua continuidade. Para tanto, é necessário também providenciar a efetiva consolidação da proposta através de Resolução, definindo as políticas de memória e

seus programas estruturantes.

Ademais, outro fator que não pode ser negligenciado é o da falta de recursos humanos, sobretudo qualificados. Sugerimos como solução, para que seja possível iniciar as atividades na área de memória, a terceirização dos serviços, por meio da contratação de pessoas, empresas e consultorias técnicas nas áreas necessárias à execução do projeto, inclusive para o processamento das entrevistas provenientes do Programa de História Oral. Assim, tomamos como premissa que, para a efetivação desta proposta, é necessária a contratação desses serviços, ou então a urgente realização de uma reestruturação administrativa que diminua consideravelmente a quantidade de servidores comissionados e crie vagas de servidores efetivos, com formação específica. Isso se dá, pois não é possível a realização de concurso para provimento de novas vagas, visto que o montante de gastos com pessoal atingiu o limite constitucional, que é de 70% do orçamento da Instituição. Porém, já que a terceirização dos serviços, de forma inicial, é mais viável, consideramos, ao elaboramos a proposta, que as contratações poderão ser primeiramente efetivadas, procedendo-se, posteriormente, a elaboração da reestruturação administrativa.

Um aspecto importante a ser avaliado é a necessidade de adequação da estrutura de tecnologia da informação da CMC por meio da aquisição de equipamentos, da contratação de empresa de suporte técnico, o que já está em andamento, e também da realização de concurso público na área de informática. Sugerimos essas ações, pois elas são necessárias também para a criação e manutenção do Portal da Câmara de Canoas e, posteriormente, do Memorial Virtual.

Assim, para a criação do Memorial, o Plano foi elaborado prevendo a realização de algumas ações pertinentes e a primeira delas diz respeito à normatização. Conforme vimos, a Câmara tem autonomia para gerir sua regulamentação e administração, portanto, não há óbice em se criar o setor, o que deve se dar por meio de Resolução. Sugerimos que esse seja hierarquicamente inserido, dentro do organograma da Casa, na mesma linha das Divisões. Isso impediria que o setor viesse a ser chefiado por servidores comissionados, evitando, dessa forma, a alternância administrativa e induzindo a realização de concurso público para o cargo de Historiador e também de Arquivista.

Referente às ações culturais a serem executadas pelo Memorial, de acordo com o observado, não há espaços para a realização de exposições e outras atividades correlatas. Um único local que poderia vir a ser adaptado, ainda assim para pequenas exposições, voltadas aos alunos visitantes, por conta do espaço reduzido e também por não ser um local de fácil acesso, é um mezanino que se encontra dentro do Plenário. A alteração, entretanto, deveria ser

aceita pelos vereadores, pois reduz o espaço para o público vistante que acompanha as sessões, o que consideramos problemático. Portanto, não indicamos como ideal. Porém, caso fosse considerada necessária, essa adaptação ainda deveria ser executada por meio de empresa terceirizada, contratada através de licitação, e, conforme vimos, esse processo é extremamente moroso na Instituição. A aquisição do sistema de gerenciamento de informações, através de licitação, por exemplo, levou três anos para ser efetivada. Assim, uma proposta que leve em consideração a situação atual deverá conter ações paralelas para a realização de ações culturais, inclusive de forma virtual, como exposições no *site* da Instituição, por exemplo, já que a Câmara não provê condições imediatas para tanto.

Assim, apresentamos alternativas a serem construídas, utilizando-se outros espaços disponibilizados por meio de parcerias. Já outros eventos, tais como seminários, mesas-redondas, entre outros, podem ser realizados no Plenário da Casa. Porém, independente do local, para a realização dessas ações sugerimos a contratação de uma empresa de comunicação social que tenha por incumbência a elaboração dos materiais gráficos das exposições, assim como do material de divulgação dos eventos, sendo responsável também pela elaboração da identidade visual e pela propaganda institucional da Casa. Destacamos, para reforçar a necessidade desta terceirização, que não há espaço, sobretudo em relação à realização de ações culturais, para amadorismos, pois o resultado de uma ação cultural insatisfatoriamente produzida pode acarretar em críticas negativas por parte dos visitantes e da imprensa, gerando resultado oposto ao esperado. Portanto, a contratação desse serviço é imprescindível, pelo menos até que a área de comunicação social da CMC esteja definitivamente estruturada.

Já em relação às ações referentes à memória, visto que não há servidores qualificados atualmente no quadro e que a realização de um concurso para historiador, ainda que necessária, não tenha previsão, podemos considerar que uma possível solução para a execução de um trabalho inicial seria a contratação de uma consultoria externa na área, tanto de pessoa física quanto jurídica, assim como por meio de formalização de convênio com uma instituição acadêmica. A contratação, que visaria à realização de uma pesquisa inicial, detalhada e profunda, sobre a memória institucional da CMC, mais voltada à memória parlamentar, com a possibilidade de edição de um livro a partir dos resultados, poderia ser feita, inclusive, por meio de dispensa de licitação por notório saber, o que agilizaria ainda mais o início das atividades. De qualquer forma, independente do tipo de trabalho de assessoria a ser efetivado, deve ser prevista, em regulamentação específica, a possibilidade de realização dessas contratações, convênios e parcerias com instituições de ensino e órgãos governamentais, para

a execução dos trabalhos.

Adiante, em relação à execução dos trabalhos sobre a memória organizacional, ainda que não tivéssemos encontrado modelos específicos efetivados pelas Casas pesquisadas, acreditamos que esse segmento de trabalho esteja estritamente ligado à memória do servidor. Consideramos, inclusive, que a execução de um banco de dados sobre essa memória será fundamental para a compreensão da evolução da estrutura administrativa da Casa, concorrendo também para uma melhor gestão do conhecimento.

Por fim, a proposta foi elaborada sugerindo-se uma política de memória, uma missão, os objetivos a serem alcançados e os programas a serem estabelecidos. Os demais desdobramentos de um projeto, que segundo Chiavenato (2003, p. 169) são a definição dos procedimentos, dos métodos e das ações, foram apresentados como sugestão em alguns casos específicos, a fim de se obter uma maior compreensão dos programas a serem efetivados e da proposta como um todo, mas consideramos que a normatização deva ser detalhada e oficializada, após o início das atividades, pela equipe responsável pela execução dos trabalhos.

Dessa forma, o Plano proposto se divide em três momentos. Uma primeira etapa, em que consultorias externas especializadas na área de memória, de pessoa jurídica ou pessoa física, contratadas por licitação ou por dispensa por notória especialização, ou ainda, mediante convênio com instituição de ensino superior, realizariam o trabalho objeto desta proposta. Um segundo momento, em que se nomearia um historiador mediante realização de concurso público, o qual seguiria executando as atividades relacionadas ao Memorial, com o auxílio eventual de convênios e parcerias; e um terceiro momento, em que se criaria o espaço museológico, etapa condicionada à efetivação da construção de um novo prédio para a CMC.

Assim, nesta proposta, o Memorial teria, inicialmente, como principal enfoque de seu trabalho, a pesquisa e as ações culturais. As ações de guarda, conservação e disponibilização do acervo histórico, neste contexto, não seriam exercidas pelo setor, mas pela Seção de Arquivo e Apoio Administrativo. Já no caso da consolidação da construção de uma nova sede, a sugestão é que o arquivo histórico fique a cargo do Memorial. Dessa forma, a normatização das ações de memória já poderia prever essa situação.

## 6.2 Proposta de Plano de Gestão Estratégico

A proposta de um Plano de Gestão Estratégico para o tratamento da memória da Câmara Municipal de Canoas, visando à criação de seu Memorial, foi elaborada a fim de

atender a uma demanda social que se apresenta no Município, que diz respeito à construção da narrativa histórica da Instituição.

Assim, a partir desta proposta, o trabalho a ser desenvolvido na Câmara de Vereadores de Canoas terá como política de memória reunir, preservar, gerenciar e divulgar conjuntos documentais relevantes à História da Instituição e empreender ações junto à comunidade, de modo que evidenciem a importância do Parlamento Canoense no contexto da História do Município.

### *6.2.1 Justificativa*

A Câmara Municipal de Canoas é um instrumento referencial para o desenvolvimento do Município, portanto, entende-se relevante a busca de elementos que permitam sistematizar e compreender a trajetória histórica da Instituição ao longo do tempo. Isso se associa a um momento, no cenário mundial, em que se evidencia a criação de programas que tratam da memória, seja ela institucional, de personalidades ou grupos, entre outras possibilidades.

Assim sendo, a justificativa para a criação do Memorial da Câmara Municipal está, a princípio, apoiada em uma necessidade administrativa da Casa, pois não há uma ação efetiva nesse sentido, ainda que exista uma demanda social pela construção de sua memória.

Essa construção concorre para que seja possível comunicar as ações já tomadas pela Instituição e estabelecer um diálogo entre as atividades desenvolvidas em seu ambiente organizacional, com vistas a oportunizar a integração e o diálogo da Instituição com o seu entorno comunitário.

Porém, o principal motivo é a relevância, para a sociedade, da construção das narrativas sobre a memória legislativa, já que essa reforça a relação da Instituição com a comunidade, pois a existência da Câmara é indissociável dela, posto que uma exista em decorrência da outra.

### *6.2.2 Missão*

O Memorial da Câmara Municipal de Canoas teria por Missão garantir à sociedade a preservação, conservação e acesso, amplo e irrestrito, à memória política de Canoas, tornando-se centro de referência da História do Poder Legislativo Canoense.

### *6.2.3 Objetivos*

O Objetivo Geral do Memorial da Câmara Municipal de Canoas seria o de reforçar, junto à comunidade, a importância do Poder Legislativo para a sociedade canoense, por meio da construção, manutenção e divulgação da sua memória.

Seriam objetivos específicos:

a) Abrigar, reunir, preservar, gerenciar e divulgar o acervo histórico e contemporâneo – documental, bibliográfico, iconográfico e multimeios – do Poder Legislativo Municipal e trabalhar a memória institucional da Casa, a fim de reconstituir e manter atualizada a narrativa histórica da Instituição.
b) Publicar um livro sobre a narrativa histórica da CMC e fomentar a publicação de pesquisas sobre o Poder Legislativo Municipal.
c) Empreender ações culturais e educacionais, junto à comunidade, que evidenciem a importância do Parlamento Canoense no contexto da História do Município.
d) Constituir uma página na *internet* com informações históricas *on-line* e multimídia, denominado *Memorial Virtual da CMC*, disponibilizando banco de dados virtual com textos, documentos, fotos, áudios e arquivos multimídia sobre a Instituição.
e) Criar um espaço museológico sobre a memória da Instituição, abrangendo também materiais sobre o município de Canoas que versem ou tangenciem com a ação legislativa.

### 6.*2.4 Normatização*

A criação do Memorial, a fim de se tornar efetiva, deverá ser estabelecida através de Resolução e, para tanto, apresentamos uma proposta de Projeto de Resolução (APÊNDICE E).

Segundo o texto proposto, o Memorial da Câmara Municipal de Canoas seria criado como ente subordinado à Secretaria Geral. A escolha desse posicionamento hierárquico se deu para que o desenvolvimento das atividades de memória ficasse a cargo de um servidor efetivo, evitando os impactos do excesso de alternância administrativa e concorrendo para que fossem minimizadas as descontinuidades das ações.

A Proposta de Projeto de Resolução ainda prevê as regras de transição entre a estrutura administrativa atual e a que se estabelecerá com a criação do Memorial, as formas de

financiamento e as estratégias de acompanhamento das ações a serem executadas.

Registra-se a necessidade, com a criação do Memorial, de adequar as normas que tratam da estrutura administrativa da Casa. Assim, precisariam ser revistos os dispositivos da Lei nº 5.049, de 03 de janeiro de 2006, que dispõe sobre os quadros de pessoal e plano de carreira dos servidores da Câmara Municipal de Canoas, e da Resolução nº 287, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a organização de seus serviços internos.

### *6.2.5 Recursos*

Os recursos a serem aplicados para a criação e financiamento das atividades do Memorial poderão ser próprios, provenientes do orçamento anual da Instituição, incluindo-o na ação orçamentária 2006, já estabelecida em seu Plano Plurianual – que é o instrumento de gestão pública exigido por lei, cuja redação poderia ser a seguinte:

"Ação 2006 – Gestão pública eficaz e transparente na Câmara Municipal, que visa criar e implementar ferramentas de otimização da gestão, gerando eficiência e eficácia nos resultados do Legislativo, para a população em geral, através dos programas de Qualidade Total, Capacitação dos Servidores, Gestão de Documentos, Memória Legislativa e Transparência no Legislativo, através de meios físicos e eletrônicos".

Consideramos a escolha dessa ação orçamentária pertinente, pois abarca atividades já implementadas na CMC que tratam de gestão da informação e sua disponibilização aos munícipes.

## 6.3 Desdobramentos das Atividades do Memorial

A proposta de criação de um Memorial para a Câmara Municipal de Canoas foi idealizada a partir dos resultados obtidos da comparação entre os estudos relacionados aos Programas de Memória da Assembleia Legislativa do RS e das Câmaras de Porto Alegre e Caxias do Sul, confrontados com a realidade administrativa da CMC.

Assim, a partir deste estudo, apresentamos como proposta a criação de três eixos de atividades a serem executadas pelo Memorial, que são: *Programa de Gestão Documental, Programa de Pesquisa e Publicações* e *Programa de Eventos*. Esses Programas foram elaborados com foco na identidade da Instituição, com o objetivo de reforçar, junto à comunidade, a importância do Poder Legislativo. A proposta, porém, leva em consideração seu entorno administrativo e comunitário, através da execução de ações que valorizam

também a memória dos servidores e ex-servidores e da comunidade que participa das atividades do Parlamento, tais como, por exemplo, os cidadãos condecorados com honrarias.

As ações a serem executadas dentro dos Programas visam propiciar a construção do patrimônio material e imaterial da Instituição, através, entre outras atividades, da efetivação das pesquisas e das entrevistas a serem realizadas por meio do Programa de História Oral, além da organização e manutenção dos acervos.

Já as propostas referentes às ações culturais e educacionais têm como objetivo a discussão da identidade da Instituição junto aos munícipes, disseminando informações de sua história e memória institucional. Além disso, visa auxiliar os escolares na construção do conhecimento sobre o Poder Legislativo. Pretendem, também, criar mecanismos de reconhecimento, por parte da Casa, da importância da comunidade na qual está inserida e da qual também é parte. Por outro viés, propõe-se a incluir a CMC no contexto do desenvolvimento cultural do Município, fomentando a realização de ações culturais e educacionais.

A proposta culmina na efetivação de um espaço museográfico do Memorial, cujo objetivo, além das questões de divulgação da memória do Parlamento, é o de fomentar a visitação à sede da CMC, aproximando ainda mais a comunidade do Poder Legislativo.

Segue a descrição dos Programas sugeridos.

### *6.3.1 Programa de Gestão Documental*

O Programa de Gestão Documental, em consonância com a Resolução nº 497, de 16 de junho de 2011, que dispõe sobre a Política de Gestão Documental da CMC, contempla a organização e manutenção dos acervos, do tratamento de documentos textuais, eletrônicos, iconográficos e audiovisuais, próprios e provenientes de doações, bem como a sistematização e armazenamento eletrônico de informações, com o objetivo de proceder à organização, processamento técnico, digitalização e conservação preventiva do acervo de documentos, fotografias, filmes, fitas de vídeo e microfilmes, entre outros, referentes à ação dos parlamentares e das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da Câmara de Canoas, a fim de servir como fonte de consulta e pesquisa sobre a memória institucional.

Assim, para além das ações necessárias para a eficácia da gestão e guarda da documentação – com a elaboração de normas de acesso aos documentos; plano de limpeza e restauração dos acervos; plano de controle ambiental; adequação da estrutura física dos arquivos, com a aquisição de equipamentos adequados para guarda e elaboração de

instrumentos de referência - todas apoiadas na metodologia arquivística, sugerimos que, entre outros, o Programa desenvolva três projetos, que estão abaixo descritos, e que tratam da composição, manutenção e da acessibilidade ao conteúdo do acervo da Instituição.

a) Campanha Permanente de Doações

   Contempla esse Projeto a ação de organizar e manter uma campanha permanente de doação de documentos ao Memorial, além de reunir, preservar, classificar e disponibilizar documentos e reproduções de acervos documentais, por meio digital ou microfilme, de conjuntos documentais referentes à Câmara Municipal sob guarda de outras instituições e/ou indivíduos. A campanha poderá ser divulgada por meio de rádios, tvs e jornais locais, além da *internet*.

b) Digitalização dos Acervos

   O Projeto objetiva a digitalização de todo o acervo histórico da CMC, com a possibilidade de compor um banco de dados referente aos documentos digitalizados, a fim de permitir a um maior número de usuários o acesso às informações, além de preservar a integridade dos itens originais. A sugestão comporta também a digitalização dos exemplares dos periódicos publicados no Município, a fim de servirem de apoio ao pesquisador. Para tanto, sugere-se a observância das diretrizes e normas estabelecidas pelo Conarq para a digitalização e descrição dos acervos tratados. Como opção de ação inicial, propomos que seja priorizada a digitalização dos livros de atas, que são os documentos mais procurados pelos pesquisadores, seguindo-se pelos projetos de lei.

c) Memorial Virtual

   O Memorial Virtual da CMC poderá ser criado a partir de um projeto que preveja a elaboração do *design* visual da *interface* e a estrutura de organização do seu conteúdo, ambos baseados nas diretrizes estabelecidas pelo Conarq para a criação de *websites* de instituições arquivísticas. Com isso, poderá ser dada maior acessibilidade ao banco de dados dos acervos digitalizados, assim como aos produtos dos trabalhos realizados pelo Memorial, que passariam a ser seções do Memorial Virtual. A criação de uma Biblioteca Virtual que possa comportar publicações sobre a memória legislativa canoense também poderia integrar o Memorial Virtual da CMC.

Assim, a escolha do primeiro projeto se justifica por conta da necessidade de angariar documentos que tratem da história da Instituição, visto que a sede já passou por incêndios que destruíram os documentos mais antigos, referentes ao início de suas atividades. Além do mais, a anterior falta de uma gestão documental mais eficiente também acarretou perdas. Essas lacunas podem vir a ser minimizadas através de doações de documentos privados, que após avaliação arquivística, podem vir a ser recebidos e custodiados pela Instituição.

Essas ações de busca de documentações externas à Instituição, e que envolvem campanhas de doação, são realizadas pelas três Casas pesquisadas e, sobretudo no caso de Caxias do Sul, os resultados auferidos foram muito positivos.

Já a proposta de digitalização é o caminho sugerido para alcançar um dos objetivos deste Plano, ou seja, facilitar acesso ao conteúdo dos acervos da Casa. A proposta também tem respaldo nos resultados positivos verificados nos programas pesquisados.

Por fim, o terceiro projeto, que trata da criação do Memorial Virtual, é proposto com a intenção de dar visibilidade ao trabalho de memória desenvolvido, permitindo o acesso às informações de forma sistematizada, ampla e irrestrita, por meio da *Internet*.

Salientamos que após a organização e digitalização dos acervos, e da disponibilização do conteúdo na *internet*, seria importante que a Câmara Municipal de Canoas se inscrevesse no *site* do Conarq solicitando o Código de Entidade Custeadora de Acervos Arquivísticos – CODEARQ, inserindo-se como membro devidamente qualificado no Sistema Nacional de Arquivos – SINAR e no Cadastro Nacional de Entidades Custeadoras de Acervos Arquivísticos.

### *6.3.2 Programa de Pesquisa e Publicações*

A organização e devida manutenção dos acervos é necessária para o atendimento das solicitações de informações realizadas por usuários, porém, realizar este trabalho apenas para atender essas demandas é subtilizar suas potencialidades.

Assim, sugerimos a criação do Programa de Pesquisas e Publicações, que foi elaborado a fim de dar vazão ao conteúdo informacional dos arquivos da CMC e para registro e divulgação da memória da Instituição. O Programa objetiva a execução, pela própria Instituição, de pesquisas sobre sua memória, mas também visa dar acesso a pesquisadores externos.

Contempla este eixo o Programa de História Oral que se propõe a consolidar a memória institucional da CMC e o registro da contribuição da Instituição ao desenvolvimento

do Município de Canoas.

Assim, por meio da execução do Programa de Pesquisa e Publicações é possível que sejam elaborados produtos. Sugerimos, neste momento, a elaboração de sete atividades estruturantes, que são: banco de dados de legislaturas, Catálogo de Parlamentares Canoenses, Catálogo de Cidadãos Condecorados pela CMC, Série Perfis de Presidentes da Câmara, banco de depoimentos e Revista Memória Legislativa Canoense. Segue a descrição dos produtos sugeridos:

a) Banco de Dados de Legislaturas

   O Banco poderá ser formado com dados referentes à memória institucional da CMC, com informações sobre as legislaturas, vereadores, partidos, suplentes, mesas diretoras, presidências e demais informações histórico-institucionais. O banco de dados poderá ser disponibilizado na página do Memorial Virtual da CMC.

b) Catálogo de Parlamentares Canoenses

   Neste Catálogo poderão ser dispostas imagens e informações básicas, previamente definidas e padronizadas, sobre o perfil de todos os vereadores que ocuparam cadeiras na Câmara de Canoas. Sugerimos que o primeiro catálogo seja referente às quinze primeiras legislaturas. Posteriormente, a partir da 16ª, poderá ser lançado um catálogo para cada legislatura. Já um catálogo, em versão eletrônica, poderá ser disponibilizado na página do Memorial Virtual da CMC, sendo atualizado ao fim de cada legislatura, e, além disso, ser associado ao sistema de gerenciamento de informações da Casa, permitindo ao usuário obter, além das informações básicas, o acesso, em tempo real, ao trabalho desenvolvido pelo parlamentar.

c) Catálogo de Cidadãos Condecorados pela CMC

   A proposta trata-se da composição de um banco de dados com os nomes e perfis dos cidadãos que receberam títulos honoríficos, tais como o Título de Cidadão Canoense e Benemérito, Prêmio Picucha Milanez, que é dado em homenagens às mulheres, Prêmio Líder Comunitário, entre outros. Aos históricos e imagens necessários para compor este banco de dados, sugerimos que sejam acrescentadas entrevistas provenientes do Programa de História Oral. O banco de dados poderá vir a ser disponibilizado no Memorial Virtual da CMC.

d) Série Perfis de Presidentes da Câmara

A Série Perfis de Presidentes poderá ser baseada em pesquisa histórica, revisão documental e entrevistas do tipo *história de vida*. Sugerimos que para cada ex-presidente seja realizado o lançamento de um livro, relatando sua trajetória no meio político, contextualizando o cenário histórico do período e trazendo transcrições de discursos proferidos pelo parlamentar. Os livros poderão ter versão impressa e também poderão ser disponibilizados na página do Memorial Virtual da CMC.

e) Banco de Depoimentos

O Banco de dados poderá ser formado por depoimentos de parlamentares, servidores do Legislativo e cidadãos canoenses entrevistados por meio do Programa de História Oral da Câmara de Canoas. O banco de dados poderá ser disponibilizado na página do Memorial Virtual da CMC.

f) Revista sobre a Memória Legislativa

A criação de uma revista sobre a Memória Legislativa, que posteriormente poderá ser denominada e regulamentada, é sugerida a fim de que se passe a ser o veículo de publicação de artigos e entrevistas referentes à memória do Legislativo de Canoas. Propomos que a revista tenha teor acadêmico, lançamento anual e que conte com dois espaços, um primeiro para publicações referentes ao trabalho desenvolvido pelo Memorial da CMC; e o segundo para publicações de artigos de pesquisadores externos à Câmara, sobre tema a ser definido anualmente pela Instituição. A Revista poderá ter tiragem impressa e também ser disponibilizada na página do Memorial Virtual da CMC.

A escolha dos produtos *bancos de dados*, *catálogos* e *séries* foi baseada no resultado das atividades mais promissoras das Casas Legislativas estudadas em nossa pesquisa, adaptando-as à estrutura da Câmara de Canoas. Já a Revista sobre Memória Legislativa foi idealizada para servir de espaço de publicação das atividades do Memorial e para incentivar a pesquisa acadêmica sobre memória legislativa, visto que há uma defasagem sobre esse tema, transformando, assim, a Instituição em um instrumento de incentivo à pesquisa.

Quanto ao Programa de História Oral, propomos esta atividade, pois, além de um trabalho de memória, também é uma ação de Gestão do Conhecimento, pois traz informações

referentes a fatos do passado que, dentro de uma Instituição, podem ser utilizados nas ações do presente. Acrescenta-se ainda que, segundo De Sordi, Axt e Fonseca (2007, p. 5) as contribuições individuais, que decorrem da execução de um Programa de História Oral, "além de transformar conhecimento tácito em explícito, servem como um elo entre o presente e o passado, dando um sentido de continuidade", o que é importante para a identidade da Instituição.

Assim, passando às considerações técnicas, a metodologia a ser adotada no Programa poderá ser baseada no *Manual de História Oral* da FVG (ALBERTI, 2005), onde se explica que primeiramente é preciso elaborar um Projeto, formar a equipe e adquirir os equipamentos necessários.

Quanto ao Projeto do Programa a ser elaborado, propomos que deva ser definido o método a ser aplicado, quem e quantos serão os entrevistados (cuja escolha é guiada pelo objetivo da proposta) e o tipo de entrevista a ser realizada, que pode ser *temática* ou de *história de vida*.

Sugerimos que as entrevistas devam partir de um roteiro geral e de uma pesquisa inicial sobre a biografia do entrevistado. Estes devem ser cruzados e, então, elaborado um roteiro individual.

> O roteiro original de entrevistas deve ser elaborado com base no projeto e na pesquisa exaustiva sobre o tema. Sua função é dupla: promove a síntese das questões levantadas durante a pesquisa em fontes primárias e secundárias e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades subsequentes, especialmente a elaboração dos roteiros individuais (ALBERTI, 2005, p. 83).

A partir da realização das entrevistas é possível compor um banco de dados do Programa, devendo observar que os entrevistados devem autorizar a cessão de direitos sobre o depoimento oral, através de termo específico. Composto o Banco, pode-se partir para a elaboração de instrumentos auxiliares para a consulta do seu acervo, que são o sumário das entrevistas (com dados para facilitar a pesquisa) e os índices de depoimentos.

Uma última etapa do Projeto é o processamento, que é "todo o processo envolvido na passagem da entrevista da forma oral para a escrita, compreendendo as etapas de transcrição, conferência da transcrição e copidesque" (ALBERTI, 2005, p. 173). O trabalho do copidesque é o de adequar o texto, já devidamente conferido, quanto às regras gramaticais e às normas de redação adotadas pelo Programa, para a sua uniformização.

Porém, dependendo do objetivo, as entrevistas podem ou não ser processadas. Para o caso de utilização dos depoimentos em publicações ela é obrigatória, já para a simples

disponibilização das entrevistas é opcional, sendo que o Memorial pode permitir acesso aos áudios e/ou vídeos das entrevistas aos pesquisadores, que escutarão e/ou assistirão às entrevistas, ao invés de ler as transcrições, até que todas sejam processadas.

Essas ações, e, caso necessário, outras mais a serem seguidas, podem ser definidas por meio de um Manual de História Oral da CMC, que poderá ser elaborado por consultoria contratada, ou através de parcerias efetivadas, juntamente com a equipe de trabalho da CMC.

Assim, após a estruturação da metodologia, sugerimos que a execução seja realizada através de módulos. No primeiro proposto, o objetivo a ser alcançado é a realização de entrevistas com os parlamentares, que poderão ser do tipo *histórias de vida*. Iniciando pelos membros das primeiras legislaturas, as entrevistas seguirão até os vereadores que tomaram posse mais recentemente. A prioridade poderá ser dada aos ex-vereadores com idade mais avançada, membros das primeiras legislaturas e ex-presidentes.

O segundo módulo proposto diz respeito às entrevistas referentes aos servidores do Legislativo, que poderão ser *temáticas*, alusivas ao exercício de suas atividades no Legislativo. Os depoimentos podem ser iniciados pelos já aposentados, membros do quadro efetivo, seguindo pelos atuais. Na sequência poderão ser entrevistados os servidores comissionados que exerceram funções administrativas, tais como procuradores, consultores e secretários. Por fim, os servidores que desempenharam atividades nos gabinetes parlamentares.

Já a terceira sugestão diz respeito a entrevistas com cidadãos que receberam honrarias da Casa, tais como o Título de Cidadão Canoense e Benemérito, Prêmio Picucha Milanez, que é dado em homenagens às mulheres, Prêmio Líder Comunitário, entre outros. As entrevistas poderão ser do tipo *histórias de vida*.

Escolhemos a divisão por módulos por conta da especificidade do trabalho, que exige uma equipe com vários membros e esses com formação técnica qualificada. Dessa forma, para que fosse possível executar todos os módulos simultaneamente, seria necessária uma quantidade muito maior de profissionais disponíveis. Nada impede, entretanto, que após o início dos trabalhos e havendo condições futuras favoráveis para tanto, que se passe a executar os três eixos simultaneamente.

Por fim, consideramos que devem ser elaborados sumários e índices de todas as entrevistas, concernentes aos três módulos, porém, o processamento delas, cuja execução é passível de ser realizada por empresa terceirizada, poderá ser escalonado, primando por aquelas que serão primeiramente utilizadas em publicações referentes à série perfis de Presidentes da Câmara.

Sugerimos esta metodologia, baseada no programa CPDOC da FGV, pois essa entidade é referência na área de História Oral.

Assim, a partir do desenvolvimento dos trabalhos dos eixos do Programa de Pesquisa e Publicações, que deverá ser profundo e detalhado, poderá ser elaborado um livro sobre a trajetória histórica da CMC, com o resultado da pesquisa textual e iconográfica e a contextualização histórica de cada período legislativo, além de trechos de entrevistas provenientes do Programa de História Oral. O livro poderá ser disponibilizado para acesso e *download*, na *internet*, no formato de *e-book*, como foi realizado pela Câmara de Caxias do Sul. Do resultado também poderão ser elaborados vídeos institucionais sobre a CMC.

### *6.3.3 Programa de Eventos*

O Programa de Eventos que apresentamos engloba a realização de atividades culturais e educacionais e propõe-se a incluir a CMC no contexto do desenvolvimento cultural do Município, fomentando a realização dessas ações.

Sugerimos que as propostas das atividades e dos temas a serem pesquisados devam ser apresentadas pelo chefe do Memorial, no início de cada ano, a fim de que sejam trabalhadas no ano vigente, podendo ser aproveitadas as datas comemorativas e os aniversários de acontecimentos. A definição poderá ser feita pela Presidência, com a anuência da Mesa Diretora. Também poderão ser determinados, anualmente, sobre qual vereador será feita a elaboração do livro da série *Perfis de Presidentes* e qual será o tema de pesquisa para os artigos da Revista de Memória Legislativa.

Definidos os eixos, poderão ser trabalhadas propostas transversais, como seminários e exposições sobre o tema definido. Sugerimos que os resultados das ações desenvolvidas culminem na realização de uma *Semana do Legislativo*, cuja atividade será descrita a seguir, em comemoração ao aniversário da CMC, que ocorre no dia 28 de novembro.

Assim, independentemente das atividades esporádicas, propomos as seguintes ações culturais e educacionais a serem executadas sistematicamente:

a) Programa de Visitação

   O Memorial poderá oferecer à comunidade, grupos organizados e escolas, visitas orientadas, onde os visitantes conhecerão a estrutura interna da Casa. Após a visitação, os alunos e grupos organizados poderão ser encaminhados ao Plenário da Casa, onde se sugere que seja realizada uma palestra sobre o Poder Legislativo

e apresentado um vídeo institucional sobre a CMC, com seu histórico e as suas funções, de acordo com o público, seja ele infantil, infanto-juvenil ou de jovens e adultos. Aos estudantes poderá ser distribuída uma cartilha sobre a Instituição. Aos visitantes eventuais poderá ser disponibilizado, além da visita, acesso aos quiosques do *Câmara.com*, para que possam também acessar os vídeos institucionais da CMC.

b) Programa de Exposições

A partir da disponibilização de um espaço museológico para o Memorial da CMC, sugerimos que seja efetivada a construção de uma exposição permanente sobre a memória da Instituição, apoiada em recursos tecnológicos, a partir do acervo organizado. Propomos também que sejam realizadas exposições temporárias e itinerantes, adequadas ao tema de pesquisa escolhida para a realização das atividades anuais.

c) Concurso Cultural sobre Memória Legislativa

No início de cada ano, após a escolha dos eixos de pesquisa a serem desenvolvidos pelo Memorial, sugerimos que a CMC abra chamada para submissão de artigos a serem publicados na revista da Câmara. A CMC procederá à escolha dos artigos e os autores selecionados poderão ser premiados durante a realização da Semana do Legislativo. O concurso proposto, que terá por objetivo fomentar a pesquisa acadêmica sobre a memória institucional legislativa no município de Canoas, poderá ser regulamentado por meio de Resolução, que definirá as regras a serem seguidas e as premiações.

d) Semana do Legislativo

A Câmara de Canoas comemora, anualmente, no dia 28 de novembro, a posse de sua primeira legislatura. Assim, sugerimos, a fim de marcar essa data na agenda cultural do Município, que seja criada a Semana do Legislativo, período em que poderão vir a ser realizadas atividades culturais comemorativas e também referentes ao trabalho desenvolvido pelo Programa de Memória da CMC. Propomos para a abertura da Semana, a elaboração de uma Mostra, onde poderão ser expostos materiais sobre a história da CMC, acrescidos dos demais itens referentes ao tema de pesquisa, escolhidos para o ano vigente. A abertura da

> exposição poderá ser realizada em uma escola municipal, a ser escolhida previamente, sendo transferida periodicamente para as demais escolas do Município até o início da próxima Semana Legislativa. As escolas que sediarem a exposição também podem vir a ser convidadas a conhecer as dependências da CMC, através do Programa de Visitação. É possível que o material da Mostra, após o encerramento do período de exposições, seja guardado juntamente com o acervo do Memorial, a fim de disponibilizá-lo para empréstimo a escolas, grupos organizados e instituições interessadas. Durante a Semana poderão ser premiados os vencedores do concurso cultural para a escolha de artigos sobre memória legislativa, e lançada a Revista de Memória Legislativa, além das demais publicações que forem concluídas pelo Memorial. Já nas sessões ordinárias, sugerimos que sejam exibidas imagens com passagens históricas da Casa, trechos de entrevistas realizadas e trazidos convidados para explanações. Podem ser realizados, também nesse período, seminários, painéis e debates com temas ligados ao Poder Legislativo.

A forma de gerência das ações culturais, a serem propostas pelo chefe do Memorial à Presidência, é uma prática que foi observada nas três Casas pesquisadas e que gera resultados positivos, pois alia questões técnicas de memória com as questões políticas da presidência, concorrendo para a continuidade das ações de memória. Portanto, foi apresentada aqui como sugestão.

Já Programas de Visitação e de Exposições foram idealizados tendo como base, principalmente, os resultados auferidos da prática estabelecida pela Câmara Municipal de Porto Alegre. Ambos visam à integração entre a comunidade local e a Casa, sendo que no primeiro caso o público alvo é o estudantil. No segundo, a proposta engloba a comunidade em geral, mas também atinge o público escolar e ainda serve como modo de dar maior visibilidade ao Poder, principalmente através da mídia espontânea. Já o Concurso Cultural sobre Memória Legislativa, foi sugerido com o propósito de fomentar a pesquisa acadêmica sobre memória legislativa no Município, além de se prestar a ser um mecanismo de ação social da Câmara.

Por fim, a proposta de instituição da Semana do Legislativo, que foi baseada na experiência da Câmara de Caxias do Sul, foi apresentada com a intenção de se criar um evento cultural anual que desse destaque ao Poder Legislativo, no âmbito do Município, e que

servisse como forma de promoção e divulgação das ações do Memorial e de consolidação da identidade da Câmara de Municipal de Canoas.

### 6.4 Fluxo de Implementação

A partir do diagnóstico elaborado pudemos constatar que a Câmara de Canoas não dispõe, inicialmente, de infraestrutura adequada e servidores qualificados para a realização das ações propostas neste Plano. Assim, sugerimos que sua execução tenha três etapas. Uma primeira, a ser realizada por terceirizados, que compreenderá a realização da organização dos acervos, elaboração de instrumentos de pesquisa arquivísticos e de uma pesquisa histórica inicial, a fim de compor o Banco de Dados de Legislaturas e o Catálogo de Parlamentares Canoenses, do período correspondente da 1ª até a 15ª legislatura, e a realização do primeiro módulo do Programa de História Oral.

Com este trabalho, que deverá ser profundo e detalhado, a Câmara poderá editar um livro sobre a trajetória histórica da CMC. Esse livro comportaria o resultado da pesquisa textual e iconográfica e a contextualização histórica de cada período legislativo pesquisado, além de trechos de entrevistas provenientes do Programa de História Oral. O livro poderá ser disponibilizado para acesso e *download*, no Portal da Instituição, no formato de *e-book*.

Os resultados deste primeiro trabalho também servirão para a elaboração de vídeos institucionais que, além de utilizados na execução do Programa de Visitação, podem ser disponibilizados no Portal da Instituição. Entendemos que a partir deste momento é possível iniciar a construção do Memorial Virtual da CMC, disponibilizando, na *internet*, os produtos referentes à conclusão desta etapa dos trabalhos. Esta página do Memorial Virtual, assim como os vídeos institucionais, podem vir a ser elaborados por empresa de Comunicação Social contrata para esse fim.

Já na segunda etapa idealizada, sugerimos que a Câmara verifique a possibilidade de criação de uma vaga de Historiador, e uma de Arquivista, no quadro efetivo. Aprovada essa sugestão, o Historiador poderá ficar responsável pela chefia do Memorial e pelo desenvolvimento dos demais projetos, cuja execução ainda poderá contar com o auxílio dos contratados e de parcerias a serem efetivadas, além de serem propostas novas ações.

A partir deste momento, torna-se possível iniciar o trabalho de terceirização da digitalização dos acervos, devidamente organizados na etapa anterior, e, na sequência, dos documentos que tratam da memória da Câmara, mas que estão sob guarda de outras pessoas ou instituições. Os resultados, conforme sugerimos, podem ser disponibilizados no Memorial

Virtual, juntamente com os resultados das pesquisas realizadas.

Em relação às ações culturais, entendemos que o Programa de Visitação poderá ter início imediato, ainda que não conte com os vídeos institucionais. Quanto à elaboração da Revista de Memória, sugerimos que deva ser providenciada, primeiramente, a regulamentação do concurso cultural, por meio da apresentação de Resolução sobre o tema, e verificados os demais itens necessários à sua efetivação.

Já para a elaboração da Mostra da Semana do Legislativo, assim como a criação do *layout* da Revista de Memória, é necessário que a Câmara disponibilize infraestrutura técnica para que seja possível compor a parte visual dos produtos. Sugerimos a contratação de empresa de Comunicação Social para execução dessas atividades. Assim, é possível concluir que a realização de uma 1ª Semana do Legislativo estará, por fim, condicionada ao avanço da execução dos trabalhos desenvolvidos.

A última etapa a ser consolidada no Programa de Memória da CMC é a da inauguração do espaço museológico do Memorial e, por consequência, do Programa de Exposições. Esse local poderá contar com documentos e objetos referentes à história da Instituição, elencados a partir da execução das ações de tratamento da memória institucional.

Propomos que o espaço deva primar pela funcionalidade e acessibilidade, recorrendo-se inclusive à utilização de recursos tecnológicos, sem perder de vista a questão estética, objetivando que o visitante aprecie sua estada no local, sendo possível, também, sua constante remodelação.

Esta etapa, entretanto, só poderá ser realizada se a CMC passar a contar com uma nova sede. Caso isso ocorra, é imprescindível que no projeto arquitetônico da construção já esteja previsto o espaço do Memorial, com áreas para exposições permanentes e temporárias, além de local para a guarda da documentação histórica da Instituição e espaço para atendimento aos pesquisadores.

Disponibilizada, por fim, uma área para o Memorial, sugerimos que o planejamento e organização da disposição do acervo expositivo ficassem a cargo de profissional especializado, contratado para este fim.

Por fim, para a efetivação do controle estratégico, incluindo a implementação das ações de memória, a monitoração e a avaliação dos resultados, sugerimos que todas as etapas sejam acompanhadas e fiscalizadas pelas Comissões Administrativas de Qualidade, Transparência e de Avaliação Documental e pela Seção de Anais e Legislação Municipal, que poderão ser as responsáveis pelo estabelecimento dos Indicadores de Resultados da implementação do Memorial e por avaliar periodicamente as ações executadas.

# 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos, a partir do nosso estudo, que o que permite dizer que uma pessoa tem uma identidade, entre outros aspectos, é o fato de que ela tem consciência de si mesma, se situa no tempo e, por conta disso, pode acessar suas memórias, significá-las e resignificá-las no presente e utilizá-las para construir ações que remetem ao futuro. Sua identidade também está ligada à cultura, produto do meio social, que é transmissível, reorganizável e passível de acumulação.

Da mesma forma, assim como uma pessoa, uma instituição também possui sua identidade e esta última se relaciona à questão cultural, mas, sobretudo, neste caso, as características de sua identidade e cultura se emaranham com a questão coletiva. Neste contexto, é sabido que uma instituição não acessa suas memórias da mesma forma que uma pessoa, a fim de utilizá-las em ações futuras, pois não tem consciência de si. Porém, a coletividade que a compõe pode trabalhar essa memória, com essa mesma intenção.

Dessa maneira, a construção de um memorial é uma forma de afirmação identitária, que se dá por meio do tratamento de sua memória institucional, o que concorre para que seja possível comunicar as ações já tomadas, sistematizar a narrativa da história da instituição e estabelecer um diálogo entre as atividades desenvolvidas em seu ambiente organizacional, com vistas a reforçar a imagem da instituição e oportunizar a integração com o seu entorno comunitário.

No caso da Câmara Municipal de Canoas, a proposta de criação de seu Memorial tem por finalidade a busca de itens que possam não apenas compor a trajetória da Instituição, mas da construção da cidadania no Município, pois a Câmara é formada pelos membros da própria sociedade que representa. Assim, tratar da memória desta Instituição é tratar da própria memória da cidade de Canoas e da comunidade que a compõe.

A importância de um trabalho de memória é referendada pelo ex-Deputado Constituinte e atual Presidente da Casa, Vereador Ivo da Silva Lech, que destaca sua importância:

> Nós vivemos num país em que dizem que não temos memória. Eu até entendo que talvez isso seja parte, faça parte, de um quadro mundial, em que se preserva pouco a memória, ou os esforços que poderiam ser feitos, não o são. A identidade, a cultura, a memória são fundamentais para cada povo, para cada país, para cada nação, para cada continente, enfim, para o mundo.

Especificamente sobre a proposta da criação do Memorial da Câmara de Canoas, o atual Presidente declara:

> A Câmara Municipal de Canoas, da qual eu sou o Presidente, começa a fazer um trabalho para construir a memória, a memória do quê? De uma Casa, de uma Instituição que não tinha, até o presente momento, e se tivesse algo seria muito pouco, mas dá para se dizer que nada de uma maneira concreta e objetiva, que permita dizer que temos a memória da Instituição, que temos a memória da Casa. Então não se sabe o que pensavam os ex-presidentes da Câmara, não se sabe o que pensavam os ex-vereadores aqui da Câmara. E, na verdade, eu penso sempre naquela situação em que alguns estudantes, dos diversos níveis, possam um dia querer estudar a memória, estudar a memória da Casa, estudar, ouvir, por exemplo, o que pensavam os homens aqui, vereadores na década de cinquenta, o que eles pensavam na década de sessenta, o que pensavam na década de setenta, e assim por diante. Então com esse trabalho de memória, olha, vai ser possível se ter o pensamento e o perfil de cada um. E ai a Casa, por assim dizer, terá, de uma maneira muito forte, a sua identidade com o povo de Canoas. Porque, na verdade, nós somos, os vereadores são, representantes do povo da cidade de Canoas. Os vinte e um foram eleitos, eles receberam, como assim dizer, uma procuração do povo de Canoas para representá-lo. Então esses homens, esses vereadores, esses procuradores do povo, eles têm a sua visão de mundo e isto precisa estar guardado, registrado, em um setor próprio aqui da Casa, que agora esboçamos um caminho de ter. Um espaço de memória, um espaço em que se possa fazer pesquisas, que se possa atender os estudantes e que se possa atender o povo de Canoas. Então eu penso que, no caso particular da Câmara Municipal de Canoas, é tão importante, tão vital, tão fundamental, que eu diria que até que não estamos fazendo nada, nada, rigorosamente nada a mais que a nossa obrigação. Preservar a memória, a identidade e a própria cultura da Casa, a cultura da cidade, a cultura do povo, a cultura da nossa gente. Então, eu, neste um ano que passo na presidência da Câmara, eu talvez possa dizer que o que me deixou mais feliz, ou o fato, ou o aspecto mais marcante dessa minha passagem foi ajudar, estimular, que os funcionários da Casa comecem a corporificar situações técnicas para que se possa ter efetivamente registrada a memória da Câmara Municipal de Canoas.

Relembramos, porém, que apesar de sua incontestável importância, a criação do Memorial, e a posterior continuidade de suas atividades, depende, conforme vimos, além das questões técnicas, administrativas e financeiras, da vontade política dos futuros administradores. Concluímos, entretanto, que a implementação da proposta apresentada é viável e que há um contexto político favorável à sua efetivação, restando, por fim, após o início dos trabalhos, construir caminhos que criem estabilidade estrutural. Sugere-se, assim, a flexibilização do Plano e sua constante revisão, a fim de adaptá-lo às condições oferecidas pelas novas presidências, como forma de dar continuidade aos trabalhos de memória.

Também, após o início das atividades do Memorial, consideramos importante estabelecer um plano de metas e a devida metodologia de aferição de resultados das atividades desenvolvidas. Essa avaliação poderá resultar na apresentação de balanços quantitativos e qualitativos, fluxos de produtividade e dados estatísticos dos trabalhos realizados visando, principalmente, verificar qual o impacto social de suas ações para a

comunidade na qual está inserido.

Ademais, acreditamos que a criação do Memorial poderá acarretar inúmeros benefícios à Câmara Municipal de Canoas, sobretudo no tocante à construção, afirmação e permanente consolidação de sua identidade, mas também tecnicamente, através da reorganização, conservação e disponibilização do conteúdo de seu patrimônio memorialístico e do tratamento e manutenção de sua narrativa histórica, construída através dos depoimentos de seus membros, apoiada em pesquisa documental, e concorrendo, através de seus serviços, para uma maior integração da Instituição à sociedade canoense.

Por fim, este estudo pode vir a ser diponibilizado, inclusive pela *internet*, para outras câmaras municipais, democratizando o acesso a estas informações. Sugerimos, também, que sejam realizados pela Câmara Municipal de Canoas, em parceira com o Unilasalle, seminários de apresentação desta proposta, a fim de que outras instituições legislativas possam vir a conhecer esta pesquisa e eleborar planos estratégicos com o intuito de criar seus próprios memoriais, ampliando o universo de preservação da memória legislativa municipal.

## REFERÊNCIAS

AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir (Orgs.). **Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias:** 1821-1996. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ALBERTI, Verena. **História Oral:** A Experiência do Cpdoc. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALDAY, Hernan E. Contreras. O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica. In: **Revista FAE**, Curitiba, v.3, n.2, p.9-16, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n2/o_Planejamento_estrategico.pdf>. Acesso em ago. 2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ARQUIVO NACIONAL, Brasil. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Publicações Técnicas nº 5. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AXT, G.. Justiça e memória: a experiência do Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Justiça & História,** Porto Alegre, v. 2, n.4, p. 215-238, 2002.

_____. Memória, cidadania e os novos campos de trabalho do historiador. In: **Revista História Hoje.** São Paulo. v. 1, n.4, 2004.

_____. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. In: **Revista Eletrônica Métis. História e Cultura.** UCS, v. 12, p. 64-89, 2013.

_____. **Gunter Axt:** depoimento. [fev., 2014]. Porto Alegre. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

ÁVILA, Andréia Godoy de. **Andréia Godoy de Ávila:** depoimento. [fev., 2014]. Porto Alegre. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

AZEVEDO, Cleomar. A mediação da linguagem na construção da subjetividade. In: SOUZA NETO, João C.; MEDEIROS, Carlos A. (Orgs.). **Análise Institucional**: diferentes perspectivas da aprendizagem. São Paulo: Expressão e Arte. 2002, p. 13-36.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. In: RUBIN, Linda (Org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador: EDUFBA, FACOM/CULT, 2005.

BARBOSA, Andréia. A Memória Institucional como Possibilidade de Comunicação Organizacional: o caso do Exército Brasileiro. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.** Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS. V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/

edipucrs/Vmostra/V_MOSTRA_PDF/ComunicacaoSocial/83955-ANDREIA_ARRUDA_BARBOSA.pdf>. Acesso em out. 2013.

BARCELLOS, Jorge. **O memorial como instituição no sistema de museus:** Conceitos e práticas na busca de um conteúdo. 2006. Disponível em: <http: //lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/oncmemor.pdf >. Acesso em: jul. 2013.

_____. **Jorge Barcellos:** depoimento. [fev., 2014]. Porto Alegre. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Beneditto Vecchi. Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BELOTTO, Heloisa L.; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB, 1996.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998. Vol. 1: 674 p.

BORGES, M. L. Gestão do Conhecimento: Integrando as pessoas e as organizações. In: BITENCOURT, Cláudia Cristina. (Org.). **Aprendizagem Organizacional e Gestão do Conhecimento**. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2011, v. 1, p. 75-95.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** Lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL, Nicéa. **Nicéa Brasil:** depoimento. [mar., 2014]. Porto Alegre. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

BRASIL. Senado Federal. Instituto Legisaltivo Brasileiro - ILB. **O Poder Legislativo.** Brasil: s/d. Disponível em:<http://www12.senado.gov.br/senado/ilb>. Acesso em out. 2013.

_____. Programa Interlegis. **Projeto de Modernização Legislativa (PML). Diagnóstico.** 2012. Disponível em: <http://www.interlegis.leg.br/produtos_servicos/ informacao/diagnostico-pml-2010-2012>. Acesso em jul. 2014.

BURKE, Peter. A História como Memória Social. In: _____. **O Mundo como Teatro** – Estudos de Antropologia Histórica. Lisboa: Diefel, 1992. Disponível em: <http://muna.tripod.com/17.html.>.Acesso em out. 2013.

CANCLINI, Nestor García. Subúrbios Pós-Nacionais. As identidades como espetáculo multimídia. In: _____. **Consumidores e cidadãos.** Conflitos Multiculturais da Globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 163-172.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Tradução Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CANOAS. Prefeitura Municipal de Canoas. Arquivo Histórico. **Sezefredo Azambuja Vieira. História de nossos prefeitos.** Série documento, v.5. Canoas, RS: 2004.

CASTELLS, Manuel**. O poder da Identidade.** Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAXIAS DO SUL, Câmara Municipal. Centro de Memória. **Histórico.** s/d. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=22519&p=0>. Acesso em jul. 2013.

_____. Câmara Municipal**.** Centro de Memória. **Normas de uso do acervo digital do Arquivo Histórico da Câmara Municipa**l. Caxias do Sul RS: s/d. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=58855&p=0&Miniatura=true&Texto=false>. Acesso em jul. 2013.

_____. Prefeitura Municipal. AHMJSA. **Caleidoscópio**. Boletim Temático do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, nº 7. Setor de Memória, AHMJSA. Caxias do Sul RS: 2001.

_____. Câmara Municipal. **Palavra e Poder:** 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul. Geni Saleti Onzi (org.). Caxias do Sul, RS: Ed. São Miguel, 2012.

CHAUÍ, M.. Política Cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: Secretaria Municipal de Cultura. **O Direto à Memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: PDH, 1992. p. 37-46.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – Conarq. **Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas.** Conarq: 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/diretrizes_para_a_construo_de_websites.pdf>. Acesso em jan. 2014.

_____. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. Conarq: 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf>. Acesso em jan. 2014.

COSTA, Icléia Thiesen. **Memória Institucional:** a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológia. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação (CNPq/IBICT/UFRJ/ECO). Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, Alessandra. BARROS, Denise. MARTINS, Paulo. **Perspectiva histórica em administração:** novos objetos, novos problemas, novas abordagens. RAE, São Paulo: v.50, n.3, jul/set 2010.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural:** Construindo uma Identidade Profissional. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil, 2007.

DE SORDI, N. A. D. de; AXT, Gunter; FONSECA, Paulo R. P.. **Manual de Procedimentos de História Oral da Justiça Federal.** Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2007.

DIAS, Reinaldo. O Patrimônio cultural como recurso turístico local. In: _____. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 177-221.

ERPEN, Juliana. **Juliana Erpen:** depoimento. [jan., 2014]. Porto Alegre. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

FARIAS, Juçara Quinteiros de. **Preservação da Memória Legislativa na Câmara dos Deputados.** Monografia (especialização) – Curso de Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/9730/preservacao_memoria_jucara.pdf?sequence=1>. Acesso em dez 2013.

FARIAS, Márcio. **Márcio Farias:** depoimento. [jan., 2014]. Porto Alegre. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Tabela 13.** Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) e população dos municípios do Rio Grande do Sul – 2010. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_destaques.>. Acesso em jun. 2013.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória:** a problemática da pesquisa. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

FIGUEIREDO, Miriam. **O uso da história oral nas empresas**. Memória Petrobrás, um Estudo de Caso. Fundação Oswaldo Cruz, 2007. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/cgi/ cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16>. Acesso em out. 2013.

FIGUEIREDO, Teresa Catarina Teixeira de. **Regras básicas para a consulta e manuseamento de documentação histórica.** Portugal, Lisboa: 2005. Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2013/10/regras_manuseamento.pdf. Acesso em mai. 2014.

GEHLEN, Juliana. **Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: AHPAMV, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: _____; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **O que é memória social.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 11-27.

GRAEBIN, Cleusa M. G.; SIMÕES, Rodrigo. **CICS:** História & Ideais. Porto Alegre: Pallotti, 2010.

HALBWACHS. Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1994.

HUYSSEN, Andreas. Passados Presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sérgio Alcides. Seleção de Heloísa Buarque de Hollanda. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 09-40.

IBGE. **Infográfico Geral do Município de Canoas.** 2013. Disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=430460>. Acesso em out. 2013.

KUPER, Adam. Introdução: Guerras Culturais. In: _____. **Cultura:** a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002. p. 21-42.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História.** nº. 17, p. 63-201, nov. 1998.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. A prática do profissional de História nos Arquivos Municipais: organização de acervos e docência. In: **Revista Latino-Americana de História.** Edição Especial PPGH-UNISINOS. vol. 2, nº. 6. Agosto de 2013.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada**:** análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**: a pesquisa qualitativa em debate. Anais. Bauru: USC, 2004. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf>. Acesso em out. 2013.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e Comunicação Organizacional:** um olhar estratégico sobre a organização. 2. ed. São Caetano, SP: Difusão Editora, 2008.

MARTINELLI, Jaqueline Mara Lorenzetti. Os arquivos, o Ministério Público e a Democracia In: **Revista Eletrônica Métis. História e Cultura**. UCS. v. 12, n. 24. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2340>. Acesso em dez. 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MINAYO, Maria C. de Souza. (Org.) **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOISÉS, Helvio. **O Municipio-Rede**: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade. 2007. Disponível em: <http://www.lead.org.br./filemanager/download/85/municipio-rede_planejamento_desenvolvimento_politico_e_sustentabilidade.pdf>. Acesso em ago. 2014.

MOLINA, Leticia. VALENTIM, Marta. Memória Organizacional, Memória Corporativa e Memória Institucional: discussões conceituais e terminológicas. In: **Revista EDICIC**, v.1.n.1, p.262-276, jan/mar 2011.

NONAKA, Ikujiro; TOYAMA, Ryoko; HIRAT, Toru. As características do conhecimento. In: _____. **Managing Flow**: Teoria e casos de empresas baseadas no conhecimento. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Projeto História.** nº 10. São Paulo: PUC/SP, 1993.

PAES, Marilena leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____; LANGUE, Fréderic. (Orgs.). **Sensibilidades na História:** memórias, singularidades e identidades sociais**.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 9-21.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo de memória social: uma resenha crítica. In: **Arquivos da Memória.** Antropologia, Escola e Memória. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade de Lisboa, nº 2 (Nova Série), 2007.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, CPDOC-FGV: Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: nov. 2013.

PONTUAL, Virgínia. Plano de Gestão da Conservação. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes (orgs). **Plano de Gestão da Conservação Urbana:** Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. Disponível em: < file:///C:/Users/Raquel/Downloads/af_plano_de_gestao_da_conservacao_urbana.indd%20(1).pdf>. Acesso em ago. 2014.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. **Histórico.** Porto Alegre: s.d. Disponível em: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>. Acesso em jul.2013.

PRADO, Marco A. M.. Movimentos Sociais e Massa: Identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria. (Orgs.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletiva**s. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2006.

PRUX, Elenira Inês. **Elenira Inês Prux:** depoimento. [mai., 2014]. Caxias do Sul. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

RANINCHESKI, Sônia. (Org.). **História, poder e representação:** a Câmara de Vereadores de Canoas. Canoas: La Salle/Câmara de Vereadores de Canoas, 1998.

REIS, Eduardo. **Eduardo Reis:** depoimento. [mar., 2014]. Caxias do Sul. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Memorial do Legislativo. **Relatório Anual - Exercício de 2013.** Rio Grande do Sul: 2013a. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?Fileticket=X4h6S5g5WOs%3d&tabid=5

959>. Acesso em fev. 2014.

_____. Assembleia Legislativa. Memorial do Legislativo. **Histórico**. Rio Grande do Sul: s/d. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/P%C3%A1ginaInicial/tabid/3454/Default.aspx>. Acesso em jul. 2013.

_____. Tribunal de Contas. **Análise quanto ao atendimento às exigências da Lei de Acesso à Informação.** Sítios dos Legislativos Municipais do RS. Rio Grande do Sul: 2013b. Disponível em: <http://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_Internet/Relatorios/LAI_Legislativo_2013.pdf>. Acesso em jun. 2014.

SACRAMENTO, Carlos. **John Locke e a problemática da identidade pessoal.** Do impacto na Modernidade até à sua atualidade na Contemporaneidade. Porto: Universidade do Porto: s/d. Disponível em:<http://www.adelinotorres.com/filosofia/Carlos%20Sacramentojohn_locke _e_a_problematica_da_identidade_pessoal.pdf>. Acesso em mai. 2014.

SEIXAS, Jacy. Halbwachs e a memória reconstrução do passado: memória coletiva e história. In: **História.** São Paulo: UNESP, v. 20, 2001. p. 93-108.

SILVA, João Palma da. **Pequena História de Canoas.** Canoas: independente, 1980.

SILVA, Flávia de Araújo e; GONÇALVES, Carlos Alberto. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. In: **Revista de Administração da UFSM**. V. 4, n. 3, p. 458-476 set/dez. 2011. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm/article/view/3833>. Acesso em ago. 2014.

SMIT J. W.; BARRETO, A.. A Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L.. **Formação do Profissional da Informação.** São Paulo: Editora Pólis, 2002, p. 9-23.

SOARES, Débora Dornbach. **Débora Dornbach Soares:** depoimento. [jan, 2014]. Porto Alegre. Entrevistadora: Raquel G. Willms. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado.

SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Orgs.). **O Parlamento Gaúcho:** da Província de São Pedro ao Século XXI. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. 246 p. ISBN 978-85-66054-08-8. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/biblioteca>.

SOUZA, Alina Oliveira de; MOURA, Cláudia Peixoto de. Relações Públicas e História: a construção da memória institucional. In: **Revista Iniciacom**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/iniciacom/article/viewArticle/00>. Acesso em out. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

THOMSON, Alistar; FRISCH, Michael; e HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da História Oral.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf >. Acesso em: nov. 2013.

_____. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: nov. 2013.

_____. **O Patrimônio.** Legado do Passado ao futuro. 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: nov. 2013.

VELOSO, Mariza. O Fetiche do Patrimônio. In: ABREU, Regina; SOUZA, Mario; SANTOS, Myrian (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond/MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 229-244.

VESENTINI, José W. **Novas Geopolíticas**. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 2008.

VILLAS-BOAS, Rosa. Gestão Cultural. In: RUBIN**,** Linda (Org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador: EDUFBA, FACOM/CULT, 2005.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura.** Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

YIN, Robert K.. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. Tradução Ana Torell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## LEGISLAÇÃO

### NORMAS FEDERAIS

Disponível em:< http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

### NORMAS ESTADUAIS

Disponível em: < http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>.

### NORMAS MUNICIPAIS

**Município de Canoas**

Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/canoas>.

Município de Caxias do Sul

Disponível em: < http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/pesquisa.Jsf>.

**Município de Porto Alegre**

Disponível em:< http://www.camarapoa.rs.gov.br/frames/setores/legislac.htm>.

## APÊNDICE A – Tabela de Dados de *Sites* de Câmaras Municipais

O Quadro 10 é composto por dados referentes a informações históricas, observados a partir dos *sites* das Câmaras Municipais dos vinte municípios com maior Produto Interno Bruto – PIB, do Estado do Rio Grande do Sul, em 2010, conforme a Fundação de Economia e Estatística.

Quadro 10 – Dados referentes a informações históricas

| Site da Câmara Municipal | Histórico da instituição | Memorial Virtual | Acesso ao texto de documentos históricos | Acesso a imagens | Ferramenta de pesquisa por assunto | Publicações | Informações sobre equipamento cultural físico |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PORTO ALEGRE** | X | | X[48] | | | X[49] | X |
| **CANOAS** | X | | | | | | |
| **CAXIAS DO SUL** | X | X | X | X | X | X[50] | X |
| **RIO GRANDE** | X | | | | | | X |
| **GRAVATAÍ** | X | | | X[51] | | | |
| **TRIUNFO** | | | | | | | |
| **NOVO HAMBURGO** | X | | | X[52] | | | |
| **SANTA CRUZ DO SUL** | X | | | | | | |
| **PELOTAS** | X | | | X[53] | | | |
| **CACHOEIRINHA** | X[54] | | | | | | |
| **SÃO LEOPOLDO** | X | | | | | | |
| **SANTA MARIA** | X | | | X[55] | | | |
| **BENTO GONÇALVES** | X[56] | | | | | | |
| **URUGUAIANA** | X | | | | | | |
| **ESTEIO** | X[57] | | | | | | |
| **ERECHIM** | X[58] | | | | | | |
| **GUAÍBA** | X | X | | X | | X[59] | X |
| **SAPUCAIA DO SUL**[60] | | | | | | | |
| **VIAMÃO**[61] | | | | | | | |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos *sites* das Câmaras Municipais, 2013.

48 Disponibiliza catálogo de atas.
49 Apenas um artigo sobre nomes de ruas.
50 Publicação de Boletins Informativos do Centro de Memória.
51 Apenas cinco imagens de locais/momentos históricos.
52 Apenas duas imagens inseridas no corpo do texto do histórico.
53 Imagens das sedes inseridas no corpo do texto do histórico
54 Não há informações históricas, apenas as listas das legislaturas e de presidentes.
55 Disponibiliza imagens de quadros e estátuas, sem legendas.
56 Não há informações históricas, apenas as listas das legislaturas e de presidentes.
57O *site* é o único dentre os pesquisados que possui uma lista de cidadãos que receberam títulos honoríficos, com os respectivos históricos dos homenageados.
58Não há listas das legislaturas e de presidentes.
59O Memorial disponibiliza um livro *on line* com a história da instituição, do período de 1926-1948, com imagens de documentos e fotos.
60Não foi disponibilizado histórico da instituição, mas do município.
61Não foi disponibilizado histórico da instituição, mas do município.

## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Parcialmente Estruturada

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais as políticas e estratégias de gestão administrativa e de recursos humanos adotadas por esta instituição?

2. Como os programas de gestão de memória foram desenvolvidos, quais os critérios para a escolha das atividades criadas e como foram financiados?

3. Quais foram os projetos elaborados pelas instituições que, ao longo do tempo, obtiveram resultados positivos? Qual o contexto em que ocorreram tais resultados?

4. Quais foram os projetos elaborados pelas instituições que, ao longo do tempo, não obtiveram resultados positivos? Qual o contexto em que ocorreram tais resultados?

5. Qual o impacto social do programa?

## APÊNDICE C – Termo de Referência

## AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO DE EQUIPAMENTO CULTURAL

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição:_____
_____
Nome do Diretor ou responsável:_____
Endereço: _____
Endereço eletrônico (*site*): _____
Endereço eletrônico (*email*): _____
Telefones/fax:_____
*Facebook/twitter*/ outras mídias: _____
Natureza: ( ) municipal ( ) estadual

### 2. INFORMAÇÕES GERAIS

Missão: _____
_____
_____
Data de fundação: _____
Campo de atuação: _____
Natureza: ( ) social ( ) educativa ( ) política
Especialidades: ( ) arte ( ) história ( ) política ( ) ecologia ( ) antropologia ( ) outro.
Qual?_____
_____
_____
Publicações: ( ) impressas ( ) eletrônicas
Linha de Pesquisa e trabalho:_____
_____
_____
_____
Dias e horários de atendimento ao público: _____
_____
Visitas Guiadas: ( )sim ( ) não. Horários:_____
_____
Atividades exercidas pela instituição: ( ) pesquisa ( ) extensão ( ) educacional
( ) outras. Quais? Descreva as atividades. _____
_____
_____
_____
_____

Público visitante:
Situação socioeconômica: ( ) classe C e D ( ) classe B ( ) classe A
Escolaridade: ( ) fundamental ( ) médio ( ) superior ( ) pós-graduação
Faixa etária: ( ) infantil ( ) juvenil ( ) adulto ( ) idoso
Origem: ( ) Porto Alegre ( ) interior do RS ( ) outros estados ( ) outros países

Exposição: ( ) permanente ( ) temporária ( ) itinerante
Qual a frequencia das exposições? _____
Existe planejamento para a escolha dos locais e períodos? _____
_____
_____
Quais os critérios para escolha dos temas das exposições? _____
_____
_____

**3. INFRAESTRUTURA**
Dados físicos:
Quantidade e função das áreas disponíveis ao público (ex.: sanitários, salas)
_____
_____
_____
_____

Acessibilidade e facilidades para necessidades especiais: ( ) rampas ( ) elevadores
( ) sanitários adaptados ( ) tradutor em braille
Segurança: ( ) patrimonial ( ) acervo ( ) pessoal
Construção: ( ) histórica ( ) restaurada ( ) tombada ( ) adaptada
Há informações relevantes sobre o prédio? Quais? _____
_____
_____

Ambientes: ( ) auditório ( ) salas multi-uso para exposições e outras atividades afins
( ) bibliotecas ( ) livraria ( ) loja ( ) cinema ( ) bar ou área de alimentação
( ) outros. Quais? _____
_____

Estacionamento: ( ) sim ( ) não ( ) interno ( ) externo
Transporte público de acesso ao local: ( ) ônibus ( ) trem ( ) lotação ( ) ciclovia

Quantidade e função das áreas administrativas e de auxílio estrutural: _____
_____
_____
_____
_____

**4. RECURSOS HUMANOS**
Profissionais envolvidos (quantidade e funções): _____
_____
_____
_____
Capacitação/ treinamento dos profissionais: ( ) sim ( ) não. Que tipo? _____
_____
_____
Há prestadores de serviços terceirizados? ( ) sim ( ) não.
Em quais áreas? Em quais períodos? Avaliação dos serviços._____
_____

_____
_____

**5. GESTÃO**

Planejamento estratégico: ( ) sim ( ) não
Gestão de recursos financeiros: _____
_____
_____
Possui dotação orçamentária específica? ( ) sim ( ) não. Qual atividade? _____
_____
_____
Captação, fundos de investimento, doações financeiras: _____
_____
_____
Característica de gestão administrativa do equipamento cultural: _____
_____
_____
_____
Organograma: ( ) sim ( ) não.
Hierarquia dentro da instituição: _____
_____
_____
Legislação referente à constituição, atribuições e gestão: _____
_____
_____
_____

**6. ESTRATÉGIAS DE CRIAÇÃO DO EQUIPAMENTO**

Data de início das atividades: _____
Motivação: ( ) determinação política ( ) iniciativa de servidores ( ) outra
Observações: _____
_____
_____
Etapas: _____
_____
_____
_____

Houve períodos de estagnação? ( ) sim ( ) não. Quais as razões?
_____
_____
_____

Principais características favoráveis: _____
_____
_____
_____
_____
Principais dificuldades: _____
_____

_____
_____

**7. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E *MARKETING***
Há um plano de divulgação e *marketing* do equipamento cultural? Qual? _____
_____
_____

**8. *INTERNET***
Há divulgação do acervo? ( ) sim ( ) não.
Possui Memorial Virtual? ( ) sim ( ) não.
É possível o acesso ao texto dos documentos? ( ) sim ( ) não.
Existe sistema de busca por assunto? ( ) sim ( ) não.
Início da divulgação: _____
Características/responsáveis/manutenção dos dados: _____
_____
_____
_____
Atende a legislação específica? ( ) sim ( ) não. Qual? _____
_____
_____

**9. PARCERIAS**
Há parcerias? ( ) sim ( ) não. Quais as instituições e em quais áreas ou projetos? _____
_____
_____
_____

**10. ACERVO**
( ) próprio ( ) cedido
Aceita doações? ( ) sim ( ) não. Quais os critérios? _____
_____
_____
Gestão Documental:
( ) plano de classificação ( ) quadro de fundos ( ) guias ( ) inventários ( )catálogos
Manutenção do acervo:
( ) luminosidade adequada ( ) controle de umidade ( ) controle de temperatura
( ) higienização ( ) outros. Quais?_____
_____
_____

**11. PROJETOS DE MELHORIAS EM ANDAMENTO**
Há projetos em andamento?( ) sim ( ) não. Quais? _____
_____
_____

**12. PROJETOS E PARCERIAS FUTUROS**
Há projetos futuros? ( )sim ( ) não. Quais? _____
_____
_____

## APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar, como entrevistado voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

Informamos que o colaborador (entrevistado), em qualquer etapa do estudo, terá acesso à pesquisadora responsável para esclarecimentos de eventuais dúvidas e que as entrevistas poderão ser gravadas para transcrição posterior. É garantida ao colaborador da pesquisa a liberdade da retirada deste Termo de Consentimento e fica assegurado, também, o direito de ser mantido atualizado dos resultados da pesquisa. Não há despesas pessoais ao colaborador da pesquisa, como também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, a mesma será de responsabilidade da pesquisadora responsável.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

**Título do Projeto:** Memorial da Câmara Municipal de Canoas: Proposta de Plano de Gestão Estratégico Baseado em Estudo Comparativo de Experiências Congêneres.
**Objetivo:** A partir da coleta de dados, obtidos através de documentos e de entrevistas parcialmente estruturadas, ou baseadas em Termo de Referência, referentes a programas de memória institucional desenvolvidos por entes do Poder Legislativo do Estado do RS, buscamos dados para subsidiar a criação de um Memorial na Câmara Municipal de Canoas.

**Pesquisadora responsável: Raquel Willms**
**Telefone para contato: (51) 84693876**
**Endereço eletrônico: kel_willms@hotmail.com**
**CPF: 918448780-15 / Carteira de Identidade: 8072319596**
**Endereço de contato: Ipiranga, 123 – Canoas, RS.**

Este **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** será emitido em duas vias: uma delas a ser retirada pelo colaborador e outra a ser arquivada pela pesquisadora.

Pelo presente documento, eu, _____, abaixo assinado, Carteira de Identidade: _____, CPF: _____, endereço:_____, concordo em participar desta pesquisa, autorizando o uso de informações disponibilizadas e das imagens registradas referentes aos locais visitados. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Raquel Willms sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

_____, ____ de _____ de _____.

_____ _____
Assinatura da Pesquisadora Responsável Assinatura do Colaborador

## APÊNDICE E – Proposta de Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Cria o Memorial da Câmara Municipal de Canoas e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Canoas.

FAÇO SABER que este decreta e promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Cria o Memorial da Câmara Municipal de Canoas com o objetivo de reunir, preservar, gerenciar e divulgar conjuntos documentais relevantes para a História da Instituição, desenvolver o registro e atualização da memória institucional e empreender ações junto à comunidade que evidenciem a importância do Parlamento Canoense no contexto da história do Município.

§1º As ações do Memorial serão desenvolvidas através de eixos, denominados Programas Especiais, que são os seguintes:

I - *Programa de Gestão Documental*, que visa o tratamento de documentos referentes à ação dos parlamentares e das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da Câmara de Canoas, a fim de servir como fonte de consulta e pesquisa sobre a memória institucional, comportando também a digitalização e disponibilização da documentação histórica da Instituição no Portal da CMC na *internet*, através do Memorial Virtual, a fim de ampliar o acesso às informações e preservar a integridade dos itens originais;

II - *Programa de Pesquisa e Publicações*, cujo objetivo é dar vazão ao conteúdo informacional dos arquivos da CMC, registrando e divulgando a memória da Instituição por meio de pesquisas, da criação do Programa de História Oral e da elaboração e manutenção do Banco de Dados de Legislaturas, do Catálogo de Parlamentares Canoenses, do Catálogo de Cidadãos Condecorados pela CMC, da Série Perfis de Presidentes da Câmara e da criação da Revista sobre a Memória Legislativa Canoense, entre outras ações;

III - *Programa de Eventos*, que se propõe a incluir a CMC no contexto do desenvolvimento cultural do Município, fomentando a realização de atividades culturais e educacionais.

Art. 2º Compete ao Memorial da Câmara Municipal, órgão hierarquicamente subordinado à Secretaria Geral:

I – normatizar, desenvolver e acompanhar a execução dos Programas Especiais a partir dos parâmetros estabelecidos por esta Resolução;

II - realizar campanhas de doação de materiais que possam compor a História da Câmara Municipal;

III - divulgar a História, funções e funcionamento da Câmara Municipal, por meio da organização de um espaço permanente de exposições;

IV - organizar e manter um programa de exposições temporárias referentes à História do Poder Legislativo e à História de Canoas;

X - propor, organizar e gerenciar atividades e eventos, tais como seminários, palestras, conferências, exposições e documentários de caráter histórico e institucional;

XI - desenvolver e gerenciar atividades de pesquisa, preservação e divulgação da História, das ideias, do debate e da vida político-parlamentar do município de Canoas e das atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal, com o objetivo de aproximar a comunidade ao Poder Legislativo;

XII - disponibilizar ao público em geral, estudantes e pesquisadores as informações organizadas a partir dos diversos conjuntos documentais do Memorial, em espaços específicos de leitura e de pesquisa, com a devida orientação aos consulentes.

Art. 3º À Chefia do Memorial compete:

I - representar o Memorial junto à administração da CMC e a entidades externas, no que couber;

II - identificar e propor a infraestrutura e os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades do Memorial;

III - elaborar o planejamento anual de atividades, a ser apresentado e submetido à Mesa;

IV - elaborar o balanço anual de atividades, a ser apresentado e submetido à Mesa;

V - propor à Mesa, quando necessário, o estabelecimento de convênios, parcerias e protocolos de intenções com instituições, além da contratação de consultorias de pessoas físicas ou jurídicas;

VI - sugerir à Mesa políticas e estratégias de atuação e de uso do Memorial;

VII - promover o intercâmbio com instituições de caráter técnico-científico e/ou cultural.

Art. 4º As Comissões Administrativas de Qualidade, de Gestão Documental e de Transparência no Legislativo ficarão responsáveis por estabelecer os Indicadores de Resultados da implementação do Memorial e o responsável pela Seção Anais e Legislação Municipal de avaliar periodicamente as ações executadas.

§1º O acompanhamento das atividades do Memorial será realizado pela Seção Anais e Legislação Municipal até a lotação de servidor efetivo no Memorial da Câmara de Canoas.

§ 2º Após a lotação do servidor deverão ser revistas as atribuições da Seção Anais e Legislação Municipal, dirimindo conflitos de atribuições referentes ao tratamento da memória institucional.

§3º Após a efetivação da criação do espaço do Memorial da Câmara de Canoas, deverão ser revistas às atribuições da Seção de Protocolo, Arquivo e Apoio Administrativo, dirimindo conflitos de atribuições referentes à guarda e ao tratamento dos acervos históricos.

Art. 5º Fica autorizada a realização de contratações de consultorias especializadas, de pessoa física ou jurídica, e a efetivação de parcerias, protocolos e convênios com instituições públicas e privadas, sobretudo acadêmicas, a fim de viabilizar a execução das atividades do Memorial.

Art. 6º As despesas decorrentes da criação do Memorial da Câmara de Canoas e da execução das suas atividades correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.